

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Coletânea Interdisciplinar 12

Ano 20

**Mayara Ferreira de Farias
Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2024

2024

2024

2024

Niterói – RJ

Revista Querubim 2024 – Ano 20 – Coletânea Interdisciplinar 12 – 170p. (novembro – 2024)
Rio de Janeiro: Querubim, 2024 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

| | | |
|----|--|-----|
| 01 | Bruno Gomes Pereira e Ewerton Ferreira Dias – Questões de gênero na formação inicial do professor: uma discussão sobre o currículo nas licenciaturas | 04 |
| 02 | Camila David Dalvi e Rafael Sarto Muller – A projeção sul-coreana no contexto ocidental: reflexões a partir da obra <i>Kim Jiyoung, nascida em 1982</i> , de Cho Nam-Joo | 09 |
| 03 | Cristiana Alicia de Lima Silva, Mayara Ferreira de Farias e Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros – Narrativas periféricas: troca de saberes | 24 |
| 04 | Erika Vieira dos Santos, Bruno Gomes Pereira e Makeliny Oliveira Gomes Nogueira – Algumas contribuições de Maurice Tardif para a formação docente e a prática pedagógica | 44 |
| 05 | Gabriella Barbosa Silveira, Mayara Ferreira de Farias e Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros – Impactos sociais gerados pela promoção de eventos de grande porte em Pipa/RN | 52 |
| 06 | Gabriella Kelly da Costa Dantas, Maria Luíza Araújo Triunfo e Petrucia da Costa Paiva Solto – <i>Bullying</i> no ambiente escolar: possível responsabilização civil das instituições de ensino para com seus alunos | 68 |
| 07 | Jaine Barbosa da Silva Pimentel, Mayara Ferreira de Farias e Ana Mônica de Britto Costa – A evasão escolar na EJA: reflexões a partir da Escola Municipal João Guió (Arez/RN) | 78 |
| 08 | Luciana Romano Morilas et al – Unpaid extra work and unfair division of home tasks: drowning in the sea of covid-19 without a lifejacket | 91 |
| 09 | Marcos Douglas da Silva Farias, Mayara Ferreira de Farias e Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros – Contribuições do turismo comunitário para as comunidades rurais de São Miguel, Ingá, Riachão dos Clementinos – Montanhas/RN | 103 |
| 10 | Maria Vitória Angelina da Silva, Marcelli Gomes do Nascimento e Petrucia da Costa Paiva Solto – E se o pai não pagar pensão, quem vai? a responsabilidade subsidiária na garantia da pensão alimentícia | 121 |
| 11 | Rafael Sarto Muller e Hugo de Carvalho Sobrinho – O lugar na literatura goiana: estudo do milagre no conto <i>Em que o mistério da conveniência explica a conveniência do mistério</i> , de Bernardo Élis | 135 |
| 13 | Sílvia Patrícia Gomes de Góis, Maria Alice Perrenoud Ribeiro da Silva e Petrucia da Costa Paiva Souto – Divórcio, mulheres vítimas de violência patrimonial e novos modelos de família | 144 |
| 14 | Hudson Araújo Cardoso e José Felipe Ferreira Nascimento – RESENHA – MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Reforma tributária comentada e comparada : emenda constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023. 1 ed. Barueri: Atlas, 2024. | 163 |

QUESTÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR: UMA DISCUSSÃO SOBRE O CURRÍCULO NAS LICENCIATURAS

Bruno Gomes Pereira¹
Ewerthon Ferreira Dias²

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir acerca do papel das questões de gênero na formação inicial do professor, aqui também chamado de aluno-mestre. A fundamentação teórica está alojada na interface entre os estudos sobre currículo no Brasil e formação docente. Ambas as vertentes teóricas são vistas como complementares. A metodologia é do tipo bibliográfica, uma vez que procuramos colocar diferentes autores em diálogo. Isso, por sua vez, nos ajuda a gerar uma terceira interpretação da teoria mobilizada. Os resultados apontam para um destaque ainda mínimo à discussão sobre gênero, a qual mostra-se de maneira estanque dos demais assuntos abordados no currículo das licenciaturas.

Palavras-chave: Currículo. Formação do professor. Gênero.

Abstract

This article aims to discuss the role of gender issues in the initial training of teachers, here also called master students. The theoretical foundation is housed at the interface between studies on curriculum in Brazil and teacher training. Both theoretical strands are seen as complementary. The methodology is bibliographical, as we seek to put different authors in dialogue. This, in turn, helps us generate a third interpretation of the mobilized theory. The results point to an even minimal emphasis on the discussion about gender, which appears to be isolated from the other subjects covered in the degree curriculum.

Keywords: Curriculum. Teacher training. Gender.

Introdução

Muito tem se discutido acerca da diferença entre gênero e sexo no campo de investigações em Ciências Humanas. Com estas pesquisas, os resultados apontam para diversas direções, as quais problematizam questões voltadas às percepções psicológicas do ser humano, em detrimento dos aspectos biológicos. No entanto, ainda é preciso avançar, uma vez que este assunto ainda soa como um tabu junto à sociedade brasileira que, por vezes, mostra-se predominantemente heteroformalista (Butler, 2014; Butler, 2003).

No campo da educação, por exemplo, relacionar as discussões sobre gênero ao atual protótipo de currículo que temos hoje parece ser algo ainda bastante desafiador. Isso porque o currículo passa a ser visto como um território em constante disputa, em que as minorias ainda parecem ser vistas como desvalorizadas, ainda que não seja possível ignorar os avanços (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b).

¹ Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB). E-mail: bruno.pereira@ibirapuera.com.br.

² Especialista em Docência em Geografia e Práticas Pedagógicas pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: edias542@gmail.com.

Por isso, este artigo tem como objetivo discutir acerca do papel das questões de gênero na formação inicial do professor, aqui também chamado de aluno-mestre. Nesse sentido, passamos a questionar o perfil do atual profissional da educação que é lançado no mercado com a finalidade de sanar as demandas emergentes, inclusive acerca do comportamento humano.

A fundamentação teórica está alojada na interface entre os estudos sobre currículo no Brasil (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006) e formação docente (Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Tardif, 2000), sendo ambas as vertentes complementares. Esta convergência nos ajuda a compreender a complexidade da questão, o que vai muito além da inserção das discussões sobre gênero no currículo das licenciaturas. É preciso, além disso, problematizar aspectos de poder que envolvem a disciplinarização desses saberes, o que demanda um olhar para além do currículo como estrutura.

A metodologia é do tipo bibliográfica, uma vez que procuramos colocar diferentes autores em diálogo. A investigação deste tipo caracteriza-se como um processo de sistematização de leituras pertinentes ao processo de pesquisa. Em outros termos, para se fazer uma metodologia bibliográfica, é preciso ser criterioso na escolha dos textos mobilizados para leitura, o que reforça a natureza rigorosa do saber científico (Bortoni-Ricardo, 2008; Pereira; Angelocci, 2021; Severino., 2007).

A partir disso, cabe sugerir o seguinte problema de pesquisa: *O que revelam as pesquisas sobre a presença das questões de gênero no currículo do professor em formação inicial?*

Esperamos que este trabalho possa proporcionar momentos futuros de interlocução acadêmica, uma vez que a referida temática carece de mais investigações. Logo, advogamos por desdobramentos acadêmico-científicos em todos os níveis de pesquisa.

Além desta *Introdução* e das *Referências*, este artigo é constituído pelas seguintes seções: *O Debate sobre Gênero no Currículo do Professor em Formação Inicial* e *Considerações Finais*.

O Debate sobre Gênero no Currículo do Professor em Formação Inicial

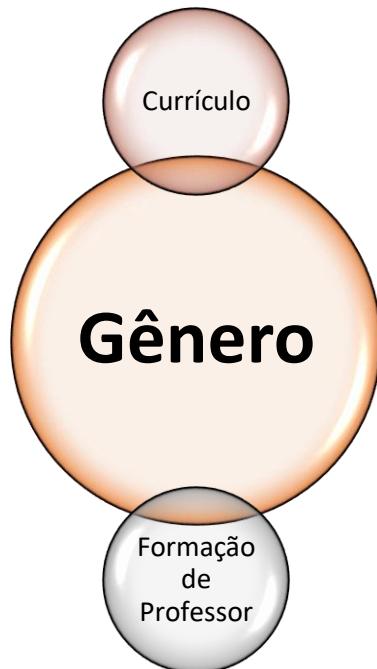
Nesta seção, apresentamos uma discussão acerca das questões de gênero no bojo do currículo das licenciaturas. Isso, por sua vez, nos ajuda a compreender o cenário nacional das pesquisas acerca da referida temática, além de nos convidar a pensar acerca do perfil profissional dos alunos-mestre atualmente.

Compreender a discussão teórica que travamos neste trabalho a partir de uma perspectiva interdisciplinar nos ajuda a perceber os debates sobre gênero enquanto um fenômeno social. Isso porque podem ser analisados sob diferentes enfoques, a depender do lugar de fala que o pesquisador assume (Sartori; Pereira, 2022b).

Entendemos a “interdisciplinaridade” a partir das colaborações de Pinho, Suanno e Suanno (2013) e Mesquita e Soares (2011). De acordo com os autores, o saber interdisciplinar consegue atribuir resultados mais satisfatórios às demandas atuais de investigação, porque trabalham a partir da prática do exercício da reflexão do pesquisador. Em outras palavras, é necessário mexer nas “caixinhas” do conhecimento humano, de maneira a misturá-las e, a partir disso, ter condições de construir novas verdades e leituras acerca dos fenômenos sociais.

A Figura 1 ilustra os movimentos teóricos que tentamos travar neste artigo, tomando as discussões sobre gênero como ponto de partida.

Figura 1: Movimentos teóricos



Fonte: Dos autores

A Figura 1 é constituída por três esferas diferentes, a saber: a) o gênero, na esfera central; b) o currículo, na superior; e c) a formação de professores, na inferior. Entre elas, há zonas fronteiriças que sugerem movimentos dialógicos entre os saberes humanos mobilizados.

Sobre as discussões acerca dos gêneros, nos interessamos mais de perto pelas pesquisas que problematizam aspectos psicológicos do corpo, considerando-o como uma espécie de autorrepresentação e auto entendimento. Por isso, optamos pela noção crítica deste assunto, largamente discutidas nas pesquisas de Butler (2014) e Butler (2003). De acordo com os autores, identificar a diferença entre gênero e sexo não é o suficiente para construir ideias e conceitos, sendo necessário, porém, problematizar o olhar sensível do homem enquanto ator social³.

Em tempo, entendemos os gêneros como um conjunto de autopercepção do homem, o qual é possível ser construído a partir da relação do “eu” com o “outro”. Logo, autoperceber o corpo é, na verdade, um processo de (re) construção e (re) constituição social, em que o homem busca parâmetros para problematizar suas próprias identidades (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b).

³ O termo “ator social” foi criado por Latour (2012), na sociologia francesa das relações, na tentativa de definir o homem como ser crítico, ou seja, ator do seu próprio processo de ressocialização.

Sobre as discussões acerca do currículo, nos interessamos mais de perto por aquelas que versam sobre políticas curriculares, compreendendo-as como um desdobramento investigativo no bojo das ciências da educação. Nesse sentido, é importante problematizar questões voltadas ao currículo enquanto território de disputa de poder, em que o vozeamento de um ocorre como consequência do silenciamento de outro. Assim, o currículo passa a representar uma sociedade dominante, a qual mostra-se ainda resistente ao entendimento das minorias como componentes sociais (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006).

Nesse sentido, as investigações nessa temática revelam pouca presença das discussões sobre gênero no contexto curricular das licenciaturas, ainda que seja possível notar um avanço em relação ao que víamos no passado. No entanto, ainda há uma falta de articulação entre esta temática e os demais assuntos do currículo, o que sugere uma formação docente ainda bastante fragmentada no que compete à compreensão da diversidade (Arroyo, 2013; Sacristán, 2000; Silva, 2006).

Por fim, sobre a formação de professores, nos interessamos pelas discussões acerca da formação inicial docente enquanto fase definitiva da construção identitária do futuro professor. É em sua formação inicial que o aluno-mestre começa a construir valores profissionais que vão lhe acompanhar para o resto da sua vida. Por isso, trata-se de um momento que demanda uma atenção especial (Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Tardif, 2000).

Dessa maneira, o currículo na formação inicial atua diretamente no delineamento deste profissional que tende a internalizar os preceitos estudados na licenciatura. Torna-se muito comum, por isso, compreender o currículo como um reflexo da licenciatura, daquilo que se pretende formar. O professor, então, passa a ser uma espécie de espelho daquilo que o formou (Diniz-Pereira, 2011; Nóvoa, 2009; Tardif, 2000).

Em síntese, é necessário compreender que as associações aqui permitidas caminham para uma direção de currículo enquanto viga-mestra para a construção do perfil do futuro docente. Isso porque, na formação inicial, o currículo exerce papel preponderante.

Considerações Finais

Neste artigo, discutimos um pouco acerca da relação entre formação de professores e currículo do docente a partir das questões de gênero. Parece algo recorrente pesquisas revelarem pouca presença desta temática em cursos de formação de professores, sendo que o pouco identificado tem relação com as novas diretrizes curriculares.

Por meio do problema de pesquisa “*O que revelam as pesquisas sobre a presença das questões de gênero no currículo do professor em formação inicial?*” identificamos pouca articulação com demais conteúdos do currículo. Isso, por sua vez, aponta para uma formação inicial docente ainda pouco articulada com as questões de gênero enquanto temática transdisciplinar.

Esperamos que este trabalho possa ter desdobramentos vindouros, uma vez que é necessário pensarmos em diferentes estratégias para uma formação docente mais satisfatórias frente as demandas sociais da atualidade. As questões de gênero devem ser problematizadas, partindo do princípio de que é necessário pensarmos as minorias em todos os domínios sociais.

Referências

- ARROYO, M. G. **Curriculum**: Território em disputa. 5^a ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BUTLER, J. Hablando claro, contestando. El feminismo crítico de Joan Scott. **Rey Desnudo-Revista de Libros**, Año II, n. 4, p.31-52, otoño, 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. A Prática como Componente Curricular na Formação de Professores. **Revista Educação**, Santa Maria, n. 2, v. 36, p. 203-218, maio/ago. 2011.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social**: Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/BA: EDUSC, 2012.
- MESQUITA, N. A. S.; SOARES, M. H. F. B. A Formação pela Pesquisa: O estágio como espaço de construção dos saberes. In.: GONÇALVES, A. V.; PINHEIRO, A. S.; FERRO, M. E. **Estágio Supervisionado e Práticas Educativas**: Diálogos interdisciplinares. Dourados: Editora UEMS, 2011.
- NÓVOA, A. **Professores**: Imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.
- PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da Pesquisa**. Pará de Minas (MG): Editora VirtualBooks, 2021.
- PINHO, M. J.; SUANNO, M. V. R.; SUANNO, J. H. (orgs). **Formação de Professores e Interdisciplinaridade**: Diálogo investigativo em construção. Goiânia: América, 2013.
- SACRISTÁN, J. G. **O Curriculum**: Uma reflexão sobre a prática. 3^a Edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Direitos Humanos e Políticas Públicas na Educação Superior: Algumas palavras sobre identidades de gênero. In: RIBEIRO, A. C. F *et al* (org.). **Práticas da Interdisciplinaridade na Educação**. 1ed. Pará de Minas: Editora Virtual Books, 2022a, v. 1, p. 58-63.
- SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Autorrepresentações de Acadêmicos Cotistas a partir das Políticas Públicas de Acesso e Permanência de pessoas Transexuais e Travestis na Educação Superior Brasileira. **International Journal of Development Research**, v. 12, p. 59652-59654, 2022b.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, T. T. da. **O Curriculum como Fetiche**: A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- TARDIF, M. Saberes Profissionais dos Professores e Conhecimentos Universitários. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 13, v. [?], p. 5-24. 2000.

A PROJEÇÃO SUL-COREANA NO CONTEXTO OCIDENTAL: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA *KIM JIYOUNG, NASCIDA EM 1982*, DE CHO NAM-JOO

Camila David Dalvi⁴
Rafael Sarto Muller⁵

Resumo

A projeção sul-coreana no contexto ocidental tem-se chamado Onda *Hallyu* e tem por estratégia o fortalecimento de seu *soft power* no contexto político internacional. O conteúdo ideológico de suas produções que chegam ao ocidente, notadamente k-pop e k-dramas, mantém alinhamento com a indústria cultural de massa e valores de dominação masculina sobre a mulher. A obra *Kim Jiyong, nascida em 1982*, de Cho Nam-Joo, vai na contramão desse fenômeno, denunciando o machismo, mas aproveitando-se das portas abertas pela *Hallyu* à circulação de textos no eixo ocidente-oriente. A partir dessa dialética, analisamos a primeira parte (infância) da obra. Encontramos que a protagonista funciona como uma personagem-tipo para a condição das mulheres na Coreia do Sul frente à cultura tradicional; a obra mostra-se autoficcional e lastreada historicamente, inclusive com notas de rodapé de textos científicos e noticiários. Graças a isso, literatura e ciência confluem na descrição das estruturas que sustentam a dominação masculina e como elas se arquitetam para promover o sofrimento psicológico às mulheres. Concluímos que, com a liberdade e o alcance garantidos pela literatura, Nam-Joo coloca em pauta questões centrais relativas a gênero e hierarquia.

Palavras-chave: *hallyu*; soft power; feminismo; gênero; hierarquia.

Abstract

South Korea's projection in the Western context has been called the Hallyu Wave and its strategy is to strengthen its soft power in the international political context. The ideological content of its productions that reach the West, notably k-pop and k-dramas, maintains alignment with the mass culture industry and values of male domination over women. The work Kim Jiyong, born in 1982, by Cho Nam-Joo, goes against this phenomenon, denouncing sexism, but taking advantage of the doors opened by Hallyu to the circulation of texts in the West-East axis. Based on this dialectic, we analyze the first part (Childhood) of the work. We find that the protagonist functions as a character-type for the condition of women in South Korea in the face of traditional culture; the work is autofictional and historically based, including footnotes from scientific texts and news reports. Thanks to this, literature and science converge in the description of the structures that sustain male domination and how they are designed to promote psychological suffering in women. We conclude that, with the freedom and scope guaranteed by literature, Nam-Joo raises central issues related to gender and hierarchy.

Keywords: *hallyu*; soft power; feminism; gender; hierarchy.

⁴ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail de contato: camiladalvi@gmail.com

⁵ Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail de contato: rafaelmuller776@gmail.com

Introdução

Não parece ser mais novidade para consumidores de produtos culturais – tais como seriados, filmes, romances etc. – nem para estudiosos das ciências humanas o evidente crescimento da presença sul-coreana em países ocidentais, como é caso do Brasil. Em primeiro momento, pode-se atribuir tamanha projeção à proposta governamental, que inicia desde a década de 1990, de difundir, através do que se conhece como *soft power*, a cultura do país. Tal “poder brando” ancora-se na ampla produção, voltada para a exportação, do modo de vida coreano – e por consequência da cultura do extremo oriente – via difusão ideológica. Esse processo é bastante complexo e sensível, uma vez que é necessário atender não só ao interesse do país em sua empreitada de inserção global como também à recepção dos textos produzidos; já que os produtos a serem exportados precisam, em alguma medida, atrair o consumidor além de agradá-lo (o que garante a repetição do ciclo de produção, difusão, formação de audiência e efetividade do *soft power*).

A Onda Coreana (*Hallyu*) configura-se em, sob o aspecto da inserção no capitalismo global, uma acertada aposta de um país que, em sua história, vivenciou conflitos com países vizinhos, permanece em estado de guerra civil (dadas suas relações com a Coreia do Norte) e não teria chances de projeção caso tentasse a maneira de dominação imperialista pelo *hard power*. Desde a sua primeira fase, ainda na década de 1990 com os K-dramas, a onda coreana só tem aumentado cada vez mais sua amplitude. Os seriados se mantêm mais presentes em plataformas de *streaming* – oficiais, como a Netflix, ou as alimentadas pelo trabalho incessante dos fãs, os quais postam, traduzem, divulgam e movimentam perfis que discutem os enredos, os ídolos etc. Já o fenômeno do K-pop demonstrou-se maior, uma vez que, com bandas consagradas como o BTS, aumentou os lucros do país e desbancou artistas ocidentais em plataformas musicais americanas. Como consequência de seu grande sucesso, essa banda pôde discursar, inclusive sobre xenofobia, em evento da Organização das Nações Unidas. Além disso, quando alguns de seus integrantes foram servir ao exército, a arrecadação do país caiu drasticamente. Esse grupo abriu portas para tantas outras *boy bands* ou *girls bands* coreanas. Segundo Salgado e Doretto (2022), o interesse pelos ídolos, pelas novelas e pela música desencadeou uma atenção ampla e crescente ao que se denomina *K-content* (*K-beauty*, *K-food* etc.). Mais recentemente,

[...] as ações governamentais têm sido em direção a estabelecer o rótulo “K-lit” para a literatura produzida no país, de forma a se estabelecer dentro do guarda-chuva de produções favorecidas pela Hallyu. Ainda que não seja responsável pela difusão e sucesso da Hallyu, uma vez que foi o esforço das empresas que operam na indústria cultural que fez a onda coreana realmente ser uma “onda”, a partir do crescimento do interesse pelos produtos culturais sul-coreanos, o Estado tem investido na indústria cultural do país e feito uso da imagem (principalmente) de grupos musicais e atores nas suas campanhas, ações e projetos, em especial para o público estrangeiro (Salgado; Doretto, 2022, p. 97)

É possível pensar que o investimento na cultura pop para exportação – obedecendo a preceitos globais ao mesmo tempo em que buscando preservar a imagem do país – abriu caminhos tão auspiciosos para a cultura coreana que gerou uma explosão de escolas de ensino da língua, restaurantes, lojas de cosméticos e vestuário. O que é mais relevante para esta pesquisa é a proliferação de produções que não se alinham em primeira instância com a indústria cultural do entretenimento. A literatura do país ganha espaço no cenário mundial, sendo vendida, lida, discutida em locais em que, há alguns anos e sem o esforço da *Hallyu*, jamais entraria, uma vez que o esforço de produzir, traduzir, editar e vender não seria compensado devido ao baixo interesse inicial – evidentemente justificado pela descentralidade da posição da Coreia no Sul no sistema a que chamamos capitalismo global. O rótulo K-Lit, como apontam Salgado e Doretto (2022), está em processo de solidificação no mercado internacional, na medida em que

leitores não coreanos mostram interesse em conhecer mais sobre a sociedade e cultura coreanas e, ao mesmo tempo (e talvez até mesmo em resposta), os autores coreanos estão escrevendo mais histórias sobre temas contemporâneos, que “abarcam de feminismo e questões de gênero a crise climática e, mais amplamente, direitos humanos — preocupações universais que leitores, independente de região ou idade, querem explorar” e que podem ser compreendidas independentemente do quanto esses leitores conhecem da realidade social sul-coreana. (Salgado, Doretto, 2022, p. 98)

Nesse sentido, não é à toa que obras como *A vegetariana* [2007], de Han Kang, e *Kim Jiyoung, nascida em 1982* [2016], de Cho Nam-Joo, estão disponíveis para venda em plataformas do mundo inteiro, sendo a primeira delas recente ganhadora do prêmio Nobel de literatura em 2024⁶. A obra de Han Kang foi traduzida para o português pela primeira vez em 2013, enquanto a de Cho Nam-Joo, em 2022. Ambas estiveram dentro do plano de ação da LTI Korea, recebendo investimentos. Tais obras não expressam em seu conteúdo exatamente as mesmas temáticas ou proposições ideológicas que os K-dramas ou as músicas de K-pop. Elas fogem aos estereótipos forjados pela indústria cultural de massa, por vezes criticando-a, ainda que tenham tomado o cenário mundial a partir da ação dessa cultura massiva que abriu os olhos do mundo para a Coreia do Sul. Na mesma esteira, pode-se acrescentar o cinema coreano recentemente laureado com o Oscar pelo filme *Parasita* [2019] e o pensamento acadêmico crítico ilustrado pelo sucesso das obras do filósofo e ensaísta Byung-Chul Han.

O objetivo da análise de contexto aqui é notar como a indústria cultural do entretenimento é capaz de abrir espaço para produções que, em certa medida, fogem ao seu escopo – e, por vezes, contrapõem-se a ele – embora ainda difundam, em uma irmandade dialética, o pensamento do país em questão: Coreia do Sul, que ora representa o alinhamento total à política imperialista estadunidense ora traz para si críticas a esse mesmo sistema e seus pilares. Para fazê-lo e como objetivo específico, adotamos como *corpus* de estudo excertos da obra *Kim Jiyoung, nascida em 1982* [2016], de Cho Nam-Joo, buscando na trama e nos comportamentos das personagens com seus pares situações de similar irmandade dialética tal qual ocorre com o país nas suas relações internacionais. Recortaremos, da obra, a parte da infância da protagonista Jiyoung, uma vez que consideramos esta fase (e em especial a sua parcela de vida escolar) um momento e espaço relevantes na formação e na manutenção da cultura de um país através do atravessamento de uma série de realidades e, no caso das subjetividades, um momento de vida em que as experiências tendem a se tornar referências balizadoras para a interpretação de mundo à frente pela pessoa. Partimos do pressuposto de que a literatura adota uma forma metafórica e narrativa de descrever fenômenos da realidade humana (Skinner, 1978), subjetiva e objetiva, de modo que o seu estudo é profícuo não só para avançar na leitura da obra, mas também na leitura de mundo.

Literacia e Soberania

Se por um lado a literatura funciona como um modo narrativo e metafórico para a descrição do comportamento e da realidade humana (Skinner, 1978), a sua circulação em níveis macro permite estudar os modos como tais comportamentos se fazem culturais e a realidade subjetiva se faz objetiva. É nesse sentido que diversos teóricos compreendem a relação entre literatura e ciência ou conceitos de similares níveis de sistematização. Raymond Williams (1958), por exemplo, opõe *sociedade* e *cultura* sob o aspecto da materialidade: enquanto a sociedade trataria diretamente das relações sociais como

⁶ Esse prêmio não foi aleatório ou gratuito não só pelo que se tem lido sobre os esforços da onda coreana mas também pelo trabalho realizado, de acordo com Salgado e Doretto, para esse fim: há um planejamento para a inserção no circuito mundial, subentendendo-se tradução para uma língua central, o que levou o LTI Korea (The Literature Translation Institute of Korea) a estabelecer um plano de ação mediante financiamento de autores que poderiam vir a preencher os requisitos do prêmio.

se dão de maneira imediata, a cultura, imaterial, é o elemento simbólico que deriva dessas relações. Ainda que a cultura seja produzida pela sociedade, ela opõe-se a esta no aspecto da materialidade.

Assim também ocorre com Bakhtin (1992) e Nunes e Silva (2022) ao considerar as relações entre infraestrutura e superestruturas da linguagem: a primeira ligada à forma como a realidade das interações acaba por designar o significado social do signo linguístico e as segundas como o uso corrente desses signos linguísticos acaba por retroalimentar o circuito, influindo na própria realidade. Tal autor está alinhado com a perspectiva da arte em Marx e Engels (2010) e Martinelli e Almeida (2017): o processo dialético em que a criação da arte (objeto) cria também os sujeitos que usufruem dela, em um sistema fechado.

Em termos comportamentais, a progressão dos elementos mais atômicos aos mais complexos também assume os mesmos rumos de estudo. Caballo (2014) e Del Prette e Del Prette (2001), por exemplo, não diferenciam os comportamentos humanos em *moleculares* e *molares*, conforme o seu grau de complexidade. Enquanto Caballo assume uma perspectiva relacional – um comportamento molecular será assim designado em relação a um molar quando compuser ao segundo –, Del Prette e Del Prette (2001) fixam aqueles molares como os que possuem uma intencionalidade predizível pelo observador, o que, naturalmente, exigirá um compósito de outros moleculares. Por exemplo: o comportamento molar de ler exige comportamentos moleculares de mover os olhos, virar as páginas dos livros ou, se assim se exigirem os níveis mais atômicos do comportamento, a contração dos músculos flexores dos dedos e assim por diante.

Da mesma forma que tal análise é possível *para baixo*, ela pode ser feita níveis acima: quando os comportamentos dos sujeitos são suficientemente similares entre si, identificam-se os comportamentos de grupo, permitindo a categorização de grupos sociais, o que pode ser expandido até nossas noções de cultura nacional e tratarmos (metaforicamente) dos comportamentos dos países. As mesmas relações de poder identificáveis nas relações diretas entre pessoas (sociedade, infraestrutura, molecular) são potencialmente extrapoláveis em nível macro (cultura, superestrutura, molar). O método de estudo para saber da generalização de comportamentos moleculares em molares pode ser variado. Dois são os principais grupos de métodos: a) os indutivos, em que a recorrência dos fenômenos de lutas de poder e opressão faz-nos crer tratar-se de algo generalizado; b) os hipotético-dedutivos, em que se assume a hipótese de que determinado comportamento molar identificado é decorrência de comportamentos moleculares tais (por dedução), vindo-se a confrontar tal hipótese com a experiência.

Para o presente texto, uma vez que assumimos um pequeno *corpus*, adotamos a segunda opção metodológica. O fenômeno complexo buscado é aquele sistema fechado em que um sujeito historicamente subalternizado ganha a credibilidade de um terceiro-envolvido, mas, ainda assim, é mantido em posição subalterna e cria-se-lhe um paradoxo: enfrentando o sistema, é escanteado à posição subalterna original; não enfrentando, sustenta-se o sistema de opressão macro, com apenas traços moleculares (mas não generalizáveis) de projeção. Para a Coreia do Sul e seus k-dramas, como o vimos na seção anterior, a projeção de suas séries televisivas fora possível e carregou consigo algum reconhecimento internacional (terceiro-envolvido), porém não extrapolável para um reconhecimento amplo o suficiente para colocar em xeque a lógica capitalista hegemônica. Há, como visto, aqueles leitores que passam a se interessar pela cultura coreana, mas são os temas julgados universais os que mais circulam em nível mundial. Na distribuição de poder em níveis de Estado-nação, a primazia ocidental se mantém no conteúdo e a moeda de troca pela projeção é a adoção da cosmovisão/perspectiva hegemônica.

A Coreia, subalterna histórica, amplia a sua credibilidade mundial (terceiro-envolvido) com a circulação e consumo amplos de seus seriados e seu k-pop, mas, ainda assim, a posição de poder subalterna: o seu *soft power* não é grande o suficiente para enfrentamento e nem automaticamente conversível em *hard power*⁷; a projeção pontual dá-se com produções televisivas cujo conteúdo não coloca em questão diretamente as relações de poder, reforçando-as no cotidiano – notadamente as questões de gênero –; e, se enfrentado o sistema, a retaliação é imediata, conforme o caso descrito em Urbano et al. (2021, p. 179):

A ansiedade dos setores conservadores estadunidenses frente ao K-Pop assume um caráter de pânico moral, que deriva da percepção do declínio da capacidade do país em exercer soft power (NYE, 2005) em escala global, de maneira quase monopolística, como acontecera desde o fim da década de 1990. A Coreia do Sul não é, contudo, o único alvo desse pânico; ele atinge também (e ainda mais intensamente) a China, cujas empresas de comunicação recentemente se tornaram competidores globais capazes de ameaçar a liderança das empresas estadunidenses. Por este motivo empresas como a Huawei e TikTok se tornaram alvos de retaliação por parte do governo dos Estados Unidos, que buscam compensar por meio de sanções políticas, a incapacidade de suas empresas de concorrer com elas em termos de mercado.

Uma vez que o *soft power* vai se tornando o modelo prioritário e topográfico de exercício do poder em níveis internacionais, a sua manutenção torna-se exercício constante do poder ocidental. O processo, em formato generalíssimo, dá-se da seguinte forma: a concentração do poder de decidir sobre a vida do outro (biopoder) e o exercício monopolista da violência e do extermínio (necropolítica) são materializados através de empreendimentos, que variam em custo-benefício ao longo do tempo e dos contextos. A força bélica converte-se em poder financeiro (controle dos mercados) e, mais recentemente, em poder digital (controle das tecnologias digitais), em que se inserem as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o seu poder de influência ideológica. Tais poderes, decerto, conferem alguma inserção e mobilidade de países como a Coreia, uma vez que passam a ser conhecidos por gerarem, mesmo que com produtos ajustados para a exportação, interesse em sua cultura.

Sabe-se adicionalmente que os aspectos culturais, uma vez ancorados num argumento de autoridade majoritária (o comportamento comum de manada de toda uma sociedade), são interpretados como originalmente legítimos e raramente postos em questão, tornando o processo de mudança dos aspectos culturais difícil. Opera-se uma gestão dos processos culturais para a manutenção de uma cultura específica: a ocidental. Nessa gestão, como a unidade métrica é o exercício do controle sobre o comportamento do outro, os diversos tipos de poderes são intercambiáveis entre si, num modelo de reserva de valor, em que a autonomia do sujeito é a moeda de troca.

Se com a corrida e o desenvolvimento tecnológico a Coreia e outros países orientais conseguem angariar mais moeda desse tipo de poder, os Estados Unidos usarão as suas reservas (poder político e financeiro) para minar o alcance de tais tecnologias. A cada passo na metamorfose do poder, o sistema organiza-se para cercear o acesso de outros ao anterior, num sistema que concentrará o poder continuamente. A força bélica, via organismos internacionais, tem o seu desenvolvimento impedido politicamente a outros países. A força política, baseada em credibilidade institucional, é concentrada através do sistema financeiro a partir de métricas de risco país (EMBI+) que são produzidas apenas para países emergentes (Muller, 2022) e sistemas de dívida controlados

⁷ Ainda quando tecnologicamente desenvolvido por algumas nações, o *hard power*, hoje, funciona à similaridade de um *soft power* lastreado em poder militar, uma vez que uma guerra atômica significaria a extinção imediata da vida no planeta. Este debate, entretanto, extrapola o escopo do presente texto, de modo que indicamos a leitura de Hannah Arendt aos que interessarem.

por organismos internacionais, como o Bank for International Settlements (BIS). Na sequência, a força financeira é mantida pelo sistema tecnológico num processo de mudança da natureza do dinheiro, que vai deixando de ter lastro material (reservas de metais, economia produtiva etc.) e se tornando completamente digital. Como a informação é gerida por operadores com o conhecimento para tal, o controle passa à mão dos detentores do conhecimento e acesso das TIC, de modo que a usabilidade de redes e a experiência do usuário passam a ser o critério de controle: onde o usuário tiver a melhor experiência será onde colocará suas informações.

É preciso, então, que usuários sejam reforçados nos usos das redes e, para isso, o desenvolvimento de algoritmos que, em vez de confrontá-los em seus preconceitos, buscarão fornecer sempre estímulos reforçadores. Para que o *soft power* seja exercido, a cultura (elemento mais fundante de uma série de concepções de vida do sujeito) deve permanecer hegemônica ou mudar-se de modo controlado apenas algumas concepções: afinal, o Estado coreano buscara uma alternância de poder com o Estado norte-americano mais do que o desfazimento dos Estado – nesta última luta residem os movimentos em prol de uma internet livre e aplicações de código aberto, por exemplo.

Da mesma forma que estes últimos (internet livre e código aberto) se apropriam de uma tecnologia originalmente estatal (a internet foi criada com fins militares) para a tentativa popular de fazer conduzir o mundo para um novo modo de viver⁸ menos desproporcional em termos de poder, assim ocorre com a literatura de Cho Nam-Joo, que se vale da *Hallyu* para pautar temáticas femininas/feministas e agir mais profundamente no intelecto das gentes. Melhor do que o acúmulo de informações controláveis pelos governos – produtos culturais de massa –, para fins de exercício da autonomia é o conhecimento da qualidade das próprias ideias e dos próprios comportamentos e decisões, ou nas palavras de Espinosa, “é entender o que é uma ideia verdadeira, distinguindo-a das demais percepções, [...] o conhecimento reflexivo ou a ideia da ideia” (Espinosa, 2023, [s.p.]).

Considerações a respeito do romance

A obra – que, segundo se afirma largamente, foi criada pela autora tendo por base sua vivência real de mulher e mãe – se inicia com a apresentação da personagem Kim Jiyoung e de seu contexto familiar, em que vive com o marido e seu bebê recém-nascido. Numa atmosfera mística, de potencial incorporação espiritual – mas que vai lentamente se mostrando questão de saúde mental, ela passa a agir perante o marido e a família como outras mulheres que foram de seu convívio, estratégia que pode já alertar ao leitor que a proposta da obra terá enfoque universalista, sendo Jiyoung uma personagem-típico, útil a dar notoriedade a eventos pelos quais as mulheres em condições similares passam. Essa hipótese de leitura é reforçada quando consideramos a importância dos inícios das narrativas para o estabelecimento de um quadro de referência para o leitor, dentro do qual serão mais ou menos prováveis determinadas interpretações da obra que se tem em mãos (Eagleton, 2019).

Há, então, um *flashback*, em que a história de Kim Jiyoung será contada desde a mais tenra idade, não sem antes passar também pelos históricos sofridos de sua mãe e de sua avó. Essa volta ao tempo faz com que o leitor perceba qual o percurso familiar, pessoal e social trilhado pela protagonista, no intuito de, quiçá, fazer notar que seu possível enlouquecimento pode-se dever à impossibilidade de continuar lidando com todas as violências a que é exposta desde o nascimento até sua fase adulta.

⁸ Uma noção interessante encontra-se em Espinosa, em que se entende esse regime de vida autônomo (recordar-se que tratamos do poder sobre a autonomia alheia como a moeda de troca) como higiene e cuidados de si, para os quais dá os nomes de “*isomeria* (igualdade proporcional das partes do corpo) e *isonomia* (igualdade proporcional das regras de funcionamento de cada parte), contrapostas à noção de doença como *monarchia*, isto é, poder desproporcional de uma única parte que usurpa, com suas regras privadas, o lugar do próprio todo complexo” (Rezende, 2023, [s.p.])

Jiyoung, embora não tenha meios de realizar uma transformação social, a todo momento surpreende-se com as injustiças justificadas pelos papéis dos sexos em sua sociedade. Ela não se cala totalmente: ao contrário, demonstra algumas vezes a perplexidade em torno das situações a que é submetida. A obra traz em sua estrutura inúmeros dos problemas que as mulheres, sejam elas do extremo oriente, sejam elas ocidentais, sofrem. Acham-se na obra: assédio moral e sexual; desigualdade de salários e de oportunidade de empregos; hierarquias familiares; desequilíbrio nas funções dentro do casamento; sobrecarga no trabalho de cuidado; cobranças advindas da postura materna socialmente aceita; códigos de vestimenta e conduta; falta de oportunidades de escolha para estudos e emprego dentre outros. A riqueza de elementos passíveis de análise é tal que enseja, para o estudo inicial deste artigo, o recorte apenas na infância da personagem, certos de que muito mais se poderá vir a produzir com a obra no seu todo.

Por fim, antes que se debruce na infância da personagem, vale notar que, ainda que seja uma ficção, a trajetória da personagem é acompanhada de dados e referências a notícias e pesquisas científicas sobre a situação das mulheres na Coreia, o que tensiona os limites entre ficção e realidade e demonstra os usos potenciais que a literatura pode ter para interceder perante o mundo. Essa interpelação constante dos dados pode ainda configurar o interesse em trazer, com fontes de pesquisa, para leitores estrangeiros – e por que não aos próprios coreanos atentos aos fluxos internacionais – os reais problemas relativos à situação da mulher no país, uma vez que a imagem que prevalece nos produtos culturais de alta audiência e enormes níveis de produção, como os k-dramas, é de reforço insistente e incansável de padrões de vida atrelados à monogamia, ao casamento, à manutenção clara de papéis de gênero e, especialmente, ao amor cortês/romântico. Nos k-dramas, romantiza-se a exaustiva carga de trabalho como movimento natural a quem se esforça e quer alcançar uma boa colocação, financeira e profissional. A maternidade e seus dilemas também quase não são postos em cena quando aparecem. Centra-se a narrativa na trajetória pessoal do profissional galgando seu lugar ao sol e na trajetória de um casal que, peripécias depois, une-se em um amor capaz de superar quaisquer agruras.

Nada disso ocorre no romance em análise também porque não há uma figura, geralmente masculina, que exerce, por ser abastada financeiramente e bem colocada socialmente, o papel de salvação para a mulher. Nos k-dramas, via de regra, a mulher protagonista passa a ser figura de grande importância (e que “vence” na vida) por ter sido chancelada pelo amor incondicional de um homem poderoso. É essa a narrativa que a indústria cultural exporta, maquiando e enchendo de brilhos (porém sem possibilidade de esconder) a desigualdade entre os sexos. Na obra de Nam-Joo em análise, as desigualdades aparecem, nuas e cruas, sem a possibilidade de uma resolução superficial e milagrosa – e, portanto, estéril.

A infância de Jiyoung

De início, a chegada de Jiyoung ao mundo já fora indesejada. Como se pontua no livro, ela fora a segunda menina da família em um tempo em que “o governo já tinha implementado uma política de controle de natalidade chamada ‘planejamento familiar’ para manter o crescimento populacional sob controle” (Nam-Joo, 2022, [s.p.]), sendo que se permitia o aborto de bebês meninas. É emblemático o trecho graças à reiteração, via conteúdo e forma, da suposta “falha” da personagem em alcançar o tão sonhado filho homem:

Quando Kim Eunyoung nasceu, Oh Misook segurou a criança nos braços e chorou.
— Sinto muito, mãe — disse, de cabeça baixa.
Koh Boonsoon respondeu à nora, com carinho:
— Tudo bem. O segundo vai ser um menino.
Quando Kim Jiyoung nasceu, Oh Misook segurou a criança nos braços e chorou.

— Sinto muito, garotinha — disse, de cabeça baixa.
Koh Boonsoon repetiu com carinho:
— Tudo bem. O terceiro vai ser um menino. (Nam-Joo, 2022, [s.p.])

A terceira menina será “apagada”, pois “Verificar o sexo e abortar as meninas era prática comum, como se elas fossem um problema médico” (Nam-Joo, 2022, [s.p.]).

Outro trecho emblemático em que a autora referencia a mesma obra⁹ que trata das famílias coreanas como embasamento para a cena dá-se em relação à prática cultural de divisão do trabalho entre homens e mulheres – e isso se dá ainda na geração anterior à de Jiyoung.

Naquela época as pessoas acreditavam que era responsabilidade dos filhos **homens levar honra e prosperidade para a família** e que a prosperidade e a felicidade da família dependiam do sucesso deles. **As filhas sustentavam** os irmãos homens com prazer.

O irmão mais velho de Oh Misook estudava medicina em uma universidade federal nos arredores de Seul e trabalhou no hospital universitário de sua alma mater por toda sua carreira. O segundo irmão mais velho era chefe de polícia quando se aposentou. Oh Misook tinha orgulho dos irmãos *honestos, trabalhadores e inteligentes* e considerava gratificante sustentá-los. Quando os irmãos mais velhos, de quem ela se orgulhava tanto que se gabava deles para as amigas da fábrica, passaram a conseguir se sustentar, o irmão mais novo começou a estudar. Ele frequentou uma faculdade de treinamento de professores em Seul graças à ajuda deles, e **o mais velho foi louvado por ser o primogênito responsável que levou honra e amparo à família por meio do próprio sucesso**. Oh Misook e a irmã só então perceberam que a vez delas não iria chegar. Sua família *amorosa* não lhes daria a oportunidade e o apoio para que se realizassem profissionalmente. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos]

O exagero que vai se avolumando ao longo do trecho faz com que, na progressão, crie-se uma ironia derivada do absurdo construído. Isso pode ser formalmente identificado ao se analisarem os interlocutores, as mensagens e os seus significados de modo comparativo. Primeiramente, dois são os comportamentos identificáveis no trecho: a) levar honra e prosperidade para a família; b) sustentar os irmãos. Na divisão das tarefas, tradicionalmente, a primeira é designada aos homens, enquanto a segunda às mulheres.

Originalmente, os louros das duas funções, ainda que louros meramente íntimos (“tinha orgulho dos irmãos | se orgulhava tanto que se gabava deles para as amigas”), eram repartidos entre os gêneros. Na progressão do trecho, entretanto, inclusive isso é, depois, interdito às mulheres: depois de conseguida a honra e o amparo da família pelos dois primeiros filhos, o louvor pelo comportamento de sustentar o terceiro irmão, que deveria ser creditado às mulheres (vez que é delas o ofício de sustentar aos irmãos homens), é creditado ao primogênito homem. Na mensagem “sustentar os irmãos” o significado é “mero ofício tradicional da mulher” para as irmãs interlocutoras e “honra e prosperidade” quando os interlocutores são masculinos. O significado considerado verdadeiro de uma mensagem, portanto, está vinculado não a seu conteúdo, mas à autoridade de quem fala (Muller, 2023) – neste caso, a família e a tradição cultural hegemônica coreana. Na mesma esteira, como a autoridade da tradição e da família não mudam de imediato e a disparidade de poder entre Jiyoung e a sociedade é muito grande, não se identificam alterações no conteúdo ao longo do tempo: aos irmãos homens estão umbilicalmente associados os valores de honra, prosperidade, honestidade, trabalho e inteligência tanto no início, quanto no final; e às mulheres, por lógica complementar, a ausência de tudo isso. É nesse ponto que a palavra “amorosa” como adjetivo de família torna-se irônica. Ainda que apenas no nível local e de consciência de Jiyoung, associar

⁹ PARK, Jaehyun. Statistical Family [Família estatística]. Mati Books, 2015.

“amorosa” àquela autoridade (família tradicional) que julga suas próprias filhas como destituídas dos supramencionados valores torna-se um deboche.

E essa estrutura se mantém por gerações. Isso se nota na discussão de Jiyoung, agora com seus dilemas de escolha de trabalho, com sua mãe – a mesma que, como se nota acima, percebeu que sua vez não chegaria frente à obrigação de sustentar a honra dos homens – sobre a profissão que pensava seguir:

— Eu também queria ser professora.

Jiyoung caiu na gargalhada. **Ela achou a ideia absurda porque até então acreditava que as mães só podiam ser mães.**

— É verdade. No ensino fundamental, eu tirava as melhores notas de todos os cinco irmãos. **Era melhor do que seu tio mais velho.**

— Então por que não virou professora?

— **Tive de trabalhar para pagar os estudos dos meus irmãos. Era assim com todas. Todas as mulheres viviam assim na época.**

— Por que não vira professora agora?

— **Agora tenho de trabalhar para pagar os estudos de vocês.** É assim com todas. Todas as mães vivem assim hoje em dia.

Suas escolhas de vida, ser mãe de Kim Jiyoung... Oh Misook estava começando a se arrepender. **Jiyoung se sentiu como uma pedra — pequena, mas pesada e sólida** — segurando a cauda comprida da saia da mãe. Isso a deixou triste. A mãe percebeu e passou a mão com carinho nos cabelos despenteados da filha. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos]

Ou seja, a própria menina, vendo quem sua mãe se tornou, não concebia que ela teria sido mais inteligente que os irmãos e que tivera sido ambiciosa um dia a ponto de pensar seguir a carreira de que gostava. Trabalhou pelos irmãos, e a vez dela nunca chegara, pois, alcançado o objetivo-mor de toda mulher, o casamento, deveria ser mãe e, assim, pagar pelos estudos dos filhos. Esse roteiro era seguido e imutável – mesmo que trouxesse questionamentos no percurso. Diferentemente do que se espera para um filho menino, todavia, Jiyoung compreendeu o fardo de sua mãe, pois já tinha em sua infância vivenciado as restrições sociais reservadas às mulheres; tanto é assim que, mesmo não sendo a raiz do problema, sente-se, pela mãe, triste e culpada, como uma pedra pesada.

Por fim nos debruçamos sobre aquilo que fora indicado como “primeiro obstáculo” da vida escolar de Jiyoung, conforme nosso recorte de análise inicialmente determinado. A primeira etapa é a descrição das violências de base e o modo como ela é interpretada.

O primeiro obstáculo de sua vida escolar foram as “brincadeiras do colega de carteira” **que muitas garotas vivenciavam. Para Jiyoung, parecia mais assédio ou violência**, e não havia nada que ela pudesse fazer além de chorar para a mãe e Eunyoung. Elas não ajudavam muito. Eunyoung dizia que **os meninos eram imaturos** e que Jiyoung deveria ignorá-los, e a mãe repreendia Jiyoung por chorar e reclamar de um colega que só estava provocando porque queria brincar.

Um dia, **o colega começou a bater nela.** Na hora de sentar, na fila, ao pegar a mochila, ele batia no ombro dela como se fosse um acidente. Ao vê-la caminhar pelo corredor, ele entrava no caminho dela e se chocava com força contra seu braço. Pegava sua borracha, seu lápis ou sua régua e não devolvia. Quando ela pedia de volta, ele jogava o objeto no outro lado da sala, se sentava em cima ou jurava que não tinha pegado. Quando ela parou de lhe emprestar as coisas, ele começou a tirar sarro do modo como ela se vestia e das palavras que falava errado e a esconder sua mochila e seus sapatos tão bem que ela demorava um tempão para encontrar. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos]

Jiyoung se constrangia a todo momento com a atitude do “amigo”, entretanto fora sufocada por duas mulheres mais velhas, em posição de autoridade – e que, portanto, pressupõe-se que deveriam figurar um refúgio para a menina: a irmã mais velha e a mãe. Fora encorajada não só a ignorar seu incômodo e, portanto, torná-lo algo corriqueiro e normal como também a aceitar as investidas do rapaz sem parecer reclamona. Isso porque a posição dessas mulheres é dúbia e a sua autoridade apenas parcial. Uma autoridade plena é aquela que tem interesse volitivo na manutenção do *status quo* de uma estrutura de opressão e, portanto, de nada adiantaria recorrer a ela (Muller, 2023). Uma autoridade parcial é aquela que, ainda que não tenha o interesse volitivo, atua tal qual em esquiva de sofrer retaliações ou ser rebaixada a uma situação menor que o conforto de autoridade parcial lhe permite. Em ambos os casos, a autoridade sempre age em prol do sistema e é virtualmente inútil recorrer a ela caso o objetivo seja a extinção da estrutura opressiva.

A violência, entretanto, escala-se e guarda consigo um aspecto de duplo-vínculo. O duplo vínculo é um fenômeno de grande interesse da psiquiatria e que está relacionado a sofrimento mental intenso, sintomas de discurso esquizofrênico e emissão de comportamentos considerados atípicos ou desproporcionais àqueles que o analisam de fora do quadro, critérios cumpridos pela condição de Kim Jiyoung no romance. Os seus três principais elementos são: a) uma relação intensa e assimétrica, normalmente de valor similar ao da sobrevivência, como nas relações hierárquicas em que o superior dispõe sobre o destino do inferior; b) uma mensagem estruturada de tal forma que a resposta, seja ela qual for, será tomada por desobediência na relação, seja por ilusão de alternativas, seja por paradoxos comunicacionais (duas ordens mutuamente excludentes na mesma frase), seja por linguagem pressuposicional implícita; c) o receptor da mensagem (inferior) é impedido de sair do quadro de referência, seja pela metacomunicação (comentar sobre a condição da relação e/ou da estrutura da mensagem emitida-recebida), seja a fuga do espaço (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993).

Como nenhum comportamento (nem em resposta à mensagem, nem em esquiva do quadro de referência) é cabível, o comportamento a ser emitido apresenta alta variabilidade, tanto entre indivíduos quanto entre o indivíduo e seu histórico de repertórios, à similaridade do cão de Pavlov, uma vez que é a redução dos repertórios disponíveis que faz o sujeito emitir novos comportamentos, dos quais a pessoa poderá ser julgada “má”, “louca”, “culpada”, “punível” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993), ou, em poucos casos e em quadros de referência de valores totalmente opostos, “criativa”.

De volta ao que será descrito no romance, segue-se um exemplo claro:

Certo dia, no início do verão, Jiyoung tirou os sapatos durante a aula para refrescar os pés suados quando o colega de repente chutou um dos calçados com força. O objeto saiu voando pelo corredor até o tablado na frente da sala. As crianças caíram na gargalhada, e a professora ficou vermelha de indignação.

— **De quem é este sapato?** — gritou a professora, batendo com o **punho cerrado** na mesa.

Jiyoung não conseguiu falar. Estava com medo e, embora fosse seu sapato, esperava que o colega que o chutara se denunciasse. Mas ele também devia estar com medo, pois manteve a cabeça baixada.

— E então? Fale! Ou eu vou ter de verificar os sapatos de todos?

Jiyoung cutucou o colega com o cotovelo e sussurrou:

— Foi você.

Ele baixou ainda mais a cabeça e disse:

— Não é *meu* sapato.

A professora bateu na mesa mais uma vez, e Jiyoung **teve de levantar a mão**. Ela se apresentou na frente da turma e foi repreendida. Era uma **mentirosa covarde** por não ter respondido na primeira vez em que a professora perguntou de quem era o sapato e uma **ladra** por ter roubado o tempo valioso de aula dos colegas. Jiyoung chorava **tanto, lágrimas e ranho escorriam por todo o rosto**, que não

conseguiu nem se defender. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos em negrito]

Jiyoung e a professora cumprem o critério A, uma vez que dentro da escola e sob o quadro de referência de perseguição de um sujeito responsável para ser punido, a condição de hierarquia entre elas ganha relevo. A mensagem e o contexto de enunciação “de quem é este sapato?” – somados aos gritos e punho cerrado – cumprem o critério B. Há a pressuposição implícita de que o dono do sapato *deve coincidir com o responsável por arremessá-lo*. Por fim, o fato de que, no contexto, o simples ato de pedir a palavra (levantar a mão) já seria interpretado como resposta positiva à mensagem faz cumprir o critério C, que é o da impossibilidade de, naquele momento, metacomunicar (explicar à professora que, em que pese o sapato ser dela, não fora ela que o arremessara, pois não é correta a pressuposição da professora pela identidade entre o dono e o arremessador).

Como sintomas, os comportamentos alternativos que não estavam em seu repertório: cutucar o colega (uma vez que fazia o máximo para sempre ignorá-lo), a depreciação ainda mais profunda de seu autoconceito (“era uma mentirosa covarde [...] e uma ladra” em vez de “sentiu-se mentirosa covarde [sabendo-se que não era]”, por exemplo), e o choro “tanto, lágrimas e ranho escorriam por todo o rosto” e o imobilismo “não conseguiu nem se defender”. Nam-Joo relata metafórica e narrativa o poder dessas condições comunicacionais que vão coincidir com a sistematização da pesquisa experimental. Watzlawick, Beavin e Jackson (1993, p. 196) relatam que nos experimentos de duplo-vínculo de Pavlov, o indivíduo vitimado chegara a “manifestar certos distúrbios típicos de comportamento; pode entrar em estado comatoso ou mostrar uma agressividade extrema, além de manifestar os concomitantes fisiológicos de uma grave ansiedade”.

A luta contra a violência hierárquica, ainda que impossível na relação 1:1 como o vimos, é passível de superação quando quebrado o ciclo de violência em meio ao grupo. É dizer: através de caminhos comunicacionais indiretos (onde entra o aspecto da cultura como fenômeno comunicacional genérico), é possível a intervenção sobre o quadro de referência de duplos vínculos criados. No romance, ainda que Jiyoung estivesse duplamente vinculada e nada pudesse fazer, após a sua condenação sumária, a mensagem emitida pela professora perde valor e os critérios do duplo-vínculo deixam de ser cumpridos para o restante da turma, o que abre espaço, por exemplo, para que a metacomunicação seja realizada por uma terceira pessoa. É o que se passa:

Foi então que **alguém** disse bem baixinho:
— Não foi Jiyoung.
Era a garota que se sentava lá no fundo, do outro lado do corredor.
— **O sapato é dela, mas não foi ela quem chutou.** Eu vi.
A professora, confusa, perguntou:
— Como assim? Então quem foi?
A garota pareceu ter medo de entregá-lo, mas olhou para a nuca do menino em silêncio. A professora e a **turma inteira encararam o colega** de Jiyoung, e ele finalmente confessou. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos]

A situação pontual se resolve momentaneamente, mas, da mesma forma que ocorreu anteriormente, o aspecto cultural (da cultura que está aí) sobressai. É importante notar, ademais, que quem sai em defesa de Jiyoung é outra menina, que senta ao fundo e até então não havia aparecido (e permanece quase anônima, além de falar baixinho). Ou seja, pressupõe-se que esse alguém que a defendeu passa por situações semelhantes, por ser menina e, portanto, sem investimento de autoridade hierárquica (como a mulher professora) ou sem a dominação natural de que se investem homens na sociedade. Nem a irmã mais velha, nem a mãe, nem a professora: fora uma menina igualmente vítima de situações como as vivenciadas pela protagonista que teve, ainda que com muito receio, coragem de posicionar a questão em defesa de uma colega injustiçada inúmeras vezes.

Comportamentos que, topograficamente, são condenáveis (as violências do colega contra Jiyoung), mas, culturalmente, precisam de uma explicação para que sejam [pseudo-]justificados, acabam por encontrar na obscuridade¹⁰ das contradições os seus meios de manutenção. Assim é como se dá no romance o diálogo de Jiyoung e a professora:

— Por favor (soluço soluço), me coloque (soluço soluço) com outro colega. Eu nunca (soluço soluço), nunca mais quero me sentar (soluço soluço) com ele (SOLUÇO SOLUÇO), nunca mais.

A professora deu um tapinha nas costas da menina.

— **Sabe de uma coisa, Jiyoung? Deixe-me contar uma coisa que sei há algum tempo e que você não percebeu: ele gosta de você.**

Jiyoung ficou tão horrorizada que parou de chorar.

— Ele me odeia — retrucou. — Achei que você tinha dito que via como ele me trata.

— **Meninos são assim. — A professora riu. — São mais malvados com as garotas de quem gostam.** Vou ter uma conversa com ele. Por que você não aproveita esse incidente como uma oportunidade de ficar amiga dele, em vez de trocar de carteira e manter uma situação hostil?

Ele gosta de mim? Ele me provoca porque gosta de mim? Jiyoung ficou confusa. Pensou em quanto tinha sofrido por causa dele e ainda assim não conseguiu entender o que a professora estava dizendo. Quando gostamos de uma pessoa, somos mais amigáveis e mais agradáveis com ela. Com amigos, com a família, com cães e gatos de estimação. Mesmo aos oito anos, isso era senso comum para Jiyoung. As provocações do colega tornavam a vida escolar muito difícil para ela. O que ele a fazia passar já era ruim, e agora parecia que ela era a criança má que não entendia o colega.

Jiyoung balançou a cabeça.

— Não, senhora. Eu não quero isso, de verdade. (Nam-Joo, 2022, [s.p.]) [destaques nossos]

A professora ainda vai além, buscando, apesar de seus protestos, fazê-la associar os atos de impertinência e violência a manifestações de amor. Nesse cenário, tenta investir Jiyoung da responsabilidade de, com seu jeito feminino, aproximar-se do colega de classe a fim de tornar-se amiga dele, sugerindo que ela “aproveite” o incidente – algo similar ao que sua mãe já havia afirmado quando ela reclamou em casa do desconforto. Quanto mais velhas e adaptadas a essa sociedade violenta com o sexo feminino, mais as mulheres se ajustam ao que vai se tornando normalizado. A mãe já sabia o que a professora também aprendera com a vivência social: “meninos são assim mesmo”. As manifestações imaturas do rapaz deveriam ser relevadas, perdoadas e tomadas como verdadeiras (ainda que Jiyoung tivesse que procurar bem no fundo as supostas verdades por trás das atitudes do menino). Assim, perdoa-se mais uma vez quaisquer sinais de violência, imaturidade, descompromisso e desrespeito de homens sobre mulheres, sob a justificativa de ingenuidade e afeto. Às mulheres não era reservado perdão semelhante. Nem nessa ocasião, nem em outras similares ou até mais agressivas. E a vítima é vista como algoz: “e agora parecia que ela era a criança má que não entendia o colega” (Nam-Joo, 2022, [s.p.]).

¹⁰ Sobre isso, notável a citação do pedagogo Célestin Freinet (2004, [s.p.]): “O que nos atrapalha e nos atrasa nesta investigação científica da verdade não é a dificuldade dos problemas a serem tratados, mas sim a obstinação diabólica com que, desde tenra idade, somos desviados do bom senso, alimentados de Ersatz, com que nos estragam o espírito com definições ou invocações, nos deformam o entendimento e a inteligência, levando-nos por falsos caminhos e ensinando-nos a fazer ou a desfazer nós!... A verdade é que os nossos mestres e os seus servidores nunca têm interesse em que nós descubramos as leis claras da vida. Vivem da obscuridade e do erro... e é sempre apesar deles e contra eles que realizamos a nossa cultura. Não cabe a mim dizer-lhe como você poderá descobrir e ensinar essas leis naturais e universais que lhe abrirão depressa, e definitivamente, as leis do Conhecimento e da Humanidade. O que eu sei é que elas existem e que aqueles que as possuem têm todos o mesmo ar de sabedoria e de segurança, de calma e de simplicidade, e de generosidade também, que lemos no rosto dos velhos pastores, nas mãos intuitivas dos curandeiros, nos olhos profundos do sábio, nas decisões e na ação dos militantes devotados, nas palavras dos sensatos... e na espantosa confiança das crianças na aurora da vida.”

Após ser subalterna em casa e não poder, por exemplo, experimentar o leite em pó do irmão mais novo, na escola, durante a infância, ela passa por esse problema e muitos outros. Seu lugar de inferioridade é constantemente reafirmado: os meninos têm os melhores lugares na sala, na aula e no refeitório. Elas eram responsáveis pela sala de aula, enquanto eles, pelos esportes. Durante a adolescência, por exemplo, avançando para além do recorte de escopo aqui estipulado, a vestimenta das meninas contava com saia, meia, sapatos e tantos outros contentores de movimento que dificultavam a prática corporal livre. Segundo o inspetor, “os meninos eram mais ativos fisicamente”, por isso mereciam uniformes confortáveis. O “sexo frágil” e pouco ativo se construía pela convenção estipulada nos papéis dos sexos na sociedade, tal qual tantas outras crenças que serão transformadas, no bojo cultural, em verdades pressupostas e, a partir desse ponto, a sua dissolução torna-se um desafio majorado.

Considerações Finais

De um modo probabilístico, a sociedade pronuncia-se através do indivíduo e o indivíduo comporta-se conforme a sociedade se constroi (Leirner, 2003). Em termos de relações internacionais, a Coreia do Sul, surfando na onda *Hallyu*, mantém a sua posição de autoridade parcial. O destaque mundial que ganha é um destaque situado, de onde deriva que a desestabilização de estruturas que sustentam o modo atual de organização humana é controlada. A protagonista da obra *Kim Jiyong, nascida em 1982* [2016], de Cho Nam-Joo, assim também parte de uma condição de subalternidade máxima e, apenas pontualmente, vai ganhando alguma credibilidade – sempre passageira, pontual e situada. No presente artigo, ao estudarmos a sua infância, isso fora visto na cena da escola envolvendo o colega e a professora, que a escuta apenas parcialmente, ignorando – e, assim, mantendo – a estrutura de dominação masculina, sob argumentos arquitetados para a sua [pseudo-]justificativa. E é essa estrutura sufocante e sólida que parece encaminhar a protagonista para o destino de loucura e dissociação, como ocorre em outros textos que tratam da questão da mulher.

Apesar da manutenção das estruturas de poder em condições gerais, o estudo das situações excepcionais – micro, moleculares – nos permitiu identificar as rachaduras potenciais para a superação desse sistema. Os loucos são usualmente assim rotulados para que aqueles que têm interesse na manutenção do *status quo* possam ignorar confortavelmente que as falas daqueles [loucos] colocam em questão um modo de vida doentio (Lévi-Strauss, 1975). Assim se deu com a obra de Nam-Joo: na onda majoritária das produções coreanas que alaga o ocidente e que reproduz as formas de dominação masculina, é com uma protagonista já no início reconhecida como “louca” ou “possuída” que as absurdidades das questões de gênero vão sendo postas em questão.

Por fim, ressaltamos que a obra ainda dispõe de uma multiplicidade de pontos de encaixe para mais olhares e estudos. Debruçamo-nos basicamente sobre o seu contexto de circulação e, no conteúdo, os trechos iniciais que tratam da infância da protagonista. Resta em aberto para pesquisas futuras, por exemplo, o estudo dos prosseguimentos das fases de vida de Jiyong, com todos os históricos de contingências para seus comportamentos, além das relações dos vários trechos com as pesquisas que referendam o lastro de historicidade social da ficção.

Referências

- ADORNO, T. **Indústria cultural**. Trad. Vinícius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- AMADO, A.; SANTOS, V. “Vocês têm fogo, vocês têm paixão”: construção e análise sócio-histórica do perfil de fãs culturais transnacionais brasileiros. **TROPOS: Comunicação, Sociedade e Cultura** (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3734>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BAKHTIN, M. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

- BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CABALLO, Vicente E. **Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais**. São Paulo: Editora Santos, 2014.
- CALIXTO, A.V; MONTEIRO, D. S.; URBANO, K. C. **Fãs, mediação e cultura midiática: dramas asiáticos no Brasil**. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/332589400_FAS_MEDIACAO_E_CULTURA_MIDIATICA_dramas_asiaticos_no_Brasil. Acesso em: 30 ago. 2023.
- CAMPOS, T.; TEODORO, M.; GOBBI, M. Doramas: cenários da cultura asiática. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 17, n. 5, 2015. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/4271>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A.P. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**: um convite [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.
- ESPINOSA, Benedictus de, 1632-1677. **Tratado da emenda do intelecto** [livro eletrônico]: correspondência completa entre Espinosa, Tschirnhaus e Schiller e outras cartas conexas. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2023.
- FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom senso** [recurso eletrônico]. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Hierarquia e Individualismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Totemismo hoje**; tradução de Malcolm Bruce Corrie. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MARTINELI, Telma Adriana Pacifico; ALMEIDA, Eliane Maria. Contribuições da concepção vigotskiana de arte para o ensino da cultura corporal. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, p. 523–531, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/dCzjfd89VHBF3kp3CnCWFmf/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2024.
- MARX, K; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- MULLER, Rafael Sarto. A legitimidade dos conhecimentos estratégicos sobre avaliação de risco macroeconômico baseado em parâmetros da dívida pública nos processos decisórios. **RICADI**, v. 12, p. 40–61, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://urisaoliz.com.br/site/wp-content/uploads/2022/11/Revista-12a-edicao-1-artigo-3.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- MULLER, Rafael Sarto. **Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado**. 2023. 253f. Tese (Doutorado em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Letras_RafaelSartoMuller_30832_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.
- NAM-JOO, Cho. **Kim Jiyoung, nascida em 1982**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.
- NUNES, Rosana Helena; SILVA, Kleber Aparecido Da. Ensino de língua portuguesa e gêneros discursivos: proposta de uma educação humanizadora em tempos pandêmicos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 22, p. 71–86, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/z3kdbbtMtMGpKkqDKgJmVFB/>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- OURIVEIS, M. *Soft power* e indústria cultural: a política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**: v. 2, n. 4, 2013. Disponível em <https://rari.paginas.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- PEIXOTO, M.; LOPES, N. **O amor sul-coreano**: a conquista do Ocidente. Disponível em https://www.academia.edu/38140802/O_Amor_Sul_Coreano_A_Conquista_do_Ocidente. Acesso em: 30 ago. 2023.

- REZENDE, Cristiano Novaes de. Introdução. In: ESPINOSA, Benedictus de, 1632-1677. **Tratado da emenda do intelecto** [livro eletrônico]: correspondência completa entre Espinosa, Tschirnhaus e Schiller e outras cartas conexas. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2023.
- ROSA, F. C. R. **O que os K-drama quer?** 2019. 94 f. TCC (Bacharelado em História da Arte) – Graduação em História da Arte, UFRGS, Porto Alegre, 2019.
- SALGADO, Luciana Salazar; DORETTO, Vitoria Ferreira. K-Lit e espaço literário internacional: a circulação da literatura sul-coreana através do Literature Translation Institute of Korea e da Korean Literature Now. **VINCO - Revista de Estudos de Edição**, v. 2, n. 2, p. 90–114, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/VINCO/article/view/1077>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- SANTOS, L. F. dos. **Onda Hallyu**: análise da imagem social do secretariado executivo transmitida nos dramas sul-coreanos. 2022. 55f. TCC – São Cristóvão (SE), 2022.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- URBANO, K. **Produções televisivas japonesas e sul-coreanas na Netflix Brasil**: apontamentos iniciais. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345983342_Producoes_televisivas_japonesas_e_sul-coreanas_na_Netflix_Brasil_apontamentos_iniciais. Acesso em: 30 ago. 2023.
- URBANO, Krystal; MAZUR, Daniela; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. K-pop, ativismo de fã e desobediência epistêmica: um olhar decolonial sobre os ARMYs do BTS. **Logos**, [S. l.], v. 27, n. 3, 2021. DOI: 10.12957/logos.2020.54453. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/54453>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Culture & Society**: 1780-1950. Garden City: Anchor Books, 1958.

NARRATIVAS PERIFÉRICAS: TROCA DE SABERES

Cristiana Alicia de Lima Silva¹¹

Mayara Ferreira de Farias¹²

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros¹³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever as ações realizadas no projeto de extensão "Narrativas Periféricas: Troca de Saberes", vinculado ao Edital nº 12/2022-PROEX/IFRN. O principal propósito do projeto foi explorar diferentes linguagens por meio de atividades pedagógicas, teóricas e lúdicas, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências como criatividade, comunicação e colaboração. Além disso, buscou-se ampliar a percepção dos participantes sobre o mundo e promover uma troca enriquecedora de saberes entre os envolvidos, formando sujeitos ativos e protagonistas de suas próprias histórias. A participação no projeto foi considerada como prática profissional, requisito indispensável para a conclusão do curso Técnico Integrado de Nível Médio em Eventos do IFRN - Campus Canguaretama. A escolha do tema atendeu a uma demanda local, já que o projeto buscou dar visibilidade e voz a grupos frequentemente marginalizados, como comunidades indígenas, rurais e quilombolas. Para alcançar seus objetivos, o projeto definiu cinco metas principais: a) Fundamentação teórica: proporcionou embasamento conceitual às atividades realizadas; b) Oficinas de interpretação corporal: promoveram a integração entre participantes e pesquisadores, além de contribuir para o empoderamento sociocultural de todos os envolvidos; c) Coleta de histórias orais: registrou narrativas de moradores das comunidades participantes; d) Transcrição das histórias coletadas: documentou as narrativas em formato textual; e) Produção de um podcast: possibilitou a edição e publicação das histórias na plataforma Spotify, ampliando o alcance das vozes dos participantes. O principal resultado do projeto foi a divulgação das histórias coletadas, editadas e compartilhadas em formato de podcast, garantindo maior visibilidade às narrativas e às comunidades representadas. Como perspectiva para trabalhos futuros, sugere-se a continuidade da coleta e divulgação de novas histórias, dado que a microrregião sul do Rio Grande do Norte abriga uma grande diversidade de comunidades tradicionais cujas histórias e modos de vida merecem ser conhecidos e valorizados globalmente.

Palavras-chave: Indígena. Cultura. Gerações. Histórias. Narrativas.

Abstract

This article aims to describe the actions carried out in the extension project "Peripheral Narratives: Exchange of Knowledge," linked to Notice No. 12/2022-PROEX/IFRN. The project's main purpose was to explore different forms of expression through pedagogical, theoretical, and playful activities, focusing on the development of skills and competencies such as creativity, communication, and collaboration. Furthermore, it sought to expand participants' perception of the world and foster an enriching exchange of knowledge among those involved, shaping active individuals and protagonists of their own stories. Participation in the project was considered as professional practice, an essential requirement for the completion of the Integrated High School Technical Course in

¹¹ Técnico Integrado de Nível Médio em Eventos do IFRN - Campus Canguaretama. E-mail: cristiane.a@escolar.ifrn.edu.br.

¹² Coautora: Doutora, mestre e bacharel em "Turismo" [UFRN]. Especialista em "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" [FOCUS]. Especialista em "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE" [UFRN]. Especialista em "Política de Promoção da Igualdade Racial - UNIAFRO" [UFERSA]. Especialista em "Gestão Pública Municipal" [UFPB]. Graduada em "Letras-Português" (FUNIP). Graduada em "Filosofia" [ISEP]. Graduada em "Letras-Espanhol" [IFRN]. Graduanda em "Pedagogia" [FUNIP]. Professora substituta do IFRN - Campus Canguaretama. E-mail: farias.mayara@academico.ifrn.edu.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>.

¹³ Graduada, mestra e doutora em "Turismo" pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. Professora efetiva do IFRN - Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/4236100618422414>.

Events at IFRN - Canguaretama Campus. The theme was chosen to address a local demand, as the project aimed to give visibility and voice to often marginalized groups, such as indigenous, rural, and quilombola communities. To achieve its goals, the project defined five main objectives: a) Theoretical foundation: provided conceptual support for the activities carried out; b) Body interpretation workshops: promoted integration between participants and researchers and contributed to the sociocultural empowerment of all involved; c) Oral history collection: recorded narratives from residents of the participating communities; d) Transcription of collected stories: documented the narratives in textual format; e) Podcast production: enabled the editing and publication of the stories on Spotify, increasing the reach of participants' voices. The project's main outcome was the dissemination of the collected stories, edited and shared in podcast format, ensuring greater visibility to the narratives and represented communities. For future endeavors, it is suggested to continue collecting and sharing new stories, as the southern micro-region of Rio Grande do Norte hosts a wide diversity of traditional communities whose stories and ways of life deserve to be known and valued globally.

Keywords: Indigenous. Culture. Generations. Stories. Narratives.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo describir las acciones realizadas en el proyecto de extensión "Narrativas Periféricas: Intercambio de Saberes", vinculado al Edicto n.º 12/2022-PROEX/IFRN. El propósito principal del proyecto fue explorar diferentes lenguajes a través de actividades pedagógicas, teóricas y lúdicas, con un enfoque en el desarrollo de habilidades y competencias como la creatividad, la comunicación y la colaboración. Además, se buscó ampliar la percepción de los participantes sobre el mundo y fomentar un intercambio enriquecedor de conocimientos entre los involucrados, formando sujetos activos y protagonistas de sus propias historias. La participación en el proyecto fue considerada como una práctica profesional, requisito esencial para la conclusión del Curso Técnico Integrado de Nivel Medio en Eventos del IFRN - Campus Canguaretama. La elección del tema respondió a una demanda local, ya que el proyecto buscó dar visibilidad y voz a grupos frecuentemente marginados, como las comunidades indígenas, rurales y quilombolas. Para lograr sus objetivos, el proyecto definió cinco metas principales: a) Fundamentación teórica: proporcionó soporte conceptual para las actividades realizadas; b) Talleres de interpretación corporal: promovieron la integración entre los participantes y los investigadores, además de contribuir al empoderamiento sociocultural de todos los involucrados; c) Recopilación de historias orales: registró las narrativas de los residentes de las comunidades participantes; d) Transcripción de las historias recopiladas: documentó las narrativas en formato textual; e) Producción de un pócast: permitió la edición y publicación de las historias en la plataforma Spotify, ampliando el alcance de las voces de los participantes. El principal resultado del proyecto fue la difusión de las historias recopiladas, editadas y compartidas en formato de pócast, garantizando una mayor visibilidad a las narrativas y a las comunidades representadas. Como perspectiva para trabajos futuros, se sugiere la continuidad en la recopilación y difusión de nuevas historias, dado que la microrregión sur de Rio Grande do Norte alberga una gran diversidad de comunidades tradicionales cuyas historias y formas de vida merecen ser conocidas y valoradas a nivel mundial.

Palabras clave: Indígena. Cultura. Generaciones. Historias. Narrativas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo relatar as atividades realizadas durante a execução do Projeto de Extensão Narrativas Periféricas: Troca de Saberes, selecionado por meio do Edital nº 12/2022-PROEX/IFRN, de caráter contínuo e sem financiamento. O projeto contou com a participação de estudantes e professores do Curso Técnico Integrado em Eventos do IFRN - Campus Canguaretama, sob a coordenação da professora Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros. Além dela, a equipe foi composta pela professora Aurélia Bento Alexandre, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), e pelo teatrólogo e professor de artes cênicas Sebastião Sales da Silva.

O desenvolvimento de habilidades essenciais para os profissionais do século XXI tem sido um foco crescente no campo da educação. A partir de diálogos entre os docentes envolvidos, ficou claro que, para alcançar uma educação escolar de qualidade, é necessário fortalecer competências que promovam o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação e a colaboração, conhecidos como os "4 Cs". Embora essas competências possuam características próprias, elas se interligam de maneira sistêmica, de modo que o desenvolvimento de uma habilidade fortalece as outras.

Essas habilidades são fundamentais para o desenvolvimento de duas competências centrais no contexto atual: a aprendizagem contínua e a inteligência emocional. O pensamento crítico e a criatividade são frequentemente associados à prática de aprender constantemente, enquanto a comunicação e a colaboração estão diretamente relacionadas à gestão das emoções. Contudo, ao adotar uma visão mais holística, percebe-se que essas competências formam um conjunto integrado, moldado pelas vivências coletivas e pela singularidade de cada indivíduo.

O projeto Narrativas Periféricas visou trabalhar essas competências por meio de diferentes linguagens, utilizando atividades pedagógicas teóricas e lúdicas. O objetivo foi desenvolver, em seus participantes, a capacidade de analisar pressupostos e premissas (pensamento crítico), propor novas perspectivas sobre questões específicas (criatividade), realizar escuta ativa e usar formas adequadas de expressão para diferentes contextos (comunicação), além de estimular o trabalho coletivo, a proatividade e a autogestão (colaboração).

Inicialmente, o público-alvo do projeto era a comunidade do Assentamento de Resistência José Martí, localizado nas proximidades do campus. No entanto, após discussões com a coordenação do IFSol Canguaretama, decidiu-se ampliar a atuação do projeto para incluir outros grupos que ainda não haviam participado de ações de extensão do IFRN. Assim, a comunidade indígena de Sagi Trabanda foi integrada ao Narrativas Periféricas.

O principal objetivo do projeto foi promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais para a aprendizagem contínua e a gestão emocional, através de práticas coletivas. Para isso, a metodologia adotada foi estruturada em oficinas de leitura e produção textual, utilizando textos autênticos e variados em formato e linguagem. A proposta pedagógica considerou o mundo e as experiências vividas como "textos" passíveis de interpretação. Nesse sentido, foram exploradas diversas formas de expressão artística, como teatro, cinema, música, literatura e artes plásticas, bem como outras linguagens, sejam gestuais, verbais, visuais ou icônicas.

O artigo científico está estruturado de maneira a apresentar de forma clara e organizada as etapas do projeto de extensão “Narrativas Periféricas: Troca de Saberes”. Na introdução, são apresentados o objetivo do estudo e a justificativa para a realização do projeto. Em seguida, o framework teórico fornece a base conceitual e teórica que orienta o desenvolvimento das atividades.

O tópico “Dando Voz aos Invisibilizados” discute a importância de dar visibilidade aos grupos marginalizados, que foram o foco principal da pesquisa. O “plano do trabalho e atividades desenvolvidas” descreve a metodologia adotada e as ações realizadas. As seções “Execução das Metas 1 a 5” detalham as atividades específicas realizadas em cada fase do projeto, proporcionando uma visão completa do seu desenvolvimento. O tópico “Oportunidades e Desafios na realização do projeto de extensão” reflete sobre os aspectos positivos e as dificuldades enfrentadas durante a implementação. Por fim, as considerações finais apresentam as conclusões do trabalho, e a seção de Referências lista as fontes utilizadas para embasar a pesquisa.

Framework teórico

O projeto de extensão discutido aqui teve como foco as interações sociais e culturais entre indivíduos e comunidades, com base teórica no experencialismo de John Dewey. Dewey, filósofo norte-americano que viveu entre 1859 e 1952, desenvolveu um pensamento em que a experiência ocupa uma posição central no processo de aprendizagem, destacando que a experiência mais significativa não é aquela vivida de forma isolada, mas sim a que é compartilhada entre os indivíduos, em um processo de troca reflexiva. Essa abordagem tem como premissa a ideia de que a aprendizagem se dá através da interação social e da reflexão conjunta, sendo mais enriquecedora quando experienciada de forma colaborativa, o que reforça a necessidade de um ambiente educativo em que as experiências sejam vividas coletivamente, propiciando um aprendizado mútuo e contínuo. Dewey argumenta que a experiência, ao ser compartilhada, possibilita não apenas a transformação do sujeito, mas também a do contexto em que ele está inserido, configurando a educação como um processo dinâmico e interativo (Dewey, 1980).

O projeto fundamentou-se também na ideia de que o processo educativo deve ser orientado para a formação de sujeitos críticos e autônomos, conceitos profundamente defendidos por Dewey e seus seguidores. Dewey se distanciou de abordagens individualistas ao compreender que os indivíduos são, primeiramente, membros de comunidades, e a construção do conhecimento ocorre no seio dessas comunidades. Nesse sentido, o projeto buscou incentivar a cooperação e a solidariedade, competências essenciais para a vivência em sociedade e para a democracia. Esses princípios foram expandidos por outros pensadores como Anísio Teixeira, que em seu estudo sobre a pedagogia de Dewey, afirma que a educação deve ser entendida como uma reconstrução contínua da experiência, considerando que a vida e a educação são indissociáveis. A formação proposta pelo projeto estava, portanto, voltada para o desenvolvimento de habilidades que envolvem não só o respeito pelo outro, mas também a escuta ativa, a proatividade e o pensamento crítico, fatores indispensáveis para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária (Teixeira, 1995; Kilpatrick, 2000).

O projeto se baseou, ainda, na noção de que a educação é um processo de reconstrução da experiência, no qual a reflexão sobre as vivências contribui para a formação do indivíduo e do coletivo. Para Dewey, a experiência é uma interação que altera tanto os sujeitos quanto os contextos nos quais se encontram, ampliando as perspectivas e possibilitando uma compreensão mais profunda da realidade. Esse processo de reflexão crítica foi colocado como uma das pedras angulares do projeto, que buscava estimular a capacidade de analisar e questionar as situações vivenciadas, promovendo uma visão mais ampla e contextualizada do mundo. Dessa forma, as atividades propostas visavam não só a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento de habilidades de investigação, reflexão e análise, que são fundamentais para a formação de sujeitos capazes de questionar e transformar a realidade (Dewey, 1980).

A comunicação foi também um dos eixos centrais do projeto, visto que Dewey considera a comunicação como essencial para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva. Ele defende que a constituição de uma sociedade não se baseia apenas na proximidade física entre os indivíduos, mas na construção conjunta de objetivos e na troca constante de ideias. Por isso, o projeto estimulou a comunicação e a colaboração, enfatizando a importância de uma aprendizagem que ocorra no contexto social e seja mediada por práticas comunicativas. Nesse sentido, as atividades realizadas envolveram discussões e trocas de experiências, em que a escuta ativa e o diálogo foram fundamentais para a construção do conhecimento. A proposta foi, portanto, de promover um ambiente de aprendizagem onde os participantes não apenas se apropriarem de conteúdos, mas também desenvolvessem a capacidade de colaborar, refletir e se comunicar de forma eficaz com os outros, o que é crucial para a construção de um mundo mais justo e equitativo (Dewey, 1980; Lipman, 1990).

Por fim, a filosofia educacional de Dewey se mostrou um alicerce robusto para as práticas e objetivos do projeto, que visavam à criação de uma sociedade mais inclusiva e colaborativa. Além disso, os ensinamentos de Paulo Freire, com sua Pedagogia da Autonomia, forneceram a base para promover a formação de indivíduos autônomos, capazes de gerir sua própria aprendizagem e se engajar ativamente nos processos de transformação social. A obra de Matthew Lipman também foi fundamental, oferecendo uma abordagem filosófica prática para o ensino que visa o desenvolvimento do pensamento crítico, crucial para a formação de sujeitos que não apenas absorvem conhecimento, mas o questionam e o utilizam para transformar a realidade. Essa fusão de perspectivas teóricas formou a espinha dorsal do projeto, orientando as práticas pedagógicas e contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e engajados em processos de transformação social por meio da educação (Freire, 1996; Lipman, 1990).

Dando voz aos invisibilizados

As comunidades indígenas no Brasil enfrentam uma contínua escassez de políticas públicas que assegurem seus direitos fundamentais, como o acesso à terra, à saúde, à educação e, principalmente, à vida. Nesse contexto, sobressai a luta dos povos originários pelo reconhecimento de sua existência e pela visibilidade de seus direitos. Um exemplo significativo dessa luta é o Protocolo da Consulta, elaborado pela Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, situada em Itaituba (PA). Nesse documento, os moradores reivindicam a formalização de sua presença e estabelecem as diretrizes que o governo deve seguir para garantir o respeito aos seus direitos territoriais e sociais. A batalha pela terra, especialmente no cenário das comunidades no interior da Amazônia, é marcada por disputas históricas com atores públicos e privados que buscam usurpar os territórios indígenas para fins variados, como a exploração de recursos naturais e a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como barragens e hidrelétricas (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

Essas comunidades frequentemente relatam ter enfrentado grandes dificuldades para garantir o reconhecimento de seu direito à terra, lutando contra grileiros que negavam sua presença nas regiões disputadas. Entretanto, a situação atual é ainda mais preocupante: é o próprio governo que desconsidera a existência dessas populações ao planejar a construção de barragens no rio Tapajós, sem realizar a consulta prevista na legislação. Essa situação reflete um descumprimento das normas que garantem o direito à consulta prévia, um direito fundamental de todas as populações indígenas, conforme estipulado pela Constituição de 1988. A desconsideração pela legislação que assegura esse direito compromete não apenas a autonomia dos povos indígenas, mas também potencializa os impactos sociais e ambientais desses projetos, que afetam diretamente a subsistência e a cultura dessas comunidades (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

Além disso, a invisibilidade dos povos indígenas no Brasil não se limita às regiões amazônicas. No Nordeste, por exemplo, há uma longa história de marginalização e perda de territórios indígenas, frequentemente alimentada por preconceitos e desinformação. Uma ideia errônea que persiste em parte da sociedade é a de que os indígenas seriam uma realidade exclusiva do Norte do país, associados a estereótipos, como viver em ocas ou depender exclusivamente da caça. Esse imaginário, apesar de profundamente enraizado, não reflete a realidade das comunidades indígenas nordestinas, que, embora vivam em aldeias, frequentemente habitam construções modernas, muitas vezes de alvenaria, sem que isso diminua sua identidade enquanto povos originários. O que une essas populações é a luta compartilhada pela preservação de sua cultura, pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e pela sobrevivência diante de ameaças externas, como o avanço do agronegócio e a exploração predatória de seus territórios (Cantos da Floresta, 2023).

No Nordeste, além das dificuldades comuns a todos os povos indígenas do Brasil, essas comunidades enfrentam pressões adicionais provenientes do grande capital, incluindo empresários do setor imobiliário, fazendeiros, usineiros e garimpeiros, que buscam explorar as riquezas naturais das terras indígenas. Esses conflitos são agravados pela falta de políticas públicas eficazes que possam garantir a proteção dos direitos territoriais indígenas e pela insuficiência de medidas legais que assegurem a demarcação de terras de forma rápida e eficaz. Esses obstáculos reforçam a necessidade urgente de um reconhecimento mais abrangente da diversidade dos povos indígenas no Brasil, levando em consideração as particularidades de cada grupo e garantindo o respeito às suas culturas e direitos, de modo que possam viver com dignidade, sem as consequências da exploração e da violência (Portal de Notícias G1, 2016).

A superação desses desafios exige um olhar atento sobre as políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além da implementação de ações concretas que respeitem suas tradições, seus direitos e sua autonomia. O reconhecimento da diversidade entre os povos indígenas, a garantia do cumprimento das legislações e a aplicação de políticas públicas voltadas à sua inclusão social efetiva são essenciais para que esses povos possam continuar a existir e a prosperar em suas terras, preservando suas culturas e defendendo seus direitos de forma coletiva e solidária. A luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos indígenas é uma questão de justiça social, que requer, com urgência, a mobilização de diferentes setores da sociedade para assegurar uma convivência mais harmoniosa e justa entre os povos indígenas e o restante da sociedade brasileira (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023; Cantos da Floresta, 2023).

Plano do trabalho e atividades desenvolvidas

Para a implementação estratégica do projeto, foram delineadas ações específicas que guiaram as atividades da bolsista. Entre essas ações, destacam-se a realização de leituras aprofundadas sobre o tema abordado, a análise crítica do filme Narradores de Javé, bem como discussões sobre suas implicações, além de visitas iniciais à comunidade para estabelecer um primeiro contato. Também foi incluída a participação em oficinas voltadas para a interpretação corporal e linguística, com ênfase nas artes cênicas. Paralelamente, foi feita a coleta de histórias de vida contadas pelos habitantes do assentamento José Martí, seguida pela transcrição dessas narrativas, culminando na produção e edição de um podcast para a divulgação dos relatos coletados. Essas etapas foram planejadas de forma a garantir uma imersão no contexto da comunidade e promover a reflexão sobre a cultura e os desafios enfrentados pelos moradores, com um foco na valorização das suas histórias de vida e experiências cotidianas (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

O projeto inicialmente se concentrou nos moradores do assentamento de resistência José Martí, situado nas proximidades do campus e que já era atendido por diversas iniciativas, como a feira comunitária, um projeto promovido pela Incubadora de Tecnologias Sociais e Economia Solidária do IFRN - Campus Canguaretama. No entanto, após uma análise cuidadosa, as coordenadoras do IESOL avaliaram que essa comunidade já era contemplada por várias ações e, portanto, seria mais adequado direcionar o projeto para um grupo que ainda não havia sido atendido por atividades de

extensão. Essa reavaliação foi fundamental para garantir que o projeto atendesse as necessidades de uma comunidade mais necessitada de apoio, favorecendo a inclusão de grupos marginalizados ou ainda não alcançados por iniciativas similares. A decisão visava, assim, um impacto mais efetivo e equitativo no processo de promoção de bem-estar e visibilidade para as comunidades em questão (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

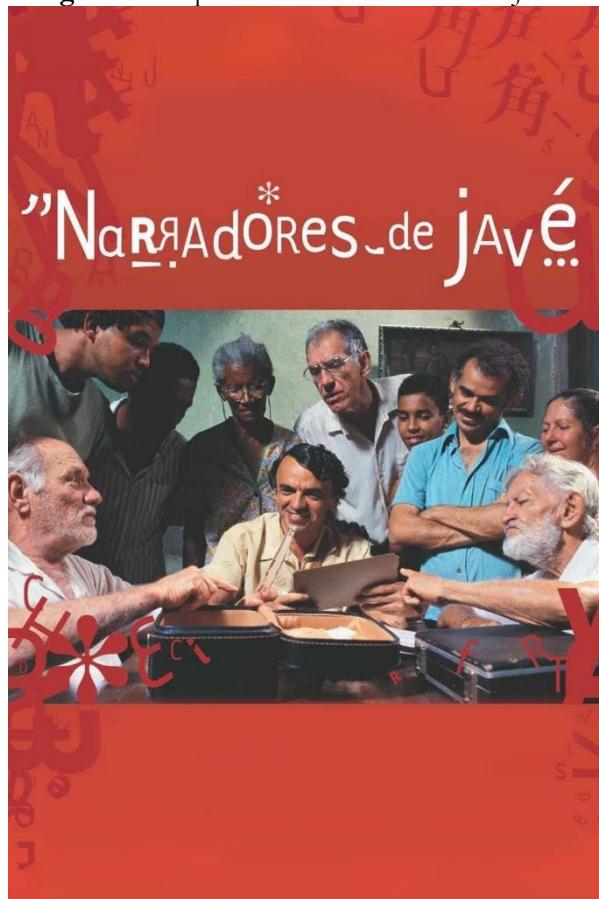
Com base nessa decisão, as atividades do projeto foram então redirecionadas para a comunidade indígena Sagi Trabanda, localizada no município de Baía Formosa, no estado do Rio Grande do Norte. Esse ajuste no foco permitiu a reconfiguração do projeto, adaptando-o às especificidades culturais e sociais dessa nova comunidade. A mudança foi estratégica para garantir que as ações do projeto fossem mais alinhadas às necessidades e características da população local, respeitando suas tradições e formas de organização social. Assim, foi possível garantir a continuidade das atividades sem perder de vista as particularidades dessa nova comunidade, o que permitiu um desenvolvimento mais adequado e eficaz das ações propostas. Esse redirecionamento também refletiu o compromisso com a promoção de inclusão e respeito às diversas culturas que compõem a sociedade brasileira, proporcionando um espaço de voz e reconhecimento para os povos indígenas (Cantos da Floresta, 2023).

Execução da meta 1

A Meta 1 foi executada entre os dias 22 de julho e 19 de agosto de 2022, com foco na análise crítica de textos e filmes que serviram de apoio para a coleta de histórias de vida e a elaboração de resenhas sobre os materiais abordados. Este processo foi orientado pela professora Aurélia Bento Alexandre. Durante essa fase, o grupo realizou uma apreciação detalhada do filme Narradores de Javé, seguida por discussões profundas que traçaram paralelos entre os conflitos retratados no filme e as experiências vividas pela comunidade indígena Sagi, com destaque para a luta pela terra. A escolha do filme como recurso pedagógico possibilitou um espaço de reflexão e análise sobre como as questões relacionadas ao território e à preservação cultural são centrais para a identidade das comunidades em questão, particularmente aquelas que enfrentam ameaças à sua existência, como ocorre com os povos indígenas (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

O filme “Narradores de Javé” conta a história de uma comunidade que corre o risco de ser submersa pelas águas de uma hidrelétrica. Frente a esse iminente desaparecimento, os moradores do vilarejo se organizam para documentar suas histórias de vida, com o objetivo de transformar o local em um patrimônio cultural protegido. Essa narrativa proporcionou uma reflexão importante sobre os desafios enfrentados por comunidades em luta pela manutenção de sua memória histórica e cultural, principalmente em contextos de desenvolvimento e grandes projetos de infraestrutura, como as barragens. A análise dessa obra permitiu identificar paralelos com as dificuldades vividas pela comunidade indígena Sagi, que também luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e pela preservação de sua cultura frente às ameaças externas. A obra ilustra como as histórias individuais e coletivas dessas comunidades são fundamentais para a construção da identidade e da resistência cultural, e como a luta pelo direito à terra é crucial para sua sobrevivência e dignidade (Cantos da Floresta, 2023; Portal de Notícias G1, 2016).

Figura 01. Capa do filme “Narradores de Javé”.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A situação enfrentada pela comunidade indígena Sagi guarda inúmeras semelhanças com o enredo do filme Narradores de Javé, especialmente no que diz respeito à pressão constante de grandes empreendimentos, como a Usina Estivas, que, ao longo dos anos, têm tentado deslegitimar e invisibilizar o território indígena. Essa tentativa de apagar o valor e a relevância cultural e ambiental do território está intimamente relacionada à busca pelos recursos naturais da região, como as vinte e sete lagoas, sendo a lagoa da Coca-Cola a mais notável. Essas lagoas são utilizadas principalmente na irrigação dos canaviais, o que revela o interesse econômico que paira sobre a área. O uso do território para a exploração de recursos naturais, sem levar em consideração os direitos da população local, ilustra a luta pela terra vivida por muitos povos indígenas, que enfrentam a contínua ameaça de perder suas terras para projetos econômicos que desconsideram sua história e suas necessidades. A disputa pela terra e a apropriação de recursos valiosos são questões centrais tanto na narrativa do filme quanto na realidade da comunidade Sagi (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

O conflito com a usina tem dificultado a demarcação das terras indígenas, afetando diretamente a vida e a subsistência da comunidade. A resistência das autoridades locais e dos grandes empreendimentos, como a Usina Estivas, tem sido alvo de críticas severas, chegando a ser considerada criminosa. Isso foi destacado em uma reportagem da INTERTV Cabugi, afiliada da Rede Globo, em 2016, no portal G1, que expôs a situação de maneira alarmante. A atuação dessas empresas na região agrava ainda mais o já complexo processo de reconhecimento territorial dos povos indígenas, como é o caso da comunidade Sagi, que há anos busca garantir a regularização de suas terras. Esse cenário de conflito é recorrente em diversas regiões do Brasil, onde os povos originários

enfrentam desafios para garantir o direito à terra, muitas vezes com a conivência ou até a omissão do poder público (Portal de Notícias G1, 2016).

Na mesma reportagem, o cacique da tribo, Manoel Nascimento, relata que os danos à área indígena foram causados por uma empresa de beneficiamento de cana-de-açúcar instalada nas proximidades. Ele expressa indignação e surpresa por esses danos estarem ocorrendo justamente no momento em que a aldeia estava passando por um processo de estudo para a demarcação das terras pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ele sublinha que aquela terra tem sido habitada pelos seus ancestrais há mais de 160 anos, o que reforça a importância histórica e cultural do território para a comunidade. Essa narrativa reflete a contínua luta pela preservação do território indígena, que é não apenas uma questão de direitos legais, mas também de resistência cultural e histórica, uma vez que os povos originários dependem desse espaço para sua sobrevivência, cultura e identidade. A atuação das empresas em áreas indígenas sem a devida autorização ou sem o respeito pelos processos legais de demarcação é uma violação direta aos direitos dessas populações, como amplamente discutido em diversas fontes e estudos sobre o tema (Cantos da Floresta, 2023; Portal de Notícias G1, 2016).

Figura 02. Protesto do indígena.



Direito dos índios ao Pauá é reconhecido pela OAB (Foto: Clayton Carvalho/Inter TV Cabugi)

Fonte: Portal de Notícias G1 (2016).

A área indígena de Sagi Trabanda tem sido habitada pelas comunidades locais há várias gerações. O cacique Manoel Nascimento enfatizou que o povo indígena já ocupava a região muito antes da usina adquirir a terra, explicando que, quando a usina comprou a área, "já estávamos aqui há muitos anos" (G1, 2016). Esse relato reforça a história de permanência e identidade da comunidade com o território, que se configura como parte essencial de sua cultura e modo de vida. A presença contínua dos indígenas na região é um reflexo da relação ancestral que essas comunidades mantêm com a terra, e qualquer tentativa de afastá-los ou deslegitimizar essa posse se configura como uma violação dos seus direitos fundamentais, como o direito à terra e à cultura, garantidos pela Constituição de 1988 (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

A empresa responsável pela usina cercou as áreas não destruídas, obstruindo o acesso da comunidade às plantações que ainda se mantêm preservadas. A comunidade está sendo acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/RN, e, de acordo com o presidente da Comissão, Djamiro Acipreste, a FUNAI já solicitou o apoio da Advocacia Geral da União (AGU), que ingressou com uma ação na Justiça Federal pedindo a reintegração de posse da área (G1, 2016). O cerceamento do acesso das comunidades indígenas às suas terras tradicionais reflete uma tentativa de desalojá-las, o que configura uma afronta à luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. A intermediação de órgãos como a FUNAI e a AGU é crucial para que o processo de regularização da terra seja devidamente conduzido, de modo a proteger os direitos da comunidade indígena. Essa situação exemplifica a dificuldade enfrentada por diversas etnias no Brasil em garantir a posse legítima de suas terras, muitas vezes invadidas por interesses econômicos (Portal de Notícias G1, 2016).

Portanto, a usina tem se configurado como um obstáculo significativo à sobrevivência da comunidade de Sagi Trabanda. Para que esses povos possam continuar a viver de acordo com suas tradições, é fundamental garantir a visibilidade de seus direitos, assegurando o cumprimento da Constituição de 1988, que reconhece o direito dos povos tradicionais à terra e à sua subsistência. O projeto Narrativas Periféricas surge como uma ferramenta essencial para dar voz a esses conflitos, oferecendo um espaço para que as dificuldades e reivindicações da comunidade sejam ouvidas. Através deste projeto, busca-se não apenas divulgar as questões relativas à terra e aos direitos indígenas, mas também promover a reflexão sobre a importância do reconhecimento da história e da cultura dos povos originários, muitas vezes negligenciados nas discussões políticas e sociais do país. A visibilidade e o respeito por esses direitos são fundamentais para garantir a justiça social e o reconhecimento pleno dessas comunidades como sujeitos de direitos (Cantos da Floresta, 2023).

Execução da meta 2

A segunda meta do projeto visava a implementação de oficinas focadas na interpretação corporal e linguística, utilizando as artes cênicas como principal referência metodológica. Inicialmente, essas oficinas estavam programadas para acontecer entre 22 de agosto e 19 de setembro de 2022, no entanto, devido a imprevistos e ajustes no cronograma, elas foram realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro do mesmo ano. Este adiamento, embora não planejado, não comprometeu a execução da proposta, que se adaptou às condições disponíveis, garantindo a continuidade das atividades. A alteração nas datas das oficinas reflete a flexibilidade necessária em projetos desse tipo, onde ajustes são muitas vezes inevitáveis, mas não prejudicam o alcance dos objetivos propostos. A adequação de prazos e condições é essencial para que o projeto cumpra sua função de promover aprendizado e reflexão de forma eficaz (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Durante a execução das oficinas, foi adotada como metodologia central os jogos cênicos, uma técnica teatral que oferece uma ampla gama de possibilidades de aplicação. Esses jogos são atividades que envolvem tanto o lúdico quanto o dramático, podendo se manifestar de diferentes maneiras, como cenas improvisadas, esboços de apresentações ou até brincadeiras que estimulam a interação entre os participantes. A flexibilidade dos jogos cênicos permite que se adaptem a diversos contextos, tornando-os uma ferramenta valiosa em atividades formativas como as realizadas no projeto. O uso desses jogos, portanto, proporcionou um ambiente de aprendizado dinâmico, no qual os participantes puderam explorar suas capacidades expressivas e desenvolver habilidades de comunicação verbal e não verbal, essenciais para a interpretação (Brainly, 2020).

Figura 03. Professor Sebastião na oficina de teatro.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na imagem a seguir, o professor Sebastião orienta as crianças a desenvolverem uma cena com base em uma sugestão aleatória. O intuito dessa atividade era impulsionar a criatividade dos alunos, ao mesmo tempo em que contribuía para a superação da timidez e para o fortalecimento da autoconfiança. Ao propor um desafio criativo inesperado, o professor não apenas estimulou a imaginação das crianças, mas também proporcionou um ambiente onde elas puderam explorar e expressar suas ideias livremente. Esse tipo de atividade tem o poder de desbloquear potenciais inexplorados, permitindo que os participantes se sintam mais seguros e capazes de se expressar em diferentes contextos sociais. Tais exercícios, além de desenvolver habilidades cognitivas e sociais, também podem ser fundamentais no processo de fortalecimento da autoestima e da identidade pessoal dos envolvidos (Brainly, 2020).

Figura 04. Crianças formando fila para pular corda.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A atividade de pular corda possui um papel essencial no desenvolvimento motor infantil, pois contribui significativamente para a aquisição de habilidades fundamentais, como a coordenação motora e o controle respiratório, aspectos que também foram abordados durante as oficinas. O domínio de tais habilidades é crucial para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, pois auxilia na construção de uma base sólida para a aprendizagem de outras atividades mais complexas, além de promover a saúde física e emocional. Ao envolver as crianças em atividades lúdicas que demandam atenção e movimento, como a corda, elas não apenas se divertem, mas também aprimoram seu equilíbrio e capacidade de concentração. Essas experiências também favorecem a socialização e a interação entre elas, criando um ambiente de colaboração e troca de experiências.

Além das dinâmicas teatrais, os momentos de interação coletiva também permitiram à comunidade compartilhar conosco uma parte importante de sua cultura, o Toré, um rito tradicional que foi evidenciado durante a cerimônia de despedida, ilustrada na imagem subsequente. O Toré é uma manifestação cultural de grande significado para as comunidades indígenas do Nordeste, sendo uma forma de resistência e afirmação de identidade. Durante esse ritual, são combinados cantos, danças e expressões de devoção, que fortalecem o vínculo entre os membros da comunidade e suas tradições. A oportunidade de vivenciar esse momento foi um reconhecimento e valorização das práticas culturais que moldam a identidade coletiva da comunidade, além de promover o respeito e a valorização de outras formas de saberes e expressões culturais.

Figura 05. Roda de toré realizada na comunidade indígena Sagi Trabanda.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

O Toré é um ritual ancestral, uma prática religiosa e uma manifestação cultural de grande relevância para os povos indígenas, especialmente como símbolo de resistência e preservação de suas tradições. Este rito é celebrado de forma periódica, geralmente durante a lua cheia, funcionando tanto como uma festividade religiosa quanto uma celebração cultural. Durante a execução do Toré, diversas formas de expressão artística são incorporadas, como a música, a pintura e o uso de instrumentos tradicionais, como o maracá, tambores e o cachimbo, que têm um papel significativo dentro do ritual. Portanto, o Toré vai além de uma simples festividade, carregando consigo um profundo significado espiritual, cultural e religioso, sendo praticado por várias etnias indígenas do Nordeste, como os Potiguara, entre outras.

Esse ritual ocupa um papel central nas comunidades indígenas do Nordeste, região que, conforme os dados do IBGE de 2010, abriga a segunda maior população indígena do Brasil, representando 27,8% dessa população. Durante muitos anos, os povos indígenas dessa área não se identificavam abertamente como tais devido aos processos de invisibilidade e discriminação a que eram submetidos. No entanto, hoje é possível observar um movimento crescente de resgate e reafirmação dessas identidades culturais, com o Toré se destacando como uma forma significativa de resistência. Assim, o ritual se configura como uma ferramenta poderosa de resistência cultural e religiosa, sendo amplamente praticado em comunidades dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte.

Embora o Toré compartilhe elementos comuns em diversas comunidades indígenas, como o uso de máscaras e danças espirituais, ele apresenta variações regionais. Por exemplo, entre os Fulni-ô Tapuya, os participantes, chamados de Praiá, utilizam máscaras feitas de palha de ouricuri para ocultar suas identidades pessoais e estabelecer uma conexão com os seres espirituais, conhecidos como Encantados. Já na comunidade de Sagi Trabanda, o rito é predominantemente realizado por mulheres e crianças, com todos os membros da comunidade envolvidos nas danças e cânticos. Durante essas cerimônias, as lideranças têm a responsabilidade de invocar a espiritualidade e acender o cachimbo, um dos momentos mais simbólicos do Toré. Essas variações ilustram a diversidade das manifestações culturais indígenas, mas o princípio de conexão espiritual e cultural permanece constante, garantindo a continuidade do rito como um elo entre os membros da comunidade.

O sincretismo religioso também é um aspecto marcante no Toré, pois ele funde elementos de diferentes tradições religiosas, incluindo o catolicismo, o xamanismo indígena e as influências afro-brasileiras. Isso é evidenciado pelos cânticos do Toré, que fazem referência a divindades de diversas crenças, como Nossa Senhora, Mestre Jesus, Tupã e Oxalá. Essa fusão de crenças ao longo do tempo demonstra como o Toré se adapta e incorpora novas influências religiosas, ao mesmo tempo em que mantém suas raízes espirituais. O Toré, portanto, transcende a mera prática religiosa, tornando-se um elo vital entre as tradições ancestrais e as novas gerações. Dessa forma, ele se torna um instrumento fundamental na resistência cultural contra as tentativas de apagamento e assimilação dos povos indígenas, preservando suas raízes e fortalecendo sua identidade coletiva.

Dentro desse cenário de fortalecimento cultural e resgate das identidades indígenas, o projeto de extensão "Narrativas Periféricas" desempenhou um papel crucial ao oferecer uma plataforma para que os indígenas de Sagi Trabanda compartilhassem suas histórias e experiências de maneira autêntica. O projeto propiciou um espaço para rodas de conversa e narrativas, permitindo que as comunidades garantissem um lugar de fala, promovendo a valorização e a divulgação de suas histórias. Esse processo de reconhecimento e afirmação das narrativas indígenas constitui uma forma de resistência contra a marginalização histórica dessas comunidades e um meio de fortalecer suas memórias coletivas, assegurando a continuidade de suas culturas e identidades.

Execução da meta 3

Superação

Eu Sou aquela que foi enterrada viva,
Mas que não deixou morrer os seus sonhos.
Ressurgi das cinzas e redesenhei os meus planos.
Venci montanhas de Palavras secas
E fortaleci os meus ramos.
Hoje, sou árvore florida,
Enterrada na relva,
Coberta por flores do campo.
Eva Potiguar, 2020

Assim como no poema "Eva Potiguar" da autora Evanir Pinheiro, que destaca a resistência e a luta pela preservação das identidades culturais dos povos indígenas, os potiguares de Sagi Trabanda enfrentam uma batalha contínua para garantir a continuidade de sua presença e tradição no Rio Grande do Norte. Este esforço envolve a preservação não apenas de sua história, mas também de seus modos de vida, práticas culturais e lutas cotidianas. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que suas histórias sejam compartilhadas e registradas, possibilitando a transmissão de sua memória coletiva. Nesse cenário, as rodas de conversa e entrevistas foram fundamentais para ouvir e preservar as narrativas dos potiguares de Sagi, permitindo que suas vozes se tornassem protagonistas de sua própria história (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

As atividades relacionadas a esse objetivo ocorreram entre setembro e outubro de 2022, com diversas visitas realizadas à comunidade ao longo desse período. Todas as segundas-feiras, a equipe estava presente, promovendo diálogos, coletando relatos, informações e histórias dos potiguares, conforme ilustrado na figura 06. Optou-se por realizar círculos de conversa como um método participativo e inclusivo, no qual a participação democrática é incentivada, e todos os membros da comunidade, sem exceção, têm a oportunidade de contribuir. Essa abordagem busca garantir a igualdade entre os extensionistas e os comunitários, rompendo com a dinâmica hierárquica do modelo tradicional de ensino, onde o conhecimento é centralizado em formadores ou especialistas. Ao adotar os círculos de conversa, promove-se uma troca de saberes, na qual todos os participantes se tornam igualmente responsáveis pela construção do conhecimento (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Figura 06. Encontro na comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

As rodas de conversa realizadas no âmbito do projeto têm uma forte conexão com o conceito de "Círculo de Cultura", desenvolvido por Paulo Freire, figura central da educação brasileira. Para Freire, esses encontros eram vistos como espaços essenciais para o desenvolvimento de leitores críticos e, de forma mais ampla, para o processo de construção do saber coletivo. O Círculo de Cultura, como método pedagógico, se fundamenta na ideia de que o diálogo é a base de um aprendizado democrático, onde o conhecimento é co-construído, ou seja, compartilhado e elaborado por todos os participantes. Nesse modelo, os pilares são o respeito mútuo, a participação ativa e o trabalho colaborativo, elementos que permitem um aprendizado contínuo e a valorização da experiência de cada indivíduo. Ao adotar esse método, a proposta não é apenas transmitir conteúdos específicos, mas também promover a construção do saber a partir das vivências e saberes prévios dos participantes, com o objetivo de gerar um aprendizado mais significativo e profundo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Com o intuito de alcançar um dos principais objetivos do projeto — que era o resgate e a coleta das narrativas locais —, buscou-se dar ênfase às histórias e lendas que são passadas de geração em geração, com especial atenção às crianças e aos jovens da comunidade. Este enfoque procurava não só recuperar, mas também assegurar que essas narrativas tivessem a visibilidade merecida, sendo compartilhadas com um público mais amplo. Para isso, a criação de um podcast tornou-se uma ferramenta eficaz, pois permite a disseminação dessas histórias de maneira acessível e interativa, alcançando uma audiência diversa, além de fortalecer o vínculo das novas gerações com as tradições e o patrimônio cultural local (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

Execução da meta 4

"Terra meu corpo Água meu sangue Ar meu sopro e Fogo meu espírito Heya, Heya, Heya, Heya, Heya, Heya O Mãe eu te sinto Sob meus pés O seu coração Eu posso escutar".

As rodas de conversa realizadas no âmbito do projeto têm uma forte conexão com o conceito de "Círculo de Cultura", desenvolvido por Paulo Freire, figura central da educação brasileira. Para Freire, esses encontros eram vistos como espaços essenciais para o desenvolvimento de leitores críticos e, de forma mais ampla, para o processo de construção do saber coletivo. O Círculo de Cultura, como método pedagógico, se fundamenta na ideia de que o diálogo é a base de um aprendizado democrático, onde o conhecimento é co-construído, ou seja, compartilhado e elaborado por todos os participantes. Nesse modelo, os pilares são o respeito mútuo, a participação ativa e o trabalho colaborativo, elementos que permitem um aprendizado contínuo e a valorização da experiência de cada indivíduo. Ao adotar esse método, a proposta não é apenas transmitir conteúdos específicos, mas também promover a construção do saber a partir das vivências e saberes prévios dos participantes, com o objetivo de gerar um aprendizado mais significativo e profundo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Com o intuito de alcançar um dos principais objetivos do projeto — que era o resgate e a coleta das narrativas locais —, buscou-se dar ênfase às histórias e lendas que são passadas de geração em geração, com especial atenção às crianças e aos jovens da comunidade. Este enfoque procurava não só recuperar, mas também assegurar que essas narrativas tivessem a visibilidade merecida, sendo compartilhadas com um público mais amplo. Para isso, a criação de um podcast tornou-se uma ferramenta eficaz, pois permite a disseminação dessas histórias de maneira acessível e interativa, alcançando uma audiência diversa, além de fortalecer o vínculo das novas gerações com as tradições e o patrimônio cultural local (Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal, 2023).

Execução da meta 5

A concretização dessa meta foi viabilizada por meio de uma colaboração entre o IFRN Campus Canguaretama e o IFPB Campus João Pessoa, dentro do escopo do projeto de extensão denominado "Treinamento e consultoria para produção, edição e veiculação de podcasts e audiovisuais". Este projeto foi viabilizado através do Edital nº 01/2022 - Fluxo Contínuo: Prestação de Serviço, promovido pelo IFPB Campus João Pessoa. O objetivo central do projeto foi oferecer aos participantes a oportunidade de aprimorar suas habilidades nas áreas de produção e edição de conteúdos audiovisuais, com ênfase na criação e disseminação de podcasts. Como parte desse esforço formativo, foi oferecido um treinamento técnico especializado, complementado por consultoria contínua. Esse processo educativo e orientativo foi ilustrado por meio da figura 07, a qual descreve visualmente o acompanhamento dos participantes durante o curso e sua evolução ao longo das atividades propostas. A colaboração entre as instituições e a formação oferecida representam um esforço conjunto para capacitar os indivíduos, incentivando o desenvolvimento de competências relevantes para a comunicação digital contemporânea (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Figura 07. Oficina elaboração de *podcast*.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A oficina dedicada à produção, edição e divulgação de podcasts foi conduzida pelo professor Tiago Zaidan, membro do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa. Durante essa atividade, o professor apresentou aos participantes o Anchor.fm, uma ferramenta inovadora que facilita a criação e distribuição de podcasts, além de ser integrada ao Spotify. A plataforma mostrou-se de grande utilidade ao otimizar e descomplicar o processo de produção e disseminação dos programas de áudio, tornando a experiência mais acessível para os envolvidos no projeto. A logomarca projetada para o podcast da iniciativa "Narrativas" pode ser visualizada na figura 08, que ilustra o branding criado especialmente para a ação. A utilização do Anchor.fm foi essencial para viabilizar a execução eficiente da proposta, com uma interface intuitiva e diversas funcionalidades que facilitaram a tarefa dos participantes, oferecendo um ambiente propício à criação de conteúdos audiovisuais (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2023).

Figura 08. Logo e capa do *podcast* do projeto.



Fonte: Smashing Logo, 2022.

A criação da logomarca do podcast foi realizada por meio de uma plataforma digital especializada em design de logotipos, o que possibilitou o desenvolvimento de uma identidade visual que traduz de forma significativa os objetivos e a proposta do projeto "Narrativas Periféricas". O uso dessa ferramenta online permitiu a criação de um símbolo que incorpora a essência e os valores do projeto, contribuindo para a construção de uma imagem forte e representativa, alinhada com a proposta de visibilizar as histórias e culturas periféricas. Dessa maneira, a logomarca se tornou um elemento-chave na comunicação do podcast, reforçando sua identidade e propósito. A escolha de uma plataforma acessível e prática para esse fim facilitou o processo de criação, tornando-o mais ágil e eficaz, ao mesmo tempo que assegurou que o design refletisse a narrativa e os objetivos centrais do projeto.

Oportunidades e desafios na realização do projeto de extensão

O projeto enfrentou uma série de obstáculos ao longo de sua implementação, começando com a escolha da comunidade a ser atendida. Entre as dificuldades, destaca-se a necessidade de conciliar a disponibilidade de participantes, como alunos, professores e membros da comunidade local, com suas respectivas demandas e características sociais. Inicialmente, a escolha recaiu sobre o assentamento de resistência José Martí, situado nas proximidades do campus Canguaretama do IFRN. No entanto, esse local já estava sendo beneficiado por diversas iniciativas de extensão vinculadas ao curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), bem como pela incubadora de tecnologias sociais e economia solidária, IESOL. Diante dessa realidade, a coordenadora do IESOL, professora Monik de Oliveira, sugeriu a transferência do projeto para uma comunidade ainda não contemplada por ações de extensão ou pesquisa do campus, a fim de maximizar o impacto social do projeto "Narrativas Periféricas".

Esse deslocamento levou à identificação da comunidade indígena de Sagi Trabanda, situada a cerca de 35 quilômetros de distância do campus. Contudo, a escolha dessa localidade trouxe à tona novos desafios logísticos. A comunidade é de difícil acesso, sendo necessário percorrer 18 quilômetros por estrada de barro. Além disso, o grupo local gerou certa apreensão devido a tentativas anteriores de contato com outras iniciativas do IFRN, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que não obtiveram sucesso. Diante disso, a principal questão que surgiu foi: quais eram as barreiras e como poderíamos superá-las para garantir o sucesso da implementação do projeto?

A solução para esse impasse iniciou-se com os primeiros contatos diretos com a comunidade, cujo objetivo era compreender suas necessidades e desafios, além de avaliar a viabilidade do projeto de extensão "Narrativas Periféricas". Foi constatado que a principal limitação estava relacionada à disponibilidade de tempo dos jovens da comunidade, que frequentemente estavam ocupados com trabalho e/ou estudos durante o dia. A alternativa encontrada foi a realização dos encontros nas noites de segunda-feira, às 19 horas, a fim de acomodar a agenda dos participantes locais.

Ainda assim, o projeto continuou a enfrentar dificuldades. A logística do transporte institucional se revelou um obstáculo importante, especialmente pela falta de motoristas e pela escassez de horários disponíveis para os professores. Adicionalmente, questões relacionadas ao trajeto se tornaram mais evidentes: a estrada de barro, que atravessa áreas de cultivo de cana-de-açúcar, tornava o deslocamento ainda mais complicado, principalmente devido às queimadas recorrentes em determinados períodos do ano. Esses fatores contribuíram para aumentar a complexidade do processo, exigindo resiliência e comprometimento de todos os envolvidos para garantir a continuidade e o êxito do projeto, como ilustrado na imagem a seguir.

Figura 09. Queimada no canavial da usina estivas



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os desafios enfrentados durante a execução do projeto foram substanciais e exigiram uma gestão cuidadosa de diversos aspectos. Em várias ocasiões, foi necessário que a coordenadora e professora do projeto, Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros, assumisse a responsabilidade de motorista para garantir que a equipe e os recursos chegassesem até a comunidade-alvo. Esse tipo de adaptação demonstrou a flexibilidade e o comprometimento exigidos para o sucesso de iniciativas dessa natureza, que dependem muitas vezes de recursos limitados e de estratégias improvisadas para superar obstáculos logísticos e operacionais.

Inicialmente, o projeto contou com a participação de quatro estudantes, mas ao longo do desenvolvimento, diversos fatores impactaram na continuidade do envolvimento desses alunos. A principal razão para o afastamento dos participantes foi a incompatibilidade dos horários das atividades do projeto com suas outras obrigações acadêmicas e pessoais, o que evidenciou a dificuldade em conciliar os compromissos da vida estudantil com projetos de extensão que exigem

grande dedicação e disponibilidade. Apesar disso, o projeto conseguiu avançar e ser concluído com sucesso, o que se reflete nas avaliações finais do "Narrativas Periféricas", que demonstram a efetividade das ações realizadas e o impacto alcançado na comunidade.

Esses imprevistos, embora desafiadores, não impediram o cumprimento dos objetivos estabelecidos. A experiência traz à tona a importância de se ter flexibilidade e resiliência diante das dificuldades, características que foram essenciais para o sucesso da iniciativa, como evidenciado nas reflexões finais do projeto.

Considerações finais

A realização deste projeto proporcionou a todos os envolvidos uma experiência enriquecedora, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no campo cultural e humano. Ao longo de sua execução, todos os participantes tiveram a oportunidade de aprender e se aprofundar em aspectos da cultura local, estabelecendo uma troca significativa de saberes entre os membros da comunidade de Sagi e os pesquisadores. Estes últimos, na função de extensionistas, puderam não apenas transmitir conhecimentos, mas também absorver as experiências e tradições vivenciadas pelos membros da comunidade. Essa troca constante de saberes representa um dos maiores legados desse projeto, refletindo a importância de valorizar e preservar os saberes tradicionais das comunidades, que são essenciais para garantir a continuidade e a perpetuação de suas culturas ao longo das gerações.

A principal proposta deste projeto foi dar visibilidade às histórias locais, compartilhando-as com um público mais amplo, ao mesmo tempo em que contribui para a valorização de grupos frequentemente marginalizados na sociedade. A prática de contar e divulgar essas narrativas detém um poder transformador, capaz de fortalecer a identidade cultural e de criar espaços de resistência e de pertencimento para esses povos. Nesse contexto, a criação da rádio virtual, com o lançamento de um canal no Spotify, foi uma importante ferramenta de disseminação dessas histórias. O canal, acessível através do link <https://spotifyanchor-web.app.link/e/nPEZmNvOexb>, tem sido um espaço vital para a veiculação de podcasts, permitindo que essas vozes, muitas vezes silenciadas, encontrem eco em um ambiente virtual. Mesmo com o encerramento formal do projeto de extensão, a essência de sua proposta – dar voz a quem geralmente não a tem – segue viva. O canal no Spotify continua ativo, permitindo a continuidade da produção de novos episódios que ampliam a visibilidade das histórias dos povos originários e tradicionais do Rio Grande do Norte.

Para futuras investigações e expansões, seria pertinente explorar novas formas de integrar as tecnologias digitais ao processo de preservação e disseminação das culturas tradicionais, especialmente considerando o impacto das plataformas de áudio e mídia digital como ferramentas acessíveis para diversos públicos. Além disso, seria relevante analisar os efeitos dessa abordagem de valorização cultural no fortalecimento da identidade local e na promoção do empoderamento social, criando novos espaços de diálogo e troca entre as diferentes gerações e culturas. Assim, novas pesquisas poderiam investigar como iniciativas semelhantes podem ser replicadas em outras comunidades, ampliando o alcance das narrativas populares e possibilitando a construção de uma rede de apoio e divulgação cultural que reverberasse em diferentes contextos sociais e geográficos.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS COMUNIDADES MONTANHA E MANGABAL.
Cartografia N. [s.l.: s.n.]. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/01D00005.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.
- BRAINLY. **Jogos teatrais**. 2020. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/31077099>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Portal Eventos**. Disponível em: <https://eventos.ifpb.edu.br/index.php/v-enex/index/pages/view/c%C3%ADrculos%20de%20cultura>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- CANTOS DA FLORESTA. **O Toré dos indígenas do Nordeste**. Disponível em:
<https://www.cantosdafloresta.com.br/propostas-didaticas/o-tore-dos-indigenas-do-nordeste/>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- CLAVER, Ronald. **Escrever sem doer**: oficina de redação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.
- DEWEY, John. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultura, 1980.
- EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008.
- LIPMAN, Matthew. **A Filosofia vai à escola**. São Paulo: Summus, 1990.
- LIPMAN, Matthew. **O Pensar na educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **No RN, empresa invade terras onde índios plantam próprio alimento**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/12/no-rn-empresa-invade-terras-onde-indios-plantam-proprio-alimento.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- POTIGUAR, Eva. **Ruído Manifesto**. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/cinco-poemas-de-eva-potiguar/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE MAURICE TARDIF PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Erika Vieira dos Santos¹⁴
Bruno Gomes Pereira¹⁵
Makeliny Oliveira Gomes Nogueira¹⁶

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir algumas contribuições de Maurice Tardif para o trabalho docente contidas na obra “Saberem docentes e formação profissional”. A fundamentação teórica está alojada no campo da educação, com foco nos estudos sobre formação de professores. Trata-se de uma área das investigações pedagógicas que problematiza aspectos de ensino, profissionalização docente e prática docente. A metodologia foi desenvolvida em duas etapas: i) pesquisa bibliográfica, uma vez que mobilizamos diferentes pesquisadores para complexificar o olhar de Tardif; e ii) tratamento documental, já que estamos entendendo a obra do referido pesquisador como documento de análise. Compreendemos que é fundamental para os próximos tempos que as escolas, os cursos de capacitação de docentes e os professores em si sigam utilizando e colocando em prática os fundamentos de Tardif em suas atividades de ensino.

Palavras-Chave: Educação; Formação de Professores. Prática Pedagógica.

Abstract

This article aims to discuss some of Maurice Tardif's contributions to teaching work contained in the work “Teaching knowledge and professional training”. The theoretical foundation is housed in the field of education, focusing on studies on teacher training. This is an area of pedagogical investigations that problematizes aspects of teaching, teaching professionalization and teaching practice. The methodology was developed in two stages: i) bibliographical research, since we mobilized different researchers to complexify Tardif's perspective; and ii) documentary treatment, since we understand the work of the aforementioned researcher as an analysis document. We understand that it is essential in the coming times that schools, teacher training courses and teachers themselves continue to use and put into practice the Tardif fundamentals in their teaching activities.

Keywords: Education; Teacher Training. Pedagogical Practice.

¹⁴ Mestranda em Educação pela Universidade Ibirapuera (UNIB). E-mail: erikavieiradossantosprof@gmail.com

¹⁵ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB). E-mail: bruno.pereira@ibirapuera.edu.br.

¹⁶ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente e pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB). E-mail: makeliny.nogueira@ibirapuera.edu.br.

Introdução

Maurice Tardif é conhecido por suas discussões sobre a profissionalização dos professores, métodos de ensino e treinamento de educadores. Frequentemente, analisa os desafios da carreira docente, incluindo temas como expertise profissional, processo de aprendizagem e métodos de ensino (Cabral, 2022).

Dentro desse escopo, a obra “Saberdes docentes e formação profissional”, do referido autor, agrega importância acadêmico-científica. Isso porque contempla reflexões pertinentes ao progresso na área de estudos em educação, trazendo perspectivas importantes sobre o papel do professor e suas consequências na formação docente. Seu enfoque teórico-metodológico auxilia na ampliação do entendimento dos obstáculos enfrentados pelos professores e das estratégias pedagógicas mais eficazes (Bezerra, 2017).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo discutir algumas contribuições de Maurice Tardif para o trabalho docente contidas na obra “Saberdes docentes e formação profissional”. Entendemos que isso pode colaborar com os estudos sobre educação, despertando o interesse de profissionais da pedagogia e de áreas afim.

A fundamentação teórica está alojada no campo da educação, com foco nos estudos sobre formação de professores. Trata-se de uma área das investigações pedagógicas que problematiza aspectos de ensino, profissionalização docente e prática docente (Cruz, 2022; Fernandes, 2018; Grützmann, 2019). Nesse caso, compreendemos que as discussões acerca da obra de Tardif podem ser desenvolvidas sob diferentes enfoques, a saber o lugar teórico assumido pelo pesquisador.

A metodologia foi desenvolvida em duas etapas: i) pesquisa bibliográfica, uma vez que mobilizamos diferentes pesquisadores para complexificar o olhar de Tardif; e ii) tratamento documental, já que estamos entendendo a obra do referido pesquisador como documento de análise. Com isso, a pesquisa bibliográfica aliada à técnica documental pode ajudar a discussão científica considerando as marcas linguísticas contidas no registro do documento (Lakatos; Marconi, 2013; Severino, 2007).

Por fim, esperamos que este trabalho possa se tornar útil às discussões acadêmicas sobre profissionalização e trabalho docente. Além disso, desejamos também que seja provocativo e, assim, possa incentivar a produção de outros trabalhos acerca do legado de Maurice Tardif.

Teoria do processo de ensino e de produção textual

A área educacional é um campo amplo que engloba todos os aspectos relacionados ao ensino e à aprendizagem, incluindo políticas públicas, gestão escolar, desenvolvimento de currículos e tecnologia educacional. Dentro dessa área, a pedagogia é um subcampo especializado focado nas teorias e práticas do ensino e da aprendizagem, abordando métodos pedagógicos, desenvolvimento infantil e educação inclusiva. Logo, enquanto a área educacional abrange a administração e a regulamentação das instituições de ensino, a pedagogia concentra-se diretamente nas estratégias para melhorar a eficácia do processo educativo (Cruz, 2022; Fernandes, 2018; Grützmann, 2019).

As concepções de Tardif acerca do exercício da docência e da prática educativa podem ser confrontadas e cotejadas com diversas teorias da instrução e da aprendizagem, tais como construtivismo, socioculturalismo e cognitivismo (Tardif, 2012).

A abordagem construtivista tem por pontos em comum a participação ativa dos alunos na criação do saber, ressaltando a interação com o meio e com os colegas. Tardif valoriza o conhecimento construídoativamente pelos estudantes. No entanto, sua ênfase recai sobre o papel do professor e sua expertise profissional em auxiliar nesse desenvolvimento (Assis, 2019).

Por outro lado, enquanto o construtivismo valoriza a autonomia do estudante e a construção individual do conhecimento, Tardif enfatiza a função essencial do professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. Ele destaca a relevância do conhecimento especializado do docente e sua habilidade de ajustar as abordagens de ensino de acordo com as demandas dos educandos (Tardif, 2012).

A perspectiva sociocultural, defendida por estudiosos como Fernandes (2021), destaca a relevância do ambiente social e cultural no processo de aprendizagem e no progresso cognitivo. Tardif destaca a valorização do ambiente social na rotina escolar, sobretudo nas relações entre docentes, estudantes, colegas e na comunidade escolar. Tardif destaca que o socioculturalismo enfatiza a cooperação e o aprendizado por meio da interação social e menciona a relevância do conhecimento profissional próprio do professor e da reflexão sobre a prática como elementos indispensáveis do ensino eficiente (Tardif, 2012; Fernandes, 2021).

Por fim, tem-se a abordagem e teoria psicológica que se concentra no estudo dos processos mentais, como percepção, memória, linguagem e resolução de problemas. O cognitivismo direciona sua atenção para os procedimentos mentais presentes na aquisição de conhecimento, tais como percepção, memória, foco e solução de desafios. Tardif destaca ainda a relevância desses procedimentos cognitivos na atividade educativa, principalmente quando se trata da elaboração de planos de aula, escolha de métodos de ensino e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes (Cruz *et al.* 2022).

No entanto, enquanto o cognitivismo frequentemente foca em mecanismos individuais de ensino, Tardif ressalta a vertente social e interpessoal do trabalho docente, realçando a relevância dos diálogos entre educadores e estudantes, assim como entre professores, para estimular o êxito na educação (Cruz *et al.*, 2022).

As concepções de Tardif acerca da carreira docente agregam e valorizam as visões das teorias da instrução e da aprendizagem, ressaltando a relevância do saber especializado do educador, das relações interpessoais em sala de aula e do ambiente escolar como um todo, visando aprimorar o ensino de forma consistente (Cruz *et al.*, 2022; Fernandes, 2021). Este contexto é posto em prática por meio da atuação da docência.

Profissão docente e prática pedagógica sob a perspectiva de Tardif

As reflexões de Tardif sobre o papel dos docentes e a utilização de estratégias de ensino estão em sintonia com os princípios da sociologia da educação, sobretudo no que diz respeito às estruturas sociais, papéis institucionais e dinâmicas de poder no contexto escolar.

Tardif admite que a maneira como os professores ensinam e se relacionam com os alunos é impactada por fatores sociais mais abrangentes, como cultura, política e economia. Por exemplo, as políticas de educação, os recursos fornecidos às escolas e as expectativas da sociedade em relação ao papel dos docentes têm o poder de influenciar de forma significativa a prática docente (Bezerra, 2017).

Em uma análise sociológica da educação concentra-se na pesquisa dessas organizações sociais e em seu impacto na educação. Ela explora temas como disparidades educacionais, disponibilidade de ensino e separação entre alunos, aspectos que podem influenciar de forma significativa o trabalho dos professores (Brotherhood, 2024).

Nesse cenário, é possível perceber que a sociologia da educação estuda as funções das instituições educacionais, examinando a estrutura das escolas, as diferentes camadas existentes dentro dessas organizações e as esperanças da sociedade em relação aos educadores e suas atividades (Brotherhood, 2024).

Além disso, Tardif identifica que a atuação de diferentes formas de poder ocorre no ambiente escolar e pode ter efeitos nas relações entre educadores, estudantes e demais integrantes da comunidade educativa. A título de ilustração, as hierarquias de poder entre gestores, professores, alunos e responsáveis podem influenciar as tomadas de decisão no âmbito educacional e as estratégias pedagógicas (Bezerra, 2017).

Nessa linha, a sociologia da educação analisa as relações de poder no âmbito educacional, abordando temas como hierarquia, gestão e oposição dentro do contexto escolar. Seu intuito é investigar a forma como o poder se manifesta e é aplicado nas escolas, impactando tanto o trabalho dos professores quanto o ambiente de ensino-aprendizagem (Brotherhood, 2024).

Tardif: uma análise sob a perspectiva da psicologia educacional

As discussões de Tardif sobre o trabalho dos professores e o método de ensino podem ser conectadas aos princípios e ideias da psicologia educacional, como a motivação, o desenvolvimento cognitivo, a construção de identidade e a aprendizagem ao longo da vida.

Tardif comprehende a relevância da motivação no exercício da atividade docente, tanto para os estudantes quanto para os educadores. Ele ressalta que os profissionais do ensino precisam estar entusiasmados e comprometidos para proporcionar uma educação de excelência. Do ponto de vista da psicologia educacional, a motivação dos estudantes é essencial para o progresso acadêmico. A compreensão dos variados tipos de motivação (interna, externa) e os elementos que a impactam (interesse, confiança, reconhecimento) pode auxiliar os educadores a promoverem ambientes de ensino mais estimulantes e envolventes (Molina, 2019).

O autor entende a importância de os educadores compreenderem a evolução cognitiva dos estudantes para ajustar suas abordagens de ensino de acordo com suas demandas e habilidades. Sob o ponto de vista da psicologia educacional, a compreensão das teorias do desenvolvimento cognitivo (tais como as de Piaget e Vygotsky) pode auxiliar os educadores na escolha de técnicas de ensino apropriadas para cada fase de evolução dos estudantes. Por exemplo, ajustar as atividades e recursos de acordo com o grau de pensamento abstrato dos alunos (Cabral, 2022).

Além disso, Tardif admite que as experiências educacionais e o papel dos professores desempenham um papel fundamental na construção da identidade dos alunos ao longo de sua trajetória educacional. Neste contexto, sob a ótica da psicologia educacional, compreender a forma como os estudantes constroem suas identidades acadêmicas e sociais é essencial para que os professores possam estabelecer um ambiente de apoio e respeito recíproco. Isso implica em reconhecer e valorizar as diferentes identidades dos estudantes, além de criar espaços para que possam se expressar e se desenvolver de maneira completa (Lüdke, 2013; Cabral, 2022).

Cabe ressaltar que, de acordo com Tardif, é fato que a educação é um percurso constante e que os educadores precisam se dedicar continuamente ao seu desenvolvimento ao longo de toda a vida. Assim como, de acordo com a psicologia educacional, a compreensão dos fundamentos da aprendizagem ao longo da vida pode incentivar os educadores a buscarem maneiras de crescer profissionalmente de forma constante, como participar de cursos de renovação, trabalhar em equipe com outros professores e refletir sobre suas práticas (Tardif, 2013; Cabral, 2022).

Observa-se que o vínculo entre os conceitos de Tardif e os fundamentos da psicologia educacional destaca a relevância de uma visão integradora na atuação pedagógica e no treinamento de educadores. Entender os aspectos psicológicos dos estudantes e dos docentes pode contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem mais eficazes e acolhedores, nos quais cada aluno seja capaz de desenvolver seu máximo potencial.

Posto os principais conceitos, cabe-se analisar criticamente as teorias do autor na prática.

As discussões de Tardif e a crítica à educação

Os estudos de Tardif sobre o trabalho dos professores e as estratégias de ensino podem ser examinados à vista da teoria crítica da educação, que foca em temas como autoridade, equidade e liberdade. A avaliação crítica da educação ressalta a importância de analisar as interações de poder no ambiente educacional e como essas interações podem contribuir para a manutenção de disparidades sociais (De Freitas, 2017).

As ideias de Tardif são valiosas para uma reflexão crítica sobre a educação, destacando a importância de os professores refletirem sobre seu papel e autoridade no ambiente escolar (De Freitas, 2017).

É importante destacar que a teoria educacional crítica tem como objetivo principal promover a liberdade dos estudantes, permitindo que possam analisar, questionar e modificar as estruturas que geram opressão na sociedade. Tardif destaca a relevância de os educadores prepararem seus alunos para se tornarem indivíduos capazes de pensar criticamente e promover mudanças (Cabral, 2022).

As discussões de Tardif possuem a capacidade de enriquecer uma análise crítica da emancipação no campo educacional ao destacar a importância de os professores incentivarem a independência e o pensamento crítico dos alunos. Isso envolve promover a reflexão, o diálogo e o engajamento dos estudantes em questões sociais e políticas que afetem suas vidas e comunidades (Grützmann, 2019).

Sobre este fato, é importante dizer que é imprescindível no âmbito acadêmico da formação de professores uma escrita bem elaborada e comprometida com questões sociais, pois isso possibilita um exercício mais profundo e analítico da docência. Dessa forma, o docente se torna apto a atender às necessidades de uma sociedade em transformação contínua (Pereira, 2020). Outro ponto destacado por Tardif é sobre a formação do professor.

Modelo de formação do professor

A ligação entre as concepções de Tardif e os padrões de capacitação de docentes é fundamental para aprimorar a qualificação dos futuros profissionais da educação, tanto no início da carreira quanto ao longo dela.

Os fundamentos e ideias de Tardif, tais como sabedoria profissional, reflexão na prática e aprimoramento profissional em curso, têm a possibilidade de serem incluídos nos programas de formação inicial de educadores. Essa inclusão pode ser realizada por meio de disciplinas específicas, workshops ou unidades que apresentem aos futuros educadores as teorias e ações associadas à carreira docente conforme elaboradas por Tardif (Macenhan, 2016).

Um ponto crucial das teorias de Tardif reside na relevância de refletir sobre a prática educativa. Os cursos de formação de professores têm a possibilidade de promover estágios e experiências supervisionadas, possibilitando aos alunos a aplicação dos conceitos e teorias adquiridos em sala de aula, com o auxílio de profissionais experientes. Essas vivências práticas são fundamentais para a união do conhecimento teórico com a prática efetiva (Poso, 2021).

Além disso, os programas de educação continuada possibilitam que os professores em atividade atualizem e ampliem seu conhecimento profissional, abordando as teorias de Tardif sobre as recentes descobertas e métodos educativos. Essa atualização pode ocorrer por meio de capacitações, oficinas, análises em grupo ou participação em eventos da área (Macenhan, 2016).

As estratégias de desenvolvimento profissional contínuo frequentemente englobam sessões de mentoria e acompanhamento personalizado para educadores ativos, oferecendo suporte individualizado e momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas. Os mentores têm o papel de auxiliar os professores na aplicação dos ensinamentos de Tardif em suas rotinas diárias e na identificação de oportunidades de aprimoramento profissional (Selbach, 2018).

Os estabelecimentos de ensino e os cursos de atualização profissional têm a possibilidade de promover a formação de comunidades de prática, nas quais os educadores podem compartilhar vivências, discutir conceitos e colaborar juntos na solução de desafios. Esses grupos podem se tornar ambientes essenciais para a implementação e a evolução das teorias de Tardif em um ambiente colaborativo (Félix, 2015). Sobre isso, é importante salientar que o estágio supervisionado é ressaltado como fundamental para a capacitação do educador, e as vozes identificadas corroboram a relevância dessa experiência (Pereira; Fossile, 2015).

Os resultados apontam que as perspectivas de Tardif podem agregar muito valor tanto à formação inicial quanto à contínua de professores, oferecendo uma base teórica consistente e práticas de reflexão que capacitam os educadores a atenderem às diversas demandas da carreira docente. Integrar as ideias de Tardif nos currículos de formação e nos programas de atualização profissional pode auxiliar na preparação de professores mais competentes, reflexivos e dedicados ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes (Macenhan, 2016).

Isso pode ser percebido, dentre outros momentos na passagem do livro:

[...] os saberes que servem de base para o ensino, tais como vistos pelos professores, não se limitam a conteúdos bem circunscritos que dependem de um conhecimento especializado. Eles abrangem uma grande diversidade de objetos, de questões, de problemas que estão todos relacionados com seu trabalho [...] (Tardif, 2012, p. 61).

Assim, nota-se que Tardif (2012) afirma que o conhecimento dos professores vai além dos conteúdos acadêmicos e técnicas especializadas. Em vez de se limitar a tópicos bem definidos, esses saberes incluem uma vasta gama de questões e problemas relacionados ao ensino, como a gestão da sala de aula e a compreensão das necessidades dos alunos. Assim, os saberes dos professores são complexos e interconectados com diversos aspectos do trabalho docente, o que destaca a necessidade de uma formação abrangente que prepare os professores para enfrentar essa diversidade de desafios no ambiente escolar.

Considerações finais

Ao estabelecer conexões entre os conceitos de Tardif e diferentes correntes de pensamento e saberes acadêmicas, como teorias da aprendizagem, sociologia da educação, psicologia educacional, teoria crítica da educação e formação docente, é possível notar como seu trabalho enriquece uma visão mais abrangente e unificada do campo educacional.

É essencial para o futuro que as instituições de ensino, os treinamentos para professores e os próprios educadores continuem aplicando os princípios de Tardif em suas práticas educacionais. Isso requer a promoção de reflexão crítica, desenvolvimento profissional e colaboração entre os profissionais, visando sempre melhorar a qualidade do ensino.

Referências

- ASSIS, Frederico. Arteteto Responsável: Arte Urbana como Instrumento de Políticas Públicas Urbanísticas. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v.19 n.1, 2019.
- BEZERRA, Ricardo José Lima. A prática educativa a partir dos seus saberes: Refletindo sobre os saberes curriculares e saberes experienciais docentes a partir de Tardif, seus colaboradores e seus comentadores. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v. 3, n. 1, p. 103-120, 2017.
- CABRAL, Luciene Gomes Pimenta et al. Proposições de tardif e freire sobre os saberes docentes fundamentais à formação de professores. **Anais do Seminário Nacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 3, 2022.
- CRUZ, Maria do Socorro Batista de Jesus, Et al. A imagem no desenvolvimento de habilidades psíquicas na teoria de Lev Vygotsky, influenciadas por Wundt, Köhler, Koffka e Wertheimer. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 3, Passo Fundo, p. 855-875, set./dez. 2022.
- DE FREITAS, Ana Lúcia Souza. Paulo Freire e Maurice Tardif: um diálogo de referências para fortalecer a articulação da universidade escolar na perspectiva da formação com educadores/as. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 25-39, 2017.
- FÉLIX, Amanda Bárbara. **Acessibilidade em estabelecimentos de ensino superior em Brasília: o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)**. 2015. 166 f. Monografia (Especialização em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- FERNANDES, Arlete Modesto Macedo. Et al. O Construtivismo na Educação. **Rev. Mult. Psic.** V.12, N. 40. 2018.
- FIDELIS. Ana Claudia Silva. Da possibilidade de letramento literário: análise de práticas de leitura e de produção textual. **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**. 2015.
- GOUVEIA, Mayara Guilherme. **Uma análise das abordagens sobre o preconceito linguístico no livro didático de língua portuguesa do 6º ano do ensino fundamental II**. Universidade Federal De Campina Grande Centro De Formação De Professores Unidade Acadêmica De Letras Curso De Licenciatura Em Letras – Língua Portuguesa. 2019.
- GRÜTZMANN. Thaís Philipsen. Saberes docentes: um estudo a partir de Tardif e Borges. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.3, p.02-23, set./dez., 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

- LÜDKE, Menga. O lugar do estágio na formação de professores. **Educação em Perspectiva**, v. 4, n. 1, 2013.
- MACENHAN, Camila; TOZETTO, Susana Soares; BRANDT, Celia Finck. Formação de professores e prática pedagógica: uma análise sobre a natureza dos saberes docentes. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 2, p. 505-525, 2016.
- MOLINA, Carolina Aparicio; LÓPEZ, Felipe Sepúlveda. Trabajo colaborativo docente: nuevas perspectivas para el desarrollo docente. **Psicología escolar e educacional**, v. 23, p. e187926, 2019.
- PEREIRA, Bruno Gomes; FOSSILE, Dieysa kanyela. Vozes de professores em formação inicial em relatórios de estágio supervisionado: contribuições dos estudos pragmáticos. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 37, n. 2, p. 289-303, jul/dez. 2015.
- PEREIRA, Bruno Gomes. Vozes de professores em formação inicial na escrita acadêmica: perspectivas entre socioprágmática e linguística aplicada. **Revista Científica Faculdade de Balsas**. V. 11, n. 1 p. 20-34 2020.
- POSO, Fabiana; MONTEIRO, Ercila Pinto. A perspectiva decolonial nos cursos de formação de professores: uma revisão de literatura. Pedagógica: **Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE**, n. 23, p. 1-17, 2021.
- SELBACH, Paula Trindade; LUCE, Maria Beatriz. Estratégias de desenvolvimento profissional docente em universidades públicas: similaridades e diferenças. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 4, p. 1-10, 2018.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

IMPACTOS SOCIAIS GERADOS PELA PROMOÇÃO DE EVENTOS DE GRANDE PORTE EM PIPA/RN

Gabriella Barbosa Silveira¹⁷

Mayara Ferreira de Farias¹⁸

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros¹⁹

Resumo

No decorrer da construção desse estudo comprovou-se que o turismo de eventos assumiu relevante papel na economia local, podendo afirmar que o setor de eventos se destaca como uma das principais atividades. Desde a segunda metade da década de 1990, Pipa vem se tornando um grande centro de atração turística do mundo, o que tem contribuído para a dinamização da economia local. Este trabalho foi realizado com o objetivo de analisar os principais impactos sociais decorrentes do desenvolvimento do Turismo de Eventos no distrito de Pipa/RN. Para isso, buscou-se - a partir da análise de trabalhos antigos e atuais - perceber as transformações ocorridas. Realizou-se, também, uma pesquisa com a comunidade nativa. Além do dito, cabe inferir que, para se ter a opinião daqueles que vivenciam o dia a dia na localidade, validaram-se as análises a garantir que as recomendações e considerações finais estivessem alinhadas com a realidade vivida pela comunidade. A relevância deste estudo reside na análise aprofundada dos impactos sociais do turismo de eventos no distrito de Pipa/RN, que emergiu como um importante centro turístico global desde 1990. O turismo de eventos não apenas impulsiona a economia local, mas também transforma a dinâmica social da comunidade. Ao integrar as percepções da população local por meio de entrevistas, o estudo assegura que as recomendações se baseiem em experiências reais, promovendo uma abordagem mais holística e autêntica. Além disso, ao investigar as transformações socioeconômicas decorrentes do desenvolvimento do turismo de eventos, a pesquisa oferece insights valiosos para gestores públicos e privados, permitindo uma melhor compreensão das necessidades e expectativas da comunidade. Essa análise pode servir como um guia para práticas de turismo sustentável, que respeitem a cultura local e promovam um desenvolvimento equilibrado. Dessa forma, o estudo não só contribui para o conhecimento acadêmico, mas também para a formulação de políticas que beneficiem tanto o setor turístico quanto a população de Pipa/RN. Em suma, as entrevistas com os sujeitos do estudo em tela foram um componente crucial para o sucesso do trabalho, fornecendo uma base sólida e autêntica para os resultados alcançados.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Impactos. Dinamização. Economia.

Abstract

Throughout the development of this study, it was proven that event tourism has assumed a significant role in the local economy, with the event sector standing out as one of the main activities. Since the second half of the 1990s, Pipa has become a major global tourist destination, contributing to the dynamization of the local economy. This work was conducted with the aim of analyzing the main social impacts arising from the development of Event Tourism in the district of Pipa/RN. To achieve this, an analysis of both past and current works was carried out to understand the transformations

¹⁷ Graduada em Gestão de Turismo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: Silveira.b@escolar.ifrn.edu.br.

¹⁸ Coautora: Doutora, mestre e bacharel em "Turismo" [UFRN]. Especialista em "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" [FOCUS]. Especialista em "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE" [UFRN]. Especialista em "Política de Promoção da Igualdade Racial - UNIAFRO" [UFERSA]. Especialista em "Gestão Pública Municipal" [UFPB]. Graduada em "Letras-Português" (FUNIP). Graduada em "Filosofia" [ISEP]. Graduada em "Letras-Espanhol" [IFRN]. Graduanda em "Pedagogia" [FUNIP]. Professora substituta do IFRN – Campus Canguaretama. E-mail: farias.mayara@academico.ifrn.edu.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>.

¹⁹ Graduada, mestra e doutora em "Turismo" pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. Professora efetiva do IFRN – Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/4236100618422414>.

that have occurred. Additionally, research was conducted with the local community. Furthermore, it is important to note that in order to capture the opinions of those living the daily life in the area, the analyses were validated to ensure that the final recommendations and conclusions were aligned with the reality experienced by the community. The significance of this study lies in the in-depth analysis of the social impacts of event tourism in Pipa/RN, which has emerged as an important global tourist center since the 1990s. Event tourism not only boosts the local economy but also transforms the social dynamics of the community. By integrating the perceptions of the local population through interviews, the study ensures that the recommendations are based on real experiences, fostering a more holistic and authentic approach. Moreover, by investigating the socioeconomic transformations resulting from the development of event tourism, the research provides valuable insights for both public and private managers, allowing for a better understanding of the community's needs and expectations. This analysis can serve as a guide for sustainable tourism practices that respect local culture and promote balanced development. Thus, the study not only contributes to academic knowledge but also to the formulation of policies that benefit both the tourism sector and the population of Pipa/RN. In summary, the interviews with the subjects of this study were a crucial component for the success of the work, providing a solid and authentic foundation for the results achieved.

Keywords: Development. Impacts. Dynamization. Economy.

Resumen

A lo largo de la realización de este estudio, se demostró que el turismo de eventos ha asumido un papel relevante en la economía local, pudiendo afirmarse que el sector de eventos se destaca como una de las principales actividades. Desde la segunda mitad de la década de 1990, Pipa se ha convertido en un gran centro de atracción turística mundial, lo que ha contribuido a la dinamización de la economía local. Este trabajo se realizó con el objetivo de analizar los principales impactos sociales derivados del desarrollo del Turismo de Eventos en el distrito de Pipa/RN. Para ello, se buscó, a partir del análisis de trabajos antiguos y actuales, percibir las transformaciones ocurridas. También se realizó una investigación con la comunidad local. Además de lo mencionado, cabe inferir que, para conocer la opinión de aquellos que viven el día a día en la localidad, se validaron los análisis para garantizar que las recomendaciones y consideraciones finales estuvieran alineadas con la realidad vivida por la comunidad. La relevancia de este estudio radica en el análisis profundo de los impactos sociales del turismo de eventos en el distrito de Pipa/RN, que ha emergido como un importante centro turístico global desde 1990. El turismo de eventos no solo impulsa la economía local, sino que también transforma la dinámica social de la comunidad. Al integrar las percepciones de la población local mediante entrevistas, el estudio asegura que las recomendaciones se basen en experiencias reales, promoviendo un enfoque más holístico y auténtico. Además, al investigar las transformaciones socioeconómicas derivadas del desarrollo del turismo de eventos, la investigación ofrece valiosos conocimientos para gestores públicos y privados, permitiendo una mejor comprensión de las necesidades y expectativas de la comunidad. Este análisis puede servir como guía para prácticas de turismo sostenible que respeten la cultura local y promuevan un desarrollo equilibrado. Así, el estudio no solo contribuye al conocimiento académico, sino también a la formulación de políticas que beneficien tanto al sector turístico como a la población de Pipa/RN. En resumen, las entrevistas con los sujetos del estudio fueron un componente crucial para el éxito del trabajo, proporcionando una base sólida y auténtica para los resultados alcanzados.

Palabras clave: Desarrollo. Impactos. Dinamización. Economía.

Introdução

O turismo em Pipa começou com a chegada de surfistas e, posteriormente, com a vinda de veranistas, principalmente de Goianinha, cidade vizinha. No entanto, foi na década de 1980 que Pipa se consolidou como um dos principais destinos turísticos da região Nordeste, destacando-se no segmento de Sol e Mar. O Ministério do Turismo chegou a classificar a região como um dos 65 destinos turísticos prioritários do Brasil. Esse processo de "turistificação" trouxe transformações profundas, tanto no aspecto geográfico quanto social. O que antes era uma área rural, com predominância de pesca e atividades locais, deu lugar a uma urbanização crescente, que alterou o uso do solo e a ocupação do território.

Com a expansão do turismo voltado para o lucro, a especulação imobiliária se intensificou, o que afetou diretamente a vida dos moradores locais. As necessidades de subsistência, como pesca, cultivo e moradia, foram gradualmente substituídas pelos interesses de investidores externos, que buscaram explorar a região para atender aos turistas. Isso gerou problemas como a segregação espacial e uma mudança no perfil da população residente, muitos dos quais venderam suas propriedades e se afastaram da localidade que conheciam como lar.

A urbanização passou a ser moldada pela lógica capitalista, transformando o espaço em uma mercadoria. Sem uma gestão adequada, essa transformação resultou em uma urbanização desordenada. Paralelamente, o turismo de eventos emergiu como uma estratégia para combater a sazonalidade, atraiendo turistas mesmo fora da alta temporada. Eventos de grande porte impactam diretamente não apenas a economia local, mas também os aspectos sociais e culturais da comunidade. Embora tragam benefícios como a geração de empregos e renda, esses empregos muitas vezes são precários, com salários baixos e sem garantias de direitos trabalhistas.

O mercado de eventos tem atraído novos investidores, impulsionando o turismo em destinos como Pipa, mas os impactos desses eventos podem ser tanto positivos quanto negativos. Se não forem planejados adequadamente e em harmonia com as necessidades da comunidade local, podem gerar prejuízos, alterando a infraestrutura e a cultura local, e aumentando o custo de vida. Nesse contexto, a pesquisa busca analisar os impactos sociais do turismo de eventos na região de Pipa, situada no município de Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte.

Os eventos, ao impulsionarem o turismo, têm contribuído para o crescimento econômico da região, mas também impuseram desafios sociais e culturais, como o aumento no custo de bens e serviços, e o risco de perda da identidade cultural. A perspectiva dos moradores locais é essencial para entender as implicações do turismo de eventos e garantir que os benefícios econômicos sejam equilibrados com o bem-estar da população. A colaboração entre organizadores de eventos e residentes é crucial para o desenvolvimento sustentável do turismo de eventos.

Este estudo visa compreender os impactos sociais decorrentes dos eventos de grande porte em Pipa. Para isso, o objetivo principal da pesquisa é analisar os efeitos sociais causados por esses eventos, identificando a percepção dos moradores sobre os impactos do turismo de eventos e buscando entender como essas transformações sociais e culturais têm afetado a comunidade local.

O artigo está organizado de forma a abordar de maneira estruturada o impacto do turismo de eventos em Pipa. Após a introdução, que apresenta o tema e os objetivos da pesquisa, a segunda seção discute os conceitos e a relação entre turismo e eventos. Em seguida, explora o mercado local de eventos, contextualizando Pipa, e os impactos desses eventos no turismo, tanto positivos quanto negativos. O estudo também detalha os procedimentos metodológicos adotados, seguidos pela apresentação e discussão dos resultados, como crescimento econômico, intercâmbio cultural, e problemas locais. Finalmente, as considerações finais sintetizam as conclusões do estudo.

Referencial teórico

Turismo e eventos

A evolução do turismo tem sido um fenômeno de grande crescimento e expansão ao longo do tempo, ganhando cada vez mais destaque. O turismo envolve o deslocamento de pessoas com diversos objetivos, como lazer, negócios ou cultura, refletindo uma transformação no entendimento de sua importância econômica. Essa atividade tem gerado aumento das receitas, criado postos de trabalho e ajudado na estabilização das economias locais e nacionais, sendo vista como um dos principais motores da economia, gerando um impacto positivo nas balanças comerciais de diversos países (Costa, 2013).

Os eventos são comumente associados a momentos de celebração, festividades ou entretenimento. Essa visão é amplamente reconhecida em estudos acadêmicos, onde tais atividades são frequentemente classificadas como formas de lazer. Entretanto, como observa Melo Neto (2001), a concepção contemporânea de evento transcende o mero entretenimento, incluindo dimensões econômicas e culturais, que são vitais para compreender a influência dos eventos no desenvolvimento das regiões que os abrigam. Portanto, os eventos desempenham um papel multifacetado, interligando aspectos que vão além do lazer (Melo Neto, 2001).

Os eventos são uma junção de diferentes atividades e serviços, sendo um estímulo direto à prática turística e contribuindo significativamente para a economia local. Eles geram novas oportunidades de desenvolvimento para o setor turístico, estabelecendo uma conexão direta entre a realização desses eventos e o crescimento financeiro de uma área. A promoção e realização de eventos possuem o potencial de impulsionar a economia local, estimulando a demanda por serviços como hospedagem, alimentação e transporte, além de engajar diferentes setores da sociedade (Albuquerque, 2004).

De acordo com Albuquerque (2004), os eventos possuem grande capacidade de mobilizar toda a infraestrutura de uma cidade. Para que um evento seja bem-sucedido, muitas vezes o poder público precisa implementar melhorias na infraestrutura da localidade, o que pode beneficiar a comunidade local, oferecendo uma oportunidade de repensar a reestruturação urbana, melhorar a qualidade de vida e estimular o desenvolvimento social.

A globalização, como ressaltado por Beni (2003), tem promovido uma intensa interação entre o turismo e o mercado global, facilitando o acesso a destinos turísticos e produtos relacionados ao setor. Esse fenômeno tem transformado o turismo em uma atividade cada vez mais acessível, inserindo novos destinos e consolidando mercados emergentes. No entanto, o crescimento acelerado do turismo também implica desafios relacionados à competição entre destinos e à necessidade de inovação constante no setor (Beni, 2003).

Santos (1997) destaca que as dinâmicas globais têm impacto direto nos contextos locais. A relação entre o global e o local é interdependente e dialética, sendo fundamental compreender que a análise de um destino turístico não pode ser realizada isoladamente do panorama global. A globalização traz uma série de interações que transformam as características locais, enquanto simultaneamente as influências locais também moldam o contexto global.

O turismo de eventos tem sido identificado como uma forma especializada de turismo, com foco na participação de pessoas em eventos organizados, como feiras, conferências, festivais e competições. Esse tipo de turismo tem um impacto significativo no desenvolvimento econômico das regiões, atraindo turistas e impulsionando a geração de receita. Quando bem planejados, eventos podem aumentar a visibilidade de um destino e atrair novos turistas, criando um ciclo de promoção contínuo do local (Bahl, 2003).

Conforme Tenan (2002), um evento pode ser definido como qualquer acontecimento que se destaque da rotina habitual, tornando-se um atrativo que gera movimento turístico. A realização de eventos, portanto, é um fator que pode atrair visitantes, ampliando o número de turistas que, por sua vez, podem retornar ao destino, trazendo consigo amigos ou familiares, o que contribui para a divulgação e o fortalecimento da imagem do local.

Os eventos não só geram movimentação turística, mas também contribuem para o progresso socioeconômico de uma localidade, criando novas oportunidades de trabalho e atraindo investimentos. Além disso, eles promovem o aumento da interação entre as pessoas e impulsionam a criação de novos negócios locais. Segundo Bahl (2003), a realização de eventos pode melhorar as condições de vida e gerar benefícios econômicos consideráveis para as cidades que os recebem.

Marujo (2015) observa que o turismo de eventos tem se mostrado uma ferramenta eficaz no desenvolvimento de áreas turísticas, combatendo a sazonalidade e promovendo a melhoria da imagem do destino. A realização de eventos ajuda a promover a visibilidade e a atratividade de uma localidade, gerando benefícios econômicos e sociais significativos para a região e seus habitantes. Além disso, eventos bem organizados têm o potencial de consolidar a localidade como um destino turístico de relevância.

A promoção de eventos traz vantagens tanto para o setor público quanto para o privado, pois fortalece a imagem da localidade e contribui para a geração de lucros. No entanto, é necessário tomar precauções, pois eventos mal planejados podem gerar danos à reputação do destino, afetando negativamente sua imagem pública e causando prejuízos econômicos (Marujo, 2015). Oliveira e Gomes (2022) afirmam que o turismo de eventos tem um impacto direto na economia das cidades, criando oportunidades, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população, como trabalhadores autônomos e informais.

Esses eventos favorecem a geração de renda e a inclusão social, ao mesmo tempo em que promovem a imagem do destino, transformando-o em uma referência turística. A expansão do turismo de eventos representa um importante motor para o desenvolvimento das regiões que o abraçam (Oliveira e Gomes, 2022). Philippi Júnior e Ruschmann (2010) indicam que o turismo de eventos contribui substancialmente para o desenvolvimento urbano e infraestrutura, provocando transformações sociais e culturais que podem beneficiar as relações no mercado de trabalho.

Eles enfatizam que os eventos não apenas geram benefícios econômicos, mas também ajudam na consolidação das cidades como destinos turísticos, promovendo a diversificação das atividades econômicas e sociais (Philippi Júnior e Ruschmann, 2010). Portanto, eventos não devem ser considerados como simples acontecimentos isolados, mas sim como elementos vitais para o desenvolvimento contínuo das localidades. Ao promover a infraestrutura e os negócios locais, eles atuam como catalisadores de crescimento econômico e social, sendo fundamentais para o avanço do turismo e o fortalecimento da identidade e da cultura local (Philippi Júnior e Ruschmann, 2010).

O mercado de eventos no contexto local

A realização de eventos pode ser um importante motor para a economia de um município, com reflexos diretos em diversas áreas do setor econômico. De acordo com Matias (2002), esses eventos podem provocar uma significativa movimentação financeira, resultando em um aumento na arrecadação fiscal e na criação de novos postos de trabalho, tanto diretos quanto indiretos. Além disso, há um impacto positivo na comunidade local, promovendo uma melhor distribuição de renda, não só no contexto local, mas também em um âmbito regional. Portanto, os eventos não apenas movimentam a economia, mas também promovem o fortalecimento das comunidades através de benefícios financeiros e sociais (Matias, 2002).

O mercado de eventos no Brasil tem se mostrado cada vez mais relevante, como revelam os dados da ABRAPE (Associação Brasileira dos Promotores de Eventos), evidenciando um crescimento considerável. Em 2023, entre janeiro e outubro, o setor de eventos observou um aumento de 46,6%, contrastando com quedas em outros setores da economia, como a agricultura (-9,1%) e a construção civil (-12,4%). Este incremento no mercado de eventos no Brasil gerou uma movimentação de R\$ 57 bilhões no primeiro semestre de 2023, um aumento de 14,4% em comparação com o ano anterior. O setor representa 4,32% do PIB brasileiro, com uma movimentação anual de aproximadamente R\$ 270 bilhões. Esses números indicam não apenas o crescimento desse mercado, mas também sua relevância como propulsor de novos empregos e impulsionador da infraestrutura urbana nas cidades que recebem tais eventos (ABRAPE, 2023).

No contexto do desenvolvimento turístico e do impacto dos eventos, fatores como o engajamento da comunidade local e o apoio das esferas governamentais são essenciais. Segundo Magalhães (2002), a participação ativa da comunidade nas atividades turísticas é um fator-chave para o sucesso desses eventos, pois fortalece o vínculo entre os moradores e os elementos culturais, naturais e históricos do município. Quando a população se sente parte do processo de organização, o sentimento de responsabilidade e pertencimento se intensifica, contribuindo não apenas para a qualidade dos eventos, mas também para a preservação do patrimônio local. Isso demonstra que a integração da comunidade local é uma estratégia eficaz para o sucesso dos eventos turísticos (Magalhães, 2002).

Coutinho e Coutinho (2007) argumentam que o turismo desempenha um papel vital na viabilidade socioeconômica de uma região, atuando como um pilar de desenvolvimento. A evolução do turismo tem gerado novas oportunidades de emprego, contribuído para uma distribuição de renda mais equitativa e melhorado as condições de vida das populações locais. A realização de eventos turísticos é uma extensão natural desse processo, proporcionando benefícios tangíveis e intangíveis, como o fortalecimento da infraestrutura e a melhoria da qualidade de vida dos residentes, além de fomentar o crescimento econômico (Coutinho & Coutinho, 2007).

Cardoso (2020) aponta que a realização de eventos em um destino turístico não só beneficia a economia local, mas também tem o potencial de mitigar a sazonalidade da atividade turística. Durante períodos de menor demanda, eventos podem impulsionar a ocupação de hotéis e o comércio local, proporcionando alternativas econômicas importantes para esses períodos de baixa temporada. Esse fenômeno é particularmente relevante em destinos com fluxos turísticos sazonais, pois oferece uma maneira de estabilizar a economia local, garantindo uma constante circulação de recursos e um impacto positivo no comércio e serviços da região (Cardoso, 2020).

O turismo de eventos tem se consolidado como um elemento essencial para o desenvolvimento de Pipa, com impactos claros na geração de empregos e no aumento da infraestrutura da cidade. Esse tipo de turismo é responsável pela criação de diversas oportunidades econômicas, tanto diretas quanto indiretas, beneficiando diretamente os residentes locais e os negócios da região. Como destaca Silva (2007), o efeito multiplicador do turismo de eventos é evidente nas cidades que recebem grandes volumes de turistas, resultando em uma alta demanda por serviços como alimentação, transporte e lazer, o que por sua vez impulsiona a expansão do comércio local e a contratação de mão-de-obra adicional (Silva, 2007).

Esses dados e discussões ressaltam a importância do turismo de eventos como um motor de desenvolvimento econômico e social nas localidades que o adotam. Ao integrar eventos à estratégia de desenvolvimento urbano e social, cidades podem não apenas melhorar sua infraestrutura e gerar emprego, mas também fortalecer sua imagem e identidade no cenário global.

Impactos dos eventos no turismo

Conforme mencionado por Barata (2017), os eventos têm um papel essencial no desenvolvimento de destinos turísticos, promovendo uma série de benefícios devido às suas particularidades. Esses eventos, por sua natureza temporária e específica, atraem públicos variados, o que facilita a promoção do destino e amplia sua visibilidade. Ao longo de sua curta duração, eles geram uma movimentação que fortalece a imagem local, aproveitando suas temáticas para engajar diferentes públicos.

Barata destaca a relevância dos eventos como uma ferramenta poderosa para promover destinos turísticos. Sua temporariedade e especificidade são características chave que ajudam a atrair públicos diversos, favorecendo a promoção e visibilidade do local ao longo do evento, o que traz benefícios não apenas durante o evento, mas também após sua realização.

Barata (2017) também sublinha o impacto econômico gerado pelos eventos, os quais podem impulsionar o gasto turístico ao atrair visitantes de diversas origens, tanto nacionais quanto internacionais. Esse fluxo de turistas resulta em um aumento nas receitas do setor, com destaque para a elevação no número de pernoites e a maior procura por serviços essenciais, como alimentação, transporte e comércio local.

A atração de turistas é um dos maiores benefícios dos eventos, gerando um aumento nas receitas das cidades. Barata aborda como esses eventos promovem o turismo, elevando a procura por serviços e produtos, o que, por sua vez, dinamiza a economia local. O impacto gerado por essa demanda reflete-se diretamente na movimentação econômica do destino.

Hodur e Leistritz (2006) reforçam que os eventos têm o poder de gerar benefícios econômicos duradouros, proporcionando receitas antes, durante e após sua realização. Esses ganhos são provenientes tanto dos gastos dos turistas quanto das taxas associadas aos serviços e produtos oferecidos no local. Além disso, eles promovem a criação de empregos temporários, especialmente durante a fase de construção da infraestrutura necessária para o evento, embora, frequentemente, esses empregos não sejam permanentes.

A realização de eventos não gera apenas uma movimentação econômica imediata, mas também contribui para a economia de forma contínua, com benefícios que se estendem ao longo de várias fases. Hodur e Leistritz destacam, ainda, o impacto do evento na criação de empregos temporários, essencialmente durante a preparação e realização do evento, embora sua natureza transitória limite sua durabilidade.

Scalabrini e Dalonso (2017) ressaltam que, quando bem estruturados e administrados, os eventos podem gerar benefícios significativos para as cidades anfitriãs, com efeitos que reverberam no país como um todo. Esses impactos incluem a injeção de capital de curto prazo, a mitigação da sazonalidade do mercado – como no caso da estabilização da taxa de ocupação hoteleira –, além do fortalecimento da imagem e reputação do destino, juntamente com a geração de novos postos de trabalho diretos e indiretos. Os eventos também favorecem o movimento de prestadores de serviços locais e podem proporcionar ganhos de natureza social e cultural, como a valorização do patrimônio e o fortalecimento da identidade cultural local.

O planejamento eficiente de eventos é essencial para que as cidades possam maximizar os benefícios econômicos e sociais. Scalabrini e Dalonso abordam como a realização de eventos ajuda na estabilização de mercados sazonais, como o turismo, além de fomentar o crescimento da infraestrutura e a criação de empregos. Não menos importante, eles destacam a valorização da cultura local e o fortalecimento da identidade da comunidade anfitriã.

Getz (2007, 2012b) enfatiza que um evento bem planejado pode impulsionar o desenvolvimento de uma região ao influenciar diversos aspectos: econômicos, sociais, culturais, pessoais e ambientais. Por isso, um planejamento estratégico de eventos é uma ferramenta vital para estimular o crescimento de destinos turísticos de forma integrada e sustentável, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação dos recursos.

Getz destaca a importância de um planejamento bem estruturado para que os eventos contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento de uma região. O planejamento estratégico vai além de aspectos econômicos, promovendo também a preservação ambiental e o equilíbrio entre os diferentes componentes da sociedade e da natureza, gerando um impacto sustentável.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2003, reconheceu que o mercado de eventos se consolidou como um segmento especializado dentro da indústria do turismo. Esse crescimento gerou a integração de diferentes componentes, com funções específicas no setor. O turismo de eventos, portanto, tem se consolidado como uma tendência crescente em muitas regiões, dinamizando a economia e favorecendo o desenvolvimento social nas localidades que recebem esses eventos.

O reconhecimento da OMT sublinha a importância crescente do turismo de eventos, que tem se tornado uma peça-chave para o desenvolvimento das regiões. O dinamismo gerado por esse segmento é capaz de impulsionar tanto a economia quanto as relações sociais nas localidades que hospedam esses eventos, destacando sua contribuição vital para a indústria turística.

Procedimentos metodológicos

A literatura científica apresenta várias formas de classificação para a pesquisa, sendo que, neste trabalho de conclusão de curso, a pesquisa foi categorizada com base na abordagem, objetivos e métodos. A revisão bibliográfica, essencial em qualquer estudo acadêmico, vai além de uma simples coleta de fontes. Ela deve ser entendida como uma análise crítica que permite ao pesquisador situar sua pesquisa no contexto do conhecimento existente e identificar lacunas que demandam novas investigações (Volpato, 2013).

No caso desta pesquisa, o objetivo é analisar os impactos sociais dos grandes eventos na praia de Pipa, localizada em Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte. Para isso, foi aplicado um questionário a 50 moradores locais, pessoas com longa vivência na região, utilizando perguntas abertas e fechadas, conforme o estudo de Alves, Ribeiro e Miranda (2018). A escolha dos questionários como ferramenta de coleta de dados garantiu a representatividade da amostra, sendo que a versão digital facilitou a obtenção de informações de forma eficiente (Marujo, 2015).

A amostra da pesquisa foi diversificada, incluindo homens e mulheres de idades variando entre 17 e 60 anos. Com predominância de mulheres, o estudo não se limitou a um público turístico, mas incluiu também moradores de diferentes ocupações, o que proporcionou uma visão abrangente da comunidade de Pipa (Coutinho & Coutinho, 2007). A abordagem inclusiva e diversificada da pesquisa, como discutido por Getz (2007), permitiu uma coleta de dados representativa, que refletiu diferentes perspectivas dentro da comunidade local.

A análise dos dados revelou insights sobre como o turismo de eventos impacta as interações sociais dos moradores de Pipa. A pesquisa identificou tanto os benefícios, como o incremento da visibilidade e da economia local, quanto os desafios, incluindo a alteração nas dinâmicas sociais e no cotidiano da comunidade. Esses resultados são importantes para entender as consequências desse modelo de turismo, conforme as conclusões de Hodur e Leistritz (2006).

Resultados e discussão

Neste trecho do artigo, são apresentados os resultados da pesquisa, que se fundamentam em três objetivos intermediários previamente definidos. O primeiro visa identificar a percepção dos moradores sobre os impactos causados, o segundo busca compreender os efeitos sociais decorrentes dos eventos de grande porte em Pipa, Tibau do Sul, e o terceiro analisa os dados obtidos por meio do levantamento realizado com os residentes locais. Esses objetivos proporcionam uma estrutura clara para a análise, oferecendo um panorama detalhado dos impactos do turismo na região (Alves, Ribeiro & Miranda, 2018; Getz, 2012).

A pesquisa foi realizada especificamente com os moradores de Pipa. Para garantir a precisão dos dados, iniciou-se com uma pergunta sobre o local de residência dos participantes, seguida de questões relacionadas às suas ocupações. A amostra revelou uma grande diversidade de profissões, sendo que uma parcela considerável da população local está diretamente ligada ao setor turístico, refletindo a importância desse setor para a economia regional (Marujo, 2015; Coutinho & Coutinho, 2007).

No que diz respeito à distribuição etária dos participantes, a pesquisa envolveu um público variado. Observou-se que 14% dos entrevistados tinham entre 17 e 20 anos, 36% estavam na faixa etária de 21 a 25 anos, 10% tinham entre 26 e 30 anos, e 40% estavam entre 31 e 60 anos. A diversidade etária possibilitou uma visão mais ampla sobre como diferentes faixas etárias percebem os impactos do turismo de eventos na localidade (Bahl, 2003; Matias, 2002).

Os resultados indicam que os participantes percebem benefícios claros do turismo de eventos em Pipa. Essa atividade se mostra uma estratégia eficaz para o desenvolvimento do turismo local, especialmente ao mitigar os efeitos da sazonalidade. A realização de grandes eventos, como festivais culturais e competições, não apenas atrai turistas, mas também aumenta a visibilidade da região, destacando suas riquezas culturais e naturais. Como consequência, isso fomenta o crescimento econômico local ao atrair mais turistas e investidores (Tenan, 2002; Stuepp, 2002; ABRAPE, 2023).

Resumidamente, pode-se afirmar que a pesquisa em tela foi estruturada com três objetivos principais, proporcionando uma análise detalhada dos impactos do turismo de eventos na região de Pipa. Primeiramente, procurou-se entender as percepções locais sobre os efeitos dessa atividade, tanto em termos sociais quanto econômicos. Em seguida, a pesquisa considerou as diferentes ocupações dos moradores, refletindo o peso do setor turístico na economia local. A diversidade etária dos participantes garantiu que as diversas perspectivas sobre os efeitos do turismo fossem analisadas, permitindo uma visão ampla dos impactos na comunidade. Por fim, os benefícios do turismo de eventos foram destacados, com ênfase no papel vital que esses eventos desempenham na promoção da visibilidade da região e no fortalecimento de sua economia.

Crescimento econômico

Segundo Matias (2002), os eventos têm grande potencial para impulsionar a economia local, especialmente em cidades de menor porte, onde sua realização pode se traduzir em um motor de crescimento econômico. No contexto do turismo, esses eventos desempenham um papel fundamental, proporcionando uma série de benefícios que favorecem a dinamização da economia regional. Este fenômeno é particularmente significativo em locais como a Praia de Pipa, que depende do turismo como sua principal atividade econômica. Nesse cenário, os eventos turísticos surgem como uma importante estratégia para diversificar a economia local, oferecendo novas fontes de renda e fortalecendo o comércio da região (Matias, 2002; Marujo, 2015).

A afirmação acima destaca a importância dos eventos como fatores de impulso econômico, particularmente em municípios de menor porte. Eventos no setor turístico se tornam essenciais para o crescimento da economia local, como exemplificado no caso da Praia de Pipa, onde esses eventos ajudam a diversificar e fortalecer a atividade comercial da região (Matias, 2002; Marujo, 2015).

Em localidades com uma economia predominantemente voltada para o turismo, como a Praia de Pipa, os grandes eventos surgem como uma maneira eficaz de diversificar a geração de receitas. O impacto desses eventos na economia local é claramente perceptível, pois eles atraem turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Com isso, há um aumento na demanda por serviços essenciais como hospedagem, alimentação e consumo em lojas, o que eleva o movimento econômico na região. A procura crescente por esses serviços beneficia diretamente os estabelecimentos comerciais locais, impulsionando a prosperidade econômica da cidade (Alves, Ribeiro & Miranda, 2018; Getz, 2012).

Nesta perspectiva, o impacto econômico dos eventos turísticos é analisado ao demonstrar como eles atraem turistas, gerando demanda por serviços locais essenciais. Essa procura contribui diretamente para o aumento da atividade econômica da região, gerando benefícios para o comércio local e auxiliando no fortalecimento da economia de locais dependentes do turismo (Alves, Ribeiro & Miranda, 2018; Getz, 2012).

Além de fomentar o comércio local, a realização de eventos gera um aumento imediato na arrecadação de recursos financeiros, o que resulta em um fortalecimento das atividades econômicas da região. O fluxo de turistas favorece a expansão de diversos setores, como hotéis, restaurantes, lojas e empresas locais, que experimentam um crescimento significativo durante os períodos de evento. Essa movimentação de capital contribui para a estabilidade econômica da localidade e torna o turismo de eventos uma ferramenta estratégica importante, especialmente no enfrentamento da sazonalidade do turismo. Dessa forma, esses eventos têm um papel essencial no fortalecimento das economias locais e na promoção de um desenvolvimento sustentável para a região (Tenan, 2002; Stuepp, 2002; ABRAPE, 2023).

A afirmação *supra* explora como a realização de eventos impulsiona ainda mais a economia local, com aumento na arrecadação e maior movimentação nos setores de serviços, como hotéis e restaurantes. A análise mostra como eventos se tornam vitais para o fortalecimento da economia regional, sendo uma alternativa estratégica para combater a sazonalidade e promover um desenvolvimento econômico estável e contínuo (Tenan, 2002; Stuepp, 2002; ABRAPE, 2023).

Intercâmbio cultural

O intercâmbio cultural facilitado pelo turismo de eventos na Praia de Pipa oferece uma oportunidade única tanto para os turistas quanto para os moradores locais. A chegada de visitantes de diferentes culturas proporciona uma troca enriquecedora de ideias, tradições e experiências. Durante sua estadia, os turistas têm a oportunidade de conhecer mais profundamente a cultura local, experimentando de maneira autêntica as tradições e os costumes da comunidade anfitriã, o que contribui para uma compreensão mútua e para o fortalecimento das relações interculturais. Este processo possibilita que as duas partes compartilhem e se conectem de forma enriquecedora (Alves; Ribeiro; Miranda, 2018; Marujo, 2015).

O turismo de eventos na Praia de Pipa facilita o intercâmbio cultural, promovendo a troca de tradições e experiências entre turistas e moradores locais, o que gera um entendimento mais profundo e empático entre as culturas (Alves; Ribeiro; Miranda, 2018; Marujo, 2015).

No contexto do turismo de eventos, esse intercâmbio cultural é um fator fundamental para a promoção da diversidade. Os eventos não só oferecem aos visitantes uma imersão genuína nas práticas culturais locais, mas também permitem que os moradores apresentem e celebrem sua identidade cultural. Além disso, eventos dessa natureza criam um ambiente propício para o estabelecimento de conexões entre pessoas de diferentes origens. Tais interações, por sua vez, promovem um entendimento mais amplo e promovem o respeito e a aceitação das diferenças culturais, reforçando o papel do turismo de eventos como um vetor de união e crescimento mútuo (Getz, 2007; Tenan, 2002).

O foco é o papel crucial do turismo de eventos na promoção da diversidade cultural, ao permitir que tanto turistas quanto anfitriões compartilhem e celebrem suas culturas. A criação de conexões entre diferentes culturas reforça a importância dos eventos como agentes de intercâmbio e compreensão global (Getz, 2007; Tenan, 2002).

Esse tipo de intercâmbio cultural, proporcionado por eventos turísticos, não é apenas uma via de troca de conhecimento, mas também de enriquecimento coletivo. A interação entre diferentes culturas favorece o fortalecimento da identidade de cada comunidade, ao mesmo tempo em que amplia a visão de mundo dos participantes. Com isso, o turismo de eventos se torna uma ferramenta eficaz para fomentar a diversidade cultural e promover um maior entendimento global, essencial para o desenvolvimento sustentável das regiões que dependem do turismo (Matias, 2002; Hodur; Leistritz, 2006).

Os eventos turísticos vão além da troca cultural, favorecendo o enriquecimento mútuo e o fortalecimento das identidades culturais. O turismo de eventos é visto como uma estratégia para promover a diversidade e o entendimento global, essencial para o desenvolvimento sustentável (Matias, 2002; Hodur; Leistritz, 2006).

Estímulo do aumento dos investimentos feitos para atender os turistas, assim como a montagem da infraestrutura receptiva

O turismo de eventos não apenas estimula o aumento de investimentos, mas também promove o desenvolvimento de uma infraestrutura necessária para atender às demandas dos turistas. Para que uma localidade seja capaz de sediar eventos de grande porte, é imprescindível um planejamento cuidadoso, que envolva recursos em diversas áreas essenciais à organização, tais como hospedagem, transporte e serviços de apoio. Esse processo de preparação visa garantir uma experiência positiva tanto para os turistas quanto para os organizadores do evento (Albuquerque, 2004; Matias, 2002).

A infraestrutura de hospedagem, por exemplo, é uma das áreas mais impactadas, pois há um aumento significativo na demanda por acomodações durante a realização dos eventos. Isso impulsiona o crescimento de hotéis, pousadas e até alternativas de hospedagem inovadoras, como o uso de plataformas digitais, que oferecem soluções práticas para suprir a alta procura. Além disso, as melhorias nos sistemas de transporte tornam-se essenciais, englobando desde a modernização de vias e transporte público até a implementação de novas formas de mobilidade para facilitar o deslocamento dos visitantes nas áreas locais (Bahl, 2003; Getz, 2007).

Embora os investimentos iniciais estejam direcionados a atender às necessidades imediatas dos eventos, os benefícios desses aprimoramentos tendem a perdurar. As melhorias na infraestrutura não só atendem os turistas, mas também favorecem os residentes da região, proporcionando condições ideais para um desenvolvimento sustentável do turismo. Esse legado contribui para o fortalecimento da economia local e cria uma base sólida para o crescimento do turismo ao longo do tempo, permitindo que a localidade se consolide como um destino atrativo e competitivo (Alves; Ribeiro; Miranda, 2018; Hodur; Leistritz, 2006).

Contribuições para a melhoria das condições sanitárias da região

O turismo de eventos na Praia de Pipa não apenas contribui para o crescimento do setor, mas também desempenha um papel significativo na melhoria das condições sanitárias da região. A chegada de um maior número de turistas, impulsionada pela realização de eventos, gera uma crescente conscientização sobre a importância da higiene e da limpeza, promovendo mudanças progressivas nesse sentido. Com isso, os estabelecimentos locais, como hotéis, restaurantes e serviços turísticos, se veem pressionados a adotar normas sanitárias mais rigorosas para atender às expectativas do público (Alves; Ribeiro; Miranda, 2018; Marujo, 2015).

Essa exigência por serviços de qualidade está diretamente associada à necessidade de aperfeiçoamento das condições sanitárias. Para manter uma imagem positiva e garantir a satisfação dos turistas, os empreendimentos locais frequentemente investem em práticas de higiene mais eficientes, além de implementar um gerenciamento mais adequado de resíduos e de sistemas de saneamento básico. Tais medidas são essenciais para garantir que o ambiente permaneça saudável e convidativo para os visitantes (Albuquerque, 2004; Matias, 2002).

Além disso, a intensificação do turismo de eventos leva as autoridades locais a investir em melhorias na infraestrutura sanitária pública, como a ampliação de banheiros públicos e a implementação de sistemas de coleta de resíduos mais eficientes. Também se observa uma crescente conscientização ambiental por parte de governos e empresas locais, com o objetivo de manter a região limpa e segura para moradores e turistas (Hodur; Leistritz, 2006; Bahl, 2003).

Com o crescimento do turismo, aumenta também a conscientização dos visitantes sobre a importância de preservar o meio ambiente e de garantir a saúde pública. Muitos turistas se tornam defensores ativos da conservação local, colaborando em ações de limpeza, reciclagem e na preservação dos recursos naturais. Deste modo, o turismo de eventos na Praia de Pipa não só promove benefícios econômicos para a região, mas também atua como um catalisador de melhorias sanitárias e ambientais. Esse processo resulta em um ambiente mais limpo, saudável e sustentável para todos os envolvidos (Getz, 2007; Magalhães, 2002).

Emprego e renda

O turismo de eventos tem se destacado internacionalmente, oferecendo diversas oportunidades de geração de empregos e promovendo a redistribuição de renda em várias regiões. Como observa Coutinho (2007), na Praia de Pipa, esse tipo de turismo desempenha um papel fundamental no fortalecimento da economia local. Reconhecida por suas paisagens naturais, Pipa também se distingue por sua capacidade de sediar eventos ao longo do ano, o que contribui significativamente para a criação de empregos e o aumento da renda na comunidade (Coutinho, 2007).

A realização desses eventos atrai turistas de diferentes partes do mundo, criando uma demanda expressiva por serviços variados e pela mão de obra local. Além de impulsionar o setor de hospedagem, os eventos promovem o crescimento de outros segmentos, como restaurantes, bares, lojas, transporte e atividades recreativas. Além disso, há uma crescente necessidade de serviços especializados, como segurança, guias turísticos e equipes de apoio, o que gera novas oportunidades de trabalho temporário e freelance para os moradores de Pipa (Alves; Ribeiro; Miranda, 2018; Marujo, 2015).

Esses eventos não apenas geram empregos diretos, mas também incentivam o desenvolvimento da força de trabalho local, promovendo a capacitação de habilidades e conhecimentos aplicáveis a outras áreas. Dessa forma, o turismo de eventos em Pipa não é apenas uma atração para os turistas, mas também um impulsionador essencial da economia local, promovendo o comércio e contribuindo para o crescimento sustentável da região (Getz, 2007; Magalhães, 2002).

Problemas com trafegabilidade e deslocamento

O turismo de eventos, apesar de trazer benefícios significativos à economia local, também impõe desafios consideráveis, especialmente em relação ao tráfego e à mobilidade nas localidades que recebem tais eventos. O aumento repentino do número de visitantes durante esses períodos sobrecarrega a infraestrutura de transporte já existente. A malha viária, os estacionamentos e o sistema de transporte público não estão preparados para acomodar a grande quantidade de pessoas, o que resulta em congestionamentos, dificuldades de locomoção e aumento no tempo de deslocamento dos residentes de Pipa. Além disso, as vias de acesso, que são estreitas e possuem capacidade limitada, contribuem ainda mais para agravar esse cenário (Coutinho, 2007; Alves *et al.*, 2018).

Outro problema decorrente do grande número de turistas é a escassez de vagas de estacionamento. A falta de espaços adequados na área principal e a ausência de zonas específicas para os veículos dos turistas geram estacionamentos irregulares, o que torna ainda mais difícil encontrar vagas e intensifica o congestionamento nas vias da cidade. A sobrecarga do sistema de transporte público também se revela um obstáculo, já que ele pode não ser suficiente para atender à demanda crescente nos dias de eventos, prejudicando não apenas os turistas, mas também os habitantes locais (Alves *et al.*, 2018; Marujo, 2015).

Esses desafios não afetam somente a mobilidade dos visitantes, mas também comprometem a qualidade de vida dos moradores da região. O aumento do número de veículos em circulação resulta em congestionamentos e longos períodos de deslocamento, impactando diretamente as atividades cotidianas da comunidade. A grande concentração de turistas durante esses eventos, somada à infraestrutura viária inadequada, exige um planejamento urbano eficaz e ações estratégicas que garantam maior eficiência no transporte e minimizem os impactos negativos para os residentes de Pipa (Getz, 2007; Magalhães, 2002).

Ameaças a cultura local

Como destacado por Getz (2007), a realização de eventos bem estruturados possui um potencial significativo para promover o crescimento e o desenvolvimento das localidades onde são realizados. A realização de eventos pode trazer benefícios não só para a economia, mas também para os aspectos culturais, sociais, ambientais e individuais, enriquecendo os destinos que os recebem e contribuindo para seu fortalecimento (Getz, 2007; Bahl, 2003). No entanto, muitas vezes as implicações desse tipo de turismo sobre a cultura local não são completamente compreendidas, tanto por turistas quanto pelos próprios habitantes locais.

Embora o turismo de eventos traga visíveis vantagens como a geração de empregos, o incremento de receitas e o desenvolvimento econômico, muitos dos seus efeitos podem ser subtils e invisíveis no dia a dia. Frequentemente, o foco recai sobre os benefícios imediatos e tangíveis, enquanto as consequências culturais a longo prazo ficam em segundo plano. Mudanças discretas na dinâmica social e cultural da região podem passar despercebidas até que se tornem irreversíveis, afetando a identidade cultural da localidade. Essa perspectiva limitada sobre os efeitos do turismo pode obscurecer os impactos negativos que o aumento do fluxo de turistas pode ter sobre os costumes e as tradições locais (Marujo, 2015; Medeiros, 2007).

No caso específico de Pipa, a crescente demanda por infraestrutura para sediar eventos tem gerado pressões sobre as práticas culturais e sociais da comunidade. À medida que o destino se torna um polo atrativo para turistas, é cada vez mais necessário que as autoridades locais equilibrem as necessidades de espaço para os visitantes com a preservação das áreas que eram anteriormente utilizadas pela população local. A transformação de espaços comunitários em áreas voltadas para o atendimento aos turistas pode resultar na restrição do acesso dos moradores e no enfraquecimento da ligação entre a comunidade e seus próprios símbolos culturais e espaços de convivência (Alves *et al.*, 2018; Coutinho, 2007).

Para mitigar esses efeitos negativos, é essencial que se adotem práticas de planejamento estratégico com a inclusão ativa da comunidade local. Incentivar a preservação de tradições culturais, promover a educação sobre os valores culturais da região entre os visitantes e envolver os residentes no processo de organização dos eventos são medidas fundamentais para garantir que o turismo de eventos contribua para o fortalecimento, e não para a erosão, da identidade cultural de Tibau do Sul (Tenan, 2002; Magalhães, 2002).

Poluição visual e poluição sonora

A poluição visual e sonora, apesar de ser temporária, pode gerar repercussões negativas a longo prazo. A alteração da paisagem natural e a perda da atmosfera tranquila que caracteriza muitos destinos turísticos pode prejudicar a qualidade de vida dos habitantes, além de afastar os turistas que buscam um ambiente mais sereno e preservado. Tais modificações não só afetam a estética da região, mas também alteram o equilíbrio ambiental local.

Quando Pipa se torna um ponto de atração para eventos, a paisagem local frequentemente é alterada para acomodar estruturas temporárias, como palcos, estandes, tendas e sinalizações. Embora necessárias para a realização dos eventos, essas modificações podem comprometer o cenário natural que caracteriza a região, interferindo no apelo visual que atrai tanto os turistas quanto os moradores.

Efeito inflacionário pelo aumento dos preços dos bens e serviços na localidade turística, em função do maior poder aquisitivo dos visitantes

Embora o turismo de eventos traga uma série de benefícios econômicos e culturais para Pipa, ele também ocasiona um aumento significativo nos preços dos bens e serviços locais. Esse fenômeno ocorre devido à elevação da demanda causada pelo maior poder aquisitivo dos turistas, o que leva a um crescimento inflacionário na região.

O encarecimento dos produtos e serviços tem um impacto direto sobre os moradores locais, especialmente quando seus salários não acompanham o aumento dos custos. Para os turistas, o custo elevado pode afetar negativamente a experiência de visitação, limitando suas opções e alterando a percepção de Pipa como um destino acessível e atraente. Assim sendo, equilibrar o crescimento econômico gerado pelo turismo de eventos e a manutenção da qualidade de vida dos residentes é crucial para garantir a sustentabilidade a longo prazo da comunidade.

Considerações finais

Rememorando o que já foi mencionado anteriormente, destaca-se que o objetivo deste estudo foi analisar os efeitos sociais gerados pelos grandes eventos realizados em Pipa, no município de Tibau do Sul, no estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, a pesquisa utilizou questionários aplicados aos moradores locais, que são diretamente afetados por essa atividade. Os resultados mostraram que os impactos positivos foram mais evidentes para os residentes, uma vez que esses são influenciados por fatores como a visibilidade dos benefícios diretos, a dependência econômica do setor, a disponibilidade de informações e as diversas perspectivas dentro da comunidade.

É evidente que os eventos representam uma fonte significativa de emprego e crescimento, não só para a infraestrutura turística, mas também para o turismo em geral. O estudo confirmou que o turismo de eventos desempenha um papel fundamental na economia local, estimulando várias atividades econômicas e criando um ciclo de crescimento que favorece tanto a economia quanto o desenvolvimento de Pipa.

De maneira geral, observou-se que o sucesso de um evento está estreitamente vinculado a um planejamento eficaz e inclusivo, que envolva ativamente toda a comunidade. Um planejamento bem estruturado e com a participação dos moradores é essencial para evitar conflitos e garantir a aceitação do evento, promovendo sua realização de forma bem-sucedida.

A análise da relevância e dos impactos dos eventos turísticos é imprescindível para o desenvolvimento de um planejamento estratégico eficiente. O estudo demonstrou a relevância dos eventos para a região, ao mesmo tempo em que evidenciou tanto os benefícios quanto as possíveis desvantagens geradas pela realização dessas atividades.

A pesquisa realizada com os moradores foi fundamental para entender a dinâmica do turismo em Pipa. As percepções dos residentes ofereceram informações valiosas sobre os efeitos da atividade turística na comunidade e no ambiente local. Os resultados não apenas refletem as experiências e opiniões dos moradores, mas também oferecem uma visão abrangente sobre os efeitos positivos e negativos do turismo de eventos em Pipa.

A visão dos moradores permitiu avaliar os benefícios econômicos advindos dos eventos, como a criação de empregos e novas oportunidades comerciais, mas também revelou preocupações em relação aos impactos ambientais, às mudanças culturais e às questões de infraestrutura. Compreender essas percepções é essencial para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o crescimento sustentável do turismo, respeitando tanto os residentes quanto os visitantes e preservando a identidade e os recursos locais de maneira equilibrada.

Este estudo contribuiu significativamente para a compreensão do impacto do turismo de eventos em Pipa. Inicialmente, as percepções sobre o tema eram limitadas e baseadas em noções gerais sobre o turismo de eventos. No entanto, com o avanço da pesquisa, foi possível aprofundar o conhecimento, respaldado por estudos e investigações de especialistas reconhecidos na área, o que aumentou a credibilidade dos dados analisados.

A realização de um estudo sobre o turismo de eventos em Pipa, uma região com poucas oportunidades de trabalho e dados consolidados, representou um grande desafio. A falta de informações anteriores dificultou a construção de um trabalho sólido e abrangente, exigindo esforço na busca por fontes alternativas e entrevistas com especialistas e membros da comunidade local para enriquecer a pesquisa. Apesar da escassez de dados, esse desafio também foi uma oportunidade para gerar novas contribuições e descobertas no campo do turismo de eventos.

Embora a falta de informações tenha imposto limitações, a pesquisa foi capaz de apresentar resultados inovadores e pioneiros. No entanto, é crucial reconhecer essas limitações e buscar sempre preencher as lacunas da pesquisa para construir um estudo relevante e consistente, ampliando a base de conhecimento na área.

Investigações adicionais podem se concentrar na análise de práticas de gestão sustentável no turismo de eventos, buscando formas de mitigar os impactos ambientais e sociais, ao mesmo tempo em que se promovem os benefícios econômicos para as comunidades locais. Estudos longitudinais sobre a evolução desses eventos e seu impacto na dinâmica social e econômica de Pipa também são recomendados, para fornecer dados mais robustos e detalhados que possam apoiar o planejamento estratégico e o desenvolvimento sustentável da região.

Referências

- ABRAPE. **Setor de eventos registra crescimento de 46,6% e se consolida como o maior gerador de empregos no país em 2023.** 1 dez. 2023, 10:54. Disponível em: <https://abrape.com.br/setor-de-eventos-registra-crescimento-de-466-e-se-consolida-como-o-maior-gerador-de-empregos-no-pais-em-2023/#:~:text=No%20saldo%20acumulado%20entre%20janeiro,mesmo%20per%C3%ADodo%20ano%20passado>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- ALBUQUERQUE, S. S. **Turismo de eventos:** a importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo. 2004. Monografia (Especialização em Gestão e Marketing do Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- ALVES, J. A.; RIBEIRO, M. M. R.; MIRANDA, L. I. B. Sustentabilidade e turismo: uma relação em análise na praia da Pipa/RN. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 3, p. 333-341, 2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBP2179-6858.2018.003.0026>.
- BAHL, M. **A importância para o turismo do terceiro milênio.** São Paulo: Roca, 2003.
- BARBOSA, A. F. **O mundo globalizado.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- COUTINHO, H. P. M.; COUTINHO, H. R. M. Turismo de eventos como alternativa para o problema da sazonalidade turística. **Revista Eletrônica Aboré**, Edição 03/2007, ISSN 1980-6930.
- GETZ, D. *Event studies: discourses and future directions.* **Event Management**, v. 16, n. 2, p. 171-187, 2012.
- GETZ, D. *Event studies: theory, research and policy for planned events.* Oxford: Elsevier, 2007.
- HODUR, N.; LEISTRITZ, F. *Estimating the economic impact of event tourism: A review of issues and methods.* In: *Developing a Successful Infrastructure for Convention & Event Tourism*, 2006.
- MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o Turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.
- MARUJO, N. O contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região. **Revista DELOS:** Desarrollo Local Sostenible, n. 23, jun. 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/delos/23/turismo.html>. Acesso em: 23 jul. 2024.
- MATIAS, M. **Organização de eventos.** 2 ed. Barueri: Manole, 2002.
- MEDEIROS, A. A. *Events tourism as strategy in the combat to the seasonality: an analysis in the Natal - RN hotel.* 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia, Qualidade, Gestão Ambiental, Gestão da Produção e Operações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- MELO NETO, F. P. **Marketing de eventos.** 3 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. M. Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; RUSCHMANN, D. V. M. (org.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.** São Paulo: Manole, 2010.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- STUEPP, V. W. **Turismo e hotelaria para eventos.** 1 ed. São Paulo: Aleph, 2002.
- TENAN, I. P. S. **Coleção ABC do Turismo de eventos.** São Paulo: Aleph, 2002.
- VOLPATO, G. L. et al. **Dicionário crítico para redação científica.** Botucatu: Best Writing, 2013.

BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA COM SEUS ALUNOS

Gabriella Kelly da Costa Dantas²⁰
Maria Luíza Araújo Triunfo²¹
Petrucia da Costa Paiva Solto²²

Resumo

O presente estudo tem como objetivo principal analisar o fenômeno do bullying no ambiente escolar, destacando suas consequências psicológicas e pedagógicas, e discutir a possível responsabilização civil das instituições de ensino em relação aos seus alunos. Reconhece-se a escola como um espaço essencial no desenvolvimento de crianças e adolescentes, que deve garantir um ambiente seguro e propício ao bem-estar dos estudantes. No entanto, o bullying, cada vez mais recorrente em escolas públicas e privadas, compromete esse ambiente, gerando impactos negativos significativos. A pesquisa justifica-se pela relevância do tema, considerando o papel fundamental das instituições escolares na formação dos indivíduos e na promoção de valores éticos e sociais. O trabalho utiliza uma abordagem teórica, baseada na revisão bibliográfica de legislações e estudos acadêmicos, incluindo a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistêmática. A análise aborda a importância de uma gestão escolar eficiente, a atuação conjunta de pais e sociedade, e a aplicação das normativas legais no enfrentamento do bullying. Os resultados indicam a necessidade de responsabilização das instituições de ensino quando há omissão ou falha no cumprimento do dever de assegurar um ambiente escolar saudável. Conclui-se que, para garantir a integridade física e emocional dos alunos, é indispensável uma atuação coordenada entre escola, família, poder público e sociedade, visando à construção de uma cultura escolar baseada no respeito e na empatia.

Palavras-chave: Bullying. Ambiente Escolar. Responsabilização Civil. Alunos.

Abstract

This study aims to analyze the phenomenon of bullying in the school environment, highlighting its psychological and pedagogical consequences, and to discuss the potential civil liability of educational institutions regarding their students. Schools are recognized as essential spaces for the development of children and adolescents, which must provide a safe and conducive environment for students' well-being. However, bullying, increasingly prevalent in public and private schools, compromises this environment, causing significant negative impacts. The research is justified by the relevance of the topic, considering the fundamental role of schools in shaping individuals and promoting ethical and social values. The study employs a theoretical approach, based on a bibliographic review of legislation and academic studies, including the 1988 Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent (ECA), and Law No. 13,185/2015, which establishes the Program to Combat Systematic Intimidation. The analysis addresses the importance of efficient school management, the joint role of parents and society, and the application of legal frameworks in tackling bullying. The findings highlight the need to hold educational institutions accountable in cases of omission or failure to ensure a healthy school environment. It concludes that safeguarding the physical and emotional integrity of students requires coordinated actions between schools, families, public authorities, and society, aiming to build a school culture based on respect and empathy.

Keywords: Bullying. School Environment. Civil Liability. Students.

²⁰ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: gabriellacostta96@gmail.com.

²¹ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: marialuiza.ml254@gmail.com.

²² Professora orientadora no Curso de Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: petrucia.souto@animaeeducacao.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/3861641456297503>.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo principal analizar el fenómeno del acoso escolar (bullying) en el entorno educativo, destacando sus consecuencias psicológicas y pedagógicas, y discutir la posible responsabilidad civil de las instituciones educativas en relación con sus estudiantes. La escuela es reconocida como un espacio esencial para el desarrollo de niños y adolescentes, que debe garantizar un entorno seguro y propicio para el bienestar de los alumnos. Sin embargo, el bullying, cada vez más frecuente en escuelas públicas y privadas, afecta este entorno, generando impactos negativos significativos. La investigación se justifica por la relevancia del tema, considerando el papel fundamental de las instituciones escolares en la formación de los individuos y en la promoción de valores éticos y sociales. El estudio utiliza un enfoque teórico basado en la revisión bibliográfica de legislaciones y estudios académicos, incluyendo la Constitución Federal de 1988, el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y la Ley 13.185/2015, que establece el Programa de Combate a la Intimidación Sistématica. El análisis aborda la importancia de una gestión escolar eficiente, la acción conjunta de padres y sociedad, y la aplicación de los marcos legales en la lucha contra el bullying. Los resultados señalan la necesidad de responsabilizar a las instituciones educativas en casos de omisión o fallas en el cumplimiento del deber de garantizar un entorno escolar saludable. Se concluye que, para proteger la integridad física y emocional de los estudiantes, es indispensable una acción coordinada entre la escuela, la familia, las autoridades públicas y la sociedad, orientada a construir una cultura escolar basada en el respeto y la empatía.

Palabras clave: Bullying. Entorno Escolar. Responsabilidad Civil. Estudiantes.

Introdução

O bullying, embora seja uma questão antiga, continua sendo amplamente vivenciado no ambiente escolar, gerando impactos profundos na vida física, emocional e social de crianças e adolescentes. Diante desse cenário, o estudo busca analisar, à luz do direito brasileiro, como as normas legais podem ser aplicadas para oferecer suporte adequado às vítimas, além de conscientizar gestores escolares, professores e familiares sobre a importância da prevenção e da responsabilização por tais condutas.

Conceitualmente, será explorado o fenômeno do bullying em seus aspectos jurídicos, caracterização, formas de manifestação e consequências legais. Este trabalho destacará a relevância da aplicação das leis existentes e proporá ações que possam auxiliar no enfrentamento dessa prática, em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro. O problema central a ser investigado envolve a análise de como a legislação nacional aborda a responsabilização civil no contexto das práticas de bullying em instituições de ensino, ampliando o debate para além do agente causador do dano e incluindo a eventual responsabilidade das escolas e do Estado, que possuem o dever de zelar pela integridade física e emocional dos educandos.

O tema justifica-se pela necessidade de esclarecer os impactos crescentes do bullying nas escolas brasileiras, considerando as graves consequências para o desenvolvimento psicológico e social das vítimas. Além disso, o estudo busca aprofundar o entendimento sobre a jurisdição brasileira, que assegura proteção especial aos menores, sejam eles relativamente capazes ou incapazes, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais seguro e inclusivo.

O artigo científico está estruturado de forma a proporcionar uma análise abrangente sobre o bullying no ambiente escolar e suas implicações legais. A introdução apresenta o contexto do estudo, destacando a relevância do tema e os objetivos da pesquisa. Em seguida, o tópico sobre os diferentes conceitos sobre o bullying explora as diversas definições e abordagens sobre o fenômeno, buscando uma compreensão mais clara do seu impacto. O artigo segue com uma análise dos atores envolvidos no bullying – vítimas, agressores e espectadores – para compreender as dinâmicas de poder e as consequências para todos os envolvidos. A prevenção ao bullying é discutida em seguida, destacando

as estratégias e medidas que podem ser adotadas para combater esse comportamento no ambiente escolar. O tema da responsabilidade civil das instituições é abordado para investigar como as escolas podem ser responsabilizadas legalmente pelas práticas de bullying. O estudo também explora o impacto da legislação brasileira no combate ao bullying, com foco nas leis existentes e nas normas garantidoras do direito à indenização para as vítimas. Em seguida, são discutidas as relações entre as leis e o bullying, analisando como a legislação se aplica diretamente ao tema e os possíveis avanços necessários. Por fim, as considerações finais resumem as conclusões do estudo e sugerem caminhos para futuras pesquisas e melhorias nas práticas educativas e legais relacionadas ao bullying. O artigo é complementado pelas referências utilizadas ao longo da pesquisa.

Diferentes conceitos sobre o *bullying*

O bullying, embora seja um fenômeno de longa data, tem se tornado cada vez mais presente no debate público nas últimas décadas, especialmente devido à sua crescente incidência no contexto educacional. Essa prática, caracterizada por agressões físicas, verbais e psicológicas repetidas, impacta de forma significativa o desenvolvimento emocional e acadêmico das vítimas. Desde a década de 1970, estudiosos e educadores começaram a observar o aumento da violência entre alunos, o que passou a ser considerado uma questão que merecia não apenas atenção pedagógica, mas também uma análise sob a ótica da saúde mental e do direito. Foi em 1978 que o professor norueguês Dan Olweus ganhou notoriedade por suas pesquisas sobre o comportamento agressivo nas escolas, alertando para as sérias consequências do bullying, como o suicídio de adolescentes vítimas dessa violência (Silva, 2010; Pereira, 2009).

No Brasil, o problema do bullying começou a ser mais amplamente discutido nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1990, quando o aumento de casos de violência nas escolas passou a ser amplamente noticiado pela mídia. Fante (2005) ressalta que "a atenção da sociedade só se volta para o problema quando os meios de comunicação, de forma sensacionalista, divulgam as tragédias ocorridas nas escolas, gerando insegurança para a comunidade escolar, sem que suas verdadeiras causas sejam abordadas" (Fante, 2005, p. 30). Essa percepção reflete a urgência de se educar a sociedade sobre os danos causados pelo bullying, a necessidade de medidas eficazes de prevenção e as formas de intervenção necessárias para enfrentar essa violência no ambiente escolar.

A violência no contexto escolar, seja física, verbal ou psicológica, tem consequências graves e duradouras na saúde mental dos estudantes. Os efeitos do bullying podem ser devastadores, afetando a autoestima e o desempenho escolar dos alunos, além de provocar transtornos emocionais como ansiedade, depressão e até suicídio. As agressões podem ocorrer de diversas formas: empurrões, socos, insultos verbais, exclusões, entre outras, sendo frequentemente perpetradas por um ou mais alunos contra seus colegas, sem qualquer motivo claro. Além disso, a ascensão da internet e das redes sociais deu origem a um novo tipo de bullying, o cyberbullying, que se caracteriza por ataques e humilhações disseminados online, permitindo que o agressor atinja a vítima de forma rápida e constante, muitas vezes sem enfrentar as consequências de suas ações (Poli, 2022; Silva, 2010).

Fante (2005) descreve o bullying como "um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorre sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outros, causando dor, angústia e sofrimento" (Fante, 2005, p. 28-29). As agressões podem ter formas variadas, e a violência verbal e psicológica, embora não causem danos físicos imediatos, possuem efeitos devastadores na saúde emocional das vítimas. Em casos extremos, essas agressões podem levar a quadros de depressão, transtornos de ansiedade e até ao suicídio. Portanto, é fundamental que haja uma ação coletiva de educadores, pais, alunos e autoridades para criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor. A implementação de programas de conscientização, o fortalecimento de medidas legais de proteção e a promoção de uma cultura de respeito e empatia são essenciais para prevenir e combater o bullying e suas consequências (Aquino; Dantas, 2024; Fante, 2005).

Vítimas, agressores e espectadores de *bullying*

As vítimas de bullying frequentemente enfrentam sérios impactos emocionais e psicológicos, devido aos ataques constantes que sofrem. Isoladas socialmente, essas pessoas podem desenvolver uma série de problemas psicológicos, como ansiedade, depressão e baixa autoestima, que tendem a se agravar com o passar do tempo. As humilhações constantes e o medo de novos ataques contribuem para que muitas crianças e adolescentes se sintam desamparados e sem perspectivas, o que compromete ainda mais o seu bem-estar emocional. A pressão psicológica contínua também pode resultar em uma sensação de impotência e desesperança (Silva, 2010; Poli, 2022).

Além dos danos emocionais evidentes, os efeitos físicos do bullying também são significativos. Muitas vítimas apresentam queixas somáticas, como dores de cabeça, dores abdominais e distúrbios do sono. Esses sintomas são frequentemente reflexos do estresse contínuo e da ansiedade provocados pela violência escolar. Em diversos casos, esses estudantes evitam frequentar a escola, o que pode afetar diretamente seu desempenho acadêmico e suas habilidades de interação social, prejudicando suas relações interpessoais e dificultando seu desenvolvimento social e educacional a longo prazo (Pereira, 2009; Fante, 2005).

A criação de um ambiente escolar seguro e respeitoso, baseado no diálogo e na compreensão mútua, é essencial para combater o bullying. A implementação de dinâmicas pedagógicas que conscientizem os alunos sobre o que constitui o bullying, como identificar os sinais de agressão e a importância de discutir o tema com professores, familiares e colegas, pode ser uma estratégia eficaz. Essas ações devem ser voltadas para a formação de uma cultura escolar que valorize o respeito, a empatia e a cooperação entre todos os membros da comunidade escolar (Aquino; Dantas, 2024; Falsarella, 2021).

O perfil dos agressores de bullying, muitas vezes, envolve crianças e adolescentes que, devido à frustração, buscam afirmar seu poder sobre os outros. Esses indivíduos, que agem sozinhos ou em grupo, têm como principal objetivo intimidar, humilhar e agredir, tanto verbalmente quanto fisicamente. Frequentemente, são alunos que apresentam comportamentos desrespeitosos e indisciplinados, usando o assédio psicológico e a força física como formas de exercer domínio sobre suas vítimas. Esse tipo de comportamento exige uma abordagem educativa rigorosa, que promova mudanças no comportamento dos agressores e conscientize-os sobre as consequências de suas ações (Poli, 2022; Pereira, 2009).

Os espectadores do bullying, por sua vez, desempenham um papel crucial no processo. Seja presencialmente ou virtualmente, os espectadores podem exercer uma influência significativa sobre a dinâmica da agressão. Suas atitudes podem ter um impacto positivo ou negativo, e muitas vezes, o que decide a consequência da violência é a postura adotada por esses indivíduos. Se os espectadores intervierem para apoiar a vítima ou denunciar a agressão, podem ajudar a evitar consequências mais graves. Por outro lado, se se mantiverem indiferentes ou até mesmo apoiarem o agressor, reforçam o ciclo de violência e dificultam a criação de um ambiente escolar mais seguro e saudável (Szymanski, 2009; Aquino; Dantas, 2024).

Formas de prevenção ao *bullying*

O bullying exerce uma influência significativa no cotidiano escolar e social de crianças e adolescentes, prejudicando o seu desenvolvimento de diversas maneiras. A escola, sendo o ambiente onde as interações sociais se intensificam, acaba sendo um local particularmente vulnerável para a manifestação dessa violência. Nesse contexto, pais e educadores desempenham um papel crucial no combate a essa prática, sendo responsáveis por intervir de maneira efetiva para mitigar comportamentos violentos e discriminatórios que caracterizam o bullying. A atuação dessas figuras é essencial, principalmente na infância e adolescência, fases em que as vítimas são particularmente

suscetíveis aos efeitos psicológicos dessa agressão. O papel dos educadores e familiares é de grande importância, e deve ser pautado em ações preventivas que incluem a promoção de campanhas educativas, a implementação de regras claras para a prevenção do bullying e o incentivo à denúncia de comportamentos agressivos. É fundamental que essas ações se tornem parte da rotina escolar, garantindo um ambiente saudável e respeitoso (Silva, 2010; Pereira, 2009).

Além disso, é imprescindível que as escolas e os pais unam esforços para promover uma cultura de respeito às diferenças e empatia entre os alunos. Para tanto, a criação de campanhas que estimulem os estudantes a reconhecerem e denunciarem o bullying é uma estratégia eficaz. Essas campanhas devem ser constantes e bem estruturadas, com foco na conscientização de todos os envolvidos. Ouvir as queixas dos alunos, discutir as dificuldades enfrentadas pelas vítimas e promover atividades que incentivem a reflexão sobre o impacto do bullying são ações fundamentais. A colaboração entre escolas, famílias e estudantes é necessária para criar um ambiente onde o respeito e a solidariedade sejam prioritários. Esse trabalho conjunto deve incluir debates contínuos sobre as implicações do bullying, como ele afeta o psicológico das vítimas e quais são suas consequências a longo prazo (Aquino; Dantas, 2024; Fante, 2005).

A eficácia dessas estratégias depende de uma abordagem que envolva todos os membros da comunidade escolar: alunos, pais, educadores e funcionários. Ao integrar essa rede de apoio, é possível criar um ambiente de aprendizado mais seguro e acolhedor. Quando todos têm a responsabilidade de agir em prol do bem-estar coletivo, o combate ao bullying se torna mais eficaz. As instituições de ensino devem ser mais do que apenas locais de transmissão de conhecimento acadêmico; elas devem também ser espaços de formação ética e moral, onde o respeito e a convivência harmoniosa são priorizados. Nesse sentido, a criação de estratégias educativas, como palestras, workshops e outras atividades interativas, é fundamental para que os estudantes compreendam as graves implicações do bullying e desenvolvam uma postura ativa contra ele. Esse processo deve ser contínuo, com a participação de todos, para garantir que todos os alunos se sintam seguros e apoiados dentro do ambiente escolar (Falsarella, 2021; Poli, 2022).

É necessário, também, que se fortaleçam as estratégias de prevenção ao bullying, por meio de uma atuação eficaz de todos os envolvidos na comunidade escolar. Quando medidas preventivas são adotadas de forma consistente, os efeitos do bullying podem ser minimizados. Além disso, é fundamental que ações como essas não sejam ignoradas nem naturalizadas, pois o impacto do bullying vai além do ambiente escolar, afetando o desenvolvimento emocional e psicológico das vítimas. Ao conscientizar toda a comunidade escolar sobre a importância de agir de forma preventiva, é possível construir uma sociedade mais justa, com um ambiente escolar mais harmonioso e participativo. Somente com um esforço coletivo será possível garantir que as próximas gerações cresçam em um ambiente mais seguro, onde atitudes violentas e discriminatórias sejam prontamente identificadas e combatidas (Aquino; Dantas, 2024; Szymanski, 2009).

Responsabilidade civil das instituições e o *bullying*

No que se refere à responsabilidade das instituições de ensino, é essencial primeiro diferenciar os conceitos de responsabilidade civil subjetiva e objetiva. O Código Civil de 2002 adota a responsabilidade civil subjetiva, que exige a demonstração de um dano e de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo, com base na teoria da culpa. O artigo 186 do Código Civil exemplifica essa abordagem ao afirmar que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligéncia ou imprudênciac, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Nesse modelo, a responsabilização depende da comprovação da culpa ou negligéncia do agente.

Por outro lado, na responsabilidade civil objetiva, fundamentada na teoria do risco, o nexo de causalidade entre o ato e o dano é suficiente para a responsabilização, independentemente de culpa. Os artigos 186, 187 e 927 do Código Civil Brasileiro respaldam esse entendimento, ao estabelecerem que, em casos de responsabilidade objetiva, basta a ocorrência do dano e a relação direta com a ação, sem a necessidade de comprovar a intenção ou descuido do agente. No contexto das instituições de ensino, isso implica que as escolas podem ser responsabilizadas por danos causados aos alunos quando não tomam medidas preventivas adequadas, mesmo sem uma falha direta ou intencional (Aquino; Dantas, 2024; Diniz, 2021).

O ambiente escolar, como responsável pelo processo educacional, tem o dever legal e ético de proteger seus alunos. Quando as escolas falham em implementar medidas eficazes de prevenção e combate ao bullying, podem ser responsabilizadas pelos danos morais e materiais causados às vítimas. A responsabilidade civil das instituições educacionais, sob a ótica da responsabilidade objetiva, exige que se comprove que ocorreu um ato de bullying e que a escola não adotou medidas para preveni-lo ou interrompê-lo. Dessa maneira, as instituições têm a obrigação de criar um ambiente seguro, onde práticas violentas como o bullying sejam rigorosamente combatidas (Silva, 2010; Pereira, 2009).

Vale ressaltar que a responsabilidade não se limita apenas à escola como instituição, mas também se estende aos profissionais que atuam no ambiente escolar, desde que a sua conduta omissiva ou negligente tenha contribuído para o dano. Isso se aplica tanto a escolas públicas quanto privadas. No caso das escolas privadas, a responsabilidade é reforçada pelo Código de Defesa do Consumidor, que, em seus artigos 3º e 2º, classifica as escolas como prestadoras de serviços, e, portanto, devem responder pelos danos decorrentes da prestação desses serviços. Já nas escolas públicas, a responsabilidade recai sobre o Estado, que deve garantir a reparação de danos causados aos alunos, conforme estabelece o artigo 37, §6º da Constituição Federal de 1988. A Constituição estipula que tanto pessoas jurídicas de direito público quanto privadas que prestem serviços públicos devem responder pelos danos causados por seus agentes, com a possibilidade de regressar contra o responsável em casos de dolo ou culpa. A administração pública tem, portanto, a responsabilidade de adotar as medidas necessárias para evitar e corrigir comportamentos prejudiciais dentro das escolas (Brasil, 2024; Falsarella, 2021).

Diante da crescente incidência de casos de bullying, cabe às instituições de ensino adotar todas as medidas cabíveis para proteger a integridade física e psicológica dos alunos. Um exemplo prático dessa responsabilidade pode ser visto em uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que julgou uma ação de indenização por danos morais movida por uma mãe de um aluno de escola pública. O aluno havia desenvolvido uma fobia relacionada ao clima chuvoso, após sofrer agressões verbais de outros estudantes durante uma tempestade. A escola não tomou providências para punir os agressores ou para intervir, levando a vítima a abandonar a escola. A ação indenizatória foi julgada procedente, e o Município de Ponta Grossa foi condenado a pagar R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em danos morais à família da vítima. Esse caso reflete a necessidade de as instituições de ensino tomarem medidasativas contra o bullying, buscando não apenas prevenir, mas também reparar os danos causados (Braga Junior, 2018; Pereira, 2009).

Ao refletir sobre a responsabilidade das instituições de ensino no combate ao bullying, a perspectiva de Alves Braga Junior é clara: “Durante o período de aula, é dever do Estado, por meio dos educadores e dirigentes, zelar pela integridade física, moral e psicológica dos alunos”. Isso reforça a ideia de que a atuação da escola deve ser proativa e vigilante, garantindo um ambiente escolar seguro e saudável para todos os alunos. A responsabilidade no combate ao bullying deve ser compartilhada por toda a comunidade escolar, incluindo educadores, alunos, pais e gestores, com o objetivo de criar um espaço de aprendizado respeitoso, onde o bullying seja ativamente combatido e as vítimas sejam devidamente protegidas (Silva, 2010; Szymanski, 2009).

Bullying e a legislação

A Lei 13.185, sancionada em 2015, representou um marco importante no enfrentamento da prática de bullying no Brasil. Conhecida como o "Programa de Combate à Intimidação Sistêmica (Bullying)", essa legislação foi criada para conscientizar a sociedade, educadores e familiares sobre a gravidade do bullying, promovendo ações de prevenção e combate à violência escolar. O Artigo 4º dessa lei estabelece diversos objetivos cruciais para a erradicação dessa prática, como a capacitação de educadores, a implementação de campanhas de conscientização, e a oferta de suporte psicológico, social e jurídico para as vítimas e os agressores. A lei também enfatiza a importância de medidas de prevenção e o respeito à dignidade humana dentro das escolas, com foco na construção de uma cultura de paz e tolerância.

Além disso, o Art. 5º da lei torna obrigatório que escolas e outras instituições educacionais adotem práticas de prevenção e enfrentamento do bullying, enquanto o Art. 6º determina a produção de relatórios periódicos sobre o tema para garantir que as ações de combate ao bullying sejam eficazes e baseadas em dados concretos. As parcerias entre diferentes esferas do governo e organizações não governamentais também são incentivadas, conforme o Art. 7º, para garantir a implementação e execução dos objetivos dessa política pública. A criação do Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência Escolar, estabelecida pela Lei 13.277/16, em 2016, foi mais uma medida para reforçar a importância do enfrentamento do bullying, tornando a data um marco de reflexão e ação.

No ano de 2018, a Lei 13.663/18 introduziu novos incisos no Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), reforçando ainda mais o compromisso das escolas com a promoção de uma cultura de paz e a prevenção de todos os tipos de violência, com ênfase no bullying. Com o avanço das tecnologias e a crescente incidência de bullying virtual, a Lei 14.811/2024 trouxe um importante reforço à legislação anterior, estabelecendo punições mais rigorosas para o cyberbullying. Essa nova legislação reflete a preocupação do Estado com a proteção dos indivíduos no ambiente digital, ampliando a atuação contra práticas abusivas e promovendo a responsabilização legal dos agressores em um contexto virtual.

Essas mudanças legais demonstram o crescente reconhecimento da importância da educação para a formação de uma sociedade mais justa e pacífica, em que tanto as vítimas quanto os agressores possam encontrar apoio, orientação e medidas eficazes de reabilitação. As escolas, como agentes fundamentais no processo educativo, têm um papel central nesse esforço de transformação, devendo adotar uma postura proativa e coordenada para combater o bullying em todas as suas formas, tanto físicas quanto digitais.

Normas garantidoras do direito a indenização

Os estudos realizados, até o momento, demonstram que o bullying, como prática recorrente em ambientes escolares e sociais, exige a adoção urgente de medidas de prevenção. Essa prática, muitas vezes negligenciada, causa danos profundos e duradouros nas vítimas, cujas experiências de humilhação e sofrimento podem impactá-las por toda a vida. Como observa Ana Beatriz Barbosa Silva (2010, p. 27), "não existe sucesso ou qualquer outra realização material ou profissional que apague o sofrimento vivenciado por uma criança ou um adolescente afetado pela violência do bullying. Todos carregam consigo a cicatriz dessa triste experiência, e a marca tende a ser mais intensa quanto mais cedo ela ocorre (infância) e por quanto tempo ela persiste." Essa reflexão ressalta a gravidade da questão e a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que visem tanto à prevenção quanto ao tratamento das vítimas e agressores. A abordagem precoce e a intervenção eficaz são essenciais para evitar que os efeitos do bullying se estendam ao longo da vida das vítimas.

A legislação brasileira tem se mostrado alinhada com a proteção das crianças e adolescentes contra qualquer tipo de abuso ou violência, incluindo o bullying. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em conjunto com a Constituição Federal (CF/88) e o Código Civil de 2002, impõe o dever da família, do Estado e da sociedade em geral de garantir a proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, em especial no que tange à negligência, opressão e crueldade. De acordo com o Art. 5º da CF/88, "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Assim, a Constituição assegura que qualquer ato de violência, incluindo o bullying, deve ser reparado, garantindo a responsabilidade civil daqueles que causam tais danos.

Além disso, a CF/88, em seu Art. 227, reforça a prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, colocando como dever da família, da sociedade e do Estado garantir esses direitos, que incluem o direito à educação, à saúde, ao lazer e, crucialmente, ao respeito à dignidade e à proteção contra qualquer forma de violência, como o bullying. O Art. 227 menciona que é fundamental assegurar às crianças e adolescentes "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", protegendo-os de qualquer forma de negligência, discriminação ou violência.

Esses dispositivos legais demonstram que a proteção das crianças e adolescentes contra o bullying não é apenas uma necessidade social, mas também uma obrigação legal que deve ser cumprida por todos os atores envolvidos, incluindo a família, a escola, o Estado e a sociedade. O fortalecimento dessas normas jurídicas é um passo importante na erradicação do bullying, proporcionando um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento dos jovens.

Bullying, leis e suas relações

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um pilar fundamental na proteção dos direitos dos jovens no Brasil, garantindo que suas condições de desenvolvimento, respeito e dignidade sejam respeitadas. A legislação brasileira é clara ao estabelecer que crianças e adolescentes não devem ser vítimas de negligência, discriminação ou qualquer forma de violência, seja física, psicológica ou moral. Os artigos 5º, 15, 17 e 18 do ECA são especialmente relevantes, pois abordam diretamente a necessidade de um ambiente seguro e respeitoso para esses indivíduos, assegurando que a sociedade como um todo tenha o dever de protegê-los. O Art. 5º, por exemplo, enfatiza que qualquer ato de agressão contra os direitos das crianças e adolescentes será punido conforme a lei, seja por ação ou omissão. A proteção prevista no ECA reforça a importância de que cada indivíduo, especialmente aqueles em contextos educacionais, se empenhe ativamente para garantir a integridade e os direitos dos jovens (Brasil, 2023).

O Art. 15 do ECA é claro ao assegurar que as crianças e adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Eles são reconhecidos não apenas como seres em processo de desenvolvimento, mas como sujeitos plenos de direitos civis, humanos e sociais, conforme garantido pela Constituição e pelas leis brasileiras. Isso implica que qualquer prática que atente contra esses direitos, como o bullying, deve ser combatida de forma eficaz, promovendo o bem-estar e a segurança desses jovens. O respeito à autonomia, à identidade e aos valores pessoais, por exemplo, está diretamente ligado ao combate ao bullying e outras formas de violência, como aponta a legislação que garante a liberdade de expressão e a preservação da identidade do indivíduo (Brasil, 2024).

O Art. 17, ao abordar a inviolabilidade da integridade física e psicológica da criança e do adolescente, reforça que qualquer ameaça a essa integridade não é aceitável. A preservação da imagem e dos objetos pessoais dos jovens também está relacionada à proteção contra abusos em escolas e outros ambientes. O bullying, como forma de agressão psicológica e moral, constitui uma violação direta desses direitos, e é responsabilidade de todos – família, escolas e Estado – prevenir e combater essa prática (Aquino; Dantas, 2024).

Por fim, o Art. 18 do ECA destaca a importância do dever coletivo de proteger a dignidade da criança e do adolescente. Isso implica na necessidade de impedir qualquer tratamento desumano ou constrangedor, como os casos de bullying, que causam impactos duradouros na vida das vítimas. A legislação, combinada com as diretrizes do Código Civil (BRASIL, 2023) e o Código Penal, torna claro que qualquer agressão a menores não é tolerada, sendo passível de responsabilização, seja por ação ou omissão, de quem a pratica. A responsabilidade civil das instituições de ensino e dos pais é fundamental para a implementação de medidas que efetivamente combinem proteção e prevenção. Essas disposições legais, quando aplicadas de forma coerente, podem ser instrumentos poderosos no combate à violência e à intimidação sistemática.

Considerações finais

Conclui-se que o presente estudo evidencia a relevância do combate ao bullying, fenômeno que representa uma grave chaga social com efeitos profundos no desenvolvimento psicológico, educacional e social das vítimas. A reflexão proposta permitiu explorar os aspectos jurídicos e sociais associados à responsabilização civil das instituições de ensino, bem como enfatizar a importância de uma gestão escolar eficiente, da participação ativa dos pais e da mobilização coletiva da sociedade para enfrentar esse problema.

Além disso, o marco legislativo no enfrentamento ao bullying, como a Lei 13.185/2015, se destaca por suprir uma lacuna normativa anteriormente existente, oferecendo um caminho claro para a prevenção e mitigação dessa prática. Instrumentos legais como a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e a recente Lei 14.811/2024 reforçam os direitos e deveres de todas as partes envolvidas. Eles solidificam a necessidade de ações integradas que promovam um ambiente educacional saudável e livre de violência.

É imperativo que escolas, famílias, sociedade civil e poder público adotem posturas proativas e coordenadas, implementando políticas claras e eficazes. Apenas por meio de uma colaboração intersetorial será possível construir um futuro mais equitativo, no qual o respeito às diferenças e a valorização da dignidade humana sejam pilares centrais.

Ao longo deste trabalho, foi possível ampliar nosso entendimento sobre o tema, fortalecendo nossa percepção sobre as implicações do bullying e as formas de enfrentá-lo. Este estudo, além de agregar conhecimento, destacou áreas ainda carentes de investigação mais detalhada.

Nesse contexto, futuras pesquisas poderiam se concentrar em metodologias inovadoras de combate ao bullying, incluindo o uso de tecnologias digitais para a prevenção e identificação precoce de casos, bem como a análise de boas práticas internacionais que possam ser adaptadas à realidade brasileira. Outras perspectivas incluem avaliar o impacto emocional de políticas públicas em vítimas e agressores, e como promover uma cultura escolar baseada na empatia e no diálogo.

Referências

- AQUINO, Leonardo Gomes de; DANTAS, Christiano Rodrigo Vásquez. **Bullying: a responsabilidade civil dos pais e das instituições de ensino.** Disponível em: www.ambitojuridico.com.br. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BRASIL. Código Civil de 2002. In: **Vade Mecum Saraiva Compacto.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Vade Mecum Saraiva Compacto.** 59 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 6 ed. Brasília: Senado Federal, 2023.
- BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro:** Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2021.
- FALSARELLA, Ana Maria. **Cotidiano escolar e atuação do gestor:** contribuições sobre o tema. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2021. ISBN 9786525003641.
- LENZA, Pedro. **Direito Civil 3:** Esquematizado. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar.** 1 ed. São Paulo: Paulus, 2009.
- POLI, Cris. **Bullying:** como prevenir, combater e tratar. 1 ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2022.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying:** mentes perigosas nas escolas. 1 ed. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.
- SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família-escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Líber Livro, 2009.
- VIEIRA, Inácio Conceição. **Código de Defesa do Consumidor.** 34 ed. São Paulo: Edipro, 2024. ISBN 978-6556600857.

A EVASÃO ESCOLAR NA EJA: REFLEXÕES A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO GUIÓ (AREZ/RN)

Jaine Barbosa da Silva Pimentel²³
Mayara Ferreira de Farias²⁴
Ana Mônica de Britto Costa²⁵

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as principais razões que contribuem para a evasão escolar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal João Guió, situada no município de Arez/RN. A pesquisa é de caráter qualitativo e foi conduzida por meio de entrevistas com sete professores e um gestor, além de questionários aplicados a 23 alunos da EJA. Os resultados revelam que existem diversas causas que geram a problemática da evasão escolar, destacando-se principalmente o fato de muitos estudantes precisarem trabalhar, cujos horários não são compatíveis (trabalho/escola), levando-os a abandonar os estudos. Por fim, a pesquisa concluiu que a evasão escolar tem várias causas, destacando-se a necessidade de trabalho dos estudantes, que gera conflito com os horários das aulas. Os alunos frequentemente retornam à escola por necessidade de aprimoramento profissional, não por gosto. Instituições de ensino devem repensar suas abordagens para atrair esses alunos e garantir sua permanência. Outrossim, sugere-se investigar a melhoria de políticas públicas, motivação dos alunos, atividades extracurriculares, programas sociais e o impacto do ensino híbrido na retenção.

Palavras-chaves: Alfabetização. EJA. Evasão Escolar.

Abstract

This study aimed to identify the main reasons contributing to the school dropout of students in the Education of Young People and Adults (EJA) at the Escola Municipal João Guió, located in the municipality of Arez/RN. The research is qualitative in nature and was conducted through interviews with seven teachers and one administrator, as well as questionnaires applied to 23 EJA students. The results reveal that there are several causes behind the issue of school dropout, primarily highlighted by the fact that many students need to work, which creates a conflict with class schedules, leading them to abandon their studies. Ultimately, the research concluded that school dropout has multiple causes, with the students' need to work being a significant factor that conflicts with class timings. Students often return to school out of the necessity for professional advancement, rather than personal interest. Educational institutions should rethink their approaches to attract these students and ensure their retention. Furthermore, it is suggested to investigate the improvement of public policies, student motivation, extracurricular activities, social programs, and the impact of hybrid education on retention.

Keywords: Literacy. EJA. School Dropout.

²³ Autora: Licenciada em Pedagogia. Aluna da especialização em Educação de Jovens e Adultos no Contexto da Diversidade pelo IFRN. E-mail: jaineprofessora5@gmail.com.

²⁴ Coautora: Doutora, mestre e bacharel em "Turismo" [UFRN]. Especialista em "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" [FOCUS]. Especialista em "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE" [UFRN]. Especialista em "Política de Promoção da Igualdade Racial - UNIAFRO" [UFERSA]. Especialista em "Gestão Pública Municipal" [UFPB]. Graduada em "Letras-Português" (FUNIP). Graduada em "Filosofia" [ISEP]. Graduada em "Letras-Espanhol" [IFRN]. Graduanda em "Pedagogia" [FUNIP]. Professora substituta do IFRN – Campus Canguaretama. E-mail: farias.mayara@academico.ifrn.edu.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>.

²⁵ Orientadora: Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestra em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho - Campus de Gualtar. Professora do IFRN - Campus Canguaretama. E-mail: ana.costa@ifrn.edu.br.

Introdução

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser analisada a partir de diversas perspectivas, como políticas públicas, reconhecimento social, currículo, formação profissional, relação entre professores e alunos, capacitação dos educadores que atuam na área e os desafios enfrentados pelos jovens para frequentar a escola. Esses aspectos são fundamentais para compreender as causas que levam ao abandono escolar nessa modalidade de ensino.

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo identificar os principais fatores que contribuem para a evasão escolar dos estudantes da EJA na Escola Municipal João Guió, localizada no município de Arez/RN. Buscou-se apoiar os educadores, destacando os elementos intra e extraescolares que influenciam o abandono e fornecendo ferramentas para compreender os desafios enfrentados no enfrentamento desse problema. Assim, a pesquisa foi norteada pela seguinte questão: quais são os fatores que levam ao abandono dos alunos da EJA na Escola Municipal João Guió, em Arez/RN?

A pesquisa, de natureza qualitativa (Moroz; Gianfaldoni, 2010; Severino, 2007), foi realizada por meio de entrevistas com professores e gestores, além da aplicação de questionários a estudantes do 1º e 2º segmentos da EJA na referida escola. O estudo iniciou com uma investigação exploratória, essencial para captar informações sobre a realidade da EJA na instituição, seguida de uma revisão bibliográfica sobre a modalidade de ensino, a descrição da metodologia adotada e, por fim, a apresentação dos resultados, discussões e conclusões.

A motivação para abordar essa temática decorreu de seu interesse em compreender as razões que levam jovens entre 15 e 17 anos a estudar na EJA. Entre as explicações fornecidas pelos alunos mais velhos, destacou-se a necessidade de trabalhar desde cedo para contribuir com o sustento da família, o que os afastou da escola. Muitos relataram cansaço e desmotivação, fatores que culminaram no abandono escolar. O interesse da pesquisadora se intensificou durante sua pós-graduação em EJA e sua atuação como mediadora de alfabetização no projeto estadual “Esperança”, que visa alfabetizar jovens e adultos que interromperam seus estudos. Nesse contexto, Freire (1996a) ressalta a importância de ensinar com base em aspectos significativos para os educandos, a fim de incentivá-los a aprender.

Outra motivação foram os relatos dos próprios alunos da EJA. Um exemplo marcante foi o depoimento de um estudante que, ao abandonar os estudos, sofreu discriminação por ser analfabeto. Conversas informais também evidenciaram fatores determinantes para o abandono, aprofundando o interesse da pesquisadora em investigar o tema.

A EJA tem um papel crucial na vida de seus alunos, pois muitos buscam melhorar sua posição social e adquirir mais conhecimento. Aprender a ler e escrever eleva a autoestima e amplia as perspectivas de futuro dos estudantes, promovendo um impacto positivo em suas vidas (Freire, 1988).

O artigo foi estruturado de forma clara e objetiva. A introdução apresenta os objetivos e a relevância do tema. Na seção de considerações sobre a EJA, são contextualizados os desafios dessa modalidade no Brasil. Em seguida, a seção sobre as transformações históricas da EJA analisa sua evolução. A metodologia detalha as estratégias de coleta e análise de dados, conferindo transparência ao estudo. Os resultados e discussões foram divididos em duas sub-seções: uma dedicada às respostas de gestores e professores (5.1) e outra às percepções dos alunos (5.2). Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e implicações da pesquisa, seguidas pelas referências, que reforçam a credibilidade do trabalho.

Breves considerações sobre a educação de jovens e adultos (EJA)

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) geralmente enfrentam condições socioeconômicas desfavoráveis, sendo que muitos deles precisam assumir a responsabilidade parcial ou total pelo sustento de suas famílias (Santos, 2013b). Essa realidade cria um dilema entre a necessidade de trabalhar e o desejo de estudar, dificultando a conciliação dessas duas demandas (Santos, 2013a). Segundo Silva (2015a), essa tensão transforma a educação, que deveria ser uma oportunidade de ascensão social, em um desafio permeado por obstáculos. Freire (1996) afirma que a educação tem o potencial de ser um instrumento de transformação social, mas, diante de tais adversidades, esse potencial pode ser comprometido.

Para além de incentivar os alunos a permanecerem nos estudos, é crucial implementar estratégias que facilitem sua continuidade na escola. Essas estratégias incluem a flexibilização de horários, suporte psicológico, disponibilização de recursos educacionais e a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Dias (2017) destaca que um ambiente educacional inclusivo é fundamental para que os alunos se sintam valorizados e motivados a participar ativamente do processo de aprendizagem. Nesse sentido, o objetivo não é apenas garantir um aprendizado eficaz, mas também fazer com que os alunos se sintam parte do ambiente escolar, reduzindo a sensação de exclusão que muitos vivenciam ao interromper os estudos e retornar com dificuldades adicionais (Melo, 2018a).

Libâneo (2001) observa que a EJA é caracterizada por uma diversidade significativa, abrangendo alunos de diferentes faixas etárias, contextos socioeconômicos e níveis de escolaridade. Essa heterogeneidade demanda abordagens pedagógicas flexíveis e adaptadas às especificidades dos alunos. Freire (1996) reforça a importância de considerar as experiências de vida dos educandos na construção do conhecimento, defendendo que a EJA deve possibilitar a conexão entre os conteúdos escolares e as realidades dos alunos. Silva (2015b) complementa, enfatizando a necessidade de um currículo que não apenas transmita conhecimento, mas que também seja contextualizado e relevante para a vida dos estudantes, promovendo uma formação cidadã.

Ribeiro (2013) destaca a relação entre trabalho e educação na EJA, apontando que muitos alunos precisam equilibrar suas responsabilidades laborais com os estudos. Essa característica deve ser considerada na formulação de políticas públicas voltadas à permanência desses estudantes na escola. Nesse contexto, Melo (2018b) defende que a EJA deve garantir o direito universal à educação, promovendo acesso e inclusão para todos. Ele argumenta que as políticas públicas devem focar na superação das barreiras que dificultam o ingresso e a continuidade dos alunos na escola.

A formação contínua dos professores também é apontada como essencial para a EJA. Pimenta (2012) afirma que os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade e as especificidades dos alunos, utilizando metodologias ativas que estimulem a participação e o engajamento. Tardif (2013) vai além, ressaltando a necessidade de uma perspectiva crítica na EJA, que leve os alunos a refletir sobre sua realidade e a buscar transformações sociais. Cunha (2006) reforça essa ideia, afirmando que a EJA deve promover a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de interagir ativamente na sociedade e reivindicar seus direitos.

Em resumo, a EJA enfrenta desafios complexos que exigem ações articuladas entre políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e a valorização das vivências dos alunos. Somente assim será possível transformar a educação em um meio eficaz de empoderamento e mudança social.

Apontamentos gerais sobre as (trans)formações da EJA no Brasil

A educação voltada para adultos no Brasil tem suas origens no período colonial, inicialmente focada na catequese e educação das crianças indígenas e, posteriormente, estendida aos adultos indígenas. Esse trabalho foi realizado pelos padres jesuítas, que aprenderam as línguas nativas para

catequizar e “educar” esses povos, com o objetivo de integrá-los à cultura e religião europeias (Gadotti, 2009). Galvão e Soares (2004) apontam que, naquela época, a prioridade educativa era direcionada às crianças, consideradas mais aptas a incorporar e disseminar os valores do catolicismo em suas comunidades, enquanto os adultos eram vistos como já moldados por práticas e conceitos cotidianos.

Esses autores supramencionados também destacam que, para educar jovens e adultos e “civilizar” as classes populares, eram desenvolvidos conteúdos diferenciados conforme o gênero e a idade. Para os homens, o ensino envolvia a leitura das leis fundamentais do Império, enquanto as mulheres recebiam aulas voltadas para habilidades domésticas, higiene, deveres familiares e matemática aplicada à administração do lar. As turmas eram separadas por gênero, refletindo os valores sociais da época (Galvão; Soares, 2004).

As primeiras salas de aula para adultos tinham caráter filantrópico e missionário, sendo ofertadas em espaços como escolas noturnas, dominicais e até casas de detenção. Essas atividades eram realizadas por professores de outros turnos, sem remuneração extra, conforme explicam Albuquerque e Leal (2018). Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9.394/96), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi reconhecida como uma modalidade específica da Educação Básica, com o objetivo de atender àqueles que tiveram o direito à educação negado na infância e adolescência, seja por falta de vagas, inadequação do sistema de ensino ou condições socioeconômicas desfavoráveis (Brasil, 1996).

Freire (1996) enfatiza que a educação é um direito universal e inalienável, defendendo que a EJA deve ser um espaço de transformação social, onde os alunos possam conectar o conhecimento adquirido às suas realidades e experiências. Libâneo (2001) reforça que a diversidade do público atendido pela EJA exige metodologias pedagógicas adaptadas, valorizando as especificidades de cada aluno. Ribeiro (2013), por sua vez, destaca os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA, especialmente a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, o que demanda políticas públicas que garantam condições adequadas para sua permanência.

Nesse contexto, Melo (2018) ressalta a importância de políticas públicas voltadas não apenas para a oferta de vagas, mas também para a criação de um ambiente escolar acolhedor e o suporte psicossocial, fatores essenciais para combater a evasão escolar. Haddad e Di Pierro (2000) destacam que os baixos índices educacionais na população de jovens e adultos não são apenas resultado de condições socioeconômicas, mas também de fatores internos e externos ao ambiente escolar, que comprometem a aprendizagem e desestimulam a continuidade dos estudos.

Veiga (2021) afirma que a EJA não deve ser confundida com o ensino noturno, uma vez que sua definição está relacionada às características do público que atende, e não ao turno em que as aulas são realizadas. Essa modalidade busca atender às necessidades de estudantes que enfrentam desafios específicos, como horários de trabalho variados, e que demandam maior flexibilidade educacional.

A trajetória histórica da EJA também inclui iniciativas significativas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) durante o regime militar. Embora tenha tido caráter assistencialista, o MOBRAL marcou um período em que o governo centralizou a alfabetização em resposta às demandas sociais. No entanto, a educação tecnicista promovida nesse período priorizava a formação de mão de obra para o mercado, negligenciando a dimensão crítica e emancipadora da educação, conforme discutido por Saviani (2008).

A pedagogia tecnicista, ao valorizar a racionalização dos recursos e a padronização do ensino, contrasta com os princípios da EJA, que se baseiam na valorização do saber prévio dos alunos e na construção coletiva do conhecimento. Inspirada nas ideias de Freire, a EJA busca promover a cidadania, a autonomia e a participação ativa na sociedade, oferecendo uma educação que reconheça as experiências de vida e o potencial transformador dos estudantes.

Desta feita, a EJA se consolida como uma modalidade educacional que vai além da simples recuperação de estudos. Ela representa um espaço de inclusão social e de resgate da cidadania, permitindo que jovens e adultos excluídos do sistema educacional exerçam seu direito à educação e participem de maneira mais plena na sociedade.

Desenho metodológico

A pesquisa foi conduzida nas duas primeiras semanas de junho de 2023, por meio de entrevistas individuais com sete professores e um gestor envolvidos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As entrevistas, compostas por questões objetivas, foram complementadas pela aplicação de um questionário a 23 alunos matriculados nas turmas da EJA. O estudo ocorreu na Escola Municipal João Guió, localizada em Arez/RN, onde o período noturno é dedicado exclusivamente a essa modalidade, abrangendo dois segmentos do Ensino Fundamental. A instituição conta com sete turmas: uma do 1º ao 5º ano e seis do 6º ao 9º ano.

Os docentes entrevistados se revezam no atendimento das turmas, exceto por um professor, formado em pedagogia, que leciona exclusivamente para a turma do 1º ao 5º ano. Esse docente, no entanto, não possui formação ou especialização na área específica da EJA. Os outros seis professores são especialistas em áreas distintas e atendem as turmas do 6º ao 9º ano. Quatro desses profissionais residem na mesma cidade, enquanto os demais vêm de municípios vizinhos.

As turmas da EJA atualmente localizadas na Escola Municipal João Guió foram transferidas da Escola Municipal Clidenor Lima, que durante mais de 20 anos ofereceu essa modalidade de ensino. Os alunos da EJA vêm de diferentes comunidades do município de Arez/RN, evidenciando o papel da escola em atender um público diversificado.

A Escola Municipal João Guió está situada na Rua Leônidas de Paula, 255, no centro de Arez/RN. Fundada em 8 de março de 1973, com base no Decreto Lei nº 267/91 da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, a instituição é mantida por recursos municipais, conforme previsto no Art. 212 da Constituição Federal. A escola oferece Ensino Fundamental e EJA, funcionando nos três turnos.

Pela manhã, das 7h às 11h15, são atendidos 498 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. O turno vespertino, das 13h às 17h15, recebe 496 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já no turno noturno, as aulas são dedicadas à EJA, com um total de 198 alunos matriculados. Ao todo, a instituição atende 1.192 estudantes, a maioria proveniente da zona urbana do município.

Resultados e discussão

A pesquisa evidenciou que diversos fatores contribuem para o insucesso e a descontinuidade dos estudos entre os jovens e adultos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que resulta em elevados índices de evasão escolar. Para a realização do estudo, foram conduzidas entrevistas iniciais com o gestor da Escola Municipal João Guió e a coordenadora responsável pela EJA. Essas entrevistas, realizadas de forma formal, mas sem um roteiro pré-definido, buscaram reunir informações sobre o número de alunos matriculados, a quantidade de turmas disponíveis e o quadro de professores que atuam na modalidade.

Esse levantamento preliminar possibilitou a construção de um panorama geral sobre a situação da EJA na escola, oferecendo dados essenciais para compreender o contexto educacional e os desafios enfrentados pelos estudantes. Com base nas informações coletadas, é possível aprofundar a análise dos resultados obtidos nas entrevistas com os gestores e professores, que serão apresentados a seguir.

Resultados e análises das respostas dos gestores e professores

O gestor entrevistado possui formação em pedagogia, atua há vários anos na Escola Municipal João Guió e ocupa um cargo comissionado na gestão atual. A coordenadora pedagógica, por sua vez, tem 25 anos de experiência na instituição, é efetiva no quadro municipal e também formada em pedagogia, com especialização em alfabetização. Ambos ressaltam a necessidade de solicitar à Secretaria Municipal de Educação a oferta de formações continuadas para capacitar a equipe sobre a interdisciplinaridade requerida no ensino da EJA. Para eles, essas formações são essenciais para que os profissionais entendam as causas da evasão escolar, elaborem estratégias específicas para enfrentá-las e desenvolvam planos de ação que envolvam a comunidade escolar, incluindo pais e alunos, na prevenção desse problema.

Durante a entrevista, a coordenadora destacou que o principal objetivo do trabalho escolar na EJA é promover a consciência cidadã e a capacidade de resolver problemas por meio de ações colaborativas. Ela defende que a formação continuada dos professores não é apenas uma responsabilidade individual, mas também um processo coletivo, que deve ser fomentado por uma relação de apoio mútuo entre os educadores. Nesse sentido, acredita que o desempenho dos alunos é resultado de um esforço coletivo e não pode ser atribuído exclusivamente a um único professor. A coordenadora reforça que a coordenação pedagógica deve assumir um papel ativo na promoção de ações voltadas para a capacitação dos docentes, alinhando-as às demandas da prática pedagógica.

Além disso, foram realizadas entrevistas com sete professores que lecionam na EJA, com o intuito de compreender melhor a dinâmica entre docentes e alunos, os recursos didáticos utilizados e os desafios enfrentados. Questionados sobre a relação com os alunos, todos os professores consideraram que possuem uma boa interação. Um exemplo foi a fala de uma professora, que afirmou que os estudantes demonstram afeto e convivem bem com colegas e professores.

Ao abordar os recursos didáticos empregados nas aulas, os professores explicaram que desenvolvem apostilas adaptadas ao nível de cada turma, com base em pesquisas na internet, livros didáticos e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, todos concordaram que os materiais fornecidos pela escola não são adequados à realidade dos alunos, como afirmou uma docente: “a escola precisa atualizar os recursos didáticos para que refletem melhor a identidade dos estudantes dessa modalidade”.

Em relação às dificuldades enfrentadas no trabalho com turmas da EJA, os professores apontaram vários problemas, como a falta de material de apoio, a composição multisseriada das turmas, alunos com histórico de mau comportamento que prejudicam o andamento das aulas, e a ausência de auxiliares para atender estudantes com necessidades especiais.

Ao serem questionados sobre as principais causas da evasão escolar, os professores identificaram como fatores predominantes a dificuldade dos alunos em conciliar escola e trabalho, a necessidade de contribuir financeiramente para o sustento familiar e a falta de interesse pelos conteúdos escolares. Outros fatores mencionados incluem o envolvimento com drogas, questões familiares (como separação dos pais e mudanças de residência), incompatibilidade de horários, problemas de saúde e situações de violência.

Essas informações revelam desafios significativos enfrentados na EJA, como a desconexão entre os recursos pedagógicos e as vivências dos alunos, além da necessidade de políticas que atendam às especificidades dessa modalidade de ensino. A crítica construtiva apresentada pelos professores aponta caminhos para melhorias no planejamento pedagógico e na gestão educacional, reforçando a importância de um diálogo constante entre todos os atores envolvidos.

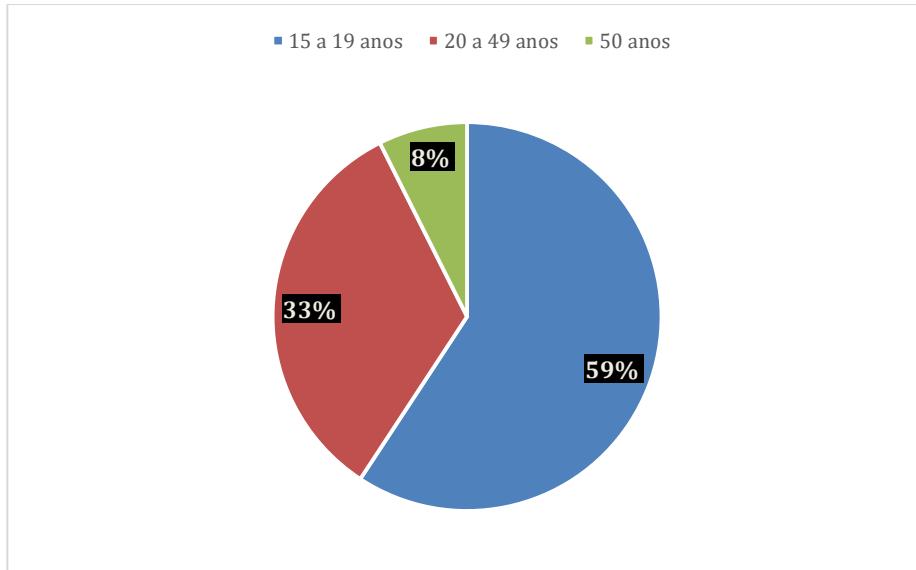
Resultados e análises das respostas dos alunos

Para compreender os fatores que levam os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a interromper os estudos, aplicamos um questionário a 23 estudantes dessa modalidade. Dentre os participantes, 14 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino, distribuídos entre turmas do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano. Esses alunos residem no centro urbano de Arez/RN, onde a escola está localizada, ou em distritos vizinhos.

O questionário foi estruturado em duas partes: a primeira coletou informações pessoais dos alunos, enquanto a segunda abordou questões relacionadas ao espaço escolar e às motivações que os levaram a buscar a EJA.

O perfil etário dos respondentes revelou diversidade de idades (Gráfico 1): 16 estudantes têm entre 15 e 19 anos, 5 possuem entre 20 e 49 anos, e 2 têm mais de 50 anos. Esses dados refletem a pluralidade de faixas etárias que caracteriza o público da EJA, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que atendam às demandas específicas de cada grupo.

Gráfico 1. Idade dos alunos.

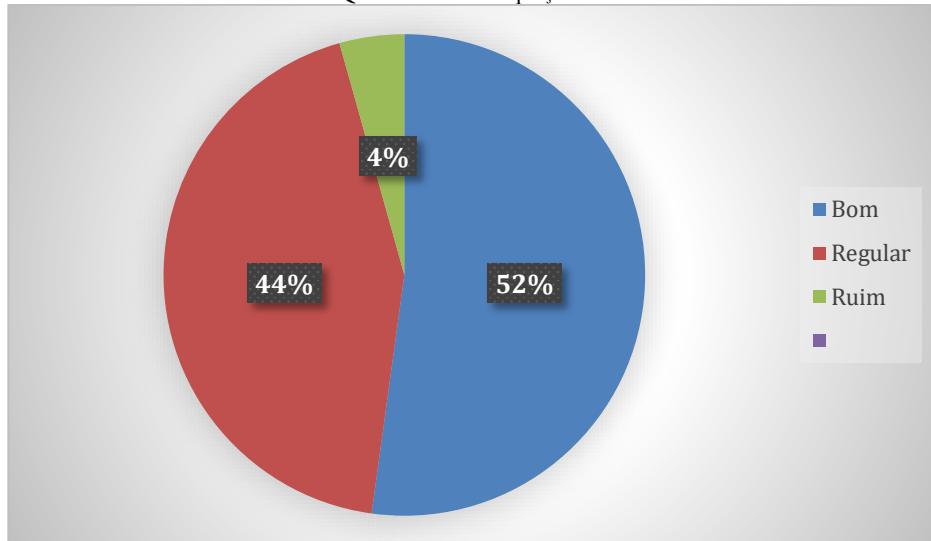


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A primeira questão da segunda parte do questionário (Gráfico 2) abordou a percepção dos alunos sobre o espaço físico da escola, com a pergunta: "O espaço físico de sua escola é: () Bom () Regular () Ótimo?". Dos 23 alunos, 18 avaliaram o espaço como bom, destacando aspectos positivos, como boa circulação de ar e estrutura adequada para atividades de leitura e escrita. Por outro lado, 5 alunos consideraram o espaço regular, justificando que, em algumas ocasiões, ele se encontra sujo. Um dos participantes apontou que essa situação pode ocorrer devido à falta de empenho ou motivação das pessoas responsáveis pela limpeza.

Essa observação sugere uma relação entre a manutenção do ambiente escolar e a valorização do espaço pela comunidade escolar. A percepção de que a limpeza reflete o respeito pelo local e pelos alunos reforça a importância de um ambiente limpo e acolhedor para incentivar a aprendizagem e a permanência dos estudantes na EJA. Esse aspecto merece atenção, uma vez que o cuidado com o ambiente escolar pode influenciar positivamente a experiência educacional e a motivação dos alunos.

Gráfico 2. Qualidade do espaço físico da escola



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

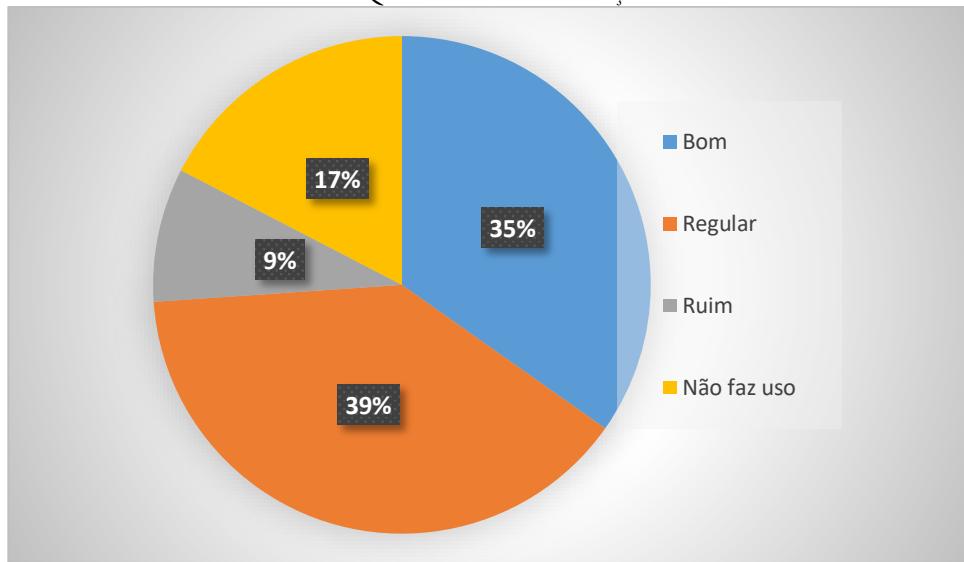
A análise da primeira pergunta da segunda parte do questionário, que trata da percepção dos alunos sobre o espaço físico da escola, revela uma avaliação diversificada quanto à infraestrutura. A maioria dos participantes (18 alunos) classificou o espaço como "bom", destacando aspectos positivos, como a boa circulação de ar e a estrutura adequada para o aprendizado da leitura e da escrita. Esse resultado indica que a escola, em geral, oferece um ambiente físico favorável às atividades pedagógicas.

Entretanto, 5 alunos avaliaram o espaço como "regular", apontando a limpeza inadequada como uma questão preocupante. Um comentário recorrente sugere que a sujeira pode refletir falta de empenho ou motivação por parte da equipe de limpeza. Essa observação destaca a importância da manutenção contínua do ambiente escolar, que vai além de aspectos estéticos e impacta diretamente a saúde, o bem-estar e a motivação dos alunos.

Esses dados sugerem que, embora a infraestrutura física seja amplamente vista de forma positiva, melhorias na higienização são essenciais para promover um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante. A gestão escolar deve priorizar a limpeza e a manutenção como parte de um compromisso contínuo com a qualidade da experiência escolar.

Além disso, os alunos foram questionados sobre a qualidade da alimentação escolar, com a pergunta: "Como você considera a merenda de sua escola? () Boa () Regular () Ótima." A maior parte dos participantes (39%) classificou a merenda como "regular", conforme indicado no Gráfico 3. Esses resultados evidenciam a necessidade de revisões na qualidade e na adequação da alimentação oferecida, reforçando o papel essencial de uma nutrição balanceada para o desenvolvimento e a permanência dos estudantes na escola.

Gráfico 3. Qualidade da alimentação escolar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os alunos também foram questionados sobre sua opinião em relação à Escola Municipal João Guió, com a pergunta: "Você gosta da escola que estuda?". A maioria (15 alunos) afirmou que gosta de estudar na instituição, justificando essa preferência por ser a única escola que oferece a modalidade EJA na região e pela qualidade do ensino. Por outro lado, 7 alunos responderam que gostam "mais ou menos", citando razões pessoais, enquanto um aluno afirmou não gostar da escola.

Quanto à recepção dos funcionários, os alunos responderam à pergunta: "Você se sente bem recepcionado pelos funcionários da escola?". Dos 23 entrevistados, 21 relataram que se sentem bem acolhidos, o que reflete positivamente no ambiente escolar. Apenas um aluno indicou não se sentir bem recebido, e outro preferiu não responder.

Essas respostas destacam a importância de criar um ambiente acolhedor e inclusivo para os alunos da EJA, considerando que a relação com a escola e sua equipe impacta diretamente a permanência e o desempenho dos estudantes.

Além disso, investigou-se se os alunos já haviam interrompido seus estudos anteriormente com a pergunta: "Você alguma vez desistiu de estudar? Se sim, por quê?". Dos 23 entrevistados, 15 relataram já ter abandonado os estudos em algum momento (Gráfico 4). Entre os principais motivos citados estão gravidez precoce, desentendimentos com professores e funcionários, luto pela perda de um parente próximo, desenvolvimento de ansiedade e depressão, e a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.

Alguns relatos ilustram a complexidade dessas situações. Uma aluna explicou que engravidou jovem e não teve o apoio da família, o que a desmotivou a continuar os estudos (Ent. 6). Outro aluno relatou que a morte de sua mãe o abalou profundamente, desencadeando problemas emocionais como ansiedade e depressão, além da necessidade de trabalhar para sustentar os irmãos. Ele mencionou que, embora desejasse retornar aos estudos, as circunstâncias se tornaram muito difíceis (Ent. 13).

Essas histórias ressaltam a importância de compreender os desafios individuais enfrentados pelos alunos da EJA, reconhecendo a interseção entre experiências pessoais e fatores externos que influenciam a decisão de abandonar a escola. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a permanência dos estudantes e sua integração no ambiente escolar.

Gráfico 4. Alunos que deixaram de estudar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O questionário incluiu uma pergunta sobre a importância do estudo para os alunos, a qual abordava a seguinte questão: "Você acha importante estudar? Por quê?". Dezoito alunos responderam positivamente, justificando sua opinião com diversos motivos. A maioria expressou o desejo de aprender mais para utilizar no futuro próximo e destacou que, na sociedade atual, o estudo é fundamental para garantir empregos com melhores salários e proporcionar uma vida mais digna. Um dos alunos mencionou que, sem estudo, seria difícil conseguir um bom emprego, e ele vê no aprendizado a possibilidade de melhorar sua vida e oferecer melhores condições à sua família, afirmando que o estudo abre portas e é essencial para o seu futuro.

Além disso, os alunos foram questionados sobre os motivos que os levaram a retornar aos estudos, com a pergunta: "Por que você voltou a estudar?". Quatorze alunos, que anteriormente haviam desistido de estudar, relataram que a decisão de retornar foi influenciada por conselhos de familiares, que os incentivaram a buscar um futuro melhor através da educação, além de se tornarem exemplos para seus filhos. Muitos relataram que o incentivo de pais e irmãos foi crucial para essa decisão. Como um dos alunos mencionou, seus familiares sempre lhe disseram que sem educação ele não iria longe, o que o motivou a retornar aos estudos para garantir um futuro melhor e servir de exemplo para seus filhos, mostrando-lhes que nunca é tarde para aprender.

Outros alunos apontaram que o desejo de adquirir mais conhecimento, garantir melhores condições de emprego, e não perder o trabalho atual, foram fatores importantes para seu retorno à escola. Além disso, o estudo também representa uma oportunidade para conhecer novas pessoas e buscar uma vida melhor para si e para suas famílias.

Esses relatos reforçam as ideias de Paulo Freire (1996a), que destaca a pluralidade de objetivos dos estudantes, sugerindo que o retorno ao sistema educacional pode resultar em mudanças significativas tanto na forma de ensinar quanto na de aprender. A educação deve ir além do ensino de conteúdos específicos, devendo também promover a cidadania e a emancipação social.

Quando questionados se estariam dispostos a deixar os estudos para se dedicar ao trabalho, os alunos, em sua maioria, responderam que preferem trabalhar apenas quando for absolutamente necessário. Eles acreditam que essa escolha os permitiria dedicar mais tempo e energia aos estudos, evitando sobrecarregar suas responsabilidades. Muitas das respostas mencionaram a necessidade de conciliar os estudos com outras obrigações, como o trabalho, o casamento e a criação de filhos, o que demonstra as dificuldades enfrentadas por esses alunos para equilibrar suas responsabilidades.

A análise dessa realidade está em linha com as ideias de Kramer (2001), que defende que a educação de adultos requer uma abordagem diferenciada, levando em conta as características particulares desses estudantes, como suas idades e as exigências do mercado de trabalho. A principal motivação dos alunos da EJA é a inclusão no mercado de trabalho, mas também há uma forte busca por emancipação social, que envolve a inclusão plena na sociedade como cidadãos alfabetizados.

Além disso, Freire (1996b) reforça que a educação de adultos vai além da preparação para o mercado de trabalho, pois busca também empoderar os alunos como cidadãos conscientes e participativos, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática.

Em relação às aulas da EJA, a maioria dos alunos (15) afirmou que não vê necessidade de mudanças, enquanto 8 sugeriram que uma revisão no método de avaliação seria benéfica, especialmente para aqueles que não estão suficientemente motivados e que acabam interferindo no desempenho dos outros.

Por fim, os alunos foram questionados sobre o relacionamento com os professores, e a grande maioria relatou manter uma boa relação com eles, o que facilita a troca de dúvidas e discussões sobre diversos temas.

A análise dos dados coletados mostra que, de maneira geral, os alunos da EJA valorizam o ambiente educacional e reconhecem a relevância do aprendizado para suas perspectivas futuras. Eles buscam oportunidades de melhoria em suas condições de vida, não apenas para si mesmos, mas também para suas famílias, considerando a participação na EJA como uma busca coletiva por realização e transformação social.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontam que a evasão escolar é influenciada por diversos fatores, sendo que três principais se destacam: a necessidade de muitos alunos trabalharem, o que gera um conflito entre os horários de trabalho e as aulas, levando-os a abandonar os estudos. Além disso, os depoimentos dos alunos revelam que, embora não retornem à escola por prazer, eles o fazem devido à exigência de se aprimorar, com o objetivo de se especializar e melhorar tanto profissional quanto socialmente.

É essencial que as instituições de ensino e seus educadores reconsiderem suas abordagens pedagógicas e práticas didáticas, rompendo com antigos paradigmas. É necessário desenvolver projetos que tornem o ambiente escolar mais atrativo para esses estudantes, incentivando sua permanência em sala de aula (Araújo, 1999). Nesse contexto, é fundamental que os alunos sejam capazes de enfrentar os desafios com a consciência do valor dos processos de ensino e aprendizagem para seu crescimento pessoal e profissional (Brasil, 2014).

Para pesquisas futuras, sugere-se a investigação sobre como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades dos alunos que trabalham. Também seria importante explorar como diferentes abordagens pedagógicas podem aumentar a motivação dos alunos para dar continuidade aos estudos, além de examinar o impacto de atividades extracurriculares que integrem trabalho e aprendizado na permanência escolar. Outra linha de pesquisa relevante seria

avaliar programas sociais de apoio a estudantes trabalhadores, verificando sua eficácia na redução da evasão escolar. Além disso, o impacto do ensino híbrido (presencial e *on-line*) na retenção de alunos com compromissos profissionais também merece ser analisado.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. **Alfabetização de Jovens e Adultos-em uma perspectiva de letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- ARAÚJO, J. C. S. **Sala de aula ou o lugar da veiculação do discurso dos oprimidos.** São Paulo: Editora Papirus, 1999.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: [https://goo.gl/rUDAuZ](https://www.google.com/search?q=BRASIL.+Lei+n%C2%BA+9.394%2C+de+20+de+dezembro+de+1996.+Lei+de+Diretrizes+e+Bases+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Nacional.&sxsrf=A. Acesso em: 06 out. 2024.</p><p>BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <a href=). Acesso em: 06 out. 2024.
- DIAS, A. R. **Inclusão e Educação:** Desafios e Possibilidades. São Paulo: Editora XYZ, 2017.
- DI PIERRO, M. C. Educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 58-77, novembro/2001.
- FEITOSA, S. C. S. **Método Paulo Freire:** princípios e práticas de uma concepção popular de educação. São Paulo: Universidade de São Paulo-Faculdade de Educação, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996a.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996b.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1988.
- GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T.F. **A alfabetização de jovens e adultos:** em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HADDAD, E. DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai-ago., 2000.
- KRAMER, S. **Educação de Jovens e Adultos:s e práticas.** São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2001.
- MELO, J. **Educação de Jovens e Adultos:** Desafios e Propostas. São Paulo: Editora ABC, 2018a.
- MELO, J. **Políticas Públicas e Inclusão na Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Editora DEF, 2018b.
- MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **O Processo de pesquisa:** Iniciação. 2 ed. São Paulo: Líber Livro, 2010.
- OLIVEIRA, M. C. **Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS. 1996. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/download/854/608+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 06 out. 2024.
- PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- PIMENTA, S. G. **Formação de Professores:** Desafios e Propostas para a EJA. São Paulo: Editora GHI, 2012.
- RIBEIRO, M. **Trabalho e Educação:** Desafios na EJA. Brasília: Editora ABC, 2013.

- RODRIGUES, V. Breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Educação de jovens e adultos:** proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa/MEC/UNESCO, 1996.
- SANTOS, M. A EJA e suas especificidades: um estudo das condições sociais dos alunos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 123-145, 2013a.
- SANTOS, R. C. G. **Lutas e Conquistas da EJA:** discussões temáticas acerca da formação de professores em Educação de Jovens e Adultos. Rio Grande: Editora Da Furg, 2013b.
- SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia de trabalho científico.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, T. **Educação e Trabalho:** Desafios para a EJA. São Paulo: Editora DEF, 2015a.
- SILVA, T. **Educação de Jovens e Adultos:** Currículo e Metodologia. São Paulo: Editora XYZ, 2015b.
- TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis: Vozes, 2013.
- VEIGA, M. I. P. Professor: sua prática tecnológica na EJA. **Multidebates**, v. 5, n. 4, p.133-139, 2021.

UNPAID EXTRA WORK AND UNFAIR DIVISION OF HOME TASKS: DROWNING IN THE SEA OF COVID-19 WITHOUT A LIFEJACKET

Luciana Romano Morilas²⁶
Marilene Proença Rebello de Souza²⁷
Violeta Sun²⁸
Luciana Dadico²⁹
Rosana Retsos Signorelli Vargas³⁰
Suzy Sayuri Sassamoto Kurokawa³¹
Maria Paula Costa Bertran³²
Catherine Barbour³³

Abstract

The COVID-19 pandemic has magnified pre-existing social inequalities, particularly impacting women in Brazil. This article examines the multifaceted repercussions of the pandemic on various segments of Brazilian society, focusing on women's experiences from 2020 to 2021. It delves into the exacerbated gender disparities in education, employment, and access to technology, highlighting the disproportionate burden of caregiving responsibilities and the escalation of violence against women. Indigenous women face unique challenges, including threats to their land and livelihoods, exacerbated by government policies and the exploitation of natural resources. Despite legal frameworks aimed at gender equality, policy shifts and legislative shortcomings have further marginalized women, hindering their access to fundamental rights and exacerbating existing inequalities. The conclusion emphasizes the urgent need for comprehensive policy interventions and societal shifts to address systemic gender inequalities and ensure women's rights to education, health, and economic empowerment. The article advocates for transformative measures to navigate the turbulent seas of gender inequality and prevent women from drowning in a patriarchal society.

Keywords: Gender equality; Quality education; Decent work and economic growth; Peace, justice and strong institutions; Good health and well-being.

Resumo

A pandemia de COVID-19 ampliou as desigualdades sociais preexistentes, impactando particularmente as mulheres no Brasil. Este artigo examina as repercuções multifacetadas da pandemia em vários segmentos da sociedade brasileira, focando nas experiências das mulheres entre os anos de 2020 e 2021. Ele explora as disparidades de gênero acentuadas na educação, no emprego e no acesso à tecnologia, destacando o fardo desproporcional das responsabilidades de cuidados e a escalada da violência contra as mulheres. As mulheres indígenas enfrentam desafios únicos, incluindo ameaças às suas terras e meios de subsistência, agravadas por políticas governamentais e pela exploração dos recursos naturais. Apesar dos marcos legais voltados para a igualdade de gênero, mudanças políticas e lacunas legislativas têm marginalizado ainda mais as mulheres, dificultando o

²⁶ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Associada da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. E-mail: morilas@usp.br.

²⁷ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular da Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. E-mail: mprdsouz@usp.br.

²⁸ Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Doutora da Universidade de São Paulo, Faculdade de Artes, Ciências e Humanidades. E-mail: violeta@usp.br.

²⁹ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Psicologia. E-mail: ludadico@usp.br.

³⁰ Doutora em Matemática pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Doutora da Universidade de São Paulo, Faculdade de Artes, Ciências e Humanidades. E-mail: rosanav@usp.br.

³¹ Doutora em Química pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Adjunta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. E-mail: suzyssk28@gmail.com.

³² Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. E-mail: bertran@usp.br.

³³ Trinity College Dublin, Dublin, Ireland. E-mail: barbource@tcd.ie.

acesso aos direitos fundamentais e agravando as desigualdades existentes. A conclusão enfatiza a necessidade urgente de intervenções políticas abrangentes e mudanças sociais para enfrentar as desigualdades de gênero sistêmicas e garantir os direitos das mulheres à educação, saúde e empoderamento econômico. O artigo defende medidas transformadoras para navegar nos mares turbulentos da desigualdade de gênero e impedir que as mulheres se afoguem em uma sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; Educação de qualidade; Trabalho decente e crescimento econômico; Paz, justiça e instituições eficazes; Boa saúde e bem-estar.

Initial panorama

On March 11th, 2020, the World Health Organization reported a worldwide pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus, still unknown and with a high fatality rate, especially among people over 60 years of age, or with underlying conditions caused by inflammatory processes. Following this official announcement, social distancing, the use of masks, and disinfection became the basic instruments for dealing with its spread, affecting the lives of millions of people around the world. The need for quarantine, as an alternative to minimise infection between peers, created a series of new protocols, procedures, and situations to be fast implemented. Schools and Universities were closed, many workers had to take on remote working from their homes, with only health professionals being allowed to perform their face-to-face roles, making a great effort to assist affected patients, as well as key workers, those who were in essential services to the population; the movement of people throughout the globe was impeded for many months; and most types of face-to-face commerce were prevented from occurring. Communication was increasingly facilitated by various technologies such as online meeting tools. The first vaccines began to be tested in 2020, and in the Brazilian case, the start of vaccination took place in January 2021. Two years after the beginning of the pandemic, even with the discovery of vaccines, we are at a time when we need to understand the impact of this process on the conditions of study, work, and access to economic, cultural, and social goods.

This article seeks to understand what implications the Covid-19 pandemic brought to the conditions of Brazilian people who experienced it in the period 2020 to 2021. More particularly, we intend to present and analyse the consequences of such conditions of restriction and social isolation on a segment of society that daily suffers from social, racial, and gender inequality, represented by women: students, workers, and indigenous people. It seeks to understand how existing international legislation and Brazilian national legislation can protect - or not - women in Brazil affected by the pandemic, and indicate possible alternatives to improve their working and living conditions.

Of course, complex and far-reaching social inequalities in Brazil do not stem from but rather have been exacerbated by the pandemic, according to research carried out by important Latin American bodies, such as CEPAL (2022). During the period in which the economy was strongly impacted by social isolation and the reduction of production forces, such inequalities were accentuated to different degrees, with heightened effects on segments of society historically more affected by lower wages, high workload, less socio-political power, participation in domestic activities, and less access to digital technologies, represented here by women. Gender issues are those pointed out by important international and national studies (Santos & Oliveira, 2010; Vianna & Unbehauem, 2004) such as those that reveal difficulties related to contexts and challenges faced by women in the confrontation of social forces.

According to data from CEPAL studies (2021), the COVID-19 pandemic resulted in significant decreases in employment and labour market participation, leading to historic increases in unemployment, particularly impacting women, young people, and informal and low-income sector workers. The International Labor Organization (ILO, 2021) considers Latin America and the

Caribbean to be one of the regions most affected by the pandemic's consequences for women. In 2020, women leaving the labour market marked a setback of 15 years in terms of their workforce participation. It is projected that in 2021, the participation rate for women will decrease to 50.0% (a level similar to that of 2016), while the participation rate for men is expected to be 73.5% (CEPAL 2022, p. 6). The research carried out by the Commission explains these results as follows:

(...) mainly due to the important exit of women from the labour market and their greater representation in occupational categories affected by the crisis (self-employed work, work in the commerce, hotel, and restaurant sectors, paid domestic work, and unpaid family work), as well as the increase in unpaid care work in the context of the pandemic (CEPAL, 2022, p.8).

In the Brazilian context, the significance of women's issues is evident in the formulation of three National Plans for Women's Policies (Brazil, 2003, 2008, and 2013), as well as in the Special Secretariat of Policies for Women under the Presidency of the Republic, resulting from National Conferences on Women's Policies. Plan I, for example, reflects the central theme that characterised discussions surrounding women's policy during the administrations of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, encapsulated in the motto 'Affirm differences to promote equality.' In the II National Plan, the primary challenges faced by Brazilian women are addressed across various chapters, highlighting the need for:

women's participation in power and decision-making spaces; sustainable development in rural areas, cities, and forests, guaranteeing environmental justice, social inclusion, sovereignty and food security; right to land, decent housing and social infrastructure in rural and urban areas, considering traditional communities; non-discriminatory culture, communication, and media; confronting racism, sexism, and lesbophobia; and tackling the generational inequalities that affect women, with special attention to the young and the elderly. (p.18).

It can be ascertained that the main issues of Plan III (Brasil, 2013) focus on seven guiding principles, with emphasis on aspects of the secularity of the state and the transversality of policies, namely:

women's autonomy in all dimensions of life; search for effective equality between women and men in all areas; respect for diversity and fight against all forms of discrimination; secular character of the State; universality of services and benefits offered by the State; active participation of women in all phases of public policies; and transversality as a guiding principle of all public policies (p.9-10).

We must mention that the policies mentioned above were developed during the period of progressive governments in Brazil, which spanned from 2003 to 2016. However, these policies were interrupted or disregarded during subsequent administrations, notably marked by the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. The conservative governments of Michel Temer, who held office from 2016 to 2018, and Jair Messias Bolsonaro, who served from 2019 to 2022, pursued a different approach to the social agenda. They favoured the perspectives of the traditional conservative family while excluding considerations related to gender diversity and women's issues from public policies. This shift was evident through restructuring of government secretariats and ministries, budget reductions, and the implementation of policies aligned with ultra-conservative sectors (Cunha, 2021).

Brazilian data on deaths of women from violence are still far from being addressed by current public policies. In an attempt to address the situation, the legislative has been taking actions: in 2006, the Maria da Penha Act (Brazil, 2006), was approved, creating mechanisms to curb gender-based and domestic violence against women; in 2015, Law No. 13.104 (Brasil, 2015) categorised the murder of women as femicide, if two aspects of the following are fulfilled: When the crime involves domestic and family violence and the abuse of or discrimination against women. Even so, the rates are still alarming and reveal the urgency of governmental, social, political and cultural action to deal with them.

To follow this brief overview, we will proceed to examine the four main topics discussed in this paper: a) the impact of the pandemic on girls' education; b) the situation of indigenous women; c) the challenges related to technology issues; and d) the legal framework. Our conclusions will follow shortly thereafter: the pandemic has had a profound impact on women's lives, without discrimination.

Is education a possible life jacket for girls?

The rapid infection of millions of people coupled with the fear of catching the virus, the spread of false information, loss of family members to the disease, and the fragility of states in dealing with the pandemic and its associated problems, transformed the daily lives of the whole world. Due to the potential risk posed by people crowding in closed places, in 2020 schools closed their doors to prevent the spread of COVID-19 among students and families, which affected the continuity of studies of approximately 1.6 billion people from 191 countries (UN, 2020). At the same time, school closures may have worsened existing crises, such as the political, economic, and social crises faced by developing countries.

The COVID-19 pandemic is a social factor that raises other problems, such as gender inequality (Bartmeyer; Salles Filho, 2020). In fact, the gender factor excluded women for many years, and this is no different in education (Unesco, 2021). At a global level, the exclusion of girls from school starts early, an estimated 125 million girls of junior and high school age are out of school (Unicef, 2020).

Before the pandemic, 20.2 % of young people aged 14 to 29 did not complete basic education in Brazil. The number of women in this age group who did not finish High School 41.7 %. The motivations are varied, and from the perspective of gender, 11.5 % of women drop out of school due to the need to carry out household chores or take care of people, but only 0.7 % of men drop out for this reason (Estatísticas Sociais, 2020). The north of Brazil has the worst rate of school dropout by girls who leave due to the pressures of household chores or caring responsibilities, with rates reaching 31.7 % of the total number of students (Cedeca Ceará, 2019).

Evidently, disregarding cultural contexts, there has been some improvement in the division of domestic work; even so, women still assume the main responsibilities within the household (Bello; Estebanez, 2022). Currently, there are higher numbers of women enrolled in undergraduate courses and they occupy half of doctoral positions in Brazil. However, the distribution is not similar in different areas: women more commonly take Humanities subjects, while men still hold the majority in careers related to STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), which reveals the persistence of gender stereotypes in higher education (De Kleijn, 2020).

Saffioti (2004) attributes these differences in career choice as a reflection of patriarchal gender roles, as men generally are taught to be competitive, assertive, productive, and virile, while women are taught to be careful, collaborative, docile, and helpful. After the Scientific Revolution in the 16th and 17th centuries, the number of scientists was so low that women didn't need to be excluded from science. In fact, the history of women within science has been marked by cycles of progress and regression. In contrast, from the foundation of European universities, in the twelfth

century until the beginning of the twentieth century, women were prevented from studying, with only a few exceptions. In Brazil, it was only in 1962 that women gained the ability to make their own decisions without the need for a man's approval. Until then, either their father, husband, brother, or another 'responsible' man was bureaucratically required to validate any legal transactions made by women,

Some scholars claim that the child's environment contributes to the improvement of skills and forming children's and young people's interests (Schienbinger, 2001). In a study carried out with parents, they were asked to describe their babies. Parents of boys portrayed them with adjectives such as active and exploratory, while girls were characterised as small, sweet, and delicate. According to the study, establishing the family environment as the only influence does not explain future choices in adulthood (Stern; Karraker, 1989), but keeping in mind that the influence of gendered stereotypes at this stage, which include the expectation to carry out household chores and care for younger siblings, influence the time available for children to learn, play and enjoy themselves (Dellazzana; Freitas, 2010).

Regarding the pandemic, initially it was believed that children and young people would hardly be affected by COVID-19, however after about a year, UNICEF showed that until that moment, about 11 % of children and adolescents were infected in the 87 countries evaluated. The losses are even greater in countries that have difficulty in accessing essential services such as education, health, food, and child protection (Unicef, 2020). As COVID-19 advances for another year, its impact on the mental health of children and adolescents has weighed heavily (Unicef, 2021). Preliminary studies indicate that girls were more affected than boys during the pandemic in terms of mental health, especially in low-income families. (Mendolia; Suziedelyte; Zhu, 2022).

Regarding school dropout rates, in high-income countries, contrary to expectation, more boys dropped out of school than girls, a situation that is reversed in low- and middle-income countries (Flor, 2022).

A survey on the perception of teachers in the city of São Paulo in relation to the behaviour of students during the period of remote teaching indicates that 53.03 % said they saw a marked difference in the participation of boys and girls in school activities (Santos, 2021). Reasons for this difference relate to gender stereotypes regarding study ("girls are more studious and boys are disinterested"), inequalities in responsibilities at home ("girls are more disposed to housework than boys"), and the idea that boys are more confident ("boys open the microphone to talk to teachers, while girls rarely speak up and use chat more"). In the same study, the teachers observed that the main impact of the crisis in the school trajectory of girl students are the increase in violence, violation of rights and school dropout. When it comes to Black female students, 73.83 % of teachers responded that they suffer more from excess in domestic tasks, the need to work to support the family, social vulnerability, economic inequalities, low self-esteem, violence and abuse, discrimination, and racism. As a result, actions are needed to mitigate this through public policies which promote gender equality and value diversity.

After about two years of isolation, many educators and politicians in Brazil insisted on a return to "normal". Contrary to this insistence on recuperating modes of existence prior to the pandemic, some researchers argue that it has presented an opportunity to break with an oppressive and unsuccessful model of education for children and young people (Ladson-Billings, 2021; Roy, 2020), based on the construction of a pedagogy based on learning from the student, cultural competence, and socio-political awareness (Ladson-Billings, 1995).

In times of crisis, we consider the action of civil society organisations essential to ensure the defence and protection of children and adolescents, especially girls. Santos (2021) collected data from 13 institutions that work in the city of São Paulo and other cities, which recognize that issues related to race and gender produce inequalities in the lives of Black adolescents. The pandemic has increased the vulnerability of Black girls, who are impacted by oppression relating to the intersectionality of both race and gender (Crenshaw, 1989). However, according to the research, even though these institutions are aware of these problems, they do not develop tailored support for this specific group, always prioritising more general actions. Consequently, it is crucial to reflect on the commitment and potential forms of action by groups and institutions of civil society in addressing issues related to racism and sexism during this time of crisis.

A group of representatives from the Global Education Coalition Board of Directors against Covid-19 has developed a guide (Unesco, 2021) for the return of Brazilian girls to school. This guide offers evidence-based plans to support the reintegration and retention of female students in schools. Previous crises have shown that when schools are closed, girls are more vulnerable to gender-based violence and face difficulties accessing social protection and nutrition, which negatively impacts their health and well-being.

The guide recommends that Ministries of Education and their partner ministries take this opportunity, brought about by the pandemic, to prioritise equality going forward. It aims to establish a 'new normal' for girls, characterised by concrete actions that promote an educational system free from prejudice and gender discrimination. These actions include supporting and empowering female leaders, planning for school reopening that prioritise equity, and ensuring girls' rights to education, health, nutrition, and protection.

Is there any life jacket for indigenous women?

In the case of Brazilian indigenous women, the consequences of the Covid-19 pandemic take on other complexities. First, because the very notion of "home" is different from mainstream cultural norms for forest peoples. Insofar as they depend on reserve areas as a source of essential elements for survival, including food and water, the impact of measures to restrict movement directly affect their territories and livelihoods. Even though the demarcation of these reserve areas guaranteeing their protection was determined by the Brazilian Constitution of 1988, they suffer enormous pressure from invading groups interested in the commercial benefits of logging, mining, and even occupation for soybean cultivation and pasture for livestock.

Acting outside the law, these groups are often violent, engage in armed incursions, and expose indigenous peoples to a range of problems, including alcoholism, prostitution, and the spread of disease. This violence is particularly concerning for indigenous women and girls because they not only face greater violence from alcoholic family members but also encounter violence directly perpetrated by outsiders.

Between 2007 and 2017, the Brazilian Ministry of Health's Notifiable Diseases Information System reported 8,221 cases of violence against indigenous women, primarily involving girls aged 10 to 19 (Marko and Reinholtz, 2020). It's important to note that this data would need to be updated. It is highly likely that, in addition to the existing underreporting (as the topic of violence against women is taboo in many villages), these numbers have increased. One of the major concerns of indigenous organisations operating in the northern region of the country has been the rising levels of violence against indigenous women.

At a time when movement restrictions increased due to the spread of the pandemic, fundamental services to support indigenous security, transport, and health (according to reliable data provided by the indigenous community) were demobilised. This was exacerbated by the policy of the current government, led by Jair Bolsonaro, to co-opt indigenous leaders and deny essential services to their peoples, in an explicit alliance with the exploitative invading groups.

It is necessary to emphasise the generalisation implicit in the umbrella term "indigenous peoples" which refers to populations that are quite distinct from each other, with many different cultures and languages. In an organisation such as Takiná, which represents women from different indigenous peoples in the state of Mato Grosso, it is clear that feminist agendas become more complex. This complexity arises from the fact that women tend to receive more support from men in their community for stereotypically women-oriented roles, such as childcare (Fiorini, 2021, p. 100). As a result, their demands revolve around a different set of questions.

With the advance of the Covid-19 pandemic, indigenous leaders have reported increasing difficulties in accessing medical care due to the lack of government resources, such as those provided by FUNAI (National Foundation of the Indigenous) and departments of the Brazilian Public Health System. They face challenges in travelling to cities and utilising existing transport networks among indigenous communities. On one hand, women no longer receive support for their transportation needs from the Federal Government. On the other hand, they are unable to finance their own trips, which often involve extensive journeys exceeding 1,500 km by land and water. This is due to the national policy on fuel costs, currently based on international commodity values, which has led to a more than 400% increase in the price of a litre of fuel over a three-year period (2019-2021).

In this context, the use of social networks and digital communication technologies has proven to be both an ally and a challenge. Electronic equipment is expensive in Brazil, and cell phone and internet signals are often unreliable in more remote regions. This means that indigenous women require more effective support to learn how to use digital media effectively. However, the availability of these services has enabled indigenous communities to continue educational training, engage in political action, mobilise, file legal complaints, exchange culturally, and share reflections.

Indigenous women leaders have taken on more prominent roles, positioning themselves at the forefront of organisations, associations, and projects developed within their regions. They seek national and international support, including initiatives to enhance their economic activities, primarily related to handicrafts, cultural endeavors, agriculture, tourism, and resource extraction.

Technology: is it for everyone?

Access to the Internet, through ICTs (Information and Communication Technologies) has been recognized since 2011 by the United Nations as a dimension of Human Rights, due to the particular importance it has taken on at the turn of the 21st century. International documents emphasise the importance of this relatively recent dimension to individuals throughout the world. The UN Human Rights Council has produced a strongly worded report on Digital Human Rights, calling for universal access to the Internet fundamental for all (UN, 2020).

An interesting international debate which took place at the beginning of the Covid 19 pandemic in June 2020 was published in a United Nations General Secretariat (UN, 2020) report entitled 'Roadmap for digital cooperation', continuing the actions of the 2030 Agenda for Sustainable Development. The debate involved various aspects of Internet access and use and was attended by representatives of governments, NGOs, technology companies, researchers, among others. The report explains that the issue of access to technology, especially the Internet, needs to be considered as a starting point to gauge social inequality, with particular mention of gender issues. The report says (p. 2):

Digital technology does not exist in a vacuum – it has enormous potential for positive change, but can also reinforce and magnify existing fault lines and worsen economic and other inequalities. In 2019, close to 87 percent of individuals in developed countries used the Internet, compared with only 19 per cent in the least developed countries.

In the complex debate on the access and use of technologies, there is the question of privacy: how to guarantee the control of data by those who access it, how to act in order to prevent child-trafficking networks, violence, and harassment, as well as misappropriation of personal data (UN, 2020, p. 15):

The Internet has to provide a safe space for information-sharing, education, expression, mobilisation and participation. Addressing the legitimate concerns underlying the need for encryption without undermining legitimate law enforcement objectives is possible, along with human rights-based laws and approaches to address illegal and harmful online content.

In the Brazilian context, data on access to technology via the Internet during the pandemic were outlined in a document released by the Regional Center for Studies for the Development of the Information Society, under the auspices of UNESCO, in November 2020. This report primarily focused on remote working and remote learning.

Regarding remote working, the study indicates that in Brazil, four out of ten workers during the pandemic used this modality. It was more commonly adopted by individuals with greater purchasing power, more experience in areas such as education, scientific activities, and administration, and those over 60 years old—a demographic considered at higher risk since the onset of the SARS-CoV-2 pandemic. Most workers used laptops for videoconferencing or remote work. However, the most frequently used communication technologies were apps, employed by 86% of remote workers. The study also highlights that 'almost a third of Internet users who worked during this period sold products or services through messaging applications (30%) or social networks (29%)' (pp. 22-3). Notably, a higher percentage of women engaged in such activities (37% compared to 34% of men). It is essential to recognize the impact of social inequalities on access to technology, as those who reported using digital technologies were predominantly in the two highest strata of purchasing power.

Could regulation mean a shipwreck?

Women's participation in the workforce had been a priority for many international organisations even before the pandemic. The ILO has already adopted several instruments, whether binding or not, to advise states on promoting gender equality. One of the ILO's branches, the Gender, Equality, Diversity, and Inclusion Branch (GEDI), is responsible for the ILO Action Plan for Gender Equality, as well as the 1999 circular titled 'Gender equality and mainstreaming in the International Labour Office.' In May 2020, they issued various documents addressing the Covid-19 response (ILO, 2022), where they mentioned key Conventions that could help alleviate the situation, including the ILO Discrimination (Employment and Occupation) Convention, 1958 (No. 111); the Equal Remuneration Convention, 1951 (No. 100); the ILO Violence and Harassment Convention, 2019 (No. 190), and its Supplementing Recommendation (No. 206). Brazil has ratified only those conventions that the ILO considers fundamental (No. 100 and No. 111 in 1957 and 1965, respectively).

Since 1988, the Brazilian Constitution has guaranteed fundamental labour rights for women, including protection for maternity, job security during pregnancy and for 120 days after childbirth, paid maternity leave, suitable working hours and conditions, and the right to breastfeed during work hours, along with adequate working methods and workplaces. These provisions are largely derived from the international regulations mentioned earlier.

The change in government mentioned in item 1 in 2016 brought about a shift in Brazilian policy concerning women's protection, which may explain why Brazil has not ratified the most recent international conventions related to women's work protection. On the contrary, in 2017, the approval of the Labor Reform (Law No. 13.467/17) resulted in a reduction of workers' rights, particularly affecting women. This reduction included changes to working hours, breaks, and working in hazardous conditions. Notably, the 15-minute break before starting overtime was eliminated, and the requirement to remove women from hazardous workplaces during pregnancy and lactation was also excluded.

In an attempt to alleviate the situation caused by the pandemic, an emergency aid benefit was created for workers who lost their income (Law No. 13.892/2020). The law determined that single-parent women heads of families should receive twice as much. Starting in April 2020, five instalments were paid, followed by four more instalments, which were reduced to half of the initial amount. However, Brazil declared a public health emergency of national importance due to the pandemic in February 2020 (Law No. 13.979/2020), which ended on April 17, 2022. Despite the ongoing pandemic for 26 months, emergency aid was granted for only 9 months.

Throughout this period, women received special treatment compared to men, which included double payment of the emergency aid instalments and the guarantee for pregnant women to take paid leave from in-person work (Law No. 14.151, May 12, 2021). On March 9, 2022, the text of this same law was amended to allow any pregnant woman, regardless of her employment situation, to return to in-person work.

If before the pandemic, the legal context pointed to a deterioration in conditions for Brazilian women, with the exclusion of affirmative policies and without any compensation in the labor market, the current situation does not point to an improved situation. It seems that legislation has not fulfilled its role of guaranteeing equal opportunities for men and women, as determined by the Brazilian Constitution.

Conclusion

The situation of violence against women is neither recent nor new, but cases have substantially increased during the COVID-19 pandemic. The containment measures of the pandemic required everyone to stay indoors, and women took on additional caregiving responsibilities alongside their work tasks, which, in many cases, did not stop. The challenges varied for different groups of women: young women and girls saw their studies impacted, indigenous women needed access to movement on their territory for survival, and women professionals depended on technological devices and connections to maintain their livelihoods while balancing the needs of children and family members sharing the same physical space. In any case, women, as a whole, were more affected during the pandemic than men, given the pre-existing vulnerabilities they faced.

The data presented from Brazilian and international contexts demonstrate the social inequalities experienced by women, including by Black, indigenous, and poor women, who have often not been guaranteed basic rights for themselves and their children. The questions posed by the need for social justice highlight the importance of public policy and gender-sensitive legislation, as elements that translate conceptions of society that aim to guarantee women's rights, challenging sectors that seek, through gender-based violence, authoritarianism and discrimination, to enforce sexism and misogyny at all levels of society.

The legal framework of a society facilitates the constitution of democratic, participatory and rights-promoting relationships. This fact can be corroborated by the Human Rights Watch dossier's (Cabrera, 2022) recent condemnation of approximately 200 bills in the country which were presented seeking to ban multidimensional perspectives on the themes of "gender and sexuality" in public elementary and high schools in Brazil. The document also points to reports of harassment, death threats and violence suffered by teachers who have sought to include gender-related issues in their curriculum. As a result, the objective to implement legislation that guarantees rights to education, information and health must also take into account this fundamental dimension of human development so that gender equality is embedded in the school curriculum from an early age.

In moments of gentle breeze, women are already sailing a hostile sea with only an inflatable raft and a life jacket at their disposal. The pandemic has made the sea more turbulent.

Education is a key means of mitigating this, but many Brazilian girls were left without this life jacket during the pandemic and there have been minimal actions taken at a governmental level to deal with this problem. Despite the severe attacks on indigenous lands and their culture, technology has helped to maintain training and communication networks, a lifeline in the pandemic tsunami, not only for indigenous women, but also for working women and students more generally.

One cannot speak of choice when the patriarchal structure of western society pushes women to take on domestic tasks, to the detriment of studies and paid work. Legislation has failed to fulfil its role of promoting material equality between men and women, in Brazil as well as throughout the world. The overload of invisible unpaid work prevents women from exercising their right to choose a different life.

The panorama points to the urgency of rescue measures so that a significant part of the Brazilian population – women – do not drown.

References

- BARTMEYER, S. M.; SALLES FILHO, N. A. O direito humano das mulheres à educação e a Pandemia de Covid-19: uma análise da sobrecarga das estudantes da UEPG. *Revista Científica Edu@ção*, 4(8), 1043-1060, 2020.
- BELLO, A.; ESTÉBANEZ, M. E. An unbalanced equation: Increasing participation of women in STEM in LAC. UNESCO, 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Presidência da República, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, 2013.
- CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDECA CEARÁ. *Nota técnica: Infância, gênero e orçamento público no Brasil*, 2018.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPA). *Panorama Social de América Latina*, 2021. Resumo executivo (LC/PUB.2021/18), 2022.

- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). La paradoja de la recuperación en América Latina y el Caribe. Crecimiento con persistentes problemas estructurales: desigualdad, pobreza, poca inversión y baja productividad, *Informe Especial COVID-19*, Nº 11, 2021.
- Crenshaw, Kimberle (1989). “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, 1989.
- CUNHA, L.L.N. (2020). A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. REB. *Revista de Estudios Brasileños*. 7 (14), 49-61, 2020.
- DE KLEIJN, M. et al. *The Researcher Journey Through a Gender Lens: An Examination of Research Participation, Career Progression and Perceptions Across the Globe*. Elsevier, March 2020.
- DELLAZZANA, L. L.; FREITAS, L. B. D. L. Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 595-603, 2010.
- ESTATÍSTICAS SOCIAIS. Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. *PNAD Educação 2019*, 2020.
- FIORINI, R. *Takiná – Organização de mulheres indígenas do Estado de Mato Grosso: histórico, desafios e perspectivas*. Masters thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.
- FLOR, L.S. et al. Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: a comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. *Lancet*. 2022 Jun 25; 399 (10344): 2381-2397, 2021.
- CABRERA, C. G. “I Became Scared, This Was Their Goal” *Efforts to Ban Gender and Sexuality Education in Brazil*. *Human Rights Watch*, 2022.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). (June 1st, 2022). *Gender, Equality, Diversity and Inclusion Branch (GEDI)*, 2022.
- LADSON-BILLINGS, G. Toward a theory of culturally relevant pedagogy. *American Educational Research Journal*, 35, 465–491, 1995.
- LADSON-BILLINGS, G. I’m Here for the Hard Re-Set: Post Pandemic Pedagogy to Preserve Our Culture. *Equity & Excellence in Education*, 54(1), 68-78, 2021.
- LEI nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasil: DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- LEI nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasil: D.F.: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm
- LEI nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasil: D.F.: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm
- MARKO, K.; REINHOLZ, F. Mulheres indígenas: 520 anos de resistência e luta pela descolonização. *Brasil de Fato*, 2020.
- MÁXIMO, W. Caixa encerra pagamento do auxílio emergencial após sete meses. *Agência Brasil Economia*, 2021.
- MENDOLIA, S.; SUZIEDELYTE, A.; ZHU, A. Have girls been left behind during the COVID-19 pandemic? Gender differences in pandemic effects on children’s mental wellbeing. *Economics Letters*, 214, 110458, 2022.

- NEVES, M. de A. Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa* [online]. v. 43, (149), 404-421, 2013.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Nota técnica. *Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe 2021 Empleo e informalidad en América Latina y el Caribe: una recuperación insuficiente y desigual*. OIT, 2021.
- ROY, A. The pandemic is a portal. *Financial Times*, 3(4), 2020.
- SANTOS, J. L. A educação de meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades. *Geledes*, 2021.
- SANTOS, S. M.M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katálysis* [online]. 13, (1):11-19, 2010.
- SCHIENBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Bauru, Edusc. 2001.
- STERN, M.; KARRAKER, K. H. Sex Stereotyping of Infants: a review of gender labeling studies. *Sex Roles*, 20(9/10), 501-522, 1989.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Building back equal: girls back to school guide*. UNESCO Digital Library, 2021.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Mapping gender equality in STEM from school to work*. UNICEF Office of Global Insight and Policy, 2020.
- VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v.34(121), 77-104, 2004.
- UNITED NATIONS (UN). *Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond*, 2020.
- UNITED NATIONS (UN). *Report of the Secretary-General Roadmap for Digital Cooperation*, 2020.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *The State of the World's Children 2021: On My Mind – Promoting, protecting and caring for children's mental health*, UNICEF, 2021.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO), *When schools shut: Gendered impacts of COVID-19 school closures*. UNESCO, Paris, 2021.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO), Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br & Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Painel TIC Covid 19 Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus*. 3. Ed. Ensino Remoto e Teletrabalho, 2020.

CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO COMUNITÁRIO PARA AS COMUNIDADES RURAIS DE SÃO MIGUEL, INGÁ, RIACHÃO DOS CLEMENTINOS – MONTANHAS/RN

Marcos Douglas da Silva Farias³⁴

Mayara Ferreira de Farias³⁵

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros³⁶

Resumo

No município de Montanhas/RN existem algumas ações ligadas à economia solidária, estas estão presentes no cotidiano das comunidades estudadas, desenvolvem ações de: cooperação, solidariedade, autogestão e democracia entre os membros - tais como: confecção, produção e comercialização, sobretudo de artesanatos e produtos proveniente da agricultura familiar, além dos eventos tradicionais. O público de pessoas investigadas nesta pesquisa acadêmica são pessoas que desenvolvem trabalhos ligados à economia solidária no município, e o objetivo geral foi identificar em que medida o turismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento local de Montanhas, Rio Grande do Norte. A metodologia desta pesquisa valeu-se do método de abordagem dedutivo, pelo qual se parte das teorias e leis gerais que abarcam o tema para aplicá-las ao problema particular deste estudo, conforme definido por Lakatos e Marconi (2010). A justificativa e relevância deste estudo se fundamentam na identificação do potencial do turismo de base comunitária como um motor para o desenvolvimento local no município de Montanhas/RN. As ações de economia solidária já presentes nas comunidades estabelecem um ambiente propício para a implementação de iniciativas turísticas que valorizem a cultura local e promovam a sustentabilidade. Ao investigar como o turismo pode ser integrado às práticas de economia solidária, o estudo busca destacar a importância de práticas que respeitem e promovam a identidade local, além de fortalecer a economia através da comercialização de artesanatos e produtos da agricultura familiar. A metodologia adotada, com abordagem dedutiva, permite uma análise aprofundada e fundamentada, contribuindo para a construção de conhecimento sobre o tema. Este trabalho não só oferece um diagnóstico das condições atuais do turismo e da economia solidária em Montanhas/RN, mas também propõe diretrizes que podem beneficiar a comunidade, promovendo o empoderamento dos moradores e melhorando a qualidade de vida local. Destarte, a pesquisa se revela essencial para fomentar o debate sobre o desenvolvimento sustentável na região e incentivar políticas públicas que valorizem o turismo comunitário como uma estratégia viável para o crescimento econômico e social. Corroborando ao dito supra, o Turismo de Base Comunitária, atualmente, é a opção mais viável para ser trabalhado o turismo dentro do município, pois, nele já existe uma atividade relacionada à economia solidária, mesmo que por muitos seja desenvolvida indiretamente relacionada ao turismo comunitário.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Desenvolvimento. Economia Solidária.

³⁴ Graduado em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: marcos.douglas@escolar.ifrn.edu.br.

³⁵ Coautora: Doutora, mestre e bacharel em "Turismo" [UFRN]. Especialista em "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" [FOCUS]. Especialista em "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/NCCE" [UFRN]. Especialista em "Política de Promoção da Igualdade Racial - UNIAFRO" [UFERSA]. Especialista em "Gestão Pública Municipal" [UFPB]. Graduada em "Letras-Português" (FUNIP). Graduada em "Filosofia" [ISEP]. Graduada em "Letras-Espanhol" [IFRN]. Graduanda em "Pedagogia" [FUNIP]. Professora substituta do IFRN – Campus Canguaretama. E-mail: farias.mayara@academico.ifrn.edu.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/9575612347701759>.

³⁶ Graduada, mestra e doutora em “Turismo” pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN]. Professora efetiva do IFRN – Campus Canguaretama. E-mail: liramedeiros@yahoo.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/4236100618422414>.

Abstract

In the municipality of Montanhas/RN, there are some actions related to solidarity economy, which are present in the daily lives of the studied communities. These actions involve cooperation, solidarity, self-management, and democracy among members, such as: production, creation, and commercialization, especially of crafts and products from family farming, in addition to traditional events. The people investigated in this academic research are those engaged in solidarity economy activities in the municipality, and the general objective was to identify to what extent community-based tourism can contribute to the local development of Montanhas, Rio Grande do Norte. The methodology of this research used a deductive approach, starting from general theories and laws that encompass the theme to apply them to the specific problem of this study, as defined by Lakatos and Marconi (2010). The justification and relevance of this study are based on identifying the potential of community-based tourism as a driver for local development in the municipality of Montanhas/RN. The solidarity economy actions already present in the communities create a favorable environment for the implementation of tourism initiatives that value local culture and promote sustainability. By investigating how tourism can be integrated with solidarity economy practices, the study aims to highlight the importance of practices that respect and promote local identity, as well as strengthen the economy through the commercialization of crafts and products from family farming. The adopted methodology, with its deductive approach, allows for an in-depth and grounded analysis, contributing to the building of knowledge on the subject. This work not only provides a diagnosis of the current conditions of tourism and solidarity economy in Montanhas/RN, but also proposes guidelines that can benefit the community by promoting the empowerment of local residents and improving the quality of life. Therefore, the research is essential for fostering the debate on sustainable development in the region and encouraging public policies that value community tourism as a viable strategy for economic and social growth. In line with the above, community-based tourism is currently the most viable option for tourism development within the municipality, as it already includes activities related to the solidarity economy, even though they are often indirectly connected to community tourism.

Keywords: Community-based Tourism. Development. Solidarity Economy.

Resumen

En el municipio de Montañas/RN existen algunas acciones relacionadas con la economía solidaria, que están presentes en la vida cotidiana de las comunidades estudiadas. Estas acciones desarrollan procesos de: cooperación, solidaridad, autogestión y democracia entre los miembros, tales como: confección, producción y comercialización, especialmente de artesanías y productos provenientes de la agricultura familiar, además de los eventos tradicionales. El público investigado en esta investigación académica son personas que desarrollan trabajos vinculados a la economía solidaria en el municipio, y el objetivo general fue identificar en qué medida el turismo de base comunitaria puede contribuir al desarrollo local de Montañas, Rio Grande do Norte. La metodología de esta investigación utilizó el enfoque deductivo, por el cual se parte de las teorías y leyes generales que abarcan el tema para aplicarlas al problema específico de este estudio, según lo definido por Lakatos y Marconi (2010). La justificación y relevancia de este estudio se basan en la identificación del potencial del turismo de base comunitaria como un motor para el desarrollo local en el municipio de Montañas/RN. Las acciones de economía solidaria ya presentes en las comunidades establecen un ambiente propicio para la implementación de iniciativas turísticas que valoren la cultura local y promuevan la sostenibilidad. Al investigar cómo el turismo puede integrarse con las prácticas de economía solidaria, el estudio busca destacar la importancia de prácticas que respeten y promuevan la identidad local, además de fortalecer la economía a través de la comercialización de artesanías y productos de la agricultura familiar. La metodología adoptada, con enfoque deductivo, permite un análisis profundo y fundamentado, contribuyendo a la construcción de conocimiento sobre el tema. Este trabajo no solo ofrece un diagnóstico de las condiciones actuales del turismo y la economía solidaria en Montañas/RN, sino que también propone directrices que pueden beneficiar a la comunidad, promoviendo el empoderamiento de los habitantes y mejorando la calidad de vida local. Por lo tanto, la investigación se revela esencial para fomentar el debate sobre el desarrollo sostenible en la región y promover políticas públicas que valoren el turismo comunitario como una estrategia viable para el crecimiento económico y social. En concordancia con lo dicho anteriormente, el Turismo de Base Comunitaria es, actualmente, la opción más viable para trabajar el turismo dentro del municipio, ya que ya existe una actividad relacionada con la economía solidaria, aunque muchos la desarrollos indirectamente relacionada con el turismo comunitario.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Desarrollo. Economía Solidaria.

Um convite ao tema

A cidade de Montanhas, localizada no estado do Rio Grande do Norte (RN), pertence à Microrregião do Litoral Sul do estado e está situada a menos de 100 km da capital, Natal. O município recebeu esse nome devido às belas formações montanhosas presentes em seu território, como a Pedra do Serrote, a Pedra do Oratório e a Lagoa de Montanhas. Do ponto de vista demográfico, Montanhas possui cerca de 11.413 habitantes, cuja maioria depende do serviço público e do comércio local. A renda média é de aproximadamente R\$ 1.700, mas o município apresenta um potencial subaproveitado para a geração de emprego e renda. Nesse contexto, o turismo de base comunitária surge como uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida da população local.

Montanhas está próxima às cidades de Pedro Velho, Nova Cruz e Canguaretama, onde já existem iniciativas públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento do turismo de base local. Um exemplo é a comunidade indígena Catu dos Eleotérios, em Canguaretama, que busca consolidar-se como destino turístico, com atrativos gerenciados pelos próprios moradores. Nessas cidades também se destacam atividades religiosas, como os eventos relacionados aos Mártires de Uruaçu, que atraem milhares de fiéis e romeiros todos os anos.

Montanhas reúne características sociais, ambientais e culturais que favorecem o desenvolvimento do turismo de base comunitária. O clima da cidade, ameno e agradável, com temperaturas médias entre 21°C e 32°C, valeu-lhe o apelido de "Suíça do Agreste". Esse clima terapêutico atrai visitantes interessados em aproveitar suas condições naturais. Além disso, o município conta com um calendário cultural rico, marcado por festividades tradicionais associadas à religiosidade, como as festas juninas e de Santos Reis. A vaquejada do Parque Manoel Januário, realizada em janeiro, é outro evento que atrai turistas e antigos moradores, aumentando o fluxo econômico e promovendo a interação social.

No entanto, Montanhas enfrenta desafios relacionados à inclusão das comunidades locais nos benefícios do turismo. Muitos habitantes ainda não participam efetivamente dos ganhos gerados por atividades turísticas. Nesse cenário, a economia solidária e o turismo de base comunitária são apontados como caminhos viáveis para promover trabalho, renda e participação comunitária. Algumas ações em prol da economia solidária já ocorrem no município, como as promovidas pelo movimento Cáritas Brasileira, que realiza iniciativas de apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre essas ações está a Bodega Solidária, que distribui kits de alimentos e produtos de higiene para famílias carentes, além de oferecer palestras e atividades formativas.

Outros projetos solidários no município incluem o "Mãos que Ajudam", do Ministério de Promoção Humana da Renovação Carismática Católica, que prioriza o atendimento a pessoas em situação de exclusão social. Há também iniciativas como o projeto Corrente do Bem, que busca criar oportunidades de desenvolvimento para indivíduos em vulnerabilidade, e as ações promovidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, que organiza feiras para comercialização de produtos da agricultura familiar.

Comunidades como Ingá, São Miguel e Riachão dos Clementinos exemplificam o potencial do turismo de base comunitária em Montanhas. No Ingá, os moradores, por meio de uma associação, realizam atividades de confecção e comercialização de artesanatos e produtos agrícolas, alinhadas aos princípios da economia solidária. Em São Miguel, o destaque é o potencial geológico, com atrações naturais como a Pedra do Oratório e trilhas ecológicas. Já o Riachão dos Clementinos possui relevância histórico-cultural, com a Pedra Sabrina, que apresenta vestígios de pinturas rupestres, e outros pontos turísticos como a igreja de Santa Luzia e a barragem de Geraldo Machado.

Embora Montanhas tenha atrativos turísticos relevantes, a falta de organização e iniciativas estruturadas limita o desenvolvimento do setor. O município já integrou o Polo Costa das Dunas, mas deixou de fazer parte do novo mapa turístico do Rio Grande do Norte devido à ausência de ações coordenadas entre poder público e iniciativa privada. A falta de profissionais interessados no planejamento e desenvolvimento do turismo também é um entrave.

Diante disso, a pesquisa busca propor ações cooperativas para transformar o potencial turístico de Montanhas em realidade. A partir de conexões entre economia solidária e turismo, pretende-se construir um modelo de desenvolvimento humano e sustentável para as comunidades envolvidas. Este estudo contribuirá para a academia, o setor público e o setor privado, oferecendo novas perspectivas sobre o turismo e suas potencialidades no município. Além disso, a pesquisa fomentará debates sobre o papel da economia solidária no desenvolvimento turístico, com foco especial nas comunidades rurais.

Nesta linha de compreensão e de acordo com o que foi supracitado, cabe inferir que o objetivo geral da pesquisa é identificar como o turismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento local de Montanhas/RN. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar a contribuição do turismo comunitário para o município, identificar os potenciais turísticos locais e os desafios para a criação de roteiros turísticos, e propor um roteiro base para o desenvolvimento do turismo comunitário. Dessa forma, busca-se transformar Montanhas em um destino turístico sustentável e inclusivo, que beneficie diretamente sua população.

O artigo científico está organizado de forma a abordar, de maneira progressiva, o tema central de forma clara e estruturada. Inicia-se com uma introdução ao tema, na seção "Um Convite ao Tema", que apresenta o contexto e os objetivos da pesquisa. O "Referencial Teórico" segue com a fundamentação teórica, dividida em três subtópicos, sendo o primeiro dedicado à análise do turismo e sua contribuição para o desenvolvimento local, o segundo focado no Turismo de Base Comunitária (TBC), com uma discussão sobre suas características, e o terceiro abordando a Economia Solidária e sua relação com o Turismo de Base Local (TBL). Na sequência, a seção "Procedimentos Metodológicos" detalha os métodos utilizados na pesquisa, essencial para a compreensão da abordagem adotada. O tópico de "Resultados e Discussão" é dividido em quatro subseções, que apresentam a caracterização do município de Montanhas/RN, o desenvolvimento de um roteiro turístico baseado na Economia Solidária, a análise de meios de hospedagem e restaurantes locais, e, por fim, a implementação do Turismo de Base Comunitária no município. O trabalho é encerrado com as "Considerações Finais", que sintetizam as principais descobertas e oferecem sugestões para o futuro desenvolvimento do turismo na região. O artigo se conclui com a apresentação das referências que sustentam a pesquisa.

Referencial teórico

Turismo e contribuição para o desenvolvimento local

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o setor turístico é uma das maiores atividades econômicas do mundo em termos de geração de divisas e empregos, sendo fundamental para o desenvolvimento de diversas comunidades e cidades no Brasil e no mundo (Buztyn, Bartholo e Delamard, 2010). Essa atividade vai além da promoção econômica, contribuindo também para a formação cultural, social e educacional de homens e mulheres, por meio de cursos técnicos, superiores e operacionais, tanto de maneira formal quanto informal.

Os benefícios do turismo incluem avanços na infraestrutura dos espaços públicos, como ruas, praças, transportes, e melhorias na iluminação pública. No entanto, essas melhorias costumam ser concentradas em áreas frequentadas por turistas, deixando outras localidades, como bairros periféricos, em situação de negligência. Milton Santos destaca essa desigualdade ao apontar que, enquanto os corredores turísticos recebem atenção e investimentos, os espaços periféricos são marcados pela ausência de serviços básicos como saúde, educação, segurança e transporte público.

Apesar dessas limitações, o turismo continua sendo uma alternativa relevante para o desenvolvimento local. Ele pode promover avanços econômicos, melhorar o padrão de vida dos residentes e gerar empregos, sendo uma fonte importante de renda para muitas regiões (Prediger, 2014). Contudo, para que o turismo cumpra esse papel transformador, é essencial que os destinos atendam primeiramente às necessidades dos moradores locais, garantindo que os benefícios da atividade sejam equitativamente distribuídos.

Diversos exemplos mostram a exclusão da população local nos processos de desenvolvimento turístico. Isso é evidente na relação conflituosa entre a população local e os resorts da Costa do Sauípe, na Bahia, onde se verificaram impactos negativos em questões ambientais e sociais. O complexo turístico foi implantado sem considerar adequadamente o tratamento de esgotos, aterrimento de lagoas naturais e monitoramento de manguezais, comprometendo a dinâmica dos recursos hídricos e afetando diretamente a pesca artesanal das comunidades locais (Andrade, Ribeiro, Góes e Vargens, 2023).

Problemas semelhantes são observados em Pernambuco, onde a construção do Porto de Suape em áreas de manguezais prejudicou o equilíbrio ambiental. Isso afetou espécies marinhas, incluindo tubarões, cuja mudança de rota resultou em ataques a banhistas, prejudicando a imagem turística da região. Além disso, a ausência de planejamento participativo contribuiu para a criação de bolsões de pobreza e a exclusão social, com comunidades nativas sendo deslocadas para áreas sem infraestrutura adequada.

O caso da Via Costeira de Natal, no Rio Grande do Norte, ilustra outro exemplo de desequilíbrio no planejamento turístico. Projetos como o Parque das Dunas, concebidos para fomentar o turismo, priorizaram interesses empresariais em detrimento das necessidades da população local. Áreas públicas foram privatizadas, e a construção de hotéis ao longo da costa restringiu o acesso da comunidade às praias, evidenciando a desconexão entre desenvolvimento turístico e inclusão social (Azevedo, 2015).

Esse padrão de desigualdade é reforçado por políticas públicas que favorecem os espaços luminosos, voltados para os turistas, enquanto as comunidades locais enfrentam condições precárias. Programas como o PRODETUR, destinados a impulsionar o turismo no Nordeste, foram criticados por priorizarem obras de infraestrutura para facilitar o fluxo turístico, sem garantir a participação da população residente nos processos decisórios.

Apesar desses desafios, o Brasil possui características únicas que favorecem o turismo, como sua diversidade climática, geológica e cultural. Iniciativas como o Plano Aquarela (2007–2010) buscaram promover o Brasil no exterior com foco em suas belezas naturais e culturais, rompendo com antigos estereótipos. A Embratur, por exemplo, passou a divulgar o país por meio de suas paisagens e riquezas culturais, valorizando sua diversidade e identidade.

Para que o turismo alcance um equilíbrio entre crescimento econômico e justiça social, é imprescindível um planejamento participativo que envolva população local, poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada. Essa abordagem deve priorizar a valorização dos produtos e iniciativas locais, garantindo que o turismo promova experiências enriquecedoras tanto para os visitantes quanto para os residentes.

No caso do município de Montanhas, no Rio Grande do Norte, por exemplo, há grande potencial turístico baseado em sua cultura vibrante e natureza exuberante. Contudo, a falta de articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil impede que esse potencial se traduza em benefícios reais. Melhorias na infraestrutura receptiva e incentivos a iniciativas locais são fundamentais para transformar Montanhas em um destino atrativo, que combine cultura, religiosidade e contato com o modo de vida da população local. Destarte, o turismo pode cumprir seu papel como ferramenta de desenvolvimento sustentável, promovendo integração social e econômica.

Turismo de Base Comunitária (TBC): breves considerações

A atividade turística, desenvolvida em áreas urbanas e rurais, apresenta grande potencial para gerar renda local. No entanto, espera-se que seja conduzida de forma a respeitar a qualidade de vida dos residentes, visitantes e turistas, além de preservar os aspectos naturais e sociais do local onde ocorre (Araújo, 2015). Embora essa seja a premissa ideal, a prática frequentemente revela contradições. Muitos gestores públicos veem o turismo como uma fonte de renda significativa para equilibrar as finanças governamentais, enquanto empresários esperam resultados econômicos expressivos com o aumento do fluxo de turistas. Contudo, a atividade turística nem sempre atende a essas expectativas, deixando de contemplar questões fundamentais como geração de empregos de qualidade, infraestrutura adequada e segurança pública fora dos espaços turísticos.

Em contrapartida, surgem iniciativas como o turismo de base comunitária, que propõe uma abordagem centrada na autogestão e no equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. Essa modalidade busca harmonia entre os interesses das comunidades locais e o desenvolvimento sustentável do turismo. Ainda que o caminho para o equilíbrio seja desafiador e marcado por tentativas e erros, exemplos práticos demonstram avanços significativos. No município de Montanhas, por exemplo, percebe-se a necessidade de um olhar mais atento ao TBC. A ausência de investimentos consistentes em infraestrutura, como estradas, espaços de lazer e serviços básicos, limita o potencial turístico local e compromete o protagonismo da comunidade.

No contexto do TBC, a população desempenha um papel ativo no planejamento e na gestão da atividade, buscando mitigar impactos negativos e potencializar os positivos (Araújo, 2015). Esse modelo se mostra especialmente eficaz em regiões onde o turismo não é massificado. No Rio Grande do Norte, destaca-se a comunidade indígena do Catu e a vila de Sagi Trabanda, em Baía Formosa, como exemplos de iniciativas incipientes, mas promissoras, em turismo de base comunitária. Embora enfrentem dificuldades, essas experiências têm contribuído para a melhoria das condições de vida, combate à exclusão social e redução da desigualdade, ao mesmo tempo que promovem práticas alinhadas aos princípios da economia solidária, como autogestão, cooperação e respeito à natureza (Medeiros, 2019).

Um dos desafios do TBC é criar um modelo de gestão mais equitativo na distribuição dos benefícios e encargos entre os envolvidos (Araújo, 2015; Silva, 2014). Apesar de ser um campo de estudo relativamente recente, observa-se que o protagonismo local na gestão do turismo tem gerado impactos positivos. Essa abordagem enfatiza a participação ativa da comunidade na administração dos recursos e na governança do setor, incluindo decisões relacionadas à infraestrutura, geração de empregos e proteção ambiental. No entanto, é fundamental estar atento aos riscos inerentes, como a

exploração de mão de obra e o desrespeito ao meio ambiente, além de garantir a aceitação e o envolvimento da população local (Araújo, 2015).

O TBC também desempenha um papel importante na preservação dos aspectos culturais e sociais das comunidades. Ao valorizar a identidade local, contribui para a sustentabilidade das tradições e do meio ambiente, consolidando o turismo como uma ferramenta de desenvolvimento, e não de degradação (Araújo, 2015). Essa modalidade, ao fortalecer o vínculo da comunidade com seu território, proporciona benefícios tanto para os moradores quanto para os visitantes, promovendo uma experiência autêntica e enriquecedora.

É pertinente destacar que, no Brasil, os investimentos no turismo ainda se concentram predominantemente em áreas litorâneas, consideradas polos de maior circulação de turistas. No entanto, o país apresenta uma diversidade geográfica e cultural que vai além das praias e lagoas, com climas e paisagens capazes de atrair visitantes de diferentes perfis e interesses (Medeiros, 2019). Esse potencial, muitas vezes negligenciado, reforça a necessidade de estratégias que valorizem o TBC como um meio de descentralizar os investimentos e promover o desenvolvimento sustentável em regiões menos exploradas.

Economia Solidária e Turismo de Base Local (TBL)

O turismo tem desempenhado um papel relevante nas últimas décadas, fortalecendo-se tanto por meio de movimentos sociais quanto pelo desenvolvimento de atividades locais, especialmente no contexto do terceiro setor da economia. Segundo Chaves (2007, apud Silveira), o turismo tem potencial para promover transformações sociais e econômicas importantes, especialmente quando associado a iniciativas comunitárias e regionais.

Esse fortalecimento ganhou impulso em 2003 com a criação do Ministério do Turismo e a implementação do Plano Nacional de Turismo, que estabeleceu o turismo como uma estratégia para geração de emprego e renda, além de promover a criação de órgãos de apoio ao ministério. Essa iniciativa consolidou o turismo como um pilar do desenvolvimento econômico em várias regiões do Brasil.

Dentro das comunidades, a economia solidária é frequentemente integrada às atividades turísticas, uma vez que as relações entre os membros dessas comunidades demandam trocas de ideias e ações coletivas. A economia solidária baseia-se em princípios como autogestão, cooperação, equilíbrio financeiro e social, comércio justo e solidariedade, promovendo uma forma sustentável e inclusiva de desenvolvimento (Medeiros, 2019).

O Turismo de Base Local (TBL) surge como uma solução viável para enfrentar desafios econômicos e sociais. Chaves (2018) destaca que o TBL pode promover emprego e renda em localidades, grupos ou associações com potencial turístico, contribuindo para a superação de problemas que afetam a população brasileira. No entanto, é fundamental reconhecer que, embora as atividades turísticas impactem principalmente os residentes locais, nem sempre todos se beneficiam igualmente da presença do turismo. Assim, é necessário investigar o nível de aceitação dos moradores antes de implementar atividades turísticas, a fim de evitar conflitos e promover benefícios coletivos.

Além de promover o desenvolvimento econômico, o TBL serve como um mecanismo de divulgação da localidade e de seus potenciais, envolvendo os residentes de maneira ativa na atividade turística. Essa participação gera oportunidades não apenas para o crescimento do turismo, mas também para o fortalecimento da região como um todo (Chaves, 2018). Para que o TBL seja implementado com sucesso, é essencial que a comunidade tenha interesse na atividade, expectativas claras e pessoas comprometidas com seu desenvolvimento. Segundo Chaves (2018), comunidades

receptoras de turismo devem demonstrar condições favoráveis para o uso equilibrado dos recursos e para a distribuição dos benefícios gerados pela atividade.

A implementação do TBL, no entanto, exige uma compreensão aprofundada dos princípios da economia solidária, que deve ser apresentada de forma estruturada às comunidades. Embora muitas delas já pratiquem esses princípios de maneira indireta, a formalização e o planejamento podem transformar essas práticas em iniciativas consolidadas de TBL, como observado em outras regiões que adotaram esse modelo com sucesso (Medeiros, 2019). Essa abordagem pode criar oportunidades significativas de desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto os moradores quanto o turismo em si.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa fundamenta-se no método dedutivo, que parte de teorias e leis gerais relacionadas ao tema para aplicá-las ao problema específico do estudo, conforme as diretrizes apresentadas por Lakatos e Marconi (2010). Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois utiliza conhecimentos existentes para propor soluções a um problema concreto, ampliando, ao mesmo tempo, a compreensão desse problema, conforme destacado por Laville e Dionne (1999).

Com relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois busca maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e permitindo a formulação de hipóteses, conforme descrito por Gil (2010). O estudo investiga o desempenho de profissionais militares em um esquadrão de voo, analisando a relação entre a capacitação desses profissionais e o exercício de suas funções. Além disso, aborda as contribuições do turismo comunitário como vetor de desenvolvimento para comunidades rurais específicas no município de Montanhas, Rio Grande do Norte (RN). O objetivo central é identificar em que medida o turismo de base comunitária pode promover o desenvolvimento local.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e inclui estudos bibliográficos e documentais relacionados ao tema. Foram realizados visitas e diálogos com as comunidades de São Miguel, Ingá e Riachão dos Clementinos, buscando compreender a viabilidade de criar roteiros turísticos integrados entre elas. Também se investigou se essas comunidades possuíam associações ou cooperativas voltadas ao desenvolvimento do turismo comunitário, embasadas nos princípios da economia solidária.

O público investigado inclui indivíduos envolvidos em atividades ligadas à economia solidária no município de Montanhas, como o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a secretaria de Turismo, professores de escolas públicas, membros da associação comunitária da comunidade do Ingá e moradores locais. Embora essas atividades ainda sejam desenvolvidas de maneira indireta, elas têm potencial para promover o turismo de base comunitária tanto nas zonas rurais quanto urbanas.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa exploratória, utilizando entrevistas e formulários aplicados em visitas de campo às comunidades mencionadas. As entrevistas foram conduzidas presencialmente e online, utilizando a plataforma *Google Meet*. Para organizar as ideias e definir os instrumentos de coleta, foram realizadas reuniões, brainstorming e pesquisas virtuais.

Com o consentimento dos entrevistados, algumas conversas foram gravadas, utilizando o aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Como as gravações exigiam atenção especial na interpretação dos dados, foi necessário utilizar ferramentas tecnológicas para transcrição. Inicialmente, foi usado o aplicativo *Transcriber* para *WhatsApp*, que se mostrou inadequado para áudios mais longos. Para resolver essa limitação, foi utilizada a ferramenta de ditado do *Google Docs*, que permitiu a transcrição manual a partir da escuta e ditado das falas, garantindo a fidelidade e filtrando informações relevantes.

Essa combinação de métodos proporcionou um tratamento detalhado e rigoroso dos dados coletados, garantindo a qualidade das análises realizadas.

Resultados e discussão

A pesquisa acadêmica realizada permitiu responder aos questionamentos inicialmente propostos, revelando que o turismo de base comunitária é, atualmente, a opção mais viável para o desenvolvimento do turismo no município. Isso se deve ao fato de que já existem atividades relacionadas a esse modelo, ainda que, até o momento, sejam conduzidas de forma indireta.

O município demonstra potencial para desenvolver o turismo comunitário de maneira sustentável e abrangente, especialmente em suas áreas rurais. Esse potencial é fortalecido pelo surgimento de associações comunitárias e projetos vinculados a iniciativas religiosas ou de outras organizações assistenciais. Esses esforços têm promovido uma integração social e cultural que beneficia tanto os moradores locais quanto os visitantes.

Um exemplo positivo é a Associação do Ingá, que realiza atividades diretamente ligadas ao turismo de base comunitária, além de promover eventos culturais que movimentam não apenas a comunidade local, mas também aquelas em seu entorno. Essas iniciativas atraem visitantes de outros municípios e até de estados vizinhos, contribuindo para a divulgação e valorização da região.

A comunidade do Ingá se destaca por seu dinamismo, organizando eventos de grande relevância, como a tradicional Festa do Ingá, que se consolidou como uma das maiores festividades das áreas rurais do município. Além disso, os festejos de Santa Luzia, apoiados pela prefeitura, possuem uma expressiva participação popular, superando até mesmo alguns eventos religiosos realizados na área urbana.

Os desafios enfrentados pelo município e as propostas de roteiros turísticos baseados no modelo de turismo comunitário serão detalhados ao longo deste tópico, com o objetivo de explorar estratégias que potencializem os benefícios para as comunidades envolvidas.

Caracterização geral do município de Montanhas/RN

A história do município de Montanhas remonta ao dia 4 de dezembro de 1754, quando o Padre José Vieira Afonso recebeu a concessão de uma sesmaria na área onde hoje está localizada a cidade. Desde os primórdios, atividades como agricultura, pecuária, criação de gado bovino e produção de farinha se destacaram na economia local, permanecendo como tradições vivas até os dias atuais.

Montanhas comemora sua emancipação política em 20 de julho, tendo sido anteriormente um distrito de Pedro Velho. Ao longo de sua história, a cidade recebeu diferentes nomes, como Lagoa das Queimadas e Lagoa de Montanhas, e ficou conhecida como "Suíça do Agreste". Esse apelido, cunhado pelo poeta Cícero Moura, reflete o clima ameno e agradável da região, que, no passado, atraía pessoas de municípios vizinhos com indicações médicas para tratar doenças respiratórias, como a tuberculose.

Localizado na microrregião do litoral sul do Rio Grande do Norte, Montanhas se destaca por receber visitantes e turistas ao longo do ano, especialmente nos meses de janeiro, junho, julho e dezembro, quando ocorre maior movimentação devido a eventos importantes, como a festa de emancipação política, os festejos juninos e a celebração de Santos Reis. A cidade também se caracteriza por atividades culturais diversas, incluindo artesanato, culinária, agricultura, manifestações artísticas, literatura e a tradicional feira livre, além de eventos religiosos promovidos tanto pela Igreja Católica quanto por igrejas protestantes.

Entre os eventos de maior destaque está a festa de Santos Reis, que atrai visitantes de cidades vizinhas e até de outros estados. Este evento, além de sua relevância religiosa, movimenta a economia local, tanto na zona urbana quanto na rural, fortalecendo a identidade cultural da região. Outro evento significativo é a Feira da Lua, que ocorre à noite e reúne barracas de artesanato, culinária local e apresentações musicais. Essa feira busca valorizar os produtores locais e fomentar a integração entre a população urbana e rural.

Nas áreas rurais, a festividade em homenagem a Santa Luzia, padroeira da comunidade do Ingá, é especialmente relevante. Com um novenário que inclui celebrações religiosas, missas de cura e libertação e uma festa social, o evento culmina no dia 13 de dezembro com a tradicional Missa de Santa Luzia. Essa celebração é considerada a maior festividade rural do município, superando em importância até mesmo os festejos de Santos Reis realizados na cidade.

Apesar do potencial turístico e cultural, Montanhas carece de investimentos e projetos públicos voltados ao setor do turismo. Essa ausência de apoio contribui para a diminuição de iniciativas culturais, limitando-se à realização de festas populares e eventos religiosos que, embora importantes, são insuficientemente explorados como motores de desenvolvimento local.

A Igreja Católica desempenha um papel central na preservação da cultura e na promoção de ações sociais no município. Entre essas iniciativas, destacam-se a festa de Santos Reis, o mês do padroeiro São João Batista e os retiros organizados pela Renovação Carismática Católica, que atraem participantes de diversas localidades, inclusive de estados vizinhos. Além disso, a Igreja promove o projeto Bodega Solidária, que atende mais de 30 famílias das zonas urbana e rural, contando com o apoio de pastorais, empresários locais, o sindicato dos trabalhadores rurais e comunidades da região.

Em resumo, Montanhas possui um rico patrimônio cultural e religioso, com potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. No entanto, para que esse potencial seja plenamente explorado, é necessário maior comprometimento do poder público em projetos que fortaleçam as atividades culturais e turísticas, promovendo assim o desenvolvimento sustentável do município.

Roteiro turístico com base na Economia Solidária em Montanhas/RN

O roteiro turístico baseado na economia solidária e no turismo de base comunitária no município de Montanhas, RN, busca identificar e valorizar as potencialidades presentes na zona rural. A proposta pretende destacar a riqueza cultural e histórica da cidade, promovendo experiências únicas por meio da interação entre moradores e visitantes. O objetivo central é resgatar o orgulho dos moradores por sua terra, incentivando-os a desenvolver atividades ligadas ao turismo comunitário que contribuam tanto para a economia local quanto para o fortalecimento de sua identidade cultural.

Essa iniciativa representa uma inovação, já que, até o momento, o município não conta com projetos semelhantes inseridos em sua estrutura administrativa. No entanto, algumas atividades paralelas existentes indicam o potencial para a implementação do roteiro. Para isso, é essencial identificar as características e recursos específicos da região, de forma a estruturar um projeto que beneficie tanto a comunidade quanto os visitantes.

Montanhas está estrategicamente localizada em uma área de grande relevância turística, próxima a cidades como Canguaretama, Pedro Velho e Nova Cruz, que já possuem fluxos significativos de turistas. Essa proximidade coloca o município em uma posição privilegiada para aproveitar o movimento da região e fomentar atividades turísticas próprias.

O roteiro proposto dá ênfase às comunidades rurais de Riachão dos Clementinos, São Miguel e Ingá, que possuem belezas naturais e práticas comunitárias ligadas à economia solidária. Essas localidades estão aptas a oferecer experiências autênticas, ao mesmo tempo em que promovem o bem-estar dos moradores por meio do fortalecimento de atividades realizadas ao longo do ano.

Entretanto, algumas dificuldades foram identificadas durante o levantamento. Entre elas, destacam-se a ausência de um centro especializado para atendimento ao turista, a falta de infraestrutura adequada, escassez de sinalização, desvalorização do potencial turístico, inexistência de rotas e circuitos turísticos, e carência de profissionais qualificados no setor. Esses desafios, embora significativos, podem ser superados com investimentos do setor público e privado, além de esforços para capacitar a população local.

A principal estratégia de divulgação do roteiro turístico será a utilização da internet. Por meio de plataformas digitais, pretende-se apresentar aos moradores e visitantes as belezas naturais, eventos, potenciais turísticos, empresas e outras informações relevantes sobre Montanhas. Essa abordagem visa não apenas atrair turistas, mas também fortalecer o vínculo dos moradores com sua cidade e oferecer um espaço para que os filhos da terra, mesmo à distância, acompanhem as novidades do município.

A proposta reforça o potencial de Montanhas para se consolidar como destino turístico sustentável, resgatando tradições e promovendo o desenvolvimento local por meio de práticas colaborativas e solidárias. A seguir, serão apresentados registros das potencialidades atualmente identificadas no município.

Imagen 01. Pedra do Oratório.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A Pedra do Oratório, localizada no município de São Miguel, é um atrativo natural de grande destaque na região. Situada atualmente em uma propriedade privada, o local pode ser visitado mediante autorização prévia, oferecendo aos visitantes uma experiência única em meio à natureza. O espaço é ideal para a prática de pequenas trilhas e também é conhecido como "Pedra do Sino". De acordo com os moradores, quando uma pedra é lançada contra sua superfície, o som emitido assemelha-se ao de um sino, o que contribui para sua aura mística. Além disso, a pedra está cercada por lendas e histórias populares que enriquecem a experiência de quem a visita.

A Pedra do Oratório é um dos pontos turísticos mais reconhecidos no município, atraindo não apenas os moradores locais, mas também visitantes de outras cidades. Embora a propriedade privada limite o acesso para algumas pessoas devido à falta de informações claras, muitos ainda registram a paisagem, mesmo que à distância. Isso demonstra o apelo visual e cultural que o local exerce sobre os turistas.

O atrativo também já foi alvo de interesse acadêmico, tendo sido visitado por iniciativas como o projeto Trilhas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que buscou explorar as potencialidades do espaço. A integração da Pedra do Oratório em roteiros turísticos planejados poderia facilitar o acesso, valorizar as histórias locais e impulsionar o turismo na região, destacando a riqueza natural e cultural de São Miguel.

Imagen 02. Festa de Santa Luzia.



Fonte: PASCOM (2018).

A tradicional festa de Santa Luzia, realizada na comunidade do Ingá, é considerada uma das maiores celebrações religiosas do município. O evento atinge seu ponto alto no dia 13 de dezembro, atraindo um grande número de visitantes e fiéis. Na véspera, diversas atividades são realizadas, como leilões, festas sociais, apresentações religiosas e culturais, além da Santa Missa que integra o novenário.

Essa celebração movimenta não apenas os moradores locais, mas também atrai visitantes de outras cidades, contribuindo significativamente para a dinâmica da comunidade. Durante os nove dias de festividades, a comunidade oferece uma rica programação com atrações religiosas e sociais, que promovem interação e fortalecem os laços entre os participantes.

A festa também impacta positivamente a economia local, com o aumento da circulação de pessoas na região. Moradores têm a oportunidade de oferecer serviços como guias locais, além de fomentar o comércio e outros mercados relacionados. Assim, a celebração de Santa Luzia não só reforça a fé e a cultura local, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico da comunidade do Ingá.

Imagen 03. Pedra Sabrina.



Fonte: Darlyne Fontes (2015).

A Pedra Sabina está localizada no Sítio Riachão dos Clementinos, em Montanhas/RN, e seu nome remonta a uma história que sugere a presença de povos primitivos na região. O termo "Sabina" é associado à ideia de antiguidade, e a pedra é um local que abriga pinturas rupestres e uma caverna de aproximadamente cinco metros quadrados, que provavelmente servia de abrigo para essas populações, conforme relatos de Everton Farias.

Embora a Pedra Sabina esteja situada em uma propriedade privada, os moradores e proprietários do local demonstram total acolhimento aos visitantes. As visitas são guiadas pelos próprios proprietários, que compartilham relatos sobre a história do local e as experiências de acadêmicos de diversas áreas que já passaram por ali.

Considerada um grande potencial para o turismo, a Pedra Sabina oferece uma oportunidade para o desenvolvimento de trilhas turísticas no município, especialmente voltadas para o ecoturismo. A valorização desse patrimônio histórico poderia contribuir para a preservação da história local e para o fortalecimento do turismo na região, assegurando que esse importante marco não se perca com o tempo.

Meios de hospedagens e restaurantes em Montanhas/RN

Até o momento da realização desta pesquisa, a única opção de hospedagem disponível no município de Montanhas é a Pousada Maria Salete, localizada na zona urbana da cidade. Este estabelecimento oferece serviços de hospedagem a preços acessíveis, atendendo cerca de 2.000 pessoas por ano, conforme informado pela recepcionista da pousada. O objetivo é proporcionar conforto aos visitantes ao longo do ano, sendo que os períodos de maior demanda coincidem com os eventos festivos, como a festa de Santos Reis e a festa de emancipação política de Montanhas. No entanto, os serviços de hospedagem também estão disponíveis durante o restante do ano. Além disso, outras opções de hospedagem estão localizadas nas cidades vizinhas, como Pedro Velho, que conta com uma variedade de estabelecimentos próximos a Montanhas.

Em relação à oferta de serviços de alimentação, destacam-se três restaurantes na cidade. O Restaurante do Zezinho, situado na entrada de Montanhas, oferece café da manhã, almoço e jantar diariamente para turistas e visitantes que estão de passagem ou explorando as atrações locais. Já o Restaurante Landuá, localizado na Praça Costa e Silva (conhecida popularmente como Praça da Feira ou Praça de Eventos), é especializado no serviço de almoço. Outro local relevante é o Restaurante São Francisco, que fica na estrada de acesso a Montanhas, vindo de Nova Cruz. Este restaurante oferece almoço e está situado próximo ao Atacadão Montanhense, um ponto de referência na cidade.

Além dos serviços oferecidos pelos estabelecimentos comerciais, existe a possibilidade de os próprios moradores do município fornecerem serviços turísticos, como hospedagem, alimentação, oficinas de artesanato e participação na feira promovida pela comunidade do Ingá. Também há oportunidades de os visitantes conhecerem a história das comunidades de Ingá, Riachão dos Clementinos e São Miguel, explorando os elementos naturais, as atividades cotidianas, as festividades locais, as tradições, o artesanato, os saberes tradicionais e a gastronomia, que são aspectos importantes da cultura local.

Turismo de Base Comunitária em Montanhas/RN

O município de Montanhas apresenta um grande potencial para o turismo de base comunitária, especialmente nas localidades analisadas nesta pesquisa. Embora esses potenciais ainda não sejam amplamente reconhecidos como atrativos turísticos, há uma grande oportunidade de, com o apoio adequado de entidades públicas e privadas, o município ser incluído no mapa do turismo do Rio Grande do Norte.

Além disso, o município conta com um número significativo de profissionais formados ou em formação em instituições de ensino superior e técnico, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o IFRN, a UNP e a UNINASSAU, entre outras. Esses profissionais, especialmente os graduados nos cursos de Turismo, têm o potencial de contribuir para o desenvolvimento local, trazendo novas ideias e práticas para o setor.

Em relação à economia solidária, o município já conta com iniciativas relevantes, desenvolvidas por organizações como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanhas, a Associação do Ingá e a Igreja Católica. Essas entidades realizam trabalhos voltados para essa área de forma independente, mas também se unem em algumas ações conjuntas. Os projetos têm foco na zona rural, com grande destaque nas comunidades, como a do Ingá, onde a associação, apesar de ser recente, já desempenha um papel importante. Os princípios da economia solidária, como autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário, são fundamentais para as ações desenvolvidas por essas entidades.

Gestão Participativa e Economia Solidária como Ferramentas para o Desenvolvimento do TBC em Montanhas/RN

No âmbito do Turismo de Base Comunitária (TBC), o município de Montanhas/RN apresenta aspectos que podem ser explorados e aprimorados com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. A pesquisa de Agostinho (2017) sobre a Rede Caiçara de Turismo Comunitário em Paranaguá-PR destaca a relevância de uma gestão participativa e comunitária para o êxito do TBC, abordagem que pode ser aplicada em Montanhas, onde as comunidades locais poderiam se beneficiar do fortalecimento de sua cultura e da mobilização de recursos internos. O estudo de Andrade et al. (2003) sobre conflitos e impactos socioambientais evidencia a necessidade de equilibrar o crescimento do turismo com a preservação ambiental e o respeito aos direitos da população local, aspectos essenciais para a implementação de iniciativas sustentáveis em Montanhas.

Com base na experiência de Araújo (2015), que analisou o TBC no distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande/RN, observa-se que, quando bem planejado, o turismo tem o potencial de gerar benefícios econômicos e reforçar a identidade cultural das comunidades. A proposta de "diversidade de olhares e experiências" no TBC, discutida por Barthollo *et al.* (2010), é igualmente relevante para Montanhas, pois diferentes atores locais podem colaborar na criação de um destino turístico genuíno, fundamentado nas particularidades culturais da região.

A pesquisa de Cardoso (2020) sobre os elementos de autenticidade no turismo de experiência, ao enfatizar a importância de resgatar e valorizar a cultura local, reforça a ideia de que Montanhas tem o potencial de desenvolver um turismo único, alinhado com a demanda crescente por vivências autênticas. A metodologia apresentada por Chaves (2018) também é significativa, pois sugere que o Turismo de Base Local pode ser uma ferramenta eficaz para organizar as atividades turísticas de forma participativa, envolvendo as comunidades diretamente no processo de gestão.

Além disso, o legado histórico e cultural de Montanhas, conforme retratado por Medeiros (2015), indica que a cidade já possui um patrimônio significativo que pode ser melhor explorado para fortalecer o TBC. A conexão com a Economia Solidária, conforme discutido por Siqueira Neto (2019) e Medeiros (2019), pode oferecer um suporte fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo na região, gerando alternativas para os moradores e, simultaneamente, preservando as tradições culturais e a identidade local.

Contudo, conforme os dados apresentados pelo IBGE (2019) e as imagens disponíveis no Google (2019), é possível perceber que Montanhas ainda carece de infraestrutura adequada e de estratégias de marketing para integrar o turismo à economia local de maneira eficaz. A análise do papel das secretarias de turismo, conforme observado pela SETUR (2019) e o portal da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer de Montanhas (2019), mostra que o apoio institucional será crucial para implementar ações que promovam a cidade como um destino turístico comunitário.

Finalmente, a reflexão de Prediger (2014) sobre o turismo como uma alternativa de desenvolvimento, juntamente com as lições da Pastoral da Comunicação (2019) e da RCC (2022), pode contribuir para o fortalecimento da organização comunitária e a mobilização local, favorecendo a criação de uma rede de turismo de base comunitária sólida, inclusiva e sustentável, capaz de transformar Montanhas em um modelo de sucesso no campo do turismo comunitário.

Desta feita, pode-se indicar que a gestão participativa e a economia solidária emergem como elementos essenciais para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) em Montanhas/RN, pois possibilitam a organização e o fortalecimento das comunidades locais de forma autônoma e sustentável. A gestão participativa permite que as próprias comunidades assumam o controle das atividades turísticas, promovendo a valorização da cultura local e o fortalecimento de vínculos sociais, essenciais para um turismo que respeita e preserva os recursos culturais e naturais da região. A economia solidária, por sua vez, oferece alternativas de geração de renda e distribuição equitativa dos benefícios do turismo, garantindo que os moradores se beneficiem diretamente das atividades turísticas, sem comprometer a integridade dos seus modos de vida. A combinação dessas duas abordagens pode resultar em um modelo de turismo mais inclusivo e sustentável, onde a comunidade de Montanhas/RN se torna protagonista do processo de desenvolvimento local, criando um destino turístico autêntico e alinhado às necessidades da população e do meio ambiente. Assim, a gestão participativa e a economia solidária podem ser vistas como ferramentas indispensáveis para promover o sucesso do TBC em Montanhas/RN, gerando benefícios econômicos, sociais e culturais para todos os envolvidos.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou que o turismo de base comunitária representa uma importante oportunidade para o desenvolvimento do município de Montanhas. Contudo, é fundamental que se intensifiquem os esforços para estruturar esse segmento de turismo, com o apoio efetivo da administração municipal, das comunidades locais, e das associações do setor público e privado. Para que o município alcance seu pleno potencial turístico, é necessário incentivar as atividades já em prática, ao mesmo tempo que se criem novas iniciativas no campo do turismo, para impulsionar o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento econômico da região.

A pesquisa revelou que, dentro dessa perspectiva, a Associação do Ingá desempenha um papel relevante no incentivo a atividades ligadas ao turismo, como a recepção de visitantes durante o ano, além de promover eventos focados no artesanato, na agricultura e na gastronomia local. Estes aspectos são identificados como pontos fortes de Montanhas, possuindo grande potencial para atrair turistas e gerar renda para a comunidade.

Atualmente, a Associação do Ingá encontra-se sediada na Escola Estadual do Ingá, que se encontra inativa, mas que serve como espaço para as atividades da associação. Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se as festividades como a Festa Junina, o Dia das Mães, a Festa de Santa Luzia, e a Feira de Artesanato, que movimentam positivamente as três comunidades estudadas (Alves, 2023). No entanto, um dos maiores desafios enfrentados por essas comunidades é a escassez de recursos financeiros e a falta de uma gestão eficaz dos projetos. Para superar esses obstáculos, instituições de ensino, como o IFRN, podem oferecer suporte através de oficinas voltadas à Economia Solidária, Gestão de Turismo, Administração e Gestão Financeira, contribuindo para a capacitação local e o fortalecimento dos negócios comunitários.

Embora o município apresente alguns exemplos positivos de turismo de base comunitária, como o caso da comunidade indígena do Catu, em Canguaretama, RN, que é uma referência regional, ainda existem lacunas a serem exploradas. Nesse sentido, são necessárias novas pesquisas sobre o turismo em Montanhas, inclusive por parte dos futuros profissionais da área de Gestão de Turismo formados na cidade. Esses acadêmicos podem se tornar agentes de mudança, contribuindo para o desenvolvimento da cidade por meio da realização de projetos que envolvem diversas temáticas do turismo, como cultura, sustentabilidade e inclusão social.

No âmbito acadêmico, essa colaboração se apresenta como uma forma de retribuição à sociedade, oferecendo oficinas e consultorias para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária. Além disso, é fundamental que a Prefeitura Municipal estabeleça parcerias para implementar projetos que beneficiem a comunidade e incentivem o crescimento do turismo de forma estruturada e eficiente.

O município de Montanhas tem um grande potencial em termos de economia solidária, com exemplos como a Pedra do Oratório, a Pedra Sabina, a Barragem Natural situada no Sítio São Miguel, e a própria comunidade do Ingá, que desempenha um papel crucial nas atividades culturais e turísticas. Esses recursos naturais e culturais, quando devidamente valorizados e integrados a um modelo de turismo sustentável, podem ser um motor de desenvolvimento para o município.

Além disso, Montanhas conta com um rico patrimônio humano, composto por artistas, professores, historiadores, moradores e estudantes, que podem contribuir para que, no futuro, o turismo seja visto de forma integrada e estratégica. Com um olhar mais atento às suas festas tradicionais, eventos culturais e religiosos, o município pode dar um grande passo em direção à construção de uma identidade turística própria, que reverencie e preserve suas raízes.

Apesar dos desafios enfrentados, como a falta de conscientização sobre a importância do turismo por parte da população local e a falta de investimentos do setor público e privado, é possível transformar a realidade do município. Para isso, é essencial que a Secretaria Municipal de Turismo amplie seu foco, dedicando atenção não apenas ao esporte e lazer, mas também ao turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

As comunidades locais, embora ainda não possuam uma plena compreensão sobre o potencial do Turismo de Base Comunitária, têm o direito de ser apresentadas a essa possibilidade. A partir disso, ficará a critério de cada uma decidir se dará continuidade a essas atividades. No entanto, é urgente que o município reconheça a importância do turismo comunitário e da preservação de sua cultura para combater a migração em busca de melhores condições de vida e evitar a extinção de saberes tradicionais, como a agricultura familiar, o cultivo de produtos locais, a produção de farinha, o artesanato e o resgate de saberes populares. Essas atividades, que envolvem um contato direto com o público, têm o potencial de oferecer experiências autênticas e enriquecedoras, baseadas na vivência real das comunidades, sem adornos ou artifícios, mas sim com um olhar genuíno sobre o modo de vida local.

Como sugestão para futuras pesquisas, é importante que se explorem mais profundamente as dinâmicas do TBC em Montanhas, considerando aspectos como a gestão sustentável, o envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisões e o impacto socioeconômico do turismo na região. Além disso, deve-se buscar alternativas para a capacitação contínua dos membros das comunidades, para que possam se tornar protagonistas do próprio desenvolvimento, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo turismo de forma consciente e respeitosa com seu patrimônio cultural e ambiental.

Referências

- AGOSTINHO, Vinicius da Costa. **Análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Caiçara de Turismo Comunitário, em Paranaguá-PR.** 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/62979/VINICIUS%20DA%20COSTA%20AGOSTINHO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- ANDRADE, José Célio Silveira; RIBEIRO, Maria Teresa Franco; GOÉS, Maria de Fátima Barbosa; VARGENS, Emiliana da Costa. **Conflitos e riscos socioambientais:** análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26221/1/Conflitos%20e%20riscos%20socioambientais%20an%C3%A1lise%20da%20rela%C3%A7%C3%A3o%20entre%20o%20complexo%20Costa%20do%20Sau%C3%ADpe%20e%20atores%20locais.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- ARAÚJO, Fiamma Oliveira de. **Turismo de Base Comunitária:** um estudo de caso no distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande - RN. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37425>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. 2010. Disponível em: https://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/Estruturar_os_destinos_turisticos/downloads/TBC_ARTIGO_MTur.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- CARDOSO, Cayque de Oliveira. **Elementos de autenticidade no turismo de experiência:** análise do guia Garupa Brasil Autêntico. 2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNB-2_6d4229603175540086782e855b40c336. Acesso em: 14 dez. 2022.
- CHAVES, Valéria da Conceição. **Turismo de Base Local:** uma proposta metodológica. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529369292_ARQUIVO_ARTIGO_TURISMOfinal.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- GOOGLE IMAGENS. **Fotos da cidade de Montanhas/RN.** Disponível em: https://www.google.com/search?q=fotos+montanhas+rN&rlz=1C1SQJL_pt-BRBR777BR777&source=lnms&tbo=isch&sa=X&ved=0ahUKEwju7mQ7O7iAhXgCrkGHSsPChEQ_AUIECgB&biw=1093&bih=486. Acesso em: 06 jun. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISTICA (IBGE). **Panorama de Montanhas/RN.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/montanhas/panorama>. Acesso em: 31 maio 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, Genival Bezerra de. História de Montanhas/RN. In: FREIRE, Josenildo Barbosa; FÉLIZ NETO, Luiz (org.). **Montanhas/RN:** A Suíça do Agreste. Ideia, 2015.
- MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. **Turismo e Economia Solidária:** Experiências comunitárias e processo de desenvolvimento na perspectiva do eu coletivo nas praias de Batoque e Canto Verde - Ceará - Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- MONTANHAS [MUNICÍPIO]. Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer. **Montanhas/RN.** Disponível em: <https://montanhas.rn.gov.br/category/noticias/secretaria-de-turismo-cultura-esporte-e-lazer/>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- PASCOM. **Pastoral da Comunicação.** Disponível em: <https://www.facebook.com/pascomoprecursor/photos/pcb.2459982524032195/2459981637365617/?type=3&theater>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- PREDIGER, Mayara Ines Sossmeir Albring. **Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Esperança do Sul.** 2014. UNIJUÍ. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNIJ_943678b4f837036ca16da089024060f7. Acesso em: 15 out. 2022.
- RCC. **Renovação Carismática Católica.** Disponível em: <https://novoportal.rccbrasil.org.br/ministerios/ministerio-de-promocao-humana/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- SETUR. Secretaria do Turismo no RN. **Montanhas/RN.** Disponível em: <http://natalbrasil.tur.br/polo-agreste-trairi/montanhas/>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- SIQUEIRA NETO, Oscar Alves de. **Economia Solidária - Uma alternativa ao desemprego?** 2019. Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/bf06a558-30ae-4c2d-a8cd-ee187569f126>. Acesso em: 14 dez. 2022.

E SE O PAI NÃO PAGAR PENSÃO, QUEM VAI? A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA NA GARANTIA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA

Maria Vitória Angelina da Silva³⁷
Marcelli Gomes do Nascimento³⁸
Petrucia da Costa Paiva Solto³⁹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a responsabilidade subsidiária da figura paterna na garantia da pensão alimentícia, especificamente em situações nas quais o responsável primário não cumpre com a obrigação alimentar. Os objetivos específicos são: (i) discutir os impactos jurídicos, sociais e emocionais do inadimplemento da pensão, com ênfase nas consequências para crianças e adolescentes; (ii) avaliar as medidas coercitivas, como prisão civil e penhora de bens, adotadas para garantir o cumprimento da obrigação; e (iii) examinar a aplicação proporcional da responsabilidade subsidiária para assegurar a equidade entre os direitos dos alimentados e as condições dos responsáveis subsidiários. A problemática central deste estudo reside na análise das implicações do não cumprimento da pensão alimentícia, explorando a responsabilidade do responsável subsidiário (no caso, o pai) e as medidas jurídicas adotadas para garantir a efetivação da obrigação. A justificativa para a realização deste estudo está na importância de compreender os mecanismos legais que visam assegurar a proteção dos direitos alimentares, especialmente em face de um sistema que frequentemente depende da atuação de terceiros (como os avós ou outros parentes) para cumprir com as necessidades alimentícias dos filhos. Tendo em vista o impacto negativo do inadimplemento, a análise desses instrumentos legais e sociais é essencial para promover justiça e equidade. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, com base na análise bibliográfica e jurisprudencial. Realiza-se uma revisão de doutrinas e decisões judiciais, além da consulta a normas legais pertinentes, como a Constituição Federal de 1988, o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são analisadas decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade subsidiária e a aplicabilidade das medidas coercitivas. Os principais resultados indicam que a aplicação proporcional da responsabilidade subsidiária é fundamental para equilibrar os direitos dos alimentados e as condições financeiras dos responsáveis subsidiários. O estudo destaca que, ao garantir a efetividade da pensão alimentícia por meio de medidas coercitivas, é possível proteger a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da criança e do adolescente. A conclusão aponta que a implementação de mecanismos proporcionais de responsabilidade subsidiária é essencial para assegurar o cumprimento da pensão alimentícia, promovendo a justiça social e protegendo os direitos dos mais vulneráveis. Dessa forma, o sistema jurídico deve garantir um equilíbrio entre a necessidade de alimentação e as condições dos responsáveis subsidiários, sem prejuízo da proteção dos interesses dos alimentados.

Palavras-chave: Pensão alimentícia. Responsabilidade subsidiária. Dignidade da pessoa humana. Medidas coercitivas. Proteção dos menores.

Abstract

This study aims to analyze the subsidiary responsibility of the paternal figure in guaranteeing child support, specifically in situations where the primary responsible party fails to fulfill the obligation. The specific objectives are: (i) to discuss the legal, social, and emotional impacts of non-compliance with child support, with an emphasis on the consequences for children and adolescents; (ii) to assess coercive measures, such as civil imprisonment and asset seizure, adopted to ensure the fulfillment of the obligation; and (iii) to examine the proportional application of subsidiary responsibility to ensure fairness between the rights of those receiving support and the conditions of the subsidiary responsible parties. The central issue of this study lies in analyzing the implications of non-compliance with child support, exploring the responsibility of the subsidiary

³⁷ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: mariavitoria_66@live.com
https://www.linkedin.com/in/maria-vitoria-2a28b9323/?utm_source=share&utm_campaign=share_via&utm_content=profile&utm_medium=ios_app.

³⁸ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: Marcelli Gomes do Nascimento marcellinascimento21@gmail.com
https://www.linkedin.com/in/marcelli-nascimento-1a035122b/?utm_source=share&utm_campaign=share_via&utm_content=profile&utm_medium=ios_app.

³⁹ Professora orientadora no Curso de Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: petrucia.souto@animaeeducacao.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/3861641456297503>.

responsible party (in this case, the father) and the legal measures adopted to ensure the fulfillment of the obligation. The justification for conducting this study is the importance of understanding the legal mechanisms that aim to protect the rights to child support, particularly in the face of a system that often relies on the involvement of third parties (such as grandparents or other relatives) to meet the children's needs. Given the negative impact of non-compliance, analyzing these legal and social tools is essential to promote justice and fairness. The methodology used is qualitative, based on bibliographical and jurisprudential analysis. A review of doctrines and judicial decisions is conducted, along with a consultation of relevant legal norms, such as the 1988 Federal Constitution, the Civil Code, the Code of Civil Procedure, and the Statute of the Child and Adolescent. Decisions from the Superior Court of Justice on subsidiary responsibility and the applicability of coercive measures are also analyzed. The main findings indicate that the proportional application of subsidiary responsibility is essential for balancing the rights of those receiving support and the financial conditions of the subsidiary responsible parties. The study highlights that by ensuring the effectiveness of child support through coercive measures, it is possible to protect human dignity and the fundamental rights of children and adolescents. The conclusion points out that implementing proportional mechanisms of subsidiary responsibility is crucial to ensuring the fulfillment of child support, promoting social justice, and protecting the rights of the most vulnerable. Therefore, the legal system must ensure a balance between the need for support and the conditions of the subsidiary responsible parties, without undermining the protection of the interests of those receiving support.

Keywords: Alimony. Subsidiary liability. Dignity of the human person. Coercive measures. Protection of minors.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo general analizar la responsabilidad subsidiaria de la figura paterna en la garantía de la pensión alimentaria, específicamente en situaciones en las que el responsable primario no cumple con la obligación alimentaria. Los objetivos específicos son: (i) discutir los impactos jurídicos, sociales y emocionales del incumplimiento de la pensión, con énfasis en las consecuencias para niños y adolescentes; (ii) evaluar las medidas coercitivas, como la prisión civil y la ejecución de bienes, adoptadas para garantizar el cumplimiento de la obligación; y (iii) examinar la aplicación proporcional de la responsabilidad subsidiaria para asegurar la equidad entre los derechos de los alimentados y las condiciones de los responsables subsidiarios. La problemática central de este estudio radica en el análisis de las implicaciones del incumplimiento de la pensión alimentaria, explorando la responsabilidad del responsable subsidiario (en este caso, el padre) y las medidas jurídicas adoptadas para garantizar el cumplimiento de la obligación. La justificación para la realización de este estudio radica en la importancia de comprender los mecanismos legales que buscan asegurar la protección de los derechos alimentarios, especialmente frente a un sistema que frecuentemente depende de la actuación de terceros (como los abuelos u otros parientes) para cumplir con las necesidades alimentarias de los hijos. Dado el impacto negativo del incumplimiento, el análisis de estos instrumentos legales y sociales es esencial para promover la justicia y la equidad. La metodología utilizada es de enfoque cualitativo, basada en el análisis bibliográfico y jurisprudencial. Se realiza una revisión de doctrinas y decisiones judiciales, además de la consulta a normas legales pertinentes, como la Constitución Federal de 1988, el Código Civil, el Código de Procedimiento Civil y el Estatuto del Niño y el Adolescente. También se analizan decisiones del Superior Tribunal de Justicia sobre la responsabilidad subsidiaria y la aplicabilidad de las medidas coercitivas. Los principales resultados indican que la aplicación proporcional de la responsabilidad subsidiaria es fundamental para equilibrar los derechos de los alimentados y las condiciones financieras de los responsables subsidiarios. El estudio destaca que, al garantizar la efectividad de la pensión alimentaria mediante medidas coercitivas, es posible proteger la dignidad humana y los derechos fundamentales del niño y el adolescente. La conclusión apunta que la implementación de mecanismos proporcionales de responsabilidad subsidiaria es esencial para garantizar el cumplimiento de la pensión alimentaria, promoviendo la justicia social y protegiendo los derechos de los más vulnerables. De este modo, el sistema jurídico debe garantizar un equilibrio entre la necesidad de alimentos y las condiciones de los responsables subsidiarios, sin perjuicio de la protección de los intereses de los alimentados.

Palabras clave: Pensión alimenticia. Responsabilidad subsidiaria. Dignidad de la persona humana. Medidas coercitivas. Protección de menores.

Introdução

O presente estudo aborda a base constitucional e legal que sustenta a pensão alimentícia no Brasil, fundamentada nos princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Solidariedade Familiar, consagrados pela Constituição Federal de 1988. O Código Civil de 2002 reforça esses princípios ao atribuir aos pais a responsabilidade primária pelo sustento dos filhos, garantindo-lhes condições de vida compatíveis com sua condição social (Brasil, 1988; Brasil, 2002).

No entanto, em situações em que os pais não podem cumprir com suas obrigações alimentícias, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que a responsabilidade complementar recaia sobre os avós, de forma subsidiária, sendo acionada somente quando o devedor principal, ou seja, os pais, não tiverem capacidade de cumprir a obrigação alimentar (Brasil, 2017). Esse entendimento busca assegurar o direito ao sustento do menor, preservando, ao mesmo tempo, o princípio da solidariedade familiar.

No campo doutrinário, autores como Maria Helena Diniz (2024) e Caio Mário da Silva Pereira (2024) enfatizam que as obrigações alimentícias devem sempre respeitar o princípio da proporcionalidade. Isso implica que, embora os parentes próximos possam ser chamados a contribuir, essa responsabilidade não deve comprometer a dignidade financeira dos familiares envolvidos.

Para Diniz (2024), o dever de prestar alimentos está intimamente ligado ao conceito de solidariedade familiar, sendo uma manifestação de apoio mútuo entre os membros da família. Da mesma forma, Caio Mário da Silva Pereira (2024) destaca que, ao chamar os parentes mais próximos a ajudar no cumprimento da obrigação alimentar, o sistema jurídico busca equilibrar a proteção do menor sem impor sobrecarregar os familiares com obrigações financeiras desproporcionais. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a obrigação de prover alimentos ao menor seja cumprida de maneira justa e sustentável, respeitando as condições de cada membro da família.

Este artigo científico está estruturado de forma a abordar de maneira clara e objetiva todos os aspectos relacionados à responsabilidade subsidiária no contexto da pensão alimentícia, com ênfase na figura paterna. Inicialmente, a presente Introdução apresenta o tema central do estudo, contextualizando a importância da análise da responsabilidade subsidiária e os objetivos principais da pesquisa. No tópico 2, são discutidos os direitos e deveres dos pais e familiares, com foco nas obrigações alimentícias e o papel de cada membro da família na garantia da subsistência dos filhos. O Desenho Metodológico (tópico 3), por sua vez, detalha a abordagem adotada, explicando a metodologia qualitativa, com análise bibliográfica e jurisprudencial, a fim de contextualizar o fenômeno jurídico estudado. O tópico 4, por conseguinte, examina o conceito de responsabilidade subsidiária e define o papel do responsável subsidiário, abordando os mecanismos legais que envolvem essa figura, especialmente quando o responsável primário não cumpre com a obrigação. Na sequência, no tópico 5, é explorada a responsabilidade primária do pai, detalhando as condições e os critérios que fundamentam a obrigatoriedade da pensão alimentícia a partir do genitor. Já o tópico 6 foca na aplicação prática da responsabilidade subsidiária dos alimentos, abordando como a jurisprudência e a legislação se aplicam em casos concretos. Em seguida, o tópico 7 discute o inadimplemento do pagamento da pensão, analisando as causas, implicações e as consequências legais do não cumprimento da obrigação. O tópico 8 trata das consequências emocionais do inadimplemento da pensão, explorando os impactos psicológicos sobre os filhos e a dinâmica familiar. No tópico 9, são apresentadas as medidas coercitivas aplicáveis ao devedor, incluindo prisão civil e penhora de bens, e como elas funcionam para garantir o cumprimento das obrigações alimentícias. O tópico 10, por conseguinte, expõe os resultados e discussão, apresentando as conclusões obtidas a partir da análise dos dados coletados, comparando a teoria com a prática. Finalmente, as considerações finais (tópico 11) sintetizam os achados da pesquisa, propondo soluções e sugestões para melhorar a eficácia do cumprimento das obrigações alimentícias e equilibrar os

direitos e deveres entre os responsáveis. O artigo é concluído com as referências, que são fontes utilizadas para embasar todo o desenvolvimento da pesquisa.

Direitos e deveres dos pais e familiares

A responsabilidade dos pais em relação aos filhos é explicitada na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no artigo 227, que estabelece como dever da família, sociedade e Estado garantir à criança e ao adolescente o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer e dignidade. Este dever é detalhado no artigo 229 da Constituição, que obriga os pais a assistirem, criarem e educarem seus filhos menores, reforçando a responsabilidade legal de suprir suas necessidades básicas (Brasil, 1988).

Segundo Tartuce (2022), as obrigações de prestação de alimentos, em regra, são divisíveis. O artigo 1.698 do Código Civil de 2002 estabelece que, quando várias pessoas têm o dever de prestar alimentos, todas devem contribuir na proporção de suas possibilidades financeiras. Um exemplo clássico seria o caso de um pai idoso que necessita de alimentos e possui quatro filhos que podem ajudá-lo; nesse caso, deve-se propor a ação contra todos os filhos, com a obrigação de cada um arcar com uma parte proporcional dos custos (Brasil, 2002).

Doutrinadores como Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2024) destacam que a responsabilidade alimentar entre os parentes reflete a solidariedade e reciprocidade familiar. Em seu Manual de Direito Civil, Stolze e Pamplona argumentam que a obrigação alimentar vai além da responsabilidade dos pais, podendo envolver avós, irmãos e outros parentes próximos, dependendo das circunstâncias. Esses autores ressaltam que, em situações específicas, a rede familiar se mobiliza para garantir o sustento dos membros que necessitam de assistência, desde que a capacidade de contribuir esteja presente (Stolze; Pamplona, 2024).

Maria Helena Diniz (2024), por sua vez, explica que a obrigação alimentar em linha reta, ou seja, entre pais e filhos, é prioritária em relação à responsabilidade dos ascendentes, como os avós. A responsabilidade conjunta, de acordo com Diniz, só deve ser aplicada quando os pais forem impossibilitados de cumprir sua obrigação. Para a autora, é imprescindível que essa responsabilidade observe o Princípio da Proporcionalidade, evitando transferir as obrigações para parentes que também não possuam condições financeiras para arcar com os custos alimentícios (Diniz, 2024).

Por outro lado, Caio Mário da Silva Pereira (2024) alerta para a responsabilidade de outros parentes, destacando que o juiz deve avaliar a situação financeira dos envolvidos e a relação de afeto entre eles, de modo a evitar decisões injustas. Segundo Pereira, a análise do artigo 1.698 do Código Civil deve considerar o contexto social e familiar de cada caso, de modo que, se um parente não puder arcar com a pensão alimentícia, os parentes mais próximos na linha sucessória deverão contribuir conforme suas condições financeiras (Pereira, 2024).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também reforça a responsabilidade dos avós, que devem colaborar com o sustento do menor, mas sem comprometer excessivamente o seu próprio sustento. Essa compreensão está em consonância com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, consagrado pela Constituição de 1988, que visa garantir a proteção dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, sem que haja prejuízos irreparáveis para os membros da família (Brasil, 1988; Brasil, 2017).

Desenho metodológico

O artigo científico em questão utilizou uma vasta gama de fontes jurídicas e doutrinárias para embasar suas discussões sobre a responsabilidade alimentar no direito de família, com ênfase na responsabilidade subsidiária. A seguir, apresentam-se detalhes sobre as referências utilizadas, com foco em obras doutrinárias e normativas que fornecem a base teórica e legal para o desenvolvimento do tema.

O artigo em tela faz uso de diversas normas jurídicas que regulam o direito de família, como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que estabelece os direitos fundamentais dos cidadãos e a responsabilidade dos pais no sustento de seus filhos. Além disso, a Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil Brasileiro, e a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), também foram referenciadas, pois abordam de maneira clara a obrigação dos pais em prover alimentos aos filhos, assim como a responsabilidade subsidiária de outros membros da família, caso os pais não possam cumprir essa função (Brasil, 2002; Brasil, 1990).

Além do mais, cabe destacar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado seu entendimento sobre a responsabilidade subsidiária por meio de decisões importantes. O Acórdão 1260823 (2020), por exemplo, foi citado, abordando questões sobre a responsabilidade alimentar e os mecanismos de execução quando há descumprimento por parte dos pais. A Súmula 596 do STJ, que trata da responsabilidade alimentar dos avós, também foi destacada, pois estabelece que a obrigação alimentar dos avós é complementar e subsidiária, configurando-se apenas na impossibilidade de cumprimento da obrigação pelos pais (Brasil, 2017). O Agravo Interno no Recurso Especial nº 740.032/BA, julgado pelo Ministro Marco Aurélio Bellizze, também foi utilizado para ilustrar a aplicação prática da responsabilidade subsidiária (Brasil, 2019).

Vários doutrinadores renomados contribuíram com suas obras para fundamentar a análise teórica do artigo. Carlos Roberto Gonçalves (2021), em sua obra "Direito Civil Brasileiro - Direito de Família", explora de forma detalhada a responsabilidade alimentar no contexto familiar, destacando as obrigações dos pais e, em casos de impossibilidade, de outros familiares. De maneira semelhante, Paulo Nader (2015), em seu "Curso de Direito Civil - Direito de Família", discute as implicações legais das responsabilidades alimentícias e como elas afetam os vínculos familiares.

Maria Berenice Dias (2005), por meio de seu "Manual de Direito das Famílias", apresenta uma análise crítica das formas de execução da pensão alimentícia, destacando o papel da responsabilidade subsidiária e os impactos das decisões judiciais. A obra de Rolf Madaleno (2021), "Manual de Direito de Família", também foi fundamental, pois traz discussões sobre a responsabilidade dos parentes no direito de família, com ênfase na função subsidiária da obrigação alimentar.

Ingo Sarlet (2024) aborda a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais, conceitos cruciais para entender a estrutura de garantias legais no direito de família e a responsabilidade alimentar, ressaltando a importância de um tratamento justo e proporcional nas decisões judiciais.

Por fim, Zeno Veloso (2020), em sua análise sobre os impactos da pandemia no direito de família, e Flávio Tartuce (2022), com seu "Manual de Direito Civil", também foram fontes importantes para a compreensão do direito de família na contemporaneidade, incluindo a questão da responsabilidade alimentar em tempos de crise.

Nessa linha de entendimento, a metodologia empregada nesse estudo foi predominantemente qualitativa, com base em análise documental e revisões bibliográficas, utilizando os dispositivos legais e as obras dos doutrinadores para construir uma compreensão sólida sobre a responsabilidade alimentar e sua aplicação no direito de família. As fontes foram selecionadas com base em sua relevância para o debate jurídico e por sua contribuição ao entendimento da responsabilidade subsidiária, respeitando os princípios de proporcionalidade e necessidade no contexto familiar. Outrossim, essas referências e documentos são essenciais para a construção do arcabouço teórico e normativo que sustenta o estudo da responsabilidade subsidiária na pensão alimentícia, um tema de grande relevância no campo do direito de família.

A metodologia utilizada neste estudo fundamenta-se, portanto, na análise documental de fontes jurídicas, incluindo doutrinas e normas relacionadas ao Direito de Família, com ênfase na responsabilidade alimentar subsidiária. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que examina textos legais, dispositivos constitucionais e do Código Civil, bem como jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além disso, foram incorporadas obras de autores consagrados para aprofundar a compreensão sobre o alcance da responsabilidade subsidiária dentro dos limites definidos pela legislação para parentes próximos.

Para a seleção das fontes, adotaram-se critérios de relevância e contribuição dos textos ao debate sobre a responsabilidade subsidiária. Juristas renomados, como Ingo Wolfgang Sarlet, Maria Helena Diniz e Caio Mário da Silva Pereira, foram escolhidos devido à profundidade com que abordam as obrigações alimentares e suas restrições. A análise interpretativa das fontes teve como objetivo identificar como a legislação e a doutrina jurídica buscam equilibrar o dever de sustento, respeitando o princípio da proporcionalidade. Este princípio visa assegurar o cumprimento da obrigação de forma justa, sem comprometer as condições financeiras dos parentes subsidiários, conforme enfatizado por Pereira (2020) e Sarlet (2021).

Responsabilidade subsidiária e responsável subsidiário

Sabe-se que a responsabilidade subsidiária em matéria de pensão alimentícia tem como principal objetivo garantir o sustento do alimentado nos casos em que o devedor principal, normalmente o pai ou a mãe, não consegue cumprir com essa obrigação. Nesse sentido, outros membros da família podem ser chamados a suprir tal necessidade, conforme estabelecido no artigo 1.696 do Código Civil de 2002. Este dispositivo legal prevê que o dever inicial é dos pais, mas, em sua impossibilidade, a obrigação se estende aos ascendentes mais próximos, geralmente os avós, estipulando que “o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros” (Brasil, 2002, não paginado).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolidou o entendimento sobre essa responsabilidade subsidiária por meio da Súmula 596, que determina que a obrigação alimentar dos avós tem caráter complementar e subsidiário, sendo acionada apenas em casos de impossibilidade total ou parcial dos pais em cumprir com o dever alimentar. O texto da súmula afirma: “A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais” (STJ, 2017, não paginado).

Doutrinadores como Carlos Roberto Gonçalves (2020) e Rolf Madaleno (2021) corroboram esse entendimento, destacando que a obrigação dos avós não substitui a dos pais, mas atua como uma rede de apoio acionada em casos excepcionais. Essa responsabilidade, segundo Madaleno (2021), deve ser avaliada com cautela, considerando o binômio necessidade-possibilidade, para evitar que o cumprimento da obrigação cause prejuízos desproporcionais aos avós. Gonçalves (2020) enfatiza que essa obrigação tem como fundamento a solidariedade familiar, mas precisa ser aplicada de forma

equilibrada, de modo a atender às necessidades do menor sem comprometer a dignidade financeira dos responsáveis subsidiários.

Além disso, o Código Civil também permite que, na ausência ou impossibilidade dos avós, outros parentes sejam chamados a contribuir para o sustento do alimentado. No entanto, essa medida é excepcional e exige análise criteriosa das condições financeiras e do vínculo entre as partes envolvidas. Dessa forma, busca-se atender prioritariamente às necessidades do menor, preservando, ao mesmo tempo, a integridade econômica e social dos familiares responsáveis, conforme reforçado por Veloso (2020).

A responsabilidade primária do pai

A responsabilidade dos pais está amplamente fundamentada na Constituição Federal, no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses dispositivos legais consagram o dever dos pais de garantir o desenvolvimento integral dos filhos. O ECA, em seu artigo 22, dispõe que os pais têm a obrigação de sustentar, guardar e educar os filhos, enquanto a Constituição Federal, no artigo 229, reforça que é dever dos pais assistir, criar e educar os filhos, garantindo condições para seu desenvolvimento saudável. Essa responsabilidade parental é prioritária e intransferível, constituindo um dever fundamental no ordenamento jurídico brasileiro.

Adicionalmente, o artigo 227 da Constituição Federal enfatiza a responsabilidade conjunta do Estado, da sociedade e da família na proteção de direitos fundamentais, como o direito à alimentação. A norma não apenas impõe ao Estado e à sociedade o dever de proteção, mas também convoca os membros da família a assumirem um papel ativo na garantia do bem-estar das crianças, cumprindo a função social da família com dedicação e zelo. Nesse contexto, a família é reconhecida como um núcleo de afeto e solidariedade, conforme previsto na Constituição, devendo atuar em harmonia com os demais entes para promover a dignidade da pessoa humana.

Aguiar Júnior (2004) destaca que o reconhecimento da dignidade da pessoa humana no âmbito familiar requer uma compreensão ampliada e crítica. Para o autor, o direito de família deve ser interpretado de forma a equilibrar a autonomia e a interdependência entre seus membros, respeitando a dignidade e prevenindo danos às relações familiares. Ele ressalta que a família não pode ser vista como uma instituição hierárquica, mas sim como um espaço de cooperação e respeito mútuo.

Nesse sentido, Paulo Nader (2018) chama atenção para o fato de que pais que limitam sua contribuição ao fornecimento de recursos materiais podem ser acusados de um tipo de abandono moral. Esse abandono, ainda que disfarçado, representa uma violação dos deveres parentais e pode resultar em responsabilizações cíveis e danos morais irreparáveis. Nader enfatiza que o papel do pai provedor transcende a esfera material, exigindo também a presença emocional e a participação ativa no cotidiano dos filhos, como uma extensão do compromisso ético e moral que fundamenta o vínculo familiar.

Essas considerações são cruciais para a compreensão da temática em análise, pois evidenciam a centralidade da figura do pai provedor como elemento crítico na dinâmica familiar. Tal papel deve ser desempenhado de forma integral, respeitando os dispositivos legais e as expectativas éticas que regem a convivência familiar no Brasil.

Aplicação prática da responsabilidade subsidiária dos alimentos

A responsabilidade pela pensão alimentícia tem gerado debates relevantes nos tribunais brasileiros, especialmente no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A busca por um equilíbrio entre os direitos dos alimentados e os deveres dos alimentantes reflete-se em inúmeras decisões judiciais que têm moldado a interpretação dessa obrigação, particularmente em casos que envolvem a responsabilidade subsidiária dos avós.

Um dos julgados mais significativos nesse tema é o Agravo Interno no Recurso Especial nº 740.032/BA, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Bellizze. Nesse caso, o STJ reafirmou que a responsabilidade dos avós em relação à pensão alimentícia é de caráter subsidiário, devendo ser ação apenas após a tentativa de cumprimento das obrigações alimentares pelos pais, inclusive por meio de execuções forçadas. Essa posição busca equilibrar a solidariedade familiar com a necessidade de preservar a dignidade financeira dos avós, conforme previsto no artigo 1.696 do Código Civil.

Doutrinadores de renome reforçam esse entendimento. Rolf Madaleno (2021), especialista em Direito de Família, enfatiza que a responsabilidade dos avós deve ser vista como uma "rede de apoio", ação exclusivamente em casos de necessidade comprovada. Ele argumenta que a fixação do valor da pensão deve sempre observar o binômio necessidade-possibilidade, de modo a evitar um impacto desproporcional na condição financeira dos avós. Segundo o autor, essa abordagem garante que a obrigação subsidiária seja justa e equilibrada.

Outro renomado jurista, Zeno Veloso (2020), ressalta a importância da reciprocidade familiar na aplicação dessa responsabilidade. Veloso defende que a obrigação dos avós é um mecanismo de proteção destinado a assegurar o direito do menor à subsistência, mas deve ser invocada somente após esgotadas todas as tentativas de cumprimento da obrigação pelos pais. Para ele, o sistema jurídico brasileiro prioriza corretamente a responsabilidade dos genitores, preservando a subsidiariedade como último recurso.

Portanto, a responsabilidade subsidiária dos avós na prestação de alimentos é uma concretização do princípio da solidariedade familiar, um dos pilares do Direito de Família. Essa modalidade de responsabilidade visa garantir o sustento do menor de forma proporcional e equilibrada, respeitando as limitações financeiras dos alimentantes e priorizando sempre a proteção e o bem-estar do alimentado.

Inadimplemento do pagamento da pensão

A pensão alimentícia é uma obrigação legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro e seu descumprimento acarreta uma série de consequências que vão além do campo jurídico, alcançando também os aspectos sociais, psicológicos e emocionais. Essas consequências afetam diretamente a vida cotidiana da criança ou adolescente que deveria ser assistido, refletindo-se também no contexto familiar mais amplo.

No âmbito jurídico, é importante ressaltar que, embora a prisão por dívidas seja proibida no Brasil desde 1824, a pensão alimentícia constitui uma exceção. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXVII, permite a prisão civil do devedor de alimentos, destacando a natureza diferenciada dessa obrigação. Conforme Gonçalves (2021), essa exceção se fundamenta na necessidade de garantir a subsistência do alimentado, uma prioridade que supera a regra geral de proteção à liberdade.

O crime de abandono material, previsto no artigo 244 do Código Penal, ocorre quando a pessoa responsável por sustentar e cuidar de outra deixa de cumprir esse dever sem apresentar justificativa plausível. Esse crime pode manifestar-se de forma absoluta, como no caso de um pai que abandona completamente a obrigação de sustentar o filho, ou de forma parcial, em situações de inadimplência irregular. Nesse contexto, a Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/68) e o Código de Processo Civil (art. 528) autorizam a aplicação de sanções, como a prisão civil, para compelir o devedor a cumprir sua obrigação. A prisão, como salienta Dias (2005), deve ser aplicada com parcimônia, sendo um recurso de última instância.

No aspecto social, o inadimplemento da pensão alimentícia repercute na vida das crianças e adolescentes, privando-os de recursos essenciais para sua subsistência e desenvolvimento. Segundo Gonçalves (2021), os alimentos destinam-se a atender às necessidades básicas de quem não pode prover por si mesmo, garantindo acesso a itens imprescindíveis, como alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação. A falta desses recursos compromete o bem-estar do menor, limitando seu acesso a oportunidades e expondo-o a situações de vulnerabilidade.

Por fim, as consequências emocionais e psicológicas também são profundas. A inadimplência afeta a autoestima e a estabilidade emocional da criança, que pode interpretar a ausência de suporte financeiro como desinteresse ou abandono por parte do responsável. Como destacam Madaleno (2021) e Diniz (2024), o cuidado material e afetivo são complementares, e sua ausência impacta negativamente a formação psicológica e social do menor. Dessa forma, a pensão alimentícia não é apenas uma obrigação legal, mas também uma expressão de solidariedade familiar e proteção à dignidade humana.

Consequências emocionais do inadimplemento da pensão

As consequências emocionais decorrentes do não pagamento da pensão alimentícia impactam não apenas o indivíduo responsável pelo pagamento, mas também toda a estrutura familiar. O principal prejudicado, evidentemente, é a criança ou o adolescente, que depende diretamente desse recurso para sua subsistência. O não cumprimento dessa obrigação afeta diretamente a saúde física e psicológica do menor, gerando insegurança e sensação de abandono. Como ressaltam Dias (2005) e Diniz (2024), a pensão alimentícia transcende uma obrigação financeira, sendo também uma expressão de cuidado e responsabilidade moral com o bem-estar dos filhos.

Uma criança que vive em condições de privação tende a internalizar a ideia de que ela mesma é desvalorizada ou indigna de atenção. Essa percepção é ainda mais intensificada quando a falta de recursos decorre da negligência ou desinteresse de quem tem o dever de sustentá-la. Segundo Gonçalves (2021), tal situação fragiliza a autoestima do menor e compromete sua visão da figura parental, abalando ainda mais sua saúde emocional e social. O impacto da pobreza vai além do ambiente familiar, repercutindo também na inserção social da criança.

A impossibilidade de participar de atividades comuns entre seus pares, como viagens escolares, passeios e cursos extracurriculares, pode gerar um forte sentimento de exclusão. Essa falta de convivência e a sensação de não pertencimento a um grupo são fatores que, segundo Madaleno (2021), podem levar ao desenvolvimento de quadros de ansiedade e baixa autoestima. Estudos sobre a saúde mental infantil destacam que tais lacunas no convívio social podem provocar consequências psicológicas significativas, dificultando o desenvolvimento pleno da criança.

Gonçalves (2021) reforça que o inadimplemento da pensão alimentícia não se limita à transgressão de uma norma jurídica. Trata-se, também, da violação de um dever moral e social de cuidar dos filhos. Pagar a pensão alimentícia é essencial para assegurar o equilíbrio emocional e social da família, garantindo que as necessidades básicas das crianças sejam atendidas e promovendo um ambiente familiar saudável. Assim, a pensão alimentícia deve ser entendida como um instrumento de

proteção integral aos direitos das crianças e adolescentes, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento.

Medidas coercitivas aplicáveis ao devedor

Para assegurar o cumprimento da pensão alimentícia, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de diversas medidas coercitivas, com o objetivo de proteger o direito fundamental da criança e do adolescente ao sustento. Essas medidas, conforme Stolze e Pamplona (2024), são essenciais, mas devem ser aplicadas de maneira proporcional, evitando causar mais danos do que benefícios. Por outro lado, Dias (2005) alerta sobre o risco de uma dependência excessiva dessas ações sem explorar alternativas, como a mediação e a resolução pacífica de conflitos. Entre as principais medidas, destacam-se:

a) Prisão civil do devedor: a prisão civil, prevista no artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal de 1988, é uma medida excepcional utilizada para obrigar o pagamento da pensão alimentícia. Conforme Maria Berenice Dias (2005), trata-se da última e mais eficaz alternativa, uma vez que exerce pressão direta sobre o devedor, incentivando-o a cumprir sua obrigação. O objetivo dessa medida é coagir o inadimplente a pagar o que deve, e não o punir criminalmente, preservando, assim, a função reparadora dessa ação.

b) Apreensão de bens e congelamento de contas: embora certos bens, como salários e poupanças, sejam tradicionalmente protegidos contra penhora, essa regra não se aplica em casos de pensão alimentícia. O artigo 833, inciso IV, do Código de Processo Civil permite a apreensão de bens do devedor como garantia do pagamento. Caio Mário da Silva Pereira (2024) destaca que essa medida é eficaz por atingir diretamente o patrimônio do inadimplente, forçando-o a cumprir sua obrigação.

c) Penhora de salário: a penhora de parte do salário é outra medida autorizada para garantir o pagamento regular da pensão. Segundo o Código de Processo Civil, até 50% da renda líquida do devedor pode ser destinada ao pagamento da dívida alimentar, assegurando o equilíbrio entre as necessidades do alimentando e a capacidade financeira do alimentante. Essa medida, conforme Diniz (2024), é crucial para garantir a previsibilidade e a segurança no cumprimento da obrigação alimentar.

d) Inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes: a inscrição do devedor em cadastros como SPC e Serasa é uma medida coercitiva adicional prevista no artigo 782, § 3º, do Código de Processo Civil. Essa ação compromete o crédito do inadimplente e dificulta seu acesso a financiamentos e outros serviços financeiros, aumentando a pressão para o pagamento. Como observa Madaleno (2021), essa ferramenta tem caráter dissuasório e busca evitar o prolongamento da inadimplência.

e) Suspensão de documentos como carteira de motorista e passaporte: medida introduzida pela reforma do Código de Processo Civil de 2015, a suspensão de documentos, como carteira de motorista e passaporte, tem sido aplicada quando as demais sanções se mostram ineficazes. Essa limitação de direitos visa pressionar o devedor a cumprir suas obrigações, sem violar excessivamente sua dignidade. Segundo Dias (2005), a suspensão é uma forma legítima de garantir os direitos fundamentais das crianças, equilibrando a proteção dos menores com o respeito às garantias do devedor.

Essas medidas, apesar de rigorosas, são imprescindíveis para assegurar a efetividade do direito à pensão alimentícia, promovendo a dignidade das crianças e adolescentes e fortalecendo a justiça social.

Resultados e discussão

A responsabilidade alimentar constitui uma das principais garantias de proteção ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, com base na solidariedade familiar e no princípio da dignidade da pessoa humana. Esse direito fundamental é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a proteção integral como prioridade para esse grupo vulnerável (Brasil, 1988).

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro, complementado pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula a obrigação de prestar alimentos, buscando equilibrar o dever familiar com a necessidade de proteção dos menores.

A Constituição Federal e o ECA atribuem aos pais a responsabilidade primária de sustento dos filhos, obrigação que está intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana (Sarlet, 2024). Contudo, em casos de incapacidade ou inadimplência dos pais, a legislação prevê a possibilidade de responsabilização subsidiária de outros parentes próximos, como avós. Esse entendimento é corroborado pelo artigo 1.696 do Código Civil, que determina a solidariedade familiar na prestação de alimentos (Brasil, 2002). Conforme esclarece a Súmula 596 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), essa obrigação subsidiária tem natureza complementar, aplicando-se apenas quando a total ou parcial impossibilidade de cumprimento pelos pais for demonstrada (Brasil, 2017).

Na perspectiva doutrinária, a responsabilidade alimentar possui caráter jurídico, social e moral. Aguiar Júnior (2004) destaca que a obrigação alimentar transcende o simples aporte financeiro, representando um dever ético que visa assegurar o desenvolvimento digno do menor. Para Pereira (2024), a dignidade da pessoa humana impõe que essa responsabilidade seja exercida com proporcionalidade, evitando sobrecargas indevidas aos parentes subsidiários. Essa visão é corroborada por Gonçalves (2021), que reforça a necessidade de um exame cuidadoso das condições financeiras e das relações de afeto na responsabilização de familiares próximos.

O inadimplemento da pensão alimentícia pode gerar impactos graves no bem-estar físico e emocional do alimentado. Cahali (1998) observa que, ao comprometer a subsistência do menor, o não pagamento atenta contra sua dignidade e qualidade de vida. Para enfrentar essa situação, o ordenamento jurídico prevê medidas coercitivas, como prisão civil, penhora de bens e bloqueio de contas. Apesar de sua rigidez, essas ações são essenciais para garantir a proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes (Dias, 2005; Madaleno, 2021). Contudo, Nader (2015) e Diniz (2024) enfatizam que tais medidas devem ser aplicadas com moderação, assegurando que a proteção ao menor não implique violação da dignidade dos responsáveis.

A jurisprudência brasileira reforça essa abordagem equilibrada. No Acórdão 1260823, o STJ reafirmou a necessidade de que a responsabilização subsidiária observe critérios de proporcionalidade e razoabilidade, considerando a condição financeira dos familiares e a impossibilidade dos pais (Brasil, 2020). Já no Agravo Interno no Recurso Especial nº 740.032/BA, o Tribunal reiterou que a responsabilidade dos avós deve ser interpretada como exceção, garantindo o direito do menor sem comprometer a dignidade dos responsáveis subsidiários (Brasil, 2019).

Além do dito, é pertinente enfatizar que a responsabilidade alimentar no Direito de Família brasileiro se revela como um mecanismo jurídico essencial para assegurar o desenvolvimento digno de crianças e adolescentes. Para além de uma obrigação financeira, representa um compromisso ético e social baseado nos princípios da dignidade e da solidariedade familiar. A doutrina e a jurisprudência destacam a necessidade de aplicação cuidadosa e proporcional das normas, promovendo a justiça sem gerar sobrecargas indevidas. Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas e a adoção de medidas que priorizem os interesses dos menores são fundamentais para garantir uma sociedade mais justa e solidária.

Desta feita, cabe mencionar que os resultados deste estudo evidenciam que a pensão alimentícia é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, sendo os pais os principais responsáveis por seu cumprimento. Apenas em situações de comprovada impossibilidade dos pais é que os avós, na condição de parentes mais próximos, podem ser chamados a contribuir, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa responsabilidade subsidiária não substitui, mas complementa as obrigações dos pais, aplicando-se exclusivamente

quando estes não conseguem arcar com os custos necessários para o sustento do menor. O objetivo é assegurar o direito à subsistência sem comprometer indevidamente os familiares envolvidos.

Durante a análise, observou-se que a inadimplência da pensão alimentícia provoca graves impactos no desenvolvimento social e emocional do menor. Doutrinadores como Carlos Roberto Gonçalves destacam que o não pagamento compromete diretamente a qualidade de vida, o bem-estar psicológico e até mesmo a dignidade do alimentado. Para enfrentar essa situação, o ordenamento jurídico prevê a adoção de medidas coercitivas, como prisão civil, penhora de bens e bloqueio de contas. Essas medidas, embora rigorosas, têm por finalidade assegurar o cumprimento da obrigação alimentar e proteger o menor.

No entanto, a aplicação dessas medidas exige moderação e proporcionalidade, de modo a equilibrar a proteção dos direitos do menor com a dignidade dos pais ou parentes responsáveis. O uso indiscriminado de tais ações pode gerar uma sobrecarga financeira ou emocional nos familiares chamados a contribuir de forma subsidiária, especialmente quando as condições financeiras destes são limitadas. Assim, tanto a doutrina quanto a jurisprudência buscam assegurar o direito do menor ao sustento, sem desconsiderar as condições e a dignidade dos responsáveis subsidiários.

Dessa forma, o estudo conclui que a pensão alimentícia desempenha um papel central na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, sendo essencial para garantir sua segurança, desenvolvimento e dignidade. O sistema jurídico brasileiro, ao regulamentar a responsabilidade subsidiária, visa proteger os interesses do menor, mas com a devida cautela, promovendo a justiça sem comprometer o equilíbrio familiar.

Considerações finais

A pesquisa destacou a relevância e a complexidade da responsabilidade alimentar, especialmente no que se refere à pensão alimentícia destinada a menores. Esse direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal e pelo Código Civil Brasileiro, está profundamente vinculado aos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade familiar. Esses princípios configuram a pensão alimentícia não apenas como uma obrigação financeira, mas também como um dever social e moral indispensável para o desenvolvimento digno de crianças e adolescentes.

No ordenamento jurídico brasileiro, os pais, particularmente o pai, possuem a responsabilidade primária de sustentar os filhos. Esse dever transcende o âmbito privado, assumindo uma dimensão pública que envolve também o Estado e a sociedade. Contudo, em casos de inadimplência ou incapacidade dos pais, a legislação, por meio dos artigos 1.696 e 1.697 do Código Civil, prevê a possibilidade de responsabilização de outros parentes, como avós e irmãos. Essa previsão jurídica busca assegurar a subsistência e a proteção do menor, ampliando a rede de apoio familiar quando necessário.

As consequências do não pagamento da pensão alimentícia são graves e repercutem nas esferas jurídica, social e emocional. A inadimplência compromete a qualidade de vida e o desenvolvimento psicológico do menor, colocando-o em situação de vulnerabilidade e ferindo sua dignidade humana. Para garantir o cumprimento dessa obrigação, o ordenamento jurídico dispõe de medidas coercitivas, como a prisão civil, a penhora de bens e o bloqueio de contas bancárias. Embora essas ações sejam rigorosas, sua aplicação é essencial para assegurar os direitos das crianças e adolescentes e promover a justiça.

A pesquisa concluiu que a responsabilidade alimentar subsidiária exige uma aplicação criteriosa e proporcional. Antes de responsabilizar outros parentes, como avós, é necessário avaliar as condições financeiras e as relações de afeto envolvidas, conforme defendido por doutrinadores como Maria Helena Diniz e Caio Mário da Silva Pereira. Esse cuidado reflete a prioridade da

responsabilidade dos pais, acionando parentes próximos apenas em casos de real necessidade, de modo a equilibrar o dever familiar com a dignidade financeira dos responsáveis subsidiários.

Por fim, a pensão alimentícia não é apenas uma obrigação jurídica; trata-se de um direito essencial para garantir a justiça social e promover uma sociedade mais solidária e protetiva em relação aos seus membros mais vulneráveis. Nesse contexto, é fundamental fortalecer políticas públicas e assegurar a aplicação eficaz das normas de proteção aos menores, incluindo o uso de medidas coercitivas adequadas. Assim, pode-se garantir a segurança, o desenvolvimento e a dignidade de todas as crianças e adolescentes brasileiros.

Diante das discussões apresentadas, diversas possibilidades de pesquisa futura emergem como relevantes para aprofundar o estudo sobre a responsabilidade alimentar e seus impactos. Uma abordagem interessante seria a análise comparativa de sistemas jurídicos, examinando como outros países regulam a responsabilidade alimentar e as medidas coercitivas em caso de inadimplência, comparando-os ao modelo brasileiro. Além disso, estudos sobre os impactos psicológicos e sociais da falta de pagamento da pensão alimentícia podem contribuir para entender como essa ausência compromete o desenvolvimento emocional, social e educacional de crianças e adolescentes. Também se mostra pertinente investigar a efetividade das medidas coercitivas, como prisão civil e bloqueio de bens, analisando sua eficiência e possíveis repercussões para os envolvidos.

Outro campo de investigação seria o estudo das condições e limites da responsabilidade subsidiária de parentes próximos, com foco nos critérios aplicados pela jurisprudência e nas implicações financeiras e sociais para os responsáveis. O papel do Estado nesse cenário também merece destaque, explorando como políticas públicas ou fundos de garantia poderiam contribuir para a segurança econômica de crianças e adolescentes. Aspectos de gênero, relações de afeto e suas intersecções com a responsabilidade alimentar poderiam ser analisados, especialmente em contextos de desigualdade econômica ou famílias recompostas.

Ademais, estudos sobre o impacto econômico da pensão alimentícia em famílias de diferentes contextos socioeconômicos e pesquisas voltadas à conscientização e educação sobre a importância do cumprimento dessa obrigação poderiam oferecer contribuições práticas para reduzir conflitos e promover maior equilíbrio nas relações familiares. Por fim, investigar a judicialização de casos de pensão alimentícia, com ênfase nos fatores que levam ao litígio e em estratégias para fomentar acordos extrajudiciais, poderia fornecer soluções mais eficientes para a proteção do direito ao sustento. Essas perspectivas abrem caminhos para novas reflexões e propostas que fortaleçam a justiça social e garantam a dignidade das crianças e adolescentes brasileiros.

Referências

- ACÓRDÃO 1260823, 07098411120208070000.** Relator: Sandra Reves. Segunda Turma Cível, data de julgamento: 1 jul. 2020. Publicado no DJE: 2020.
- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. Responsabilidade civil no Direito de Família. In: WELTER, Belmiro Pedro; MADALENO, Rolf Hanssen (coord.). **Direitos fundamentais do Direito de Família.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso Especial nº 740.032/BA**. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília, DF: STJ, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/514576677/inteiro-teor-514576687>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 596. A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais. Segunda Seção, julgado em 8 nov. 2017. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=016490>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Volume 6 - Direito das Sucessões. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro – Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 2021.
- MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Volume 5: Direito de Família. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Volume IV - Direito de Família. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.
- STOLZE, Pablo; PAMPLONA, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2024.
- TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. São Paulo: Método, 2022.
- VELOSO, Zeno. **Coronavírus: Impactos no Direito de Família e Sucessões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

O LUGAR NA LITERATURA GOIANA: ESTUDO DO MILAGRE NO CONTO *EM QUE O MISTÉRIO DA CONVENIÊNCIA EXPLICA A CONVENIÊNCIA DO MISTÉRIO*, DE BERNARDO ÉLIS

Rafael Sarto Muller⁴⁰
Hugo de Carvalho Sobrinho⁴¹

Resumo

Este texto aborda o conceito geográfico de *lugar* na literatura goiana, tendo por base o conto *Em que mistério da conveniência explica a conveniência do mistério* [1965], de Bernardo Élis. Metodologicamente, aborda o espaço geográfico e as dimensões do lugar na teoria geográfica e o lugar do milagre no conto apresentado. Como resultado, o milagre apresenta-se ora como fenômeno abstrato, ora como fenômeno material, assumindo lugares (relações) diversas a depender das interações entre personagens. Concluiu-se adicionalmente que a interdisciplinaridade depende da mudança paradigmática nos objetos disciplinares e, no caso específico em estudo, que o caráter genérico dos conceitos de *lugar* e *espaço* geográficos baseados apenas em espacialidade abstrata (fixos e fluxos) e afetividades (no caso do conceito de *lugar*) foi basilar para encaixá-los no espaço ficcional do conto e comportamentos dos personagens.

Palavras-chave: Geografia; literatura; lugar; milagre.

Abstract

This text addresses the geographical concept of place in Goiás literature, based on the short story *In que mystery of convenience explains the convenience of mystery* [1965], by Bernardo Élis. Methodologically, it addresses geographic space and the dimensions of place in geographic theory and the place of the miracle in the story presented. As a result, the miracle presents itself sometimes as an abstract phenomenon, sometimes as a material phenomenon, assuming different places (relations) depending on the interactions between characters. It was additionally concluded that interdisciplinarity depends on the paradigmatic change in disciplinary objects and, in the specific case under study, that the generic character of the concepts of place and geographic space based only on abstract spatiality (fixes and flows) and affectivities (in the case of the concept of place) was essential to fit them into the fictional space of the story and the characters' behaviors.

Keywords: Geography; literature; place; miracle.

⁴⁰ Doutor em Letras - Literaturas de Língua Portuguesa. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. E-mail de contato: rafaelmuller776@gmail.com

⁴¹ Doutor em Geografia - Gestão Ambiental e Territorial. Mestre em Geografia. E-mail de contato: hugo.carvalhosobrinho@gmail.com

Introdução

O processo de elaboração e refinamento das teorias científicas inicia-se com uma etapa de livre criação, eventualmente melindrosa e de futuro incerto, mas essencial à abertura de novas perspectivas no conhecimento humano (Silva, 2024). Na contemporaneidade, interseccionam-se algumas demandas do conhecimento desse tipo: pela interdisciplinaridade, pela afetividade e pela comunicabilidade, de modo a cooperar para a construção de um ideal de mundo.

Impelidos por isso é que arriscamos no presente exercício: a partir de um texto literário local, fazê-lo dialogar com um dos conceitos estruturantes do estudo da teoria geográfica - o lugar - e o conceito abstrato de milagre (algo filosófico ou religioso), na esperança de, com isso, expandir os limites de nossa interpretação de mundo, para além da interpretação proposta ao texto literário, trazendo elementos que podem ser explorados em contextos também geográficos.

A Geografia e a Literatura são duas formas de conhecimento que possuem raízes comuns e uma relação histórica indissociável. Seus conhecimentos se juntam, cada um à sua maneira, construindo novos mundos a partir da relação criativa da razão-emoção-imaginação, como identificamos no conto analisado (Marandola Jr; Oliveira, 2009).

Nosso objeto literário de estudo é o conto *Em que o mistério da conveniência explica a conveniência do mistério* [1965], de Bernardo Élis. O autor, formado em Direito e em Letras Neolatinas, fora professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O conto acompanha um promotor de justiça jovem, cético, como protagonista. Na trama, o coronel Quinca Batista, o mais poderoso homem de uma cidade do interior de Goiás, tenta convencê-lo da existência do milagre ao narrar a sua história de enriquecimento. Os modos como a noção de milagre e as relações que a crença ou não no milagre fazem os personagens se relacionarem entre si e com o espaço serão objeto do presente texto para se pensar as dimensões do lugar e a interdisciplinaridade do texto literário com a geografia.

Na primeira seção do artigo, abordaremos os aspectos essenciais dos conceitos basilares da teoria geográfica para que os possamos buscar e identificar no texto literário posteriormente. Na segunda seção, em poder de tais conceitos, trataremos dos modos como são aplicados e seus significados criados no conto - e o que se pode extrapolar para a leitura de mundo a partir da leitura do texto.

Espaço Geográfico e as dimensões do lugar

As teorias científicas devem encaminhar-se para um código em comum, uma linguagem que permita a sua comunicabilidade, de modo que cada disciplina possa cooperar com a seguinte. Dificilmente poderíamos descrever com algum grau de detalhismo determinadas relações entre geografia e literatura se as categorias geográficas não fossem adaptadas ao atual estágio da ciência.

Em linhas gerais, as teorias evoluem de seus aspectos mais intuitivos, indutivos e empíricos (a partir da experiência imediata) para formas mais dedutivas, abstratas e racionais (axiomas que, aparentemente, são aplicáveis aos mais diversos fenômenos da realidade) (Silva, 2024). Trata-se de um exercício de acolhimento: adaptar nosso modo de ler o mundo (teoria) para que possamos incluir a experiência vivida em nossa compreensão.

Na geografia, o caminho não parece ter sido diferente. A categoria de estudo, *paisagem*, tinha (e ainda tem em algumas abordagens) como dimensão essencial o elemento visível do espaço geográfico, aquilo que os olhos alcançam, num registro fotográfico e que exclui o aspecto temporal (Rocha, 2008). Com o avanço da técnica e colaborações de outras áreas, os elementos interiores da paisagem (até então obscuro, que remete a outros significados) entram em debate, exigindo que outras

categorias fossem debatidas com mais força tal como o *território*, quando incluem as relações de poder e o histórico das correlações de forças que fazem com que a paisagem se mostre como se mostra (Rocha, 2008); *lugar*, quando incluem os significados individuais da experiência vivida pelos sujeitos na paisagem (Rocha, 2008; Macêdo, 2016).

Considerando-se a origem em comum de tais estudos, para que a disciplina não se desmembrasse em reducionismos, passou a ser necessária a criação de uma categoria que fosse capaz de acolher todas⁴² essas, ainda que cada uma mantivesse um enfoque preferencial.

Assim, surge a ideia de que a geografia é construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 2017). Sendo que o conjunto desses fixos, materializados em cada lugar, permite ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos e renovados criam condições ambientais e sociais que redefinem o lugar. Para esse autor, “o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2017, p. 21). É um alinhamento construído por ele para a contribuição, entendimento e proposição do objeto de estudo da Geografia, ou seja, o *espaço geográfico*, sendo que nele há conceitos estruturantes que analisam esse mesmo espaço geográfico em variadas perspectivas.

Surge, então, o *espaço* geográfico, cuja apreensão direta é impossível justamente por seu caráter metafísico/abstrato (Tuan, 2011). Não se trata de algo material ou concreto como o fenômeno em si (que poderia ser analisado como *paisagem*, *território* ou *lugar*), mas uma dimensão desse fenômeno (Tuan, 2011): tanto a paisagem vista, quanto às lutas históricas de poder ou as relações intersubjetivas ocorrem em um *espaço*, que poderá ser cunhado como *paisagem*, *território* ou *lugar* conforme a escolha de estudo do pesquisador.

Partindo-se, então, do *espaço*, a subcategoria a ser escolhida acabará por indicar com quais disciplinas a geografia provavelmente interagirá. Perspectivado o *território*, as questões econômicas, sociológicas e da politologia ganham destaque. Perspectivado o *lugar*, as questões subjetivas - cognição, aprendizagem, pedagogia, psicologia, interpretação, linguagem, história de vida. São os objetos/categorias de estudo dessas disciplinas, então, as dimensões do *lugar* na teoria geográfica que nos servirão de ponte para tecer diálogos interdisciplinares com a literatura, algo que só fora possível, antes, com o abstrato *espaço* geográfico.

Assim, a Geografia dispõe de aporte teórico e conceitual que possibilita a análise de fenômenos espaciais em distintas perspectivas - inclusive por meio da literatura - que se efetua por meio de conceitos estruturantes (Pires, 2009), dentre os quais destaca-se o lugar. Por seu intermédio, é possível analisar, também, a paisagem, o território, a região, entre outros temas, conceitos e/ou categorias. O lugar se constitui recurso para a compreensão da espacialidade dos sujeitos e viabiliza a construção de significados vividos por uma dada comunidade, num dado local, passíveis de mediação para entendimento da própria totalidade e, consequentemente, do processo de produção e reprodução do espaço (Carvalho Sobrinho, 2021).

⁴² Alguns autores consideram ainda a categoria *região* como própria da geografia. Como a *região* se configura como um conjunto de atributos abstratos escolhidos a priori pelo pesquisador para fins de pesquisas comparadas, entendemos que a *região* não se adequaria tão bem à noção de *categoria empírica* da geografia, mas mais como uma etapa da construção metodológica de agregação escalar de fenômenos, um passo da testagem experimental da pesquisa posterior à sua fase dedutiva. Por exemplo, ao optar-se por considerar uma cidade como *lugar* ou *paisagem* ou *território* a ser estudado, em vez de apenas um bairro, isso se dá porque, segundo os objetivos de pesquisa do pesquisador, os bairros daquela cidade podem ser agregados e as suas idiossincrasias ignoradas provisoriamente, de modo que a *região* (recorte) fica sendo a cidade e não os bairros.

Fazer interdisciplinaridade, diferentemente do que se pensa de modo ordinário, não se trata de justapor temas de duas disciplinas ou abordar o mesmo objeto com perspectivas de duas disciplinas diferentes, mas encontrar modos de traduzir os métodos de uma disciplina para a outra, numa linguagem comum ou num *metamétodo* comum. Dirá Tonet (2013):

Não basta ter boa vontade ou envidar esforços ou criar novos métodos a talante do sujeito. É preciso assumir e dominar o método que, tendo se originado, em seus fundamentos, do mundo, permita voltar a ele para compreendê-lo como uma totalidade e segundo a sua lógica própria e não ao arbítrio do sujeito.

Isso porque a interdisciplinaridade como feita mormente hoje está mal equacionada. Da mesma forma que na passagem das categorias geográficas *paisagem*, *território* e *lugar* para o *espaço geográfico* operou-se uma redução do número de critérios essenciais (passou a bastar a espacialidade abstrata) e isso ampliou o alcance da geografia, com a redução dos critérios essenciais de outras disciplinas pode-se chegar a fazer coincidir as categorias de duas disciplinas diferentes, atingindo o ponto da interdisciplinaridade. Logo, toda teoria interdisciplinar é uma metateoria e, qualquer que seja a metateoria escolhida para trabalho, ela será muito similarmente suficiente para os designios dos estudos interdisciplinares.

O *espaço* e o *lugar* geográficos enquanto um sistema dinâmico de sujeitos e ações (os fixos e fluxos de Milton Santos) no espaço equivale, metafisicamente, ao sistema de sujeitos, objetos e atividades da Teoria da Atividade de Leontiev (2014); ou ao conjunto de propriedades e relações das quais a linguagem é capaz de tratar, como filósofos da linguagem (Leibniz) (Moreira, 2005) ou literatos (Kafka) o abordaram; ou ao sistema de interinfluências históricas composto pelo indivíduo e seu ambiente físico e social nos modos de agir de ambos, na teoria de Skinner (1974); ou na Teoria Geral dos Sistemas de Hall e Fagen, conforme aplicada às interações humanas e intersubjetivas por Watzlawick, Beavin e Jackson (1993), em que os sujeitos modificam o sistema e são mudados por ele continuamente no meio em que estão; e assim por diante.

As metateorias, pelo seu alto grau de generalidade, ganham caráter totalizante. Há o risco de tal caráter recair em absolutismo cognitivos aos moldes da inquestionabilidade do sagrado, típico de determinadas religiões. São teorias onipotentes. O seu uso pelo pesquisador (arbítrio do sujeito) poderá tanto apenas engrandecer o seu poder de influência perante o mundo acadêmico (já que são teorias potencialmente inquestionáveis e glamourosas) ou, tendo-se conhecimento do caráter de totalidade desse método, usá-lo segundo essa lógica própria (baseada em categorias abstratas e amplas) que é útil à interdisciplinaridade, colaborando para o esclarecimento do conhecimento humano sobre o mundo.

Isso posto, passamos à leitura do conto.

O lugar do milagre no conto de Bernardo Élis

Terry Eagleton (2019) defende que atenção especial deve ser dada - para além do título - ao primeiro parágrafo de cada história: é nele que o autor estabelece o quadro de referência pretendido que o leitor assuma (ainda que o leitor possa agir arbitraria e diferentemente se assim o desejar) (Iser, 1999).

Em que o mistério da conveniência explica a conveniência do mistério começa da seguinte forma:

- “Toda hora tá assucedendo milagre por aí. O negócio é que a gente não sabe - afirmou o coronel Quinca Batista naquele seu modo pausado e peremptório de conversar. Tal afirmação quase esmagou a discussão que se acalorava em torno do assunto milagre, mas o Promotor de Justiça não se deu por vencido. Havia lido os argumentos de Voltaire sobre a matéria e se sentia sinceramente

interessado em deslindar, para bem da humanidade, tão intrincado quanto eterno e fútil problema. Assim, retrucou que embora todo mundo falasse em milagres, ele nunca presenciara nenhum, nem nunca ouvira o testemunho de uma pessoa honesta, inteligente e que fosse digna de fé (p.47).

Em primeira mão há a tematização do milagre e a referência intertextual a Voltaire, um filósofo de fundo cético que defendia a definição de milagre enquanto aquilo que é admirável e que, portanto, a bela prazer do sujeito, tudo era passível de admiração, podendo tudo ser milagre ou não, à sua revelia também.

De pontos em comum, já no primeiro parágrafo do texto, temos o recurso a uma teoria totalizante e arbitrária: na filosofia de Voltaire, tudo pode ser milagre [admirável] ou não conforme o designio de quem ouve uma história; na literatura, o leitor pode interpretar o que bem entender a partir de elementos do texto, sejam as relações entre as palavras e os significados escolhidos mais fortes ou mais fracas (Iser, 1999); nas metateorias (ou teorias de sistemas), “existe sempre alguma espécie de relação, por mais espúria que seja, entre quaisquer objetos” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993, p. 109), sendo que a “decisão sobre quais são as relações importantes e quais as triviais compete à pessoa que trata do problema” (Hall; Fagen, 1962, p. 18 apud Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993, p. 110); na geografia, a experiência do vivido de um sujeito pode variar indefinidamente a partir das relações que estabelece com a natureza, paisagem, local e sujeitos no espaço a seu redor, num amplo sistema de ações (Rocha, 2008).

Para que essas aproximações se sustentem, do ponto de vista das relações de poder (e valor), é preciso que a noção de milagre seja conotada como algo grandioso, importante, algo a ser considerado como categoria de análise pela pessoa que trata o problema. Dá muito poder ao milagre inclusive aquele sujeito que emprega um hercúleo esforço em prová-lo inexistente. Se, nas teorias científicas, fica a cargo do pesquisador a escolha de seu objeto ou problema de pesquisa - e, ao escolhê-lo, dá-lhe o poder - , na literatura também assim o faz o escritor ao tematizá-lo. Em termos metodológicos, entretanto, na ciência defende-se uma justificativa para o problema, enquanto na literatura forjam-se enredos que sugestionam essa justificativa. No conto, é a característica cultural local associada a um argumento de maioria - “todo mundo falasse em milagres” (Élis, 1996, p. 47) - ou a um argumento subjetivo - “testemunho de uma pessoa honesta, inteligente e que fosse digna de fé” (Élis, 1996, p. 47) - que vai justificar a escolha do tema *milagre*.

A palavra “milagre” não vai no título do conto. Em vez disso, “mistério” e “conveniência” em relação tautológica e explicativa. Duas ideias estão dispostas: o mistério (o não esclarecimento) é conveniente; a conveniência é um mistério (não está completamente explicada). Milagre, ainda que Voltaire o apontasse como admirável, está associado ao impossível no imaginário popular - e, em termos de *lugar* geográfico, o autor é goiano e o conto retrata a cultura local do interior de Goiás. O próprio título gera a sensação de impossível: se a conveniência (decisões egoísticas dos personagens) não está bem explicada e pressupõe-se que é bom que seja explicada, o mistério (a não-explicação) não seria de interesse de ninguém, mas o título do conto afirma que é, gerando a contradição.

Toda contradição é meramente aparente. Uma vez comunicadas às contingências em que as afirmações são produzidas, a contradição se desfaz. No caso anterior, a contradição é criada pelo juízo de valor arbitrário de que “é bom que a conveniência seja explicada”, trazido pelo leitor, mas que não faz parte do quadro de referência da cultura local descrita no conto: para os personagens do conto, a ignorância [deliberada] é vantajosa. Os personagens, com suas experiências vividas, não compartilham de valores abstratos. A conveniência é a valorização da experiência concreta imediata, enquanto o agir socialmente engajado é (seria) a valorização de valores abstratos.

No enredo do conto, o coronel Quinca Batista relata que enriquecera depois de se apropriar de uma imensa quantia de dinheiro que encontrara numa igreja. Ignorou que o dinheiro pudesse pertencer a outra pessoa, interpretou-se tratar de milagre e tornou-se poderoso. A manutenção do mistério sobre a origem do dinheiro fora-lhe conveniente. Quinca Batista conta esse caso ao Promotor de Justiça como prova de um milagre. Para o Promotor, Quinca Batista cumpre, nesse momento do conto, os critérios de pessoa honesta, inteligente e digna de fé.

O promotor, já sem Quinca Batista em cena, presencia uma contenda em que um bêbado agride mulher e filhos proibindo-os de ir à missa do galo, em ato de revolta contra Deus. Contudo, o bêbado relata-lhe que a sua desgraça e de sua família deu-se após perder uma imensa quantia de dinheiro em uma igreja que era direcionado a negócios e, uma vez frustrados, seguiram-se dívidas e privações. Interpreta-se que se trata da história complementar ao milagre de Quinca Batista.

Por fim, o promotor procura Quinca Batista. No trajeto, reflete sobre o mistério desvendado e a conveniência: os prejuízos de enfrentar o coronel, pessoa mais poderosa do local, envovia danos às suas relações pessoais (era noivo da filha do coronel), profissionais e até com o espaço - o risco de, sendo perseguido e temendo por sua vida, ter-se de desaparecer do lugar. Chega à conclusão que é conveniente para si manter o mistério como tal e, ao encontrar o coronel, diz-lhe apenas “- Existe o milagre, coronel, eu me converti. Eu agora acredito no milagre do seu dinheiro” (Elis, 1965, p. 55) e, na cidade, correria a notícia de que mais um milagre corria o mundo - a conversão do Promotor.

Sistematizando tais elementos em relação ao *milagre*, temos:

- a) Para Quinca Batista: publicamente afirma existir; privativamente não se importa; sendo um representante do *status quo*, mantém-se inalterado ao longo do conto.
- b) Para o Promotor: publicamente afirmava não existir (cético), mas passa a confirmar; privativamente acredita não existir. Passa da coerência entre público e privado (pela não existência) para a incoerência (existência pública, não-existência privada). A tese pela não-existência privada, ainda que haja a fala ao final afirmando-o, dá-se por ser uma comunicação pública do Promotor ao coronel e pelo adjunto “do seu dinheiro” em “milagre do seu dinheiro”, que sugere haver aí uma ironia que exclui o caráter místico do milagre (o impossível do senso comum) e voltar a Voltaire (o dinheiro é admirável, um milagre, para o Promotor).
- c) Para o bêbado: publicamente afirma não existir (cético) e privativamente acredita não existir. Mantém coerência.
- d) Para “todo mundo”: pública e privadamente afirmam existir. Mantém coerência (que é, inclusive, reforçada ao final).

Uma primeira conclusão parcial é pela inalteração a respeito das crenças privadas no milagre: nenhum dos personagens muda a sua posição inicial, o que pode ser creditado ao caráter totalitário da própria categoria *milagre*, como anteriormente o expusemos. A única possibilidade de mudança da crença no milagre dava-se através dos dois métodos também mencionados, ambos baseados em autoridade: a autoridade da maioria, ou a autoridade do testemunho do sujeito com os atributos honesto, inteligente e digno de fé.

Personagem a personagem, na passagem do privado para o público - tentativa de convencimento de seu interlocutor - temos: a) “todo mundo” vale-se do argumento de autoridade da maioria; b) o bêbado não cumpre requisitos nem de maioria, pois está isolado da sociedade por sua miséria, e nem dos outros atributos, pois estes estão, no quadro de referência do imaginário popular, associados à riqueza, como se vê na figura do coronel; c) o coronel é a incorporação da máxima soberania, de modo que a sua crença coincide, por definição, com a verdade⁴³; d) os elementos contingenciais (conveniência) fazem com que, na origem, o Promotor já sequer se esforce em convencer alguém, optando por concordar com o coronel.

O Promotor passa de um estado de revolta - ao ouvir a história do bêbado - para um estado de permeabilidade a seu contexto. Segundo Camus (1999), a revolta configura-se como aquele critério para além do qual o sujeito decide por automatizar uma decisão sua, estabelecer-se a si mesmo uma autorregra. A partir desse ponto, identificada uma condição para a qual o sujeito é um revoltado, ele ignora o contexto. Suas decisões estão, portanto, pautadas numa hierarquia de valores racionalizada, em que há clareza da sua revolta, e não mais condicionadas a sentimentos diversos - medo, expectativas de vantagens pessoais e assim por diante.

A possibilidade de mudar a concepção de *milagre* no conto restava nas mãos do Promotor, caso sustentasse a sua condição de revoltado que fora desenhada inicialmente. Isso se daria, como também tratado, a partir da explicação e comunicação de toda a história - o processo de tomada de consciência e a profusão do conhecimento amplo são ensaiados, nos seus diversos aspectos, algo próprio da proposta das ciências contemporâneas sob paradigma da interdisciplinaridade e complexidade.

As experiências sentimentais vividas, entretanto, são trazidas à baila, mas não ponderadas com outros aspectos da *paisagem* que se forma perante o Promotor. Degringola o seu agir contrário ao milagre porque é mantido oculto (mistério) o conhecimento a respeito do método decisional individual (a decisão, revoltada ou conveniente, dá-se anteriormente, é uma decisão previamente já tomada a partir de uma hierarquia de valores autodefinida, mais ou menos consciente a depender do sujeito). Se para superar o mistério é preciso a racionalidade (eis o critério de inteligência), a autossubordinação aos sentimentos não pode ser considerado um critério de inteligência.

Outra forma de dizê-lo será afirmar que o promotor se mostra não ser um sujeito inteligente, de modo que seu testemunho não é apto a desfazer o milagre. O milagre é o fantoche da autoridade máxima (milagre do coronel, milagre do dinheiro, milagre sagrado para a maioria). Ele será, entretanto, inteligente caso o conceito de inteligência seja escolhido diferente: inteligente aquele que maximiza suas vantagens, reduz seus desgostos, de modo que a escolha conveniente seria uma inteligência (ou esperteza). Trata-se de uma racionalidade outra, mas que resulta igual: oculta-se, interesseiramente, o caráter imperativo categórico da revolta (que era um repertório do Promotor), retornando ao mistério da conveniência e conveniência do mistério.

Trata-se, portanto, de um sistema de premissas e ações: pode-se dizer que o Promotor é inteligente e racional por agir convenientemente [desde que a inteligência e racionalidade seja maximizar suas próprias vantagens] ou que não é inteligente e racional por agir convenientemente [desde que a inteligência e a racionalidade seja maximizar as vantagens sociais e coletivas, promover o progresso do conhecimento e consciência de todos]. Em ambos os casos, as premissas [aqui postas entre colchetes] não são explicitamente declaradas e o mistério segue unânime e soberano. O mistério é um milagre. Expostas as premissas aqui, o mistério perde sua força e nós, leitores, não enxergamos milagre algum ocorrendo no texto.

⁴³ Conforme Muller (2023, p. 18), “a verdade é o que a autoridade diz”. Para a demonstração desse raciocínio, consultar Muller (2023).

Há no *espaço geográfico* dedicado ao conto, portanto, uma confluência de possibilidades de leituras geográficas. A *paisagem* enquanto recorte fotográfico de um espaço em relação a seus sujeitos está posta: como nada muda na prática, toda a sociedade é apenas o recorte mostrado. Os *territórios* são bem delimitados: os espaços privados e institucionais por onde circula o coronel, os espaços periféricos guardados ao bêbado. O Estado, pretensamente público na figura do Promotor de Justiça, circula em ambos, mas presta-se aos interesses coronelistas, que coincidem com os seus. Diferenciam-se, também, os *lugares* dos personagens, cujas experiências individuais do vivido - em especial de luxo *versus* miséria - os distanciam grandemente em suas subjetividades e crenças, algo lastreado no fato de o coronel dizer-se digno de fé (um crente, religioso) e o bêbado não, rejeitando à igreja e seus ritos.

Considerações Finais

A relação entre geografia e literatura é retratada por uma geograficidade que é expressa nas relações homem-meio e pode ser verificada nas paisagens, identidades, territorialidades, lugares, na relação de poder e nas experiências cotidianas dos personagens. O conto trata elementos cotidianos, paisagens, migrações, objetos, ações, fixos e fluxos, menções de lugares, tais como Araguari (MG), Uberaba (MG) e Goiás, fruto da experiência vivida pelos personagens em torno do “milagre”.

No bojo da Geografia, os conceitos estruturantes, tais como, paisagem e os lugares não se resumem a processos estáticos, mas de percepção dos sentidos e da imaginação que lhe atribui significado. As paisagens e os lugares descritos no conto não são estáticos como, mas vivos, cheios de cultura, de história, de experiências e de significado.

Essa relação entre literatura e geografia feita por nós, tendo como objeto o conto - *Em que o mistério da conveniência explica a conveniência do mistério*, de Bernardo Élis -, tem como resultado espacialidades e geograficidades diversas e que colocam o “espaço e a geografia como elementos inalienáveis e fundamentais de toda narrativa e não apenas como palcos da trama literária. Este entendimento abre possibilidades de leitura da Literatura” (Marandola Jr; Oliveira, 2009, p. 487).

A nossa intenção foi a busca da compreensão da espacialidade e da geograficidade na obra ficcional, o que foi possível uma vez que “as cores, os sabores e as texturas culturais e geográficas ligam essas duas formas de conhecimento no desenho de geografias literárias e de literaturas geográficas intensas, profundas, realistas, subjetivas, vividas e culturalmente significadas” (Marandola Jr; Oliveira, 2009, p. 503), ou dito em outras palavras, a literatura é um modo narrativo e metafórico de descrição da realidade (Skinner, 1978) ou apenas um pretexto para a leitura da realidade (Muller, 2023).

Referências

- CAMUS, Albert. **O Homem Revoltado**. São Paulo: Record, 1999.
- CARVALHO SOBRINHO, Hugo de. **Educação geográfica e formação cidadã**: o Projeto Nós Propomos! no Distrito Federal/Brasil. 2021. 213 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em:http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/42928/1/2021_HugodeCarvalhoSobrinho.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.
- EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**: um convite [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.
- ÉLIS, Bernardo. **Os melhores contos de Bernardo Élis**. Seleção de Gilberto Mendonça Teles. São Paulo: Global, 1996.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LEONTIEV, Alexei. Atividade e Consciência. **Revista Dialectus**, n. 2, 2014, p. 184-210. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5175/3807>. Acesso em 11 nov. 2024.
- MACÊDO, Helenize Carlos de. Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 5, n. 10, p.

- 152–165, 2016. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/256>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- MARANDOLA JR, Eduardo; OLIVEIRA, Lívia. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4795/3949> Acesso em: 10 nov. 2024.
- MOREIRA, Vivianne de Castilho. **Leibniz & a Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- MULLER, Rafael Sarto. **Anticristos econômicos e as filosofias da antiguidade clássica em Deuses econômicos de Dyonelio Machado**. 2023. 253f. Tese (Doutorado em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Letras_RafaelSartoMuller_30832_TextoCompleto.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.
- PIRES, L. M. **A prática pedagógica do professor de Geografia do Ensino Fundamental**. Dissertação, 2009. 164 f.
- ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço, território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 128–142, 2008. DOI: 10.14393/RCG92715724. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- SILVA, Vinícius Carvalho da. Einstein e o método científico: A construção lógico-dedutiva de sistemas axiomáticos como o método da física teórica. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 421–439, 2024. DOI: 10.5007/2175-7941.2024.e97036. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/97036>. Acesso em: 3 nov. 2024.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social & Sociedade**, p. 725–742, dez. 2013. DOI [10.1590/S0101-66282013000400008](https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400008). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GXvFhStx9X44bbqzhJWQNfs/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- TUAN, Y.-F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista / Space, time, place: a humanistic frame. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, 20 nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1993.

DIVÓRCIO, MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PATRIMONIAL E NOVOS MODELOS DE FAMÍLIA

Sílvia Patrícia Gomes de Góis⁴⁴
Maria Alice Perrenoud Ribeiro da Silva⁴⁵
Petrucia da Costa Paiva Souto⁴⁶

Resumo

O presente estudo aborda a violência contra a mulher e sua tutela jurídica no Brasil, com ênfase na análise da legislação vigente, especialmente a Lei Maria da Penha, e sua aplicação no enfrentamento à violência doméstica. O objetivo geral foi avaliar a efetividade das normas de proteção às mulheres, identificando os desafios enfrentados pelo sistema jurídico na sua implementação. Como objetivos específicos, buscou-se compreender os principais entraves para a aplicação prática da legislação, investigar a articulação entre os serviços de apoio às vítimas e propor sugestões para o aprimoramento das políticas públicas. A problematização central reside na discrepância entre a robustez das normas jurídicas de proteção às mulheres e as dificuldades encontradas na sua execução, especialmente diante da morosidade judicial e da insuficiência de recursos institucionais. Justifica-se a relevância do estudo pela necessidade de fortalecer os mecanismos de combate à violência doméstica, promovendo maior efetividade na garantia dos direitos das mulheres e na mitigação de sua vulnerabilidade social. A metodologia utilizada combinou pesquisa teórica, por meio de revisão bibliográfica em literatura especializada, e análise empírica de dados relacionados a casos de violência doméstica, incluindo estatísticas oficiais e estudos de caso. Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente sobre a efetividade da legislação e os desafios operacionais. Os principais resultados evidenciaram que, apesar de a Lei Maria da Penha ser um marco no enfrentamento à violência doméstica, sua implementação ainda apresenta limitações significativas, como a lentidão nos processos judiciais, a falta de estrutura dos serviços de apoio às vítimas e a necessidade de capacitação adequada dos profissionais envolvidos. Conclui-se que é fundamental aprimorar a integração entre o sistema jurídico e os serviços de assistência, bem como investir em políticas públicas voltadas à prevenção da violência, garantindo maior proteção às mulheres e efetividade na aplicação da legislação.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha. Tutela jurídica. Sistema judiciário. Violência doméstica.

Abstract

This study addresses violence against women and its legal protection in Brazil, with an emphasis on analyzing the existing legislation, particularly the Maria da Penha Law, and its application in combating domestic violence. The general objective was to assess the effectiveness of legal norms for the protection of women, identifying the challenges faced by the legal system in their implementation. Specific objectives included understanding the main obstacles to the practical application of the legislation, investigating the coordination between victim support services, and proposing suggestions for improving public policies. The central problem lies in the discrepancy between the robustness of legal norms for the protection of women and the challenges encountered in their execution, especially regarding judicial delays and insufficient institutional resources. The study's relevance is justified by the need to strengthen mechanisms to combat domestic violence, ensuring greater effectiveness in guaranteeing women's rights and reducing their social vulnerability. The methodology combined theoretical research, through a literature review of specialized sources, and empirical analysis of data related to domestic violence cases, including official statistics and case studies. This approach provided a comprehensive understanding of the effectiveness of the legislation and the operational challenges. The main findings revealed that, although the Maria da Penha Law is a milestone in addressing domestic violence, its implementation still faces significant limitations, such as delays in judicial processes, insufficient support services for victims, and the need for adequate training for involved professionals. The study concludes that it is crucial to improve the integration between the legal system and assistance services, as well as to invest in public policies aimed at violence prevention, ensuring greater protection for women and effectiveness in applying the legislation.

⁴⁴ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: patyohanna59@gmail.com.

⁴⁵ Graduanda em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: alice.perrenoud@gmail.com.

⁴⁶ Professora orientadora no Curso de Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: petrucia.souto@animaeeducacao.com.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/3861641456297503>.

Keywords: Violence against women. Maria da Penha Law. Legal protection. Judiciary system. Domestic violence.

Resumen

El presente estudio aborda la violencia contra la mujer y su protección jurídica en Brasil, con énfasis en el análisis de la legislación vigente, especialmente la Ley María da Penha, y su aplicación en el enfrentamiento a la violencia doméstica. El objetivo general fue evaluar la efectividad de las normas de protección a las mujeres, identificando los desafíos enfrentados por el sistema jurídico en su implementación. Como objetivos específicos, se buscó comprender los principales obstáculos para la aplicación práctica de la legislación, investigar la articulación entre los servicios de apoyo a las víctimas y proponer sugerencias para el mejoramiento de las políticas públicas. El problema central radica en la discrepancia entre la solidez de las normas jurídicas de protección a las mujeres y las dificultades encontradas en su ejecución, especialmente frente a la lentitud judicial y la insuficiencia de recursos institucionales. La relevancia del estudio se justifica por la necesidad de fortalecer los mecanismos de combate a la violencia doméstica, promoviendo una mayor efectividad en la garantía de los derechos de las mujeres y en la mitigación de su vulnerabilidad social. La metodología utilizada combinó investigación teórica, a través de una revisión bibliográfica en literatura especializada, y análisis empírico de datos relacionados con casos de violencia doméstica, incluyendo estadísticas oficiales y estudios de caso. Este enfoque permitió una comprensión amplia sobre la efectividad de la legislación y los desafíos operativos. Los principales resultados evidenciaron que, aunque la Ley María da Penha es un hito en el enfrentamiento a la violencia doméstica, su implementación aún presenta limitaciones significativas, como la lentitud en los procesos judiciales, la falta de estructura de los servicios de apoyo a las víctimas y la necesidad de una capacitación adecuada para los profesionales involucrados. Se concluye que es fundamental mejorar la integración entre el sistema jurídico y los servicios de asistencia, así como invertir en políticas públicas dirigidas a la prevención de la violencia, garantizando una mayor protección a las mujeres y efectividad en la aplicación de la legislación.

Palabras clave: Violencia contra la mujer. Ley María da Penha. Protección jurídica. Sistema judicial. Violencia doméstica.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo abordar a violência patrimonial contra a mulher no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), com foco nos desafios enfrentados por mulheres que, após o divórcio, permanecem em situação de dependência financeira em relação ao ex-cônjuge. A violência patrimonial, reconhecida como uma das modalidades de violência na referida lei, caracteriza-se pela retenção, subtração ou destruição de bens, documentos ou recursos financeiros da vítima. Esses atos comprometem a autonomia econômica da mulher e dificultam sua capacidade de重构uir a vida de forma independente após o término do relacionamento. Embora menos discutida em comparação à violência física ou psicológica, a violência patrimonial causa impactos profundos na vida das mulheres, limitando sua independência financeira e perpetuando desigualdades de poder nos relacionamentos (Brasil, 2006).

Essa problemática torna-se ainda mais relevante ao se observar que, mesmo após o divórcio, muitas mulheres continuam sob controle financeiro de seus ex-maridos. Esse controle pode ocorrer por meio da retenção de bens ou de estratégias jurídicas que atrasam a divisão do patrimônio. O problema é agravado quando a mulher não teve participação direta na administração dos bens durante o casamento, o que reforça desigualdades estruturais entre os cônjuges. Pesquisas indicam que a violência patrimonial é frequente em divórcios no Brasil, especialmente em casos onde mulheres, por fatores culturais ou econômicos, não desenvolveram autonomia financeira durante o casamento (Delgado, 2018; Dias, 2016).

A justificativa deste estudo está na necessidade de evidenciar a dimensão e as consequências da violência patrimonial nas relações familiares e sociais. Apesar de o sistema jurídico brasileiro oferecer mecanismos de proteção por meio de legislações como o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), muitas dessas ferramentas não são aplicadas de forma eficaz, seja pela falta de informação, seja pelo uso de estratégias processuais que prolongam as decisões judiciais (Brasil, 2015).

Além disso, iniciativas como o Projeto de Lei nº 4.411/2021 buscam atualizar as normas sobre a partilha de bens, reconhecendo a necessidade de maior proteção às vítimas de violência patrimonial (Carreras, 2021).

O estudo também destaca a importância de compreender como a violência patrimonial impede o empoderamento econômico feminino, perpetuando desigualdades de gênero no Brasil. Pesquisas apontam que a autonomia financeira é essencial para que as mulheres possam romper com ciclos de violência e reconstruir suas vidas com independência (Espino; Salvador, 2016). Assim, este trabalho busca contribuir para o debate sobre as barreiras enfrentadas por mulheres vítimas de violência patrimonial, propondo reflexões sobre a eficácia das políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa questão.

O objetivo principal da pesquisa é analisar a violência patrimonial contra mulheres no Brasil, com ênfase nos impactos causados pela dependência econômica após o divórcio. Para isso, serão avaliados os mecanismos legais disponíveis, como a Lei Maria da Penha e o Código de Processo Civil, e investigadas propostas legislativas recentes, como o Projeto de Lei nº 1.085/2023, que visa aprimorar a proteção às vítimas dessa forma de violência (Brasil, 2023).

Por fim, é fundamental ressaltar que a violência patrimonial contra a mulher, analisada sob a perspectiva da Lei Maria da Penha e do ordenamento jurídico brasileiro, é um problema complexo e ainda subestimado nos debates sobre violência de gênero. Embora legislações como a Lei nº 11.340/2006 e o Código de Processo Civil ofereçam instrumentos para a proteção das vítimas, barreiras culturais, sociais e econômicas continuam dificultando sua aplicação efetiva. A dependência financeira enfrentada por muitas mulheres após o divórcio aumenta sua vulnerabilidade e perpetua desigualdades de poder entre os ex-cônjuges, consolidando um cenário de controle financeiro que limita a autonomia feminina e impede sua plena emancipação.

A elaboração deste artigo científico fundamentou-se em uma ampla análise interdisciplinar que abrangeu temáticas relacionadas ao direito de família, políticas públicas e questões de gênero. Foram considerados aspectos legislativos, como os previstos na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e nas leis Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), além de propostas legislativas como os Projetos de Lei nº 4.411/2021 e nº 1.085/2023 (BRASIL, 1988, 2006, 2015, 2023, 2024). A reflexão teórica foi enriquecida pelas contribuições de Almeida (2021) e Dias (2016) sobre as transformações no direito das famílias, bem como por Barros (2021) e Gomes (2022) em suas análises sobre reincidência criminal e direitos fundamentais. No âmbito das desigualdades de gênero e violência doméstica, obras de Carreras (2023), Delgado (2018) e Silva (2019) dialogaram com os desafios de implementação da Lei Maria da Penha, enquanto Espino e Salvador (2016) e Landerdahl, Padoin e Villela (2015) abordaram o empoderamento feminino em contextos socioeconômicos diversos. Além disso, os textos religiosos do Congregação para a Doutrina da Fé (1998) e os documentos da CNBB (1975) contribuíram para a análise ética e cultural das questões familiares. A interseção entre teoria, prática e legislação ofereceu uma base sólida para propor soluções que promovam equidade e justiça social.

O artigo científico em tela está estruturado em cinco seções principais, além das considerações finais e referências, organizadas de forma a garantir uma abordagem lógica e abrangente do tema. A introdução apresenta o problema de pesquisa, seus objetivos e a relevância do estudo. Na segunda seção, são discutidas as definições e características da violência patrimonial, abordando aspectos como a legislação vigente, os direitos das mulheres, os impactos dessa violência na independência financeira feminina e estratégias de empoderamento econômico. A terceira seção traz uma contextualização histórica do divórcio, analisando suas dimensões legais, sociais, religiosas e tradicionais, além de sua evolução na sociedade moderna. A quarta seção examina a violência patrimonial sob uma perspectiva de futuro, considerando novos modelos familiares, guardas compartilhadas e os impactos na dinâmica social. A quinta seção aprofunda a análise sobre a tutela

jurídica da violência contra a mulher, avaliando a efetividade das normas e os desafios enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e oferecem sugestões para aprimoramento das políticas públicas, enquanto as referências garantem o embasamento teórico do estudo.

Definições e características da violência patrimonial

Legislação e direitos das mulheres vítimas de violência patrimonial

O Projeto de Lei nº 4.411/2021, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, visa garantir às mulheres vítimas de violência patrimonial o atendimento prioritário para a emissão de novos documentos, caso seus documentos pessoais ou os de seus dependentes sejam retidos, destruídos ou subtraídos pelo agressor. De acordo com a proposta, esse atendimento será realizado sem a necessidade de agendamento prévio em órgãos públicos, cartórios, instituições ou conselhos de classe, e se aplicará também a documentos simples, como a carteira de estudante. O artigo 1º do projeto estabelece que, para acessar esse benefício, será necessária a apresentação de documentos comprobatórios, como um termo emitido por unidades de apoio jurídico e psicossocial, boletim de ocorrência ou termo de medida protetiva (Brasil, 2021).

A justificativa para essa medida é respaldada por dados do Dossiê Mulher, publicado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que apontou o crime de dano ao patrimônio como o tipo mais comum de violência patrimonial. Entre os exemplos mais frequentes estão a destruição de celulares e a subtração de documentos, muitas vezes na presença dos filhos. O deputado federal Felipe Carreras, relator do projeto, destacou que, embora o tema ainda não seja amplamente debatido, o relato de mulheres que enfrentam essas situações é recorrente, especialmente quando, em momentos de maior necessidade, como na busca por trabalho ou moradia, elas se veem sem seus documentos oficiais (Carreras, 2021).

A tramitação do projeto ocorre em caráter conclusivo, ou seja, ele não precisa ser votado em plenário, sendo analisado apenas pelas comissões competentes. Atualmente, encontra-se em avaliação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O principal objetivo da proposta é garantir maior celeridade e sigilo no atendimento às mulheres, além de responsabilizar administrativamente os agentes públicos que descumprirem essa determinação. Essa responsabilização reforça a importância de proteger as mulheres de mais uma forma de violência, que impacta diretamente suas vidas financeiras e sociais (Brasil, 2021).

A violência patrimonial, particularmente em contextos domésticos, frequentemente ocorre dentro da residência e é praticada por companheiros ou ex-companheiros, o que agrava ainda mais a situação das vítimas. Elas não apenas perdem bens materiais, mas também documentos essenciais para sua autonomia e segurança. Assim, o projeto busca atenuar os efeitos devastadores dessa violência, proporcionando às mulheres uma forma rápida e eficaz de reparação de seus documentos (Brasil, 2021).

A aprovação dessa proposta representaria um avanço significativo no combate à violência patrimonial, permitindo que as mulheres afetadas possam retomar sua vida de forma mais ágil e menos prejudicial, diante da destruição de seus bens e documentos. O projeto revela, portanto, um movimento legislativo comprometido em reduzir as barreiras impostas pelos agressores e em garantir os direitos fundamentais das mulheres, de modo a mitigar os danos causados pela violência doméstica.

No que se refere ao papel da mulher na sociedade, autores como Marx e Engels oferecem uma análise relevante, abordando a submissão feminina sob a dominação patriarcal. Para esses teóricos, a violência é vista como uma expressão do patriarcado, que trata a mulher como um sujeito social autônomo, mas historicamente oprimido pelo controle masculino. O homem, em seu entendimento, era o único capaz de romper vínculos conjugais e repudiar a esposa, enquanto a infidelidade masculina era tolerada. Por outro lado, as mulheres que tentavam resgatar práticas sexuais anteriores eram severamente punidas (Marx, 1996).

Dentro desse contexto, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tem como principal objetivo prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além de prever punições para o agressor, a legislação estabelece medidas de assistência, proteção policial e judicial às vítimas. Reconhecida internacionalmente, a lei também institui políticas públicas voltadas para a erradicação da violência, sendo considerada pela ONU uma das melhores legislações globais no enfrentamento à violência doméstica (Brasil, 2006).

A legislação define os tipos de violência e estabelece que, em crimes de violência doméstica, a vítima deve ser uma mulher, desde que a agressão esteja relacionada ao gênero e ocorra em relações de parentesco ou afeto. A gravidade dessas agressões é evidenciada pela forma como a violência patrimonial é tratada, sendo equiparada aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, como furto e roubo, o que demonstra o repúdio social a tais práticas (Brasil, 2006).

A violência patrimonial, conforme descrita no artigo 7º, IV, da Lei Maria da Penha, refere-se a qualquer ato que envolva a retenção, subtração ou destruição de objetos pessoais, instrumentos de trabalho, documentos, bens ou recursos econômicos da mulher. Embora a lei tenha sido instituída há mais de uma década, os direitos patrimoniais da mulher ainda são pouco abordados nos tribunais. Em muitos casos de separação judicial, a violência patrimonial manifesta-se quando cônjuges ocultam ou omitem bens para evitar a partilha com a mulher (Lopes, 2013).

Dentre as medidas protetivas de urgência previstas no artigo 24 da Lei Maria da Penha, destacam-se a restituição dos bens subtraídos, a proibição temporária de venda de propriedades comuns e a prestação de caução provisória pelo agressor. Tais medidas podem ser adotadas de forma liminar pelo juiz, sem a necessidade de citação prévia do ofensor, caso haja evidências suficientes e risco iminente de dano à mulher.

A proteção do patrimônio da mulher é de grande relevância, especialmente quando há sociedades empresariais administradas em conjunto pelo casal. A violência patrimonial pode ocorrer quando o agressor subtrai bens ou força a vítima a ceder recursos financeiros sob coação, prejudicando a estabilidade financeira da mulher (Delgado, 2018).

Essa forma de violência, conforme descrita pela Lei Maria da Penha, tem um impacto profundo na vida financeira das mulheres. Muitas vezes, ela não se limita à perda de bens materiais, mas também envolve a destruição de instrumentos de trabalho e documentos pessoais, essenciais para a sobrevivência e autonomia econômica da mulher. A destruição ou subtração desses itens é uma estratégia frequente usada pelos agressores para desestabilizar as vítimas e mantê-las em uma posição de dependência. Esse cenário revela como a violência patrimonial é uma faceta do controle social masculino, conforme discutido por teóricos como Marx e Engels, que associam a opressão feminina à estrutura patriarcal e econômica da sociedade (Marx, 1996).

A omissão de bens nos processos de divórcio é um dos exemplos mais recorrentes de violência patrimonial, em que o cônjuge tenta ocultar bens para evitar a partilha. Essa prática, além de prejudicar financeiramente a mulher, muitas vezes passa despercebida nos tribunais, especialmente nas varas de família, onde advogados, por falta de preparo ou sensibilidade, podem não identificar as agressões patrimoniais subjacentes. Dessa forma, torna-se fundamental que os profissionais do

direito, especialmente aqueles que atuam em casos de violência doméstica, recebam a devida capacitação para reconhecer e combater essa forma de violência (Lopes, 2013).

Além das medidas penais previstas na Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência relacionadas ao patrimônio da mulher são ferramentas essenciais para evitar maiores danos. A restituição de bens, a suspensão de atos de disposição patrimonial e a prestação de caução provisória são mecanismos que buscam assegurar a proteção dos direitos econômicos da vítima enquanto o processo judicial está em andamento. O caráter liminar dessas medidas reforça a urgência e a necessidade de proteger o patrimônio da mulher em situações de risco iminente, evitando que ela seja duplamente penalizada pela violência sofrida (Brasil, 2006).

Contudo, a implementação dessas medidas ainda enfrenta obstáculos práticos, como a falta de conscientização sobre a gravidade da violência patrimonial, tanto por parte das autoridades judiciais quanto pela sociedade. Muitas vezes, essa forma de violência é vista como secundária em relação à violência física ou psicológica, mas suas consequências podem ser igualmente devastadoras. A perda de patrimônio pode comprometer a segurança e o bem-estar da mulher e de sua família, especialmente quando ela depende desses bens para garantir sua subsistência (Delgado, 2018).

Portanto, a luta contra a violência patrimonial exige não apenas a aplicação rigorosa da Lei Maria da Penha, mas também um esforço contínuo de educação e conscientização. A sociedade precisa compreender que a violência patrimonial é uma violação dos direitos fundamentais das mulheres e que o Estado tem o dever de protegê-las. Além disso, a sensibilização dos profissionais do direito é crucial para garantir que os direitos patrimoniais das mulheres sejam adequadamente defendidos e que elas não sejam vítimas de omissão ou negligência nos tribunais.

Impacto da violência patrimonial na independência financeira das mulheres

A Constituição Brasileira de 1988 representou um marco importante na promoção da igualdade de gênero, introduzindo uma nova interpretação jurídica que favorece a emancipação feminina e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados, incluindo mulheres, negros e outros setores vulneráveis. Esse avanço foi um reflexo das lutas sociais e políticas que buscaram incluir as questões de gênero na agenda nacional. No entanto, o reconhecimento formal da violência de gênero no cenário internacional foi mais demorado, ocorrendo de forma mais concreta apenas no século XX, quando a atuação da ONU e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos passaram a oferecer maior atenção aos direitos das mulheres e à necessidade de protegê-las de diferentes formas de violência, incluindo a violência doméstica e sexual (Miranda, 2017).

No Brasil, as mulheres conquistaram importantes avanços ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à garantia de direitos civis e políticos. No entanto, aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica ainda enfrentam obstáculos significativos. A divisão sexual do trabalho e a violência doméstica são barreiras persistentes, que impactam de maneira desproporcional as mulheres em contextos de desigualdade social. Para que a luta pela igualdade de gênero seja verdadeiramente efetiva, é necessário que o Estado e a sociedade revisitem e fortaleçam as políticas públicas voltadas para as mulheres, adotando uma perspectiva coletiva que assegure uma proteção mais eficaz e abrangente, especialmente para aquelas que enfrentam múltiplas formas de discriminação. A Lei Maria da Penha, apesar de ser um avanço importante, já aborda diferentes formas de violência, incluindo a patrimonial, mas sua aplicação ainda esbarra em desafios estruturais, como a falta de recursos adequados e a capacitação insuficiente dos profissionais envolvidos (Brasil, 2006).

Uma das iniciativas mais recentes, o Projeto de Lei nº 4.411/2021, exemplifica um esforço legislativo voltado para aumentar a proteção das mulheres vítimas de violência patrimonial. Essa proposta busca facilitar a emissão de novos documentos para as mulheres cujos documentos foram destruídos, retidos ou subtraídos por seus agressores. A prioridade no atendimento e a desburocratização do processo visam acelerar a recuperação da autonomia das vítimas, permitindo-lhes retomar suas atividades cotidianas, como o trabalho e o acesso a serviços essenciais. A aprovação desse projeto representa um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres, garantindo maior celeridade no atendimento às vítimas de violência e minimizando os impactos negativos da violência patrimonial, que muitas vezes se combina com outros tipos de agressão, como a física e a psicológica.

Outro avanço relevante no campo dos direitos das mulheres é o Projeto de Lei nº 1.085/2023, que propõe medidas para assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres. A proposta visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir uma remuneração igualitária, eliminando a disparidade salarial entre os gêneros. Além disso, o projeto sugere a implementação de sanções rigorosas para as empresas que não cumprirem as novas exigências e a exigência de relatórios obrigatórios sobre as diferenças salariais entre empregados homens e mulheres, aumentando a transparência e a fiscalização do cumprimento dessa medida. Com isso, o objetivo é promover uma maior equidade no mercado de trabalho, especialmente em um contexto onde a disparidade salarial entre homens e mulheres ainda é uma realidade marcante.

Contudo, apesar de alguns avanços legislativos, a aprovação de projetos como o nº 1.085/2023 revela as resistências que ainda existem na sociedade brasileira em relação à igualdade de gênero. Isso fica evidente nos 36 votos contrários à proposta no Congresso Nacional, que refletem uma postura conservadora e uma falta de reconhecimento da importância de políticas públicas que combatam a discriminação salarial. O debate sobre igualdade salarial e de gênero é essencial, pois não apenas visa garantir direitos trabalhistas justos, mas também é uma maneira de combater as estruturas patriarcais e as desigualdades sistêmicas que perpetuam a opressão das mulheres. A resistência à implementação de tais políticas reforça a necessidade de um compromisso contínuo com os direitos constitucionais das mulheres, destacando que a luta pela igualdade de gênero requer esforços permanentes e a sensibilização tanto dos legisladores quanto da sociedade em geral (Brasil, 2023).

Estratégias de empoderamento econômico para mulheres vítimas de violência patrimonial

Apesar do apoio de órgãos dedicados ao enfrentamento da violência de gênero e das políticas públicas promovidas por movimentos feministas, a realidade das agressões diárias contra mulheres persiste. Muitas vítimas que buscam justiça se deparam com perguntas constrangedoras, como: “o que você fez para ele te bater?” ou “seu marido sabe que você está aqui, prestando queixa contra ele?”. Essas indagações refletem a cultura patriarcal que ainda permeia a sociedade, na qual as mulheres são frequentemente pressionadas a se submeter a comportamentos que são considerados aceitáveis pelos homens. Nesse cenário, a preocupação com a opinião de outras pessoas – como maridos, namorados, vizinhos ou colegas de trabalho – é constante, o que agrava ainda mais a dificuldade das mulheres em denunciar os abusos que sofrem.

Nos últimos anos, no entanto, tem emergido um movimento encorajador para que as mulheres enfrentem seus medos em um ambiente dominado pelo machismo. Esse movimento tem contribuído para um fortalecimento gradual da presença feminina em diversas esferas da sociedade, incluindo o mercado de trabalho, as relações familiares e a política. A internet tem se mostrado uma ferramenta crucial nesse processo, pois as redes sociais desempenham um papel fundamental na visibilidade de casos de violência e nas conquistas femininas. Essas plataformas têm desafiado estereótipos, mostrando que as mulheres são muito mais do que os papéis limitados associados à moda e aos cuidados domésticos. Nesse espaço virtual, surgem também formas de empoderamento,

como o apoio mútuo entre mulheres, que se fortalece por meio de mensagens motivacionais e campanhas que incentivam candidaturas femininas a cargos políticos.

O conceito de empoderamento, que envolve tanto a emancipação individual quanto coletiva, é fundamental nesse contexto. Estudos indicam que a força para se empoderar deve nascer de dentro do indivíduo, mas o apoio externo também é essencial. O empoderamento pode ser entendido como um processo de fortalecimento, no qual os indivíduos se sentem no controle de suas vidas por meio de experiências e conhecimentos coletivos. Dessa forma, não é possível empoderar alguém sem que haja o desejo e a vontade dessa pessoa em se empoderar (Landerdahl, 2015).

O termo “empoderamento”, originado do inglês empowerment, está intimamente relacionado às lutas sociais, em especial às do movimento feminista, que ganharam força no século XX. O empoderamento se desdobra em diversas dimensões, como a psicológica, a sociocultural e a política. O empoderamento psicológico se refere ao fortalecimento da autoestima e ao bem-estar da mulher, enquanto o sociocultural está relacionado à capacidade de influenciar opiniões e tomar decisões dentro de sua comunidade. Já o empoderamento político visa aumentar a autonomia das mulheres nas decisões políticas que impactam suas comunidades. Por fim, o empoderamento familiar se refere à autonomia das mulheres dentro de suas relações familiares.

Entre os aspectos mais críticos do empoderamento está o econômico, que promove a autonomia financeira das mulheres. O empoderamento econômico feminino é um processo que capacita as mulheres a competir de maneira justa no mercado de trabalho e a participar ativamente das decisões sobre os recursos que controlam (Espino; Salvador, 2016). A independência financeira está frequentemente associada ao empoderamento psicológico, de modo que ambos os aspectos se complementam, fortalecendo as mulheres em várias áreas de sua vida.

Historicamente, as mulheres desempenharam papéis importantes nas esferas econômicas. Em sociedades pré-capitalistas, elas estavam envolvidas em atividades como a agricultura, manufatura e comércio. No entanto, a cultura patriarcal tem imposto limitações aos seus papéis econômicos, dividindo as funções com base em normas socioculturais que definem o que é masculino e o que é feminino. Essas relações econômicas continuam a ser influenciadas por questões de gênero, classe e raça (Nascimento, 2016).

O trabalho remunerado das mulheres pode facilitar o processo de empoderamento, pois oferece a oportunidade de assumir o controle de suas vidas e romper com situações de dependência. Para apoiar esse empoderamento econômico, são necessárias iniciativas, como cursos de capacitação em áreas diversas, que promovam tanto habilidades práticas quanto administrativas (Landerdahl, 2015).

Um exemplo de esforço nesse sentido é o Projeto Margaridas, desenvolvido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Bahia. O projeto tem como objetivo promover a autonomia social e econômica das mulheres rurais, oferecendo equipamentos de produção, como as Casas de Farinha, e capacitando-as em temas como produtividade, políticas públicas e prevenção à violência (SPM-BA, 2016). A produção anual nas Casas de Farinha tem gerado uma renda significativa para muitas mulheres, proporcionando-lhes maior independência financeira. Dessa forma, o empoderamento econômico se apresenta como uma solução importante para combater a dependência financeira e a violência doméstica que muitas mulheres enfrentam. No entanto, é essencial destacar que o empoderamento econômico é apenas uma das abordagens necessárias para romper os ciclos de violência, sendo preciso um conjunto de ações integradas para promover uma transformação real e duradoura na vida das mulheres.

Contextualização histórica do divórcio

Aspectos legais e sociais

A legislação brasileira sobre o divórcio passou por diversas transformações ao longo do tempo. Inicialmente, a forte influência do catolicismo e do direito canônico impedia a dissolução do casamento, considerado uma união indissolúvel, regida por normas de direito natural. No Código Civil de 1916, por exemplo, o casamento só poderia ser dissolvido em casos de morte, anulação ou separação judicial, que poderia ser amigável ou contenciosa. Para a separação amigável, era necessário o consentimento mútuo e um mínimo de dois anos de casamento.

Para a separação litigiosa, era preciso que uma das partes apresentasse motivos como adultério, ofensas graves, tentativa de homicídio ou abandono voluntário do lar. No entanto, mesmo após a separação judicial, o vínculo conjugal permanecia, impedindo que as partes contraíssem novo casamento, como observou Dias (2016).

A situação começou a mudar com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, e da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro do mesmo ano, conhecida como a Lei do Divórcio. Essas mudanças permitiram a dissolução do vínculo conjugal, embora ainda exigissem a separação judicial como requisito prévio. De acordo com Meneses (2015), a Emenda Constitucional nº 9 constitucionalizou a dissolução do casamento civil, que até então era considerado indissolúvel, com base em valores cristãos que viam o casamento como a base da família, célula fundamental da sociedade. No entanto, a Emenda não eliminou a exigência de separação judicial, conforme o artigo 1º, que estabeleceu que o divórcio só poderia ser solicitado após três anos de separação judicial, como disposto na lei (Brasil, 1977). Em seguida, a Lei nº 6.515 regulamentou o divórcio, criando a modalidade de divórcio indireto, que exigia a separação judicial prévia de três anos. A mesma lei tratou também dos direitos sucessórios, equiparando filhos legítimos e naturais, o que representou uma grande inovação em relação ao Código Civil de 1916 (Brasil, 2016).

Com a Constituição Federal de 1988, houve novos avanços para o direito de família, como a redução do tempo necessário para o divórcio por conversão, de três anos para um ano, e a possibilidade de divórcio direto, sem a necessidade de separação judicial, desde que houvesse separação de fato por dois anos (Brasil, 1988).

O Código Civil de 2002 trouxe novas disposições, permitindo o divórcio sem a necessidade de apuração de culpa, ao contrário do que ocorria na legislação anterior. Embora a separação judicial continuasse prevista, ela poderia ser consensual ou litigiosa, e as hipóteses de separação por perturbação da vida familiar ou doença mental grave foram mantidas, desde que ocorressem por períodos específicos.

Em 2007, a Lei nº 11.441 possibilitou a realização da separação e do divórcio consensuais de forma extrajudicial, desde que houvesse acordo entre as partes. Essa medida agilizou o processo, reduzindo custos e burocracia, conforme destacado por Pinto (2008).

A Emenda Constitucional nº 66, de 2010, simplificou ainda mais o processo ao eliminar a exigência de separação judicial prévia ou de separação de fato por dois anos para a concessão do divórcio. Segundo Dias (2010), as exigências anteriores já não faziam mais sentido, pois a culpa no divórcio passou a ser irrelevante, com a ênfase na vontade de ambas as partes de dissolver o casamento. Assim, o divórcio passou a ser entendido como a expressão do término de uma relação afetiva, sem a necessidade de justificativa formal para sua realização.

Essas mudanças na legislação brasileira refletem uma evolução no entendimento do casamento e do divórcio, proporcionando maior autonomia às partes envolvidas e tornando o processo mais simples e acessível.

Religião e tradição

O magistério católico sempre se posicionou de maneira firme contra o divórcio, especialmente à medida que as ideologias secularistas e laicas foram ganhando força, influenciando as leis e as instituições ligadas ao casamento no Ocidente. Esse processo de secularização destacou a importância do indivíduo como referência central, conforme analisado por Peter Berger (1985), que discute a secularização da consciência. Para a Igreja, a modernidade representou uma desvalorização dos compromissos duradouros, como o matrimônio (Berger, 1985).

A oposição da Igreja ao divórcio foi reforçada com a publicação do *Syllabus Errorum* por Pio IX em 1864, que destacou a indissolubilidade do casamento pela lei natural, argumentando que o poder secular não teria autoridade para dissolver um vínculo matrimonial. Esse documento refletiu a postura intransigente da Igreja em relação ao modernismo, defendendo o casamento como um dos pilares fundamentais da sociedade (Pio IX, 1864).

Em 1880, com a encíclica *Arcanum de Leão XIII*, a Igreja reforçou novamente a doutrina da indissolubilidade do casamento, expressando preocupação com a crescente propaganda em favor do divórcio, especialmente na França. Leão XIII via o divórcio como uma ameaça à estrutura familiar, argumentando que ele fomentava a infidelidade e prejudicava a dignidade da mulher (Leão XIII, 1880).

No século XX, Pio XI, em sua encíclica *Casti Connubii*, intensificou a condenação ao divórcio, afirmando que sua prática causava danos profundos tanto ao indivíduo quanto à sociedade. Para ele, a indissolubilidade do casamento era um princípio moral essencial que garantia a fidelidade e a proteção dentro da união conjugal (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, 1975).

A posição da Igreja sobre o divórcio foi reafirmada durante o Concílio Vaticano II, que, embora tenha reconhecido tanto a procriação quanto o amor conjugal como fins igualmente importantes do matrimônio, manteve a visão de que o casamento é uma união indissolúvel e sagrada. Apesar da modernização de alguns aspectos do ensino da Igreja sobre o casamento, o divórcio continuava a ser visto como uma violação dos preceitos divinos (Concílio Vaticano II, 1965).

A Igreja manteve sua firme oposição ao divórcio ao longo do século XX, mesmo diante da legalização do divórcio em diversos países de tradição católica, como Brasil, Portugal, Itália e Espanha. O avanço da secularização na sociedade moderna teve um impacto significativo na compreensão do casamento, resultando em legislações que facilitaram o divórcio, especialmente em países com forte tradição católica. No entanto, a Igreja permaneceu intransigente, reafirmando a indissolubilidade do matrimônio como um princípio central de sua doutrina. Para a Igreja, o casamento é um sacramento que reflete a união entre Cristo e sua Igreja, um vínculo que nenhuma autoridade civil ou secular pode romper (Leão XIII, 1880).

As encíclicas papais, como *Arcanum de Leão XIII* e *Casti Connubii* de Pio XI, foram fundamentais para reafirmar a posição da Igreja sobre o matrimônio. Ambas enfatizavam que o divórcio não apenas ameaçava a santidade do casamento, mas também comprometia a moralidade e a estabilidade da sociedade. O divórcio era visto como a causa de diversos problemas sociais, como o aumento da infidelidade, a desestruturação familiar e a degradação da dignidade da mulher, que poderia ser abandonada pelo marido à sua própria sorte (Pio XI, 1930).

Ao longo do século XX, apesar da crescente legalização do divórcio em muitos países de tradição católica, o magistério da Igreja continuou a condená-lo. O Concílio Vaticano II, embora tenha introduzido uma visão mais positiva sobre o amor conjugal e o papel da ajuda mútua no casamento, reafirmou a indissolubilidade do vínculo matrimonial, reconhecendo equilibradamente os dois fins do casamento: a procriação e o crescimento da unidade conjugal, sem sobrepor um ao outro (Concílio Vaticano II, 1965).

Nos últimos anos, a Igreja tem se preocupado com as implicações pastorais do divórcio, especialmente no que diz respeito à recepção dos sacramentos. Católicos que se divorciam e se casam novamente fora da Igreja são considerados em estado de pecado objetivo e, por isso, estão impedidos de comungar ou de assumir certos papéis na vida eclesial. Contudo, essa postura tem gerado debates internos, especialmente com a chegada do Papa Francisco, que busca adotar uma abordagem pastoral mais acolhedora para essas situações, sem comprometer os ensinamentos doutrinários sobre o matrimônio (Congregação para a Doutrina da Fé, 1998).

Em resumo, a oposição ao divórcio continua sendo um ponto central no ensinamento católico, refletindo a importância da indissolubilidade do matrimônio como símbolo da aliança entre Cristo e a Igreja. Embora a secularização da sociedade ocidental desafie essa posição, a Igreja busca manter sua influência moral e pastoral, adaptando-se às realidades contemporâneas, sem abrir mão de seus princípios fundamentais (Congregação para a Doutrina da Fé, 1998).

Evolução do divórcio na sociedade moderna

A mediação e a conciliação são amplamente incentivadas pelo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, que busca promover métodos consensuais durante todas as fases do processo judicial, sempre respeitando os interesses das partes envolvidas (Spengler, 2017). No contexto das ações de família, o CPC propõe uma abordagem colaborativa, que visa evitar a adversidade característica dos processos judiciais tradicionais e, em seu lugar, oferece uma alternativa mais flexível e comunicativa para a resolução dos conflitos (Spengler, 2017). O objetivo central dessa abordagem é facilitar o entendimento mútuo e a construção de soluções que atendam às necessidades de todas as partes, ao invés de simplesmente impor uma decisão autoritária. Essa ideia de um processo mais humanizado e acessível também foi defendida no projeto "Florencia" de Mauro Cappelletti e Bryant Garth, que considera a mediação como um direito humano fundamental (Cappelletti, 1988). Para esses autores, a mediação é uma ferramenta essencial para assegurar que a justiça seja alcançada de forma mais equitativa, promovendo a participação ativa dos envolvidos e respeitando a sua autonomia para decidir o destino de suas questões.

A mediação, conforme Warat (2004), busca proporcionar o reencontro e o equilíbrio entre as partes, com o mediador atuando como facilitador do diálogo. O processo permite que os participantes amadureçam emocionalmente e moralmente ao compreender a posição do outro, promovendo, assim, uma solução mais duradoura e satisfatória para ambos. A mediação não se limita apenas à resolução de conflitos familiares, mas também se aplica a outras áreas, sempre com a intenção de alcançar acordos que considerem as necessidades e vontades das partes envolvidas. De acordo com o CPC e a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), a mediação é particularmente adequada para conflitos que envolvem direitos disponíveis e que admitem transação, sendo especialmente útil em questões familiares (Brasil, 2015). A flexibilidade do processo permite que, além de aspectos patrimoniais, outros elementos, como a guarda de filhos e o regime de visitas, possam ser resolvidos de maneira mais consensual, respeitando o melhor interesse das crianças e o equilíbrio familiar.

Tartuce (2016) destaca que a mediação é regida por princípios fundamentais, como a independência, a imparcialidade, a confidencialidade e a autonomia das partes. Tais princípios garantem que o processo se desenvolva de forma justa e equânime, sem favorecimentos ou pressões externas. Apesar de ser uma prática voluntária, a ausência injustificada de uma das partes à audiência

de mediação pode resultar em multa, conforme estipulado pelo artigo 334, §8º, do CPC. Isso visa assegurar que as partes cumpram com sua responsabilidade de tentar resolver os conflitos de maneira amigável antes de recorrerem ao judiciário. Contudo, a imposição de mediação, como aponta Spengler (2017), pode prejudicar a eficácia do processo, uma vez que a cooperação voluntária é essencial para o sucesso do diálogo. Se as partes não estiverem genuinamente dispostas a buscar uma solução conjunta, o mediador encontrará dificuldades para alcançar um resultado satisfatório, o que pode transformar a mediação em uma mera formalidade.

A proposta de um processo mais humano e acessível visa garantir que as partes, ao invés de serem tratadas como simples objetos em um litígio, possam ser protagonistas na busca de soluções que atendam aos seus próprios interesses, com respeito e equidade. A mediação se propõe a ser um espaço em que o poder do juiz é substituído pela capacidade dos indivíduos de resolverem seus próprios problemas, sob a orientação de um mediador qualificado.

Embora a mediação seja uma alternativa poderosa para a resolução de conflitos, sua eficácia depende da disposição das partes em participar ativamente do processo. Quando a mediação é imposta de forma coercitiva, sem que as partes tenham o interesse genuíno em buscar um acordo, o processo pode se tornar superficial e ineficaz. A mediação bem-sucedida surge quando ambas as partes estão abertas a dialogar e a compreender o ponto de vista do outro, o que pode levar a uma solução mais duradoura e satisfatória.

A violência patrimonial e perspectivas futuras

Novos modelos de relacionamento e família

A violência patrimonial, um dos aspectos mais insídiosos da violência doméstica, é frequentemente subestimada, embora suas consequências sejam devastadoras para as relações familiares. Essa modalidade de violência é caracterizada pelo controle e manipulação dos bens e recursos financeiros de uma pessoa, sendo comumente praticada por um parceiro ou ex-parceiro. O crescente reconhecimento da violência patrimonial no contexto da Lei Maria da Penha representa um passo significativo para o enfrentamento dessa questão. A referida lei, que tem como objetivo proteger as mulheres de diversas formas de violência, incluindo a patrimonial, estabelece um marco jurídico que possibilita a luta contra abusos financeiros e a recuperação da autonomia econômica das vítimas (Brasil, 2006). O reconhecimento da violência patrimonial, portanto, representa uma importante mudança no entendimento da violência doméstica, abrangendo não apenas danos físicos ou psicológicos, mas também os prejuízos econômicos que afetam a dignidade e a liberdade das vítimas.

Em síntese, a violência patrimonial é um fenômeno que exige atenção e ações concretas para ser combatido, uma vez que suas repercussões vão além do prejuízo financeiro imediato, afetando a dignidade e a autonomia das vítimas. O reconhecimento dessa forma de violência no âmbito da Lei Maria da Penha é um avanço crucial, pois amplia a proteção legal às mulheres, além de estimular a conscientização sobre a importância da autonomia financeira e dos direitos patrimoniais. É, portanto, fundamental que a sociedade se mobilize para desestigmatizar e combater a violência patrimonial, promovendo políticas públicas e programas educacionais que fortaleçam as vítimas e incentivem a prevenção dessa violência, assegurando um futuro mais justo e igualitário. Esse esforço deve ser multidisciplinar, envolvendo desde o judiciário até a implementação de ações sociais que possibilitem uma verdadeira transformação na forma como a violência patrimonial é compreendida e tratada pela sociedade.

À medida que as dinâmicas familiares evoluem, novas formas de relacionamentos e estruturas familiares emergem. O conceito de família contemporânea é mais inclusivo e diversificado, englobando arranjos como casais homoafetivos, famílias monoparentais e uniões estáveis. Essa mudança de paradigma oferece uma oportunidade para reavaliar e redefinir os padrões de convivência e a distribuição de responsabilidades, especialmente no que se refere à gestão patrimonial. A Constituição Federal de 1988 reforça a proteção à família em suas diversas formas, garantindo a igualdade de direitos para todos os seus membros (Brasil, 1988). Esse reconhecimento legal das diversas configurações familiares reflete a busca por uma sociedade mais plural e equitativa, onde a diversidade de arranjos familiares seja respeitada e protegida.

Os novos modelos de relacionamento também destacam a importância da guarda compartilhada, que, além de promover a igualdade entre os genitores, possibilita uma convivência mais equilibrada das crianças com ambos os pais. Esse modelo pode ser uma ferramenta importante na prevenção da violência patrimonial, já que a corresponsabilidade na gestão dos recursos pode reduzir abusos e criar um ambiente mais seguro e saudável para as crianças (Dias, 2016). Quando ambos os pais compartilham a responsabilidade pela criação dos filhos, as decisões sobre o bem-estar e os recursos financeiros são mais equilibradas, evitando que um dos genitores tenha controle absoluto sobre o patrimônio familiar e as finanças.

O surgimento de novos modelos familiares e a crescente aceitação de arranjos não tradicionais exigem uma reflexão profunda sobre os direitos e deveres de cada membro da família, especialmente no que tange à gestão patrimonial. O reconhecimento legal das famílias diversas é um passo importante, mas ainda existem desafios a serem enfrentados na prática. O conceito de "guarda compartilhada" não apenas reforça a importância do envolvimento ativo de ambos os pais na criação dos filhos, mas também estabelece um precedente para a igualdade nas responsabilidades financeiras e patrimoniais, contribuindo para diminuir o risco de violência patrimonial (Gomes, 2018). Essa mudança no entendimento jurídico pode ter um impacto direto na forma como as responsabilidades financeiras são distribuídas dentro da família, promovendo um ambiente mais equilibrado e colaborativo.

Além disso, a educação financeira nas relações familiares é fundamental para prevenir abusos. A falta de conhecimento sobre direitos patrimoniais e a gestão de bens pode deixar muitos indivíduos vulneráveis a manipulações e controles abusivos (Pereira, 2019). Investir em cursos e workshops sobre educação financeira pode ser uma estratégia eficaz para empoderar os membros da família, garantindo que todos compreendam seus direitos e responsabilidades, e saibam como proteger seu patrimônio de possíveis abusos. A educação financeira, portanto, deve ser vista não apenas como uma ferramenta prática, mas também como uma forma de garantir a autonomia e a dignidade dos indivíduos dentro de seus núcleos familiares.

Outra dimensão crucial é o papel das políticas públicas na proteção dos direitos patrimoniais nas famílias contemporâneas. O fortalecimento de programas que promovam a igualdade de gênero e a educação financeira pode contribuir significativamente para a construção de um ambiente familiar mais equilibrado e seguro (Silva, 2020). Essas políticas devem ser focadas na criação de um contexto em que todos os membros da família, independentemente do gênero, tenham acesso igualitário aos recursos financeiros e possam participar de maneira justa e equilibrada da gestão patrimonial.

Por fim, o reconhecimento e a valorização dos novos arranjos familiares nas legislações pertinentes são essenciais para garantir que as normas e direitos se adaptem às realidades contemporâneas. O direito familiar precisa ser dinâmico, refletindo as mudanças sociais e oferecendo proteção adequada a todas as formas de família, assegurando a equidade e a justiça patrimonial para todos os seus membros (Almeida, 2021). Isso implica não apenas em uma revisão das leis, mas também em um esforço contínuo para integrar os avanços sociais e culturais às normativas legais, garantindo que as famílias contemporâneas sejam devidamente reconhecidas e protegidas.

A violência patrimonial é um tema complexo que abrange mais do que apenas perdas financeiras imediatas. Ao manipular os bens e recursos de uma pessoa, o agressor destrói não apenas seu patrimônio, mas sua autonomia e dignidade, afetando profundamente sua capacidade de tomar decisões e planejar o futuro. Outrossim, a educação financeira é, portanto, uma ferramenta poderosa na prevenção de abusos, pois ajuda os membros da família a se tornarem mais conscientes dos seus direitos patrimoniais e das formas de proteger seus bens. Ao proporcionar conhecimento sobre gestão financeira, podemos evitar que as pessoas se tornem vulneráveis a manipulações econômicas dentro de suas próprias casas.

Crianças e guardas compartilhadas

A guarda compartilhada tem se consolidado como uma solução eficaz para proteger o bem-estar das crianças em situações de divórcio ou separação. Ao assegurar que ambos os pais permaneçam envolvidos ativamente na vida dos filhos, essa modalidade de guarda não só prioriza o interesse infantil, mas também contribui para o fortalecimento do vínculo familiar, fundamental para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças (Gomes, 2018). Além disso, ao promover uma maior transparéncia nas questões financeiras e patrimoniais, a guarda compartilhada pode colaborar na redução de práticas de violência patrimonial, um tipo de abuso frequentemente associado a disputas familiares (Delgado, 2018). A obrigatoriedade da comunicação constante entre os pais sobre assuntos relacionados aos filhos, como educação e saúde, pode, dessa forma, minimizar possíveis conflitos e contribuir para a construção de uma convivência mais harmoniosa e responsável.

Estudos sugerem que a guarda compartilhada pode ser um fator mitigador na perpetuação de comportamentos violentos, uma vez que a divisão equilibrada das responsabilidades parentais pode reduzir a sensação de controle de um dos cônjuges sobre o outro (Lima, 2020). A imposição de um sistema em que ambos os pais exercem direitos e deveres equivalentes pode ajudar a quebrar padrões de abusos e promover a equidade entre os ex-cônjuges, evitando que questões financeiras ou patrimoniais sejam utilizadas como formas de controle ou retaliação. Em vez de fomentar a hostilidade, esse modelo propõe um ambiente onde os direitos dos filhos e os interesses familiares são priorizados, refletindo a mudança nas novas dinâmicas familiares defendida por diversos estudiosos do direito de família (Almeida, 2021; Dias, 2016).

Dessa forma, ao garantir que ambos os pais participem de maneira equitativa na criação dos filhos, a guarda compartilhada não apenas protege as crianças de possíveis desdobramentos violentos, mas também assegura que as decisões sobre o futuro dos menores sejam tomadas de maneira colaborativa, levando em consideração o bem-estar da criança como prioridade máxima, conforme estabelece a legislação brasileira (Brasil, Constituição de 1988). Esta abordagem está alinhada com os princípios estabelecidos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que também visa minimizar o impacto da violência no núcleo familiar, incentivando práticas que promovam o diálogo e o respeito entre os membros da família (Lima, 2020).

Nesta linha de compreensão, afirma-se que o modelo de guarda compartilhada vai além da simples divisão de tempo entre os pais, implicando uma nova forma de relação, onde as questões patrimoniais e de responsabilidade parental são tratadas de forma equilibrada. Isso não apenas facilita a convivência mais harmoniosa, mas também pode minimizar as situações de violência, especialmente quando se trata de abusos relacionados ao controle financeiro. Portanto, a guarda compartilhada emerge como uma importante ferramenta para garantir o bem-estar das crianças e a construção de relações mais saudáveis entre os pais, o que é um reflexo das transformações nas estruturas familiares contemporâneas.

Tutela jurídica da violência contra a mulher: análise das efetividades e desafios no sistema brasileiro

A violência contra as mulheres é um problema social grave que exige uma abordagem jurídica sólida e eficaz. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um avanço significativo na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, sendo amplamente reconhecida tanto no Brasil quanto internacionalmente. Contudo, a implementação dessa lei ainda enfrenta desafios consideráveis, especialmente devido à falta de recursos e infraestrutura adequados. A escassez de delegacias especializadas em áreas rurais e pequenos municípios, conforme aponta Lima (2020), limita o acesso das vítimas à proteção jurídica. Isso demonstra que, embora haja uma estrutura legal robusta, a efetividade da lei depende também da capacidade do Estado em garantir acesso à justiça para todas as mulheres, independentemente de sua localização geográfica.

Além do mais, infere-se que a Lei Maria da Penha, embora inovadora, depende de uma rede de suporte eficiente que a torne realmente acessível a todas as mulheres. As desigualdades regionais em termos de infraestrutura e recursos comprometem a implementação plena da legislação, tornando difícil para muitas vítimas acessarem o sistema de proteção legal. Portanto, a expansão dessa rede de serviços é essencial para garantir que a lei tenha um impacto concreto em todas as esferas do país.

A eficácia da Lei Maria da Penha está intimamente ligada à existência de políticas públicas complementares que fortaleçam sua aplicação. Segundo Gomes (2022), apesar da robustez da lei, sua implementação é frequentemente prejudicada pela morosidade do sistema judiciário e pela percepção de impunidade. As medidas protetivas de urgência, que deveriam ser concedidas em até 48 horas, muitas vezes não são aplicadas com a rapidez necessária, expondo as vítimas a novos episódios de violência. A pesquisa revela que essa demora é uma das principais queixas das mulheres, comprometendo sua segurança e confiança no sistema de justiça.

Além disso, a demora na concessão das medidas protetivas, essencial para evitar novos episódios de violência, é um dos maiores obstáculos à proteção eficaz das vítimas. A lentidão do sistema judiciário não só agrava a situação das mulheres, como também reforça a sensação de impunidade e insegurança. A implementação de mecanismos para acelerar a tramitação desses casos é crucial para garantir a eficácia da Lei Maria da Penha.

Outro ponto crítico é a reincidência dos agressores. Barros (2021) destaca que as punições impostas pelo sistema jurídico muitas vezes não são suficientes para evitar novos atos de violência. Após cumprirem penas leves ou alternativas, muitos agressores retornam ao convívio familiar, colocando novamente as vítimas em risco. Os dados empíricos corroboram essa análise, indicando que, em muitos casos, a proteção oferecida pela Lei Maria da Penha é insuficiente para garantir a segurança das mulheres a longo prazo.

Destarte, o ciclo de violência só pode ser quebrado quando as punições são efetivas e capazes de proporcionar uma verdadeira mudança no comportamento dos agressores. No entanto, o sistema punitivo atual, por vezes, não oferece condições para reabilitar esses indivíduos, e os arranjos alternativos muitas vezes não evitam o retorno da violência. Uma abordagem mais holística, que envolva não só a punição, mas também a reabilitação e o acompanhamento, seria essencial para uma proteção mais duradoura.

A desconexão entre o Direito Penal e o Direito de Família também agrava a situação das vítimas. De acordo com Silva (2019), a falta de articulação entre esses dois ramos do direito pode prolongar os conflitos judiciais e aumentar o sofrimento das vítimas, que acabam enfrentando processos longos e fragmentados. A criação de varas especializadas que integrem essas duas áreas poderia agilizar os processos e oferecer uma proteção mais eficaz às mulheres.

Assim sendo, a ausência de integração entre os ramos do Direito Penal e do Direito de Família é um dos maiores obstáculos para uma resposta jurídica eficiente no combate à violência doméstica. Os processos judiciais muitas vezes se arrastam por longos períodos, o que não só aumenta o sofrimento das vítimas, mas também dificulta a resolução de conflitos de forma adequada. A criação de estruturas jurídicas mais integradas e especializadas pode reduzir o tempo de tramitação e tornar o sistema mais ágil e justo.

Embora a jurisprudência tenha avançado, especialmente com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que consolidaram o tratamento rigoroso da violência doméstica como violação de direitos fundamentais, a realidade prática no Judiciário ainda não reflete completamente essas diretrizes (Souza, 2023). A falta de uniformidade nas decisões judiciais em diferentes regiões do Brasil gera insegurança jurídica para as vítimas, que podem ter um tratamento diferente dependendo do local onde buscam a proteção.

Nesta perspectiva, destaca-se que a inconsistência nas decisões judiciais cria um cenário de insegurança para as vítimas, que podem não encontrar a mesma resposta em tribunais de diferentes regiões do país. Isso enfraquece a confiança na Justiça e pode levar à desproteção das mulheres em algumas partes do Brasil. A criação de diretrizes mais claras e uniformes ajudaria a garantir que todas as mulheres, independentemente de onde vivem, tenham a mesma proteção legal.

A reabilitação e o acompanhamento psicológico dos agressores, previstos na Lei Maria da Penha, também merecem atenção. Alves (2021) argumenta que a prevenção à reincidência deve ser um dos focos principais das políticas públicas. No entanto, a aplicação dessas medidas preventivas ainda é limitada, o que contribui para a perpetuação do ciclo de violência. É fundamental que os agressores sejam acompanhados de maneira eficaz, para evitar que retornem ao convívio familiar sem passar por um processo de reabilitação adequado.

Além do mais, a prevenção da reincidência é uma parte crucial do combate à violência doméstica. Para que as mulheres possam ter um fim definitivo à violência, é necessário que o agressor seja reabilitado e monitorado. Isso inclui acompanhamento psicológico contínuo e programas que ajudem a reverter comportamentos violentos. Apenas punir não é suficiente; é preciso promover a mudança no agressor para garantir a segurança das vítimas a longo prazo.

Outro fator que dificulta a efetividade da tutela jurídica é a falta de integração entre as instituições responsáveis pela proteção das mulheres. A pesquisa empírica revelou que a articulação entre o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública ainda é insuficiente, resultando em uma tutela jurídica fragmentada. Para Silva (2020), uma resposta eficaz à violência contra as mulheres exige uma atuação coordenada entre essas instituições, garantindo um suporte completo às vítimas.

Além do dito supra, é pertinente enfatizar que a fragmentação das instituições envolvidas na proteção das mulheres dificulta uma resposta rápida e eficiente à violência doméstica. Para que o sistema funcione de forma integrada, é necessário um trabalho conjunto entre as diferentes entidades, garantindo que a vítima tenha acesso a todos os recursos disponíveis sem enfrentar barreiras institucionais. Isso pode incluir desde medidas protetivas urgentes até a assistência psicológica e jurídica contínua.

Em suma, apesar dos avanços legislativos, a proteção jurídica oferecida pela Lei Maria da Penha ainda carece de melhorias substanciais. O Estado precisa investir em melhor infraestrutura, maior celeridade nos processos e na criação de políticas públicas que promovam uma articulação eficiente entre os diferentes ramos do direito e as instituições envolvidas. Somente assim será possível garantir uma proteção eficaz e abrangente às mulheres vítimas de violência, assegurando a elas um futuro livre de abusos.

Desta feita, considera-se que a Lei Maria da Penha é um marco importante, mas sua implementação eficaz depende de uma série de medidas complementares, como a melhoria das infraestruturas legais e a criação de políticas públicas que integrem as diversas esferas de proteção. Com investimentos adequados e a coordenação entre diferentes órgãos, será possível superar os obstáculos enfrentados pelas vítimas e garantir que a lei cumpra seu papel de forma efetiva.

Considerações finais

Este estudo analisou a violência contra a mulher no Brasil, com ênfase em sua tutela jurídica, avaliando os mecanismos de proteção, especialmente a Lei Maria da Penha, e refletindo sobre sua efetividade no contexto atual. Foram examinadas as principais jurisprudências e a evolução legislativa voltada ao combate à violência doméstica, destacando o papel do judiciário e das instituições envolvidas.

Os objetivos foram plenamente alcançados ao identificar que, apesar de a legislação brasileira ser robusta e abrangente, sua aplicação prática apresenta falhas significativas, como a lentidão processual e a ausência de uma rede de apoio eficiente para as vítimas. A análise confirmou que, embora a Lei Maria da Penha represente um marco no enfrentamento à violência, sua efetividade é comprometida por problemas estruturais no sistema judiciário e pela insuficiência de capacitação especializada dos agentes públicos.

O estudo destacou a necessidade de uma maior articulação entre o judiciário e as instituições de apoio às vítimas, apontando para a urgência de melhorias nas políticas públicas e ressaltando a importância da educação jurídica e social como ferramentas de prevenção. Entre as limitações do estudo, evidenciou-se a escassez de dados mais detalhados sobre a implementação das medidas protetivas em diferentes regiões do Brasil, o que restringe uma análise mais aprofundada das desigualdades regionais.

Como perspectivas futuras, sugere-se a investigação sobre a eficácia de programas de reabilitação para agressores e o aprofundamento das conexões entre a legislação brasileira e as normas internacionais de proteção às mulheres, contribuindo para o fortalecimento das medidas preventivas e a garantia efetiva dos direitos femininos.

Referências

- ALMEIDA, F. **Direito familiar e as novas estruturas de família:** reflexões e propostas. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2021.
- BARROS, J. A reincidência criminal e a efetividade das penas no Brasil. São Paulo: Editora Jurídica, 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.411/2021.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2312203>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 24 set. 2024.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.085/2023.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/PL1085>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. **REsp 1399.199-RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Rel. para acórdão Min. Luis Felipe Salomão,** julgado em 9 mar. 2016. Disponível em:

- <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@COD=%270581%27+E+@CNOT=%27015862%27>. Acesso em: 24 set. 2024.
- CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.
- CARRERAS, F. **Dossiê Mulher**: desigualdade salarial entre gêneros e suas consequências no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2023.
- CARRERAS, F. **Relatório sobre o Projeto de Lei nº 4.411/2021**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ; JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Paulinas, 1998.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Em favor da família**. Documentos da CNBB, n. 03. São Paulo: Paulinas, 1975.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ. **Carta aos bispos da Igreja Católica a respeito da recepção da comunhão por parte dos fiéis divorciados casados novamente**. 14 set. 1994. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19940914_rec-divorced-and-remarried_po.html. Acesso em: 19 nov. 2024.
- DELGADO, M. A. **A violência patrimonial no âmbito da Lei Maria da Penha**. São Paulo: Editora Atlas, 2018.
- DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- ESPINHO, M.; SALVADOR, R. **Empoderamento econômico feminino**: desafios e oportunidades. [S.l.: s.n.], 2016. p. 41.
- GOMES, L. **Guarda compartilhada e as novas dinâmicas familiares**: um olhar crítico. São Paulo: Editora Justiça, 2018.
- GOMES, M. **Direito penal e tutela de direitos fundamentais**. Brasília: Editora da UnB, 2022.
- LANDERDAHL, M. C.; PADOIN, S. M. M.; VILLELA, W. V. “Agora eu posso”: empoderamento de operárias da construção civil na perspectiva da autonomia econômica. **Revista Feminismos**, v. 3, n. 2 e 3, p. 24-35, maio-dez. 2015.
- LIMA, F. **A Lei Maria da Penha e os desafios da implementação**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- LOPES, F. A. **Direitos patrimoniais e violência doméstica**: um estudo sobre a Lei Maria da Penha. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MENESES, F. E. **A saga do divórcio no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-saga-do-divorcio-no-brasil/141854713>. Acesso em: 4 set. 2024.
- MIRANDA, B. W. Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em: 23 set. 2023.
- PEREIRA, M. **Educação financeira e a prevenção da violência patrimonial nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Editora do Conhecimento, 2019.
- PEREIRA, M. **Políticas públicas de proteção às mulheres**: um enfoque jurídico. Curitiba: Juruá, 2020.
- PINTO, F. H. **Projetos de lei sobre divórcio podem aumentar burocracia**. 2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-fev12/projetos_lei_divorcio_podem_aumentar_burocracia. Acesso em: 25 set. 2024.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Ministério da **Justiça e Cidadania**. Brasília, DF, 2016.
- SILVA, A. **A efetividade da Lei Maria da Penha no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Fabris, 2019.
- SILVA, R. **Políticas públicas para a igualdade de gênero**: uma análise das iniciativas no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

- SPENGLER, F. M. **Mediação de conflitos:** da teoria à prática. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre:
Livraria do Advogado, 2017.
- TARTUCE, F. **Mediação, autonomia e audiência inicial nas ações de família regidas pelo
Novo Código de Processo Civil.** 2016. Disponível em: <http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Media%C3%A7%C3%A3o-autonomia-e-vontade-a%C3%A7oes-familiares-no-NCPC.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.
- WARAT, L. A. **O ofício do mediador:** surfando na pororoca. Florianópolis: Fundação Boiteux,
2004. v. 3.

RESENHA

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Reforma tributária comentada e comparada:** emenda constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023. 1 ed. Barueri: Atlas, 2024.

Hudson Araújo Cardoso⁴⁷
José Felipe Ferreira Nascimento⁴⁸

1. Apresentação do autor

Hugo de Brito Machado Segundo é advogado e professor titular na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), com destacada atuação na área de Direito Tributário. Integra o Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e é autor de importantes obras jurídicas, como “Manual de Direito Tributário e Processo Tributário”. Sua trajetória combina experiência acadêmica e prática profissional, contribuindo significativamente para a formação de juristas e o avanço do conhecimento no campo do Direito Tributário.

2. Resenha crítica

A Emenda Constitucional 132 de 2023 (EC 132) promoveu profundas alterações no Sistema Tributário Nacional, e, notadamente, na tributação sobre o consumo. Nesse sentido, o eminente tributarista Hugo de Brito Machado Segundo publicou, recentemente, obra, em epígrafe, em que analisa, detalhadamente, a referida emenda, buscando esclarecer não somente como funcionará a novo regime de tributação, mas também as dificuldades associadas à materialização dessa sistemática, bem como propor ideias para solucionar os desafios.

A obra tem o objetivo, como já sugere seu próprio título, de comentar a EC 132/2023, comparando a nova redação em face da anterior. Nos dizeres do autor, busca-se “desvendar as camadas” da reforma, “explorando suas implicações, desafios e as oportunidades que ela representa”.

Igualmente, a publicação levanta vários questionamentos a serem respondidos pelo legislador infraconstitucional, como, por exemplo, os relativamente à forma como se darão os contenciosos administrativos e judiciais, que carecem de preocupação pelo legislador constituinte reformador.

Sob o aspecto estrutural, o livro está organizado seguindo a linha pedagógica de apresentar o texto da EC 132 - confrontando a nova redação da Constituição Federal (CF) com a antiga - e de tecer comentários sobre os dispositivos que guardam relação de pertinência temática entre si.

Assim, a título ilustrativo, após apresentar o novo texto do art. 153 da CF, comparando-o com o antigo, o autor passa a analisar um dos novos tributos, o imposto seletivo (IS), revelando seu descontentamento com o fato de o legislador constituinte reformador ter perdido a chance, quando decidiu que as operações com energia e com telecomunicações estariam fora do campo de incidência do tributo, de tributar as gerações de energia poluentes, dando um caráter extrafiscal a essas operações.

⁴⁷ Graduando em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: hudsonacardoso@gmail.com.

⁴⁸ Graduando em Direito da Universidade Potiguar (UNP). E-mail: zenasci@outlook.com.

O livro está dividido como se cada artigo da EC 132 fosse um capítulo. Dessa maneira, o art. 1º da emenda cuida das alterações que foram feitas no Sistema Tributário Nacional (STN). O art. 2º, das alterações no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), vinculadas ao regime de transição. E assim por diante.

Por fim, é digno de nota que o texto é permeado de pertinentes jurisprudências das cortes superiores, algumas vezes apenas para demonstrar que o legislador constituinte simplesmente positivou na CF algo que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconhecia como legítimo, como a imunidade recíproca extensível aos Correios, outras vezes para demonstrar a superação do entendimento jurisprudencial, como no caso das embarcações e aeronaves que entraram no campo de incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Dado esse panorama geral do escrito, é oportuno pontuar que ele tem como destinatário o profissional do Direito, ou o estudante de Direito que já conheça o STN, pelo menos, em linhas gerais. Não se trata, pois, de um tradicional manual de doutrina, no qual se explica pedagogicamente os institutos jurídicos, as classificações, e as terminologias próprias de uma determinada área do saber, como em um curso de direito tributário. Pressupõe-se que o leitor já domina bem as bases dessa seara, já que a linguagem é bastante técnica.

Porém, mesmo que o leitor tenha domínio desses fundamentos, possivelmente em razão do exíguo tempo em que o livro foi redigido, e estando ele ainda na sua primeira edição, é relevante pontuar que, alguns momentos, as explanações são um tanto quanto vagas e de pouca profundidade, quando se esperava, na verdade, uma maior elaboração. Isso ocorre, a título exemplificativo, quando se está a falar sobre os variados regimes específicos de tributação do art. 156-A, §6º, da CF, quando o texto se limita a dizer que a EC 132, que prometia consagrar regime único e neutralidade, introduziu vários regimes especiais e que as empresas de transporte aéreo de pessoas podem ser chamadas a pagar tributos, corrigindo uma injustiça.

As complexas regras atinentes ao regime de transição, para dar mais um exemplo, não são explanadas, o que pode dificultar a compreensão das críticas e dos comentários feitos pelo autor quanto a esse assunto. É de se compreender que não se elucide conceitos que se encontrariam em manuais introdutórios. Todavia, como a reforma inovou com vários institutos, como os mecanismos de trava à carga tributária, e o seguro-receita, esperava-se que essas terminologias fossem melhor aprofundadas.

Feitas essas ponderações iniciais, não obstante as críticas discorridas até aqui, que são pontuais, é justo dizer que a obra é essencial para revelar os riscos que a reforma pode trazer, como um aumento da complexidade do STN, da carga tributária e da litigiosidade que podem advir da EC 132 se o legislador complementar não tomar os devidos cuidados, conforme se passa a analisar.

Inicialmente, o insigne jurista aborda os relevantes novos princípios e diretrizes que, juntamente com os demais que já integravam a Carta Magna, deverão nortear o STN, inseridos no §§3º e 4º do art. 145 da CF, quais sejam, os da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente, além da diretriz de se buscar a atenuação dos efeitos regressivos da tributação.

Nessa toada, frisa-se que, eventualmente, tais normas podem se chocar, como ocorreria com a maior complexidade que se obtém com a diminuição da regressividade, já que, muitas vezes, é necessário se identificar a capacidade contributiva do contribuinte. Nesse caso, o autor entende como válida tal prática. No entanto, critica que a falta de simplicidade não pode decorrer de mera comodidade por parte da administração tributária, pois a simplicidade estaria prejudicada sem motivo válido. Em outro exemplo, o autor alerta sobre o conflito que pode ocorrer entre a proteção ao meio ambiente e a justiça fiscal, quando se isenta carros elétricos do pagamento de IPVA. É que tais

veículos, normalmente, são bem mais caros e com alto padrão de acabamento, em contraposição aos carros movidos a gasolina. Assim sendo, a depender do critério a ser adotado, pode-se consagrar um princípio em detrimento de outro.

Adentrando em uma das teses principais da obra resenhada, uma das críticas mais contundentes e realistas que a obra faz é defender a proposição de que a reforma incrementa a irracionalidade do STN.

Isso porque, com o entendimento sumulado do STF de que não se pode criar taxa para remunerar o serviço de iluminação pública, “driblou-se” os requisitos constitucionais para a criação dessa espécie tributária, mediante a permissão de instituição da antiga Contribuição para os serviços de Iluminação Pública (COSIP), pelos Municípios e pelo Distrito Federal (DF), previsto no art. 149-A, da CF. Destarte, em vez de se custear o referido serviço com a arrecadação de impostos, autorizou-se a instituição dessa contribuição. Agora, tendo os entes percebido tal brecha, permitiu-se que seja remunerado por intermédio da contribuição não apenas o custeio do serviço de iluminação pública, mas também a expansão e melhoria desse serviço, assim como os sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. Então, o que era exceção, remunerar serviços que não são específicos nem divisíveis com contribuição, vai se tornando regra, e os Municípios vão conseguindo, paulatinamente, alargar os serviços a serem custeados mediante ao que agora se chama de COSIMP.

Com efeito, Amaro (2023, p. 74), em seu livro “Direito Tributário Brasileiro” - quando essa resenha foi escrita, essa era a mais recente edição, ou seja, não atualizada após a reforma - já afirmava que há uma crise de identidade das contribuições, e que a COSIP deveria ser remunerada pelos impostos. O referido autor conclui que “a Constituição não hesitou em acrescentar essa exação ao rol de tributos que atendem pelo elástico apelido de ‘contribuição’”. Comungando com essa ideia, Harada (2024, p. 10) complementa que a nova COSIMP, por exemplo, está abrangida pela área da segurança pública, e não caberia, pois, a cobrança de uma contribuição social nesse caso, mas, sim, com a arrecadação de impostos em geral.

Com relação à Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados (CPPS), prevista no art. 137 do ADCT, diz-se que ela é contrária às diretrizes que orientam a reforma, como a redução da carga tributária, a simplificação das normas, a unificação dos tributos, e a regra de tributação no destino. Além disso, os Estados não estavam autorizados, pela CF, a instituírem tais contribuições, o que retirava sua validade.

Sobre a CPPS, Alexandre (2024, p. 131) igualmente lamenta a autorização da criação dessa contribuição, que vai de encontro ao princípio da simplicidade. Mesmo que se tenha estabelecido que a CPPS será extinta em 2043, o professor prevê a possibilidade de prorrogações indefinidas daquilo que foi criado para ser transitório, algo comum no Brasil.

Tome-se como exemplo, também, as contribuições especiais, que não são partilhadas com Estados e Municípios, via de regra, o que enfraquece o federalismo, além de não precisar respeitar diversas limitações (Scaff, 2024, p. 20).

Em conclusão, corroborando com sua tese de que há um incremento na irracionalidade do STN com a promulgação da EC 132/2023, Machado Segundo condena o fato de a União estar, cada vez mais, avançando sobre a competência impositiva dos entes subnacionais. Para ilustrar, ele faz as seguintes ponderações: pontua o caso da CBS, que poderá tributar serviço, que, segundo o §8º, do art. 156-A, da CF, poderá ser definido como “qualquer operação que não seja classificada como operação com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos”, algo que poderá tornar inócuas as regras para a instituição de contribuições residuais do art. 195, §4º, dada a abrangência da semântica da palavra “serviços”; ressalta o caso da CIDE-Combustíveis, pois, originariamente, nenhum tributo

poderia incidir sobre operações relativas à derivados de petróleo, com exceção do ICMS, do Imposto de Importação e do Imposto de Exportação (art. 155, §3º, da CF). Com a EC 33/2001, nenhum outro imposto poderia incidir sobre tais operações, o que autorizou a incidência da referida CIDE nas aludidas operações, que tem agora, com a reforma, mais uma possibilidade de destinação dos seus recursos: o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiro, nos termos do art. 177, §4º, II, d); finalmente, evidencia que a jurisprudência tem convalidado toda essa situação, como no caso da Desvinculação de Receitas da União (DRU). As contribuições devem ter seus recursos destinados para a finalidade para a qual foi criada. A destinação da arrecadação é vinculada. Sob o pretexto de terem seus orçamentos engessados, os administradores públicos pleiteavam desvinculação dessa destinação. Ou seja, diz-se que uma contribuição é necessária para uma finalidade, mas, depois, reclama-se da obrigatoriedade em ter que aplicar com tal finalidade, o que revela incoerência.

No que concerne ao art. 149-B, que dispõe sobre a identidade estrutural do IBS e da CBS e que foi implementado pela reforma, cuida-se da instituição de um regime jurídico único para esses dois tributos, de modo a tornar possível o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA Dual). Nas palavras do autor, “quem o examina por fora enxerga apenas um tributo, embora por dentro existam dois”. Deste modo, conclui que a mudança foi positiva, uma vez que vai na linha de simplificar a legislação tributária.

Contudo, o escritor não deixa de expressar sua preocupação quanto aos contenciosos administrativo e judicial associados ao IBS. Quando a reforma foi concebida, a ideia era a de um IVA único, fiscalizado e arrecadado pela União, que empregaria todo seu arcabouço normativo processual existente para conduzir os processos administrativo e judicial. No entanto, em virtude da possibilidade de ser a reforma considerada inconstitucional, por suposta violação à forma federativa de Estado, optou-se por dividir o IVA em dois, sendo uma parte federal e outra compartilhada entre Estados-membros e Municípios. Nesse cenário, criaram-se muitas regras de direito material, mas ainda pairam muitas dúvidas sobre o direito processual relativo ao novo regime tributário. Associado a isso, a nova tributação no destino torna mais complexa a identificação do sujeito passivo, por exemplo, em uma ação de repetição de indébito tributário. Deve-se ajuizar a referida ação contra o CGIBS, ou contra os vários Municípios e Estados que receberam valores indevidamente pagos? De onde sairão os precatórios? Dentre outros questionamentos.

Tudo isso é apontado com muito discernimento na obra, que ainda cita que, às vezes, é tudo o que um magistrado quer, ou seja, um formalismo processual que lhe permita não conhecer de demandas e se livrar dos processos. Finalmente, para encerrar a questão do contencioso, o autor da obra em tela propõe assegurar orçamento próprio ao CGIBS, para que se possa efetuar essas devoluções.

No que concerne ao IS, explica-se que, apesar da boa intenção em tornar as exportações imunes a esse imposto, o Fisco Europeu exigirá o pagamento do “tributo verde” quando os países de origem não cobrá-lo. Assim, é como se o constituinte dispensasse o pagamento do tributo no Brasil, em favor do pagamento dele na Europa. Obviamente, a União Europeia é apenas um dos destinos dos produtos nacionais, mas adverte-se sobre o aumento da política protecionista de outros países com a desculpa de se proteger o meio ambiente, o que tornaria sem sentido imunizar as exportações ao IS quando os bens ou serviços estejam associados com a emissão de carbono, ou, de algum modo, prejudiciais ao meio ambiente.

Abordando as alterações inseridas no art. 155 da CF, ressalta-se que a nova regra relativa ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), de que imposto é devido onde domiciliado o de cujus pode gerar disputas entre os Estados, pois, muitas vezes, o autor da herança tem domicílio em mais de um Estado. Nesse contexto, para o autor, a regra anterior, na qual o

ITCMD era devido onde processado inventário, fazia mais sentido, embora pudesse ocorrer de o inventário ser realizado em um Estado qualquer somente em razão de planejamento tributário.

Ainda nesse artigo que cuida dos impostos estaduais, Machado Segundo faz uma análise bastante apropriada acerca da inclusão dos veículos automotores aquáticos e aéreos no campo de incidência do IPVA (art. 155, §6º, III, da CF). Ele explica que a regra traz várias exceções (imunidades), como no caso das embarcações que prestem serviço de transporte ou que pratiquem pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência. Porém, ele expõe a contradição de que não houve essa mesma proteção, por exemplo, para os serviços de transporte público com ônibus, nem para as motocicletas dos trabalhadores de aplicativos (cuja remuneração que recebem é apenas para subsistência), tampouco para os caminhões que transportam mercadorias pelo país.

Ademais, no que concerne às aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviço aéreo a terceiros, que são imunes ao IPVA, Machado Segundo argumenta que já é comum que os donos de avião criem pessoas jurídicas para operá-lo como táxi aéreo, durante o tempo em que não estejam fazendo uso dele. É uma forma de não deixar o patrimônio parado, e de auferir algum lucro, que pode auxiliar nas despesas gerais com a aeronave. Com a novidade, até os donos que não fazem isso, serão incentivados a fazê-lo, apenas para gozar do beneplácito constitucional, sendo certo que nem precisa operar como táxi aéreo, mas, apenas, ter a certificação de que podem fazê-lo. No fim das contas, o autor supracitado conclui que só será possível exigir o IPVA dos donos de monomotores de até dois lugares, que não são empregados para táxi aéreo.

Vários pontos merecem destaque no que tange aos comentários tecidos em referência ao art. 156-A. Em primeiro lugar, ressalta-se que o IBS é de competência tributária da União, já que é uma lei complementar federal que instituirá o imposto, em que pese o esforço do legislador constituinte em dizer que a competência será compartilhada entre os entes subnacionais, numa tentativa de se evitar que a reforma seja declarada inconstitucional por contrariar a forma federativa de Estado. No entanto, o autor entende pela constitucionalidade das alterações, já que os recursos arrecadados com o IBS estarão à disposição dos entes, que os empregarão no exercício de suas autonomias. O argumento de que houve perda da autonomia legislativa não merece prosperar, pois foi justamente o exercício dessa autonomia que resultou na profusão de legislações dos entes periféricos. Ademais, várias federações adotam o IVA único federal, repartindo sua arrecadação com os entes menores. Ou seja, por si só, a EC 132/2023 não viola o art. 60, §4º, I.

Ainda com relação ao art. 156-A, o escritor se posiciona favoravelmente à adoção da sistemática de crédito financeiro na não cumulatividade do IBS, indicada no §1º, VIII, mas vê isso com receio. Explica que o dispositivo exceta dessa sistemática as hipóteses previstas na Constituição, e que uma das exceções está no §5º, II, que condiciona o creditamento do imposto ao efetivo recolhimento do IBS nas operações das etapas anteriores. Ele infere que o contribuinte não tem ingerência sobre o pagamento do tributo nas etapas anteriores, pelo que não deveria ter seu direito à compensação restrinrido, sob pena de se ter um tributo cumulativo.

Aqui, não obstante o autor enxergue como negativa a possibilidade de condicionar o aproveitamento do crédito ao efetivo recolhimento do IBS, há de se fazer um exame separado, pois o aludido art. 156-A, §5º traz duas possibilidades de condicionamento: no caso em que o adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto, de fato, é razoável que ele somente aproveite o crédito se tiver pago o tributo da etapa anterior. Entretanto, para a hipótese do recolhimento ocorrer na liquidação financeira, aí, sim, o condicionamento ao creditamento da exação pode ser um problema, pois o contribuinte somente poderá aproveitar o crédito se a instituição financeira ou operadora do cartão de crédito (ou de débito) efetuar o pagamento do tributo, o que, em outras palavras, seria como tornar o contribuinte fiscal de tributos dos seus fornecedores (Scuff, 2024, p. 10).

Embora alguns dos princípios que informam o STN sejam o da neutralidade e da simplicidade, como a ideia inicial de que o IBS seria um imposto neutro, no sentido de possuir alíquota única para um dado ente político, não havendo seletividade (que ensejaria diferentes alíquotas para produtos distintos), alguns grupos de pressão conseguiram obter regimes especiais indicados na Carta Magna (art. 156-A, §6º, da CF e art. 9º do ADCT), como nos casos dos serviços de saúde e de educação. Mesmo assim, a lista é exaustiva, não sendo possível ao legislador infraconstitucional aumentá-la.

Ao expressar o que pensa sobre o art. 156-B da CF, que cuida do CGIBS, o autor, ilustrando a sua tese de que o sistema tributário pátrio possui inúmeras contradições, lamenta que a questão da restituição do indébito tributário não foi enfrentada pela reforma, mas espera que o seja pelo legislador complementar. Com muita lucidez, Machado Segundo explica a problemática aduzindo que, quando ocorre o pagamento indevido, e o contribuinte de direito pleiteia a sua repetição, no caso dos tributos indiretos, diz-se que o pedido deve ser indeferido, já que o consumidor final foi quem arcou com o ônus. No entanto, incoerentemente, se o contribuinte de fato requerer a restituição, também não será ela julgada procedente, eis que o consumidor não integra a relação jurídico-tributária, não possuindo, pois, legitimidade ad causam.

Por fim, o autor *supra* discorre sobre a intenção da EC 132/2023 em acabar com a guerra fiscal, por intermédio da instituição da regra de tributação no destino e com a impossibilidade de se conceder benefícios fiscais, no caso do IBS (art. 156-A, §1º, VII e X). Em que pese os argumentos contrários, reconhecidos na obra, destaca-se que a possibilidade de se conceder incentivos fiscais é uma forma: de limitar o poder dos entes políticos, já que se a carga tributária de um ente for demasiada, o contribuinte pode buscar outro com carga menor; e de auxiliar na concretização de valores constitucionais, como a redução de desigualdades regionais.

Sob o aspecto econômico, Machado Segundo admite que é mais adequado e eficiente arrecadar de modo neutro, sem induzir comportamentos nos agentes econômicos, aplicando os recursos arrecadados nas ações que se quer ver desenvolvidas, do que arrecadar de modo extrafiscal - caso da concessão de incentivos. Isso porque a concessão de benefícios favorece a quem tem mais capacidade contributiva. Alguém que consegue auferir elevada renda é mais beneficiado do que aquele que opera em prejuízo ou mesmo obtendo baixo lucro. O que não ocorre quando se arrecada de forma neutra. Para além disso, há pouca transparência no caso de incentivos fiscais, pois não é comum divulgar quanto se deixou de arrecadar, em contraposição à grande transparência que há na aplicação dos recursos, por intermédio do orçamento público.

Outrossim, contesta-se o fato de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, instituído pelo art. 159-B, da CF, tem como um dos critérios para a sua repartição com os Estados e com o DF, as respectivas populações. Ocorre que, como os Estados mais populosos também são mais abastados, não há coerência nesse critério, pois reparte com os mais ricos os recursos que deveriam servir para atenuar as desigualdades regionais.

Em se tratando da nova regra de tributação do IBS no destino (art. 156-A, §1º, VII), que auxilia no combate à guerra fiscal, é relevante mencionar que esse tema é bastante polêmico. De fato, Alexandre (2024) defende que a tributação na origem aprofunda as disparidades regionais no Brasil, já que os Estados mais desenvolvidos são também os que mais exportam bens e serviços para os menos desenvolvidos, o que permite que aqueles fiquem com o tributo da operação, perpetuando a desigualdade. Mas, reconhece também que é na origem que sente as externalidades negativas da produção econômica, sendo o tributo uma forma de compensar isso, além de premiar o ente que foi capaz de assegurar condições para que o agente econômico lá se instalasse.

Todavia, parece haver um consenso geral no sentido de que o princípio do destino confere maior concretude ao princípio da neutralidade, haja vista que os entes de origem não têm a seu dispor instrumentos para atrair investimentos por meio de incentivos fiscais: é dizer, “o princípio do destino não cria distorções na escolha de alocação de investimentos” (Andrade, 2023), o que ratifica o que é discutido na obra resenhada.

É praticamente impossível prever os impactos que a reforma causará quanto ao desenvolvimento das regiões, mas Machado Segundo traz à baila o fato de que, bem ou mal, foi com incentivos fiscais que as regiões mais pobres do Brasil conseguiram algum grau de desenvolvimento nas últimas décadas, com a atração de investimentos privados. Nesse cenário, arremata com o argumento de que, sob a perspectiva do Estado-membro que concede o benefício, não há sequer que se falar em renúncia de receita, já que não se renuncia ao que não se tem.

Finalmente, comentando alguns dos aspectos políticos, sociais e econômicos, o autor evidencia que, conquanto houvesse consenso sobre a necessidade de se realizar a reforma, havia bastantes divergências sobre como ela deveria ser operacionalizada, o que fez com que as críticas a ela dirigidas fossem, simplesmente ignoradas, quase como uma censura: Como você pode ser contra a reforma a tributária? (Machado Segundo, 2023).

Para o autor supramencionado, a reforma tributária, aprovada às pressas, de forma precipitada, com vários parlamentares que sequer receberam o texto da EC 132 a ser votada, deveria ter ocorrido apenas no âmbito infraconstitucional. É que a carga tributária é definida pelas alíquotas, que são definidas em leis. O mesmo ocorre com a complexidade, que está muito associada com a quantidade de obrigações acessórias. Na Constituição Federal deveria constar apenas as competências e os limites ao poder de tributar. Sob a desculpa de simplificar e diminuir a carga tributária, pode-se dar margem para o Estado avançar sobre essas proteções ao contribuinte, inserindo jabutis, como foi o caso da COSIMP.

Em um raciocínio similar ao de Machado Segundo, o consagrado jurista Paulo de Barros Carvalho (2023) já havia registrado sua preocupação com essa situação quando disse que sequer havia jurista na comissão que cuidou da reforma. O renomado doutrinador, que foi contra a PEC 45/2019 levada a cabo pelo governo federal, pugnava por uma reforma paulatina, sem alterar as competências impositivas dos entes subnacionais. Ele atribuiu a mudança abrupta na tributação sobre o consumo ao fato de que alguns políticos queriam ser vistos como o “pai” da reforma, algo como o grande protagonista dela. Além do mais, ele concluiu que as alterações podem fazer ruir a federação, ao mexer nas autonomias dos entes, já que, em um país de grandes dimensões como o Brasil, a melhor forma de consagrar o princípio democráticos em por meio de uma federação. A consequência disso será, para o professor, um fortalecimento da União, e um enfraquecimento dos demais entes, levando a uma piora da prestação de serviços públicos.

Por essas razões, e, levando-se em conta que o objetivo do livro é explicar a EC 132, revelando suas possíveis consequências, limitações e oportunidades que ela pode abrir, é incontestável que ele atinge plenamente o que busca. Cuida-se de uma obra muito bem construída, com sólidos argumentos e de linguagem apropriada para quem possui os fundamentos do Direito Tributário.

Referências

- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 18 ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.
- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 25 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.
- ANDRADE, Leonardo Aguirra de. Fundamentos e impactos da adoção do princípio do destino na tributação do consumo no Brasil. In: OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; ZILVETI, Fernando Aurelio; MOSQUERA, Roberto Quiroga; PURETZ, Tadeu. **Direito tributário: estudos em homenagem ao Professor Luís Eduardo Schoueri**. São Paulo: IBDT, 2023, p. 423-444.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 out. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional n. 132, de 20 de dezembro de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc132.htm. Acesso em: 24 out. 2024.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Reforma Tributária vai arruinar o sistema federativo brasileiro**. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wUQWUNXZFho>. Acesso em: 26 out. 2024.
- HARADA, Kiyoshi. **Comentários à reforma tributária aprovada pela EC nº 132/2023**: artigo por artigo. 1 ed. São Paulo: Rideel, 2024.
- MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Reforma Tributária - Como fica o contencioso?** YouTube, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W68U_V43nR0. Acesso em: 26 out. 2024.
- SCAFF, Fernando Facury. Panorama sobre a EC n. 132: um salto no escuro, com torcida a favor. **Revista Direito Tributário Atual**, São Paulo: IBDT, v. 56, ano 42, p. 681-700, jan./abr. 2024.